UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ROBÉRIO PAULINO RODRIGUES

O COLAPSO DA URSS:

UM ESTUDO DAS CAUSAS

São Paulo
2006

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

R696 Rodrigues, Robério Paulino
O colapso da URSS: um estudo das causas / Robério Paulino Rodrigues ; orientador Osvaldo Coggiola. -- São Paulo, 2006.
295f. : fig.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. História contemporânea. 2. História econômica. 3. Economia política 4. História da Rússia. 5. Revolução Russa. 6. União Soviética. 7. Socialismo. I. Título. II. Coggiola, Osvaldo.

ROBÉRIO PAULINO RODRIGUES

O COLAPSO DA URSS:

UM ESTUDO DAS CAUSAS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Econômica, da Universidade de São Paulo – USP, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Coggiola.

São Paulo
2006

ROBÉRIO PAULINO RODRIGUES

O COLAPSO DA URSS:

UM ESTUDO DAS CAUSAS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Econômica, da Universidade de São Paulo – USP, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Osvaldo Coggiola
Universidade de São Paulo – FFLCH

_____

Profa. Dra. Leda Maria Paulani
Universidade de São Paulo – FEA

_____

Prof. Dr. Ricardo Antunes
Universidade Estadual de Campinas – IFCH

_____

Prof. Dr. Jorge Luis Grespan
Universidade de São Paulo – FFLCH

_____

Prof. Dr. Lincoln Secco
Universidade de São Paulo – FFLCH

São Paulo,_____ de _____ de 2006

A Rose, por todo amor e suporte que me deu nos últimos quinze anos e que muito me incentivou a retomar os estudos. Se o mundo fosse mais feminino, seria muito melhor.

Aos meus pais, em especial ao Sr. Paulino, que tentou me transmitir como herança as três qualidades que julgo mais importantes em um ser humano: em primeiro lugar, a preocupação com o próximo, com o coletivo, o senso de igualdade e justiça; em segundo, a curiosidade universal da inteligência, a paixão pelo conhecimento, pela descoberta, pelo novo e; por último, o respeito e o gosto pela vida, a alegria por viver.

A todos aqueles que perderam ou deram a vida lutando por um mundo mais racional, mais esclarecido, mais justo, mais humano e fraterno. É primeiramente deles que herdamos o que a humanidade tem de bom hoje.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Orientador, Osvaldo Coggiola, pelo convite que me fez para trabalhar junto ao Departamento de História Econômica da FFLCH – USP, como também pelo incentivo e pelo apoio, fundamentais à realização desse trabalho.

À Profa. Dra. Lenina Pomeranz, pela atenção a mim dispensada, pela leitura cuidadosa da primeira versão dessa tese e pelas diversas sugestões que contribuíram para precisar nossa visão sobre o tema.

À Profa. Dra. Leda Paulani, que, com seu jeito amigo e tolerante, desde os tempos de graduação na Faculdade de Economia da USP me apóia na investigação do assunto.

Ao CNPQ e ao povo brasileiro, por me concederem parte dos recursos que me dotaram de um tempo precioso para estudo e construção desse texto.

A todos os colegas e professores de Universidade, pela força e suporte que me deram quando deles precisei, em especial aos meus amigos de FEA – USP, Flávio Lira e Robson Rodrigues Pereira, cujo apoio e disposição em ajudar-me foram um importante recurso na fase de conclusão da tese.

Àqueles estudiosos e precursores na investigação do tema. Sem a sua contribuição esse trabalho não seria sequer imaginável.

A todos os amigos ou profissionais que, com boa intenção e presteza, me incentivaram e contribuíram para a realização e finalização deste trabalho.

Enfim, à espécie e à civilização humanas, por me ensinarem a ler, a escrever, a pensar e a amar.

A Terra gira ao redor do Sol
Copérnico

Todos os objetos se atraem mutuamente
Newton

O homem pertence ao reino animal
Darwin

A transformação econômica é o motor da história
Marx

RODRIGUES, Robério Paulino. ***O colapso da URSS***: um estudo das causas. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo – USP

RESUMO

Investiga as causas históricas, políticas, sociais e econômicas que mais contribuíram para o colapso e desaparecimento da União Soviética em 1991. Como um esforço de reinterpretação do fenômeno, desde a gênese até o esgotamento da URSS, apóia-se em análises e dados de alguns dos mais conhecidos especialistas no assunto. Considera que um conjunto de elementos se combinou para tal desfecho. Aponta como causas principais: a) o atraso material e cultural da velha Rússia para iniciar a construção do socialismo; b) o isolamento da Revolução Russa, fruto, entre outros fatores, do reformismo político que paralisou a classe operária no Ocidente; c) as agressões militares que a URSS sofreu, com suas imensas perdas humanas e os custos insuportáveis de defesa, derivados da ameaça permanente que vinha do exterior, que contribuíram para exauri-la economicamente; d) a natureza ditatorial do sistema político, como elemento central, que se pôde acelerar a industrialização e a modernização em uma primeira fase, trouxe imensos prejuízos humanos por outro e funcionou a partir de certo ponto no tempo como uma trava à continuidade do desenvolvimento da economia e da sociedade; e) o esgotamento do modelo extensivo de crescimento na virada para os anos 70, a desaceleração econômica que chega à estagnação no início dos anos 80 e o acentuado atraso tecnológico em relação ao mundo capitalista, verificado já na década de 70; f) As grandes transformações sociais, culturais e comportamentais ocorridas no mundo e na URSS, a Revolução da Informação e as mobilizações democráticas em todo Leste Europeu, que erodiram as fundações do sistema soviético; g) A *Perestroika*, que como programa de reformas acelerou a democratização do regime político, levando à desagregação do velho mecanismo burocrático de planejamento e gestão estatais da economia, o que por sua vez gerou caos; h) As mobilizações nacionalistas e a ofensiva restauracionista selaram a desagregação do sistema soviético. O processo final que levou ao colapso da URSS parece mais uma combinação de progressivas revoluções ou mobilizações democráticas – que em muito se assemelham às revoluções burguesas, já que suas bandeiras e demandas não diferem muito daquelas levantadas nas revoluções de 1789 e 1848 – com a implosão de um sistema político debilitado e ultrapassado, onde já não cabiam as forças produtivas e sociais que dentro dele se desenvolviam.

Palavras-chave: causas do colapso da União Soviética, desagregação da URSS; fim do sistema soviético.

RODRIGUES, Robério Paulino. ***The collapse of the USSR:*** a study of its motives. 2006. Doctoral Thesis on Economic History – Universidade de São Paulo – USP

ABSTRACT

The major historical, political, social and economic reasons contributing to the collapse as well as the disintegration of the USSR in 1991 are the core aspects scrutinized in this study. In an effort to make sense of the phenomenon from a different perspective, departing from the genesis to the collapse of the USSR, data analyzed by some of the most renowned researchers has been used as a theoretical basis. In this sense, such an outcome is attributed to a series of combined factors. Not only the material and cultural backwardness of slow-to-change Russia in order to set up socialism, but also the consequent isolation of the Russian Revolution, a result – amongst other factors – of the political conventionalism that paralyzed the Western working class, are two of the main explanations pointed out. A third aspect equally relevant refers to the military attacks that Russia had to cope with, not to mention its huge human losses and the unbearable defense costs – a consequence of permanent external threats –, thus impoverishing the country. On top of that, there is ─ as a crucial component ─ the double-edged essence of the dictatorial political system for, if on one hand, it speeds up both industrialization and modernization, on the other hand, it also accounts for huge human losses, thus representing – from a given moment – an obstacle to the continuing economic and social development. A fifth chain of events worth highlighting is the failure of the extensive economic development pattern at the turn of the seventies, followed by the economic deceleration, almost on the verge of stagnation in the eighties, not to mention the conspicuous technological delay when compared to the capitalist world, where it had been in evidence since the seventies. In addition to this, the huge social, cultural and behavioral changes – which took place in the world as well as in the USSR, followed by both the Information Revolution and democratic mobilizations throughout Eastern Europe – undermined the foundations of the Soviet system. Furthermore, while the *Perestroika* – as a restructuring program – became the catalyst for dismantling the conservative bureaucratic structures of government led planning and management, on the other hand, it also accelerated the democratization of the political government, which produced chaos. Last but by no means least, the nationalist mobilizations allied to the restoration offensive determined the downfall of the Soviet system. By and large, the final process responsible for the collapse of the USSR resembles more a combination of consecutive revolutions or a series of democratic mobilization – very similar to the bourgeois revolutions in many aspects given that its causes and demands do not differ substantially from the ones arisen in the 1789 and 1848 revolutions, – with the dismantling of a debilitated and outdated political system, since productive and social forces in full development in its interior could not fit into such a structure anylonger.

Keywords: reasons for the collapse of the Soviet Union, disband of the URSS, death of the Soviet system.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução do crescimento da indústria, da agricultura e dos salários reais pagos aos trabalhadores soviéticos entre 1928 e 1940 91

Gráfico 2 – A desaceleração da economia soviética a partir dos anos 70 158

Gráfico 3 – Evolução da renda nacional soviética – PML, segundo estatísticas oficiais ... 161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índices de produção entre 1913 e 1920 66

Tabela 2 – Índices da produção soviética em 1926 69

Tabela 3 – Índice de produção animal entre 1928 e 1940 83

Tabela 4 – As metas do Primeiro Plano Qüinqüenal 86

Tabela 5 – As despesas militares dos futuros beligerantes – Período 1933-1938 95

Tabela 6 – Participação na produção de armas pelos principais beligerantes em 1938 95

Tabela 7 – Taxas de crescimento econômico anual da renda nacional soviética 148

Tabela 8 – Taxas de crescimento da renda nacional soviética (Produto Material Líquido - PML), 1928-1990, segundo estatísticas oficiais 155

Tabela 9 – Crescimento da produção e índices de inflação na União Soviética, 1928-1990 (variação no período, porcentagem anual). 160

Tabela 10 – Gastos militares das duas superpotências em 1985 197

Tabela 11 – Crescimento das cidades soviéticas entre 1959 e 1980 206

Tabela 12 – Crescimento da classe trabalhadora, 1928-1940 301

Tabela 13 – Comparação entre a produção de blindados dos quatro beligerantes na Segunda Guerra 301

Tabela 14 – Indicadores da economia soviética ao longo dos anos 1971-1985 302

Tabela 15 – Taxas de crescimento da economia soviética, de acordo com diversas fontes 303

Tabela 16 – Taxas de crescimento do PNB, força de trabalho e capital soviéticos, com índices de investimento/PNB e produção/capital 304

Tabela 17 – Gastos militares em percentagem de PNB 1950-1985, várias estimativas 305

Tabela 18 – Gastos militares a preços constantes e correntes (em bilhões de dólares), segundo cálculos de SIPRI (S.) e (USACDA) (U.). 307

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **13**

2 A GÊNESE E O CARÁTER DO SISTEMA SOVIÉTICO **22**

2.1 PREVISÃO E REALIDADE 22

2.1.1 Onde se Esperava e onde se deu a Primeira Revolução Socialista 23

2.1.2 O Socialismo Marxista 26

2.2 CONDICIONANTES OBJETIVOS DA DEGENERAÇÃO DO SOCIALISMO SOVIÉTICO 33

2.2.1 O Atraso Material e Cultural da Velha Rússia 33

2.2.2 Isolamento 37

2.2.3 Agressão 40

2.3 A MUDANÇA DA CONCEPÇÃO SOBRE O ESTADO EM LÊNIN E OS ERROS DOS BOLCHEVIQUES 45

2.3.1 Uma nova Concepção sobre o Papel do Estado 46

2.3.2 Substitucionismo 49

2.3.3 Economicismo 55

2.3.4 A Proibição dos demais Partidos Soviéticos e das Frações no Partido. O Partido Único 60

3 DO DEBATE ECONÔMICO DA DÉCADA DE 20 AOS GRANDES PLANOS QÜINQÜENAIS E AO TERROR DA DÉCADA DE 30: A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA SOVIÉTICO **65**

3.1 O QUADRO APÓS A GUERRA CIVIL 65

3.1.1 O Fracasso do Comunismo de Guerra 65

3.1.2 A NEP 68

3.1.3 O Debate Econômico 71

3.2 A COLETIVIZAÇÃO FORÇADA E A CONSOLIDAÇÃO DO STALINISMO 79

3.3 O GRANDE SALTO DOS ANOS 30, OS PLANOS QÜINQÜENAIS, AS CONTRADIÇÕES 85

3.3.1 O Grande Salto dos Anos 30 85

3.3.2 Como a URSS chega À Segunda Guerra Mundial 94

3.3.2 As Contradições da Industrialização Acelerada 95

3.4 AS CARACTERÍSTICAS DO STALINISMO, A NATUREZA DO ESTADO SOVIÉTICO E ALTERNATIVAS DE EVOLUÇÃO PREVISTAS DESDE A DÉCADA DE 30 98
3.4.1 Características Econômico-Sociais 99
3.4.2 Características Políticas 100
3.4.3 Marxismo e Stalinismo 102
3.4.5 A Natureza da URSS 103
3.4.6 As Alternativas de Evolução Colocadas ainda na Década de 30 111

4. A RECONSTRUÇÃO DO PÓS-GUERRA E AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE REFORMA 115

4.1 A RECONSTRUÇÃO 115

4.2 A URSS SUPERPOTÊNCIA E A GUERRA FRIA 117

4.3 O MODELO DOS ANOS 30 SE MANTÉM 119

4.4 O SETOR DE BENS DE CONSUMO E A AGRICULTURA FICAM NOVAMENTE PARA TRÁS: A CONTINUIDADE DAS CARÊNCIAS 121

4.5 A MORTE DE STALIN E A PRIMEIRA TENTATIVA DE REFORMA COM KRUCHEV 124

4.6 AS PRIMEIRAS CONTRADIÇÕES DO MODELO EXTENSIVO DE CRESCIMENTO E A SEGUNDA TENTATIVA DE REFORMAS. A DISCUSSÃO LIBERMAN 130

5 RUMO À ESTAGNAÇÃO 152

5.1 O PERÍODO BREJNEV: DA DESACELERAÇÃO À ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA 152
5.1.1 Acende o Sinal Vermelho 157

5.2 OS MOTIVOS DA ESTAGNAÇÃO 164
5.2.1 O Escasseamento dos Recursos e o Esgotamento do Modelo Extensivo 165
5.2.2 O Sistema Ditatorial trava a Modernização Tecnológica 171
5.2.3 Uma Onda de Desmotivação 189
5.2.4 O Regime Ditatorial atrasa a Revolução da Informação na URSS 191
5.2.5 O Fardo Militar torna-se Insuportável 193

6. DA ÚLTIMA *PERESTROIKA* À DESINTEGRAÇÃO 202

6.1 AS RAZÕES DA PERESTROIKA DE GORBACHEV 202

6.2 O PROGRAMA DE REFORMAS ECONÔMICAS: A PERESTROIKA 217

6.3 O PROGRAMA DE REFORMAS POLÍTICAS: A GLASNOST 219

6.4 O AVANÇO DAS REFORMAS, OS IMPREVISTOS E O MERGULHO NO CAOS 222

6.5 DIFICULDADES, RESISTÊNCIAS E CAOS ECONÔMICO 227

6.6 A DEMOCRATIZAÇÃO E O CAOS POLÍTICO 230

6.7 A OFENSIVA RESTAURACIONISTA 238

6.8 A QUESTÃO NACIONAL COMO ESTOPIM DA DESINTEGRAÇÃO 250

6.9 O GOLPE DOS CONSERVADORES PRECIPITA O FIM DA URSS 258

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 269

REFERÊNCIAS 284

BIBLIOGRAFIA 290

ANEXO DE TABELAS 301

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Russa de 1917 foi o acontecimento de maiores implicações na história do Século XX. Como resultado das transformações realizadas por aquela revolução, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi constituída em 1922 e sua existência passou a ser um dos elementos estruturantes decisivos do quadro político e social estabelecido por quase todo o século. O mundo assistiu, a partir de 1917, ao aparecimento de um novo tipo de formação social, distinto do capitalismo ocidental, com o poder de derrotar militarmente todas as potências centrais associadas na seqüência da Primeira Guerra Mundial e após a Segunda Grande Guerra rivalizar com a potência capitalista hegemônica da segunda metade do século passado, os Estados Unidos, o que levou a uma polarização do mundo que deixou a humanidade à beira de uma guerra nuclear. Embora surgida a partir de um país atrasado, semifeudal, de capitalismo incipiente, como era a velha Rússia do início daquele século, a URSS pôde – assentada nas novas relações de propriedade e produção estabelecidas por uma revolução de caráter anticapitalista –, em muito pouco tempo transformar-se em um país industrializado e moderno, saltando em um período de poucas décadas etapas de desenvolvimento que algumas potências capitalistas levaram séculos para vencer. Durante a maior parte de sua existência, a URSS – mesmo diante do quadro de isolamento internacional – cresceu a um ritmo mais veloz do que a média dos países capitalistas, desacelerando apenas a partir da década de 70. Esse crescimento em marcha forçada e a modernização em tempo recorde, sem dúvida, permitiram ao país imensos progressos econômicos, sociais e culturais. Foi a industrialização febril dos anos 30 que possibilitou à URSS suportar a maior carga na vitória contra a máquina de guerra nazista e salvar a democracia ocidental naquele momento, sem o que a história da segunda metade do século passado poderia ter sido completamente distinta.

A URSS emergirá da Segunda Guerra Mundial como uma das duas grandes superpotências mundiais, dividindo assim o mundo em dois pólos: de um lado as

forças políticas que estavam a favor de sua existência e da expansão de sua influência e de outro aquelas que a combateram enquanto existiu. Tal divisão marcou a vida de quase todas as gerações e países durante o século. Seu rápido desenvolvimento econômico lhe permitiu construir um poderio industrial e militar imenso, atingindo paridade nuclear com os EUA já no início da década de 60, além de avanços consideráveis em diversos campos da ciência, como nas áreas aeronáutica e espacial. Neste último campo, a URSS obteve o mérito de sair na frente da corrida espacial e, até hoje, os programas e artefatos por ela criados cumprem um papel importante na exploração do cosmo. Tais conquistas econômicas, técnicas e científicas estiveram assentadas sobre a base do planejamento a partir do Estado, passando o modelo dos planos econômicos soviéticos a ser um exemplo copiado por muitos países de desenvolvimento retardatário que queriam superar o atraso em relação aos países centrais. A Revolução Russa e a constituição da URSS também permitiram significativos avanços no campo social. Possibilitaram aos povos soviéticos, alguns ainda quase nômades no início do século passado, saltarem, em poucas décadas, de um estágio de semibarbárie e incultura para a civilização, isto é, para a urbanização acelerada, a escolarização maciça e a elevada qualificação sócio-profissional de suas populações, bem antes de outras nações. Ali se erradicou o analfabetismo, sintoma que até hoje muitos países capitalistas periféricos não conseguiram superar e construíram-se sistemas de saúde pública universais e eficientes, que contrastam com a precariedade que se pode verificar nesse terreno até hoje nos países atrasados do mundo capitalista.

O advento da Revolução Russa e a constituição da URSS também fizeram o tempo histórico no Século XX correr mais rápido, obrigando inclusive o capital a acelerar o passo no Ocidente, tanto no que toca ao ritmo de desenvolvimento de suas economias, quanto às concessões sociais e políticas que foi obrigado a fazer à classe trabalhadora para contrapor-se à “ameaça comunista” e evitar que aquela fosse seduzida pelos avanços sociais que podiam ver na União Soviética e em outros países que seguiram, de alguma forma, seu modelo. Independentemente do papel que exerceram no movimento social os partidos stalinistas alinhados ao aparato do PCUS, a existência em si mesma da URSS até a década de 80 – com seu poderio militar capaz de exercer um contraponto e limitar, portanto, a agressividade belicista e neocolonialista do capitalismo mundial – e suas conquistas econômicas, sociais e culturais, serviam como argumento e ponto de apoio aos movimentos

sociais em todo o mundo. Pode-se dizer que por meio século a União Soviética – apesar de ter continuado atrasada em relação às potências capitalistas no que diz respeito à produtividade e à eficiência de sua economia e do imenso prejuízo causado aos povos soviéticos pelo stalinismo – teve um sucesso extraordinário, considerando que o parâmetro de medida seja seu ritmo de desenvolvimento e modernização, quando comparado ao do mundo capitalista e mais ainda se as referências de medida forem o estágio do qual partiu ou, ainda, as metas estabelecidas pelo próprio sistema. Apesar do caráter ditatorial e dos crimes de seu regime político, desde um ponto de vista econômico, técnico e mesmo social, a URSS realizou maravilhas diante dos olhos do mundo.

Mas tudo isso acabou em 1991 com a desintegração e desaparecimento da União Soviética; o fim de um sonho. Tal desfecho parece ter se dado porque, ao lado daqueles imensos avanços, contradições muito graves, que tinham a ver primeiramente com a natureza ditatorial do seu sistema político, trabalhavam no sentido inverso e levaram à sua implosão. Além disso, os países que surgiram após a sua desagregação atravessaram desde então um processo de retorno e integração ao sistema mundial do capital, o que, tomado desde um ponto de vista de confrontação entre sistemas sociais alternativos, foi apresentado pela propaganda capitalista como uma derrota do socialismo e uma vitória definitiva das economias de mercado. Evidentemente, tal visão é completamente *ahistórica*. Mas sem dúvida, assim como a Revolução Russa e a formação da URSS, no início do século, alteraram profundamente, em um sentido para frente – do capitalismo ao socialismo –, a marcha da realidade mundial; também a desintegração daquela formação modificou, de forma não menos marcante, agora para trás – do socialismo de volta para o capitalismo –, a situação mundial no final do século, ainda que, até hoje, muitos dos progressos introduzidos no mundo moderno devido à sua existência não tenham sido perdidos e sim, incorporados nessa nova fase. O desaparecimento da URSS também implicou no fim da bipolarização do mundo e no estabelecimento de uma nova ordem unipolar, com a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos.

O Ocidente se viu tão surpreendido pela *débâcle* do sistema de *socialismo real* quanto os próprios dirigentes e a população soviética. A implosão e o desaparecimento súbito de uma formação econômica e social tão poderosa e importante na realidade do

século passado não foram previstos pela grande maioria dos analistas no Ocidente ou no Leste Europeu, tomando assim de surpresa, inclusive, os especialistas e observadores do processo soviético, pelo que gerou grande desorientação entre os chamados *sovietólogos* acadêmicos e dentro do próprio movimento socialista, que viu aumentado seu grau de fragmentação e confusão. Como explicar então o declínio e desaparecimento da URSS em 1991? Quais as causas que levaram a tal desfecho? Buscar respostas a tal pergunta é o objetivo da investigação realizada neste trabalho. Responder tal questão é um desafio coletivo para a História Contemporânea e suscita não somente interesse histórico no sentido de explicar o passado, mas também diz respeito ao futuro da civilização humana, uma vez que o capitalismo não é o último estágio de organização societária. Do estudo deste fenômeno, importantes lições podem ser absorvidas, por exemplo, quanto à necessidade e à forma do planejamento na economia, o que interessa ao conjunto dos países. O estudo do tema é relevante também por tratar-se de uma experiência histórica inédita e grandiosa, que envolveu e consumiu a vida de muitos milhões de seres humanos, encantou e desencantou o mundo, dividiu corações e mentes, mudou a face do planeta, influenciando decisivamente a história do conjunto dos países no Século XX.

Durante e logo após a desintegração da União Soviética, houve uma primeira onda de investigações sobre esse processo. Entretanto, por tentar entender ainda no calor dos acontecimentos o que estava se desenrolando, ou até mesmo pelo pouco tempo transcorrido, aquelas discussões foram prejudicadas. Por outro lado, devido às paixões ideológicas que o assunto suscita, algumas das explicações, naquele momento, estavam enviesadas, seja pela cortina de fumaça neoliberal que a tudo distorce, interessada apenas em desacreditar a idéia de socialismo ou mesmo qualquer noção de planejamento na economia, seja pela mistificação introduzida pelos antigos defensores do sistema soviético, que tentaram explicar os acontecimentos do Leste Europeu exclusivamente como obra das forças do capital. O passar do tempo, a visão em perspectiva dá ao historiador, no entanto, a oportunidade de analisar com mais objetividade os fenômenos. Muito ainda se discutirá sobre o assunto e faz-se necessário lembrar que não existe provavelmente qualquer tema na história sobre o qual haja uma opinião única. Até hoje existem controvérsias sobre as razões que levaram à desintegração do Império Romano. Contudo, considerando e resgatando aqui o espírito científico que ensina que não existem

conclusões definitivas, hoje, em uma segunda onda de investigações a respeito deste assunto, parece já ser possível olhar para trás e tentar apontar com maior precisão as razões que levaram ao esgotamento da URSS.

Como se mostrará durante o desenvolvimento dos capítulos, não se pode esclarecer porque a URSS chegou ao colapso buscando a explicação exclusivamente nos fatores surgidos em sua fase final de crise e desaceleração econômica. Somente se pode apreender o conjunto das causas que levaram tal resultado a partir de uma perspectiva histórica mais ampla, olhando o processo em perspectiva, desde a gênese do fenômeno até seu esgotamento. Assim como é impossível compreender a evolução do sistema capitalista sem entender o caráter da grande Revolução Francesa e demais revoluções burguesas, seria um esforço em vão discutir a URSS e as causas que levaram à sua desintegração sem entender os objetivos e transformações operadas pela Revolução Russa de 1917 na economia e na sociedade e os problemas colocados para a sua consolidação nos primeiros anos pela herança pesada de seu passado pré-capitalista. Ao lado das novas estruturas criadas pela revolução, outras estruturas sociais e ideológicas remanescentes, às vezes seculares, entrecruzaram-se com aquelas para determinar a evolução da URSS. Dessa forma, nosso trabalho, que tinha a intenção inicial de ter um corte cronológico mais curto e definido a partir da década de 70, terminou tendo que investigar os condicionantes da própria formação do sistema soviético, sua natureza e seu funcionamento desde os anos 30, sem o que não se explicam as contradições que mais tarde levaram à sua exaustão.

Apesar de o objetivo deste trabalho ser investigar as causas que estiveram na raiz do desaparecimento da URSS, pelo motivo acima exposto e para não prejudicar a intenção historiográfica, há certa ordem cronológica na construção dos capítulos. No Primeiro Capítulo, são analisados os elementos ou fatores que moldaram o sistema soviético, as condições extremamente adversas que levaram à constituição de um tipo bem específico de formação social durante a década de 20 e conduziram ao estabelecimento de um regime político ditatorial, cujo padrão persistirá até a década de 80 e que estará no centro de toda evolução da União Soviética até seu final. No Segundo Capítulo, analisa-se o período de grande expansão econômica e consolidação desse sistema, discutem-se as distintas visões sobre o caráter social do Estado soviético e as possíveis alternativas para

sua evolução previstas já na década de 30, definições e hipóteses importantes para que se possa entender seu curso final na virada dos anos 80 para a década de 90. Nos Capítulos Terceiro, Quarto e Quinto, são apontadas as contradições que no pós-guerra foram se acumulando e se revelando cada vez mais como elementos de travagem ou de erosão da base do sistema, seja no campo econômico ou político-social, e que terminaram por fim conduzindo à sua estagnação e implosão. Nas Considerações Finais, tenta-se arrolar, de forma muito sintética, as causas, identificadas durante o desenvolvimento, que mais teriam contribuído para o fim da URSS, buscando entender como se combinaram entre si.

Faz-se muito importante ressaltar que esta tese é como um rio no qual desaguaram inúmeros afluentes para formá-lo, pois o conhecimento humano é um processo de acúmulo social, um *labor* coletivo. Como bem observou Marx, qualquer trabalho científico, qualquer descoberta, qualquer invenção é um trabalho universal. Ele está condicionado, em parte pela cooperação de contemporâneos, em parte pela utilização do trabalho de seus predecessores. Como também assinalou Alves, "a produção do conhecimento não é um empreendimento isolado", mas antes, "uma construção coletiva da comunidade científica" (1992, p. 54). Sabendo tratar-se de tema tão complexo e polêmico, ressalte-se, portanto, que a possibilidade de realizar este trabalho se deve primeiramente às importantes investigações de outros autores e especialistas que há muito mais tempo estudam o tema. O papel destacado de alguns autores se tornará claro na utilização das referências, sendo que a citação de alguns deles se mostrará recorrente em quase todo o texto, o que foi uma opção consciente, e não poderia deixar de ser assim, pois de certa forma são referências entre as referências deste trabalho. Desta forma, nos dois primeiros capítulos foi inevitável recorrer repetidas vezes às obras de Trotsky e Rudolf Bahro, por exemplo, na discussão sobre as adversas condições de atraso, agressão e isolamento que condicionaram a formação do Estado soviético, assim como às de Lênin, para entender as opções tomadas pelos bolcheviques perante aquelas adversidades. O recurso às análises de Trotsky, como se verá na seqüência do trabalho, torna-se indispensável e recorrente por ter sido aquele dirigente soviético um dos primeiros autores a tentar explicar a natureza contraditória da formação soviética, bem como identificar as contradições que desde cedo carregava. No terceiro e no quarto capítulos, nas partes em que são apontadas as contradições e disfunções que começariam a se acumular na economia soviética já desde a

década de 60, este trabalho apoiou-se centralmente nos textos da discussão iniciada por Evsei Liberman, em Abel Aganbeguian e Alec Nove. Também no quarto capítulo, nos trechos onde se analisam os elementos que conduziram ao atraso tecnológico que a URSS começou a acumular a partir da década de 70, destacam-se as contribuições de Marshall Goldman e Manuel Castells. No último capítulo, em que se investigam os fatores que forçaram a liderança soviética a empreender um processo de reformas a partir de 1985, o trabalho de Moshe Lewin foi essencial para identificar as profundas transformações demográficas e socioprofissionais que ocorriam subterraneamente na URSS no pós-guerra e que ajudaram a solapar por baixo o Estado soviético. Também no capítulo no qual são analisados os fatores finais que precipitaram a desagregação da URSS após o início da *Perestroika* de Mikhail Gorbachev, deve-se ressaltar a contribuição fundamental das análises de Eric Hobsbawn e de Daniel Aarão Reis Filho. Particularmente o aporte deste último autor, que há muito tempo investiga o assunto no país, foi, como se verá em todo decorrer de trabalho, de fundamental importância também para ajudar a estabelecer uma seqüência cronológica dos acontecimentos na URSS, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Para uma interpretação global de todo processo soviético e do porque da exaustão do que se chamou de *socialismo real* no século passado, deve-se registrar o destaque em nosso trabalho do aporte de Robin Blackburn e de outros co-autores da obra *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo* (1992), da qual, além das penetrantes análises, recolhemos importantes indicações bibliográficas de por onde seguir nosso estudo.

Sempre que se analisa a trajetória da economia soviética aparece a questão da confiabilidade dos dados utilizados. Em função da polarização ideológica e militar que passou a ocorrer desde o advento da Revolução Russa até a Guerra Fria, do regime político fechado da URSS e da conseqüente cortina de fumaça e desinformação que existia sobre as sociedades e as economias dos países do Leste Europeu, os dados sobre a economia e a sociedade soviéticas eram de difícil acesso ou poucos confiáveis, fossem oriundos da ex-URSS, fossem do Ocidente. Do lado soviético era esperado que pudessem estar superestimados, enquanto das agências e fontes ocidentais podia-se esperar o contrário. A maioria dos autores que se debruçaram seriamente sobre o assunto levou isso em conta e trabalhou com ponderações ou ajustes sobre essas informações,

comparando diferentes fontes. Neste trabalho também se tomou esse cuidado. Para enfrentar o problema da qualidade dos dados sobre a economia soviética optou-se aqui por duas saídas metodológicas. Em primeiro lugar e sempre que possível, trabalhar com autores que apresentam para um mesmo índice diferentes séries, com máximos e mínimos na escala de avaliações. Desta forma, considerando que as informações de fontes oficiais soviéticas pudessem superestimar os números da economia e que outras fontes no Ocidente tivessem feito o contrário, pode-se supor que a sua trajetória real estivesse entre os extremos apresentados. Em segundo lugar, considerou-se que tanto quanto ou mais importante que a exatidão dos dados era detectar a *dinâmica* que revelam as séries utilizadas, ou seja, as *tendências* que apontavam. E, em geral, as diferentes fontes coincidem ao apontar dinâmicas ascendentes ou descendentes das variáveis econômicas para os mesmos períodos.

Atualmente, com os recursos disponíveis, em um trabalho de história, o recurso aos dados torna-se fundamental, pois como bem assinalou FURET (1976, p.80) "o recurso à quantificação pode conferir ao trabalho do historiador, especialmente em história econômica, um rigor e uma eficácia superiores à velha história descritiva". Mas deve-se ter claro que isso é válido desde que não procuremos os dados por si mesmos, mas pelo seu significado humano e pelo seu peso social. Por isso, em nosso trabalho não houve qualquer preocupação em demonstrar ilustração estatística, mas sim utilizar os números exclusivamente para apontar movimentos, identificar dinâmicas. Muitas vezes, acontece – e o caso da URSS parece confirmar isso – que as tendências apontadas pelos processos sociais não chegam a ser captadas pelas estatísticas econômicas. No caso do colapso da URSS, nossa investigação aponta que, tanto quanto fatores de ordem econômica, outros de natureza política, institucional, social e cultural – que não foram captados com antecedência pelos números – contribuíram para sua desintegração. Não se pode separar o estudo da evolução econômica, com todos os seus modelos, do estudo dos processos e mudanças políticas, sociais, culturais e comportamentais a elas associados, da investigação cuidadosa das grandes convulsões humanas, que por vezes alteram radicalmente não só a economia como destroem as estruturas sociais mesmo, dando origem a novas formações.

Por fim, nesta Introdução, faz-se necessário ressaltar os evidentes limites deste trabalho, do que o autor está absolutamente consciente. Pelas condições de estudo estabelecidas foram utilizadas exclusivamente fontes secundárias, sem que tenha havido para o autor durante a investigação a possibilidade de acesso a fontes primárias. Consideramos, no entanto, que os prejuízos causados ao estudo por esta contingência foram poucos e não comprometeram sua intenção. Primeiro porque, apesar da cortina de desinformação que por muito tempo existiu sobre tudo que dissesse respeito à URSS, os dados utilizados aqui são mais que suficientes para o propósito deste trabalho e em geral provém de autores de conhecida seriedade histórica. Em segundo, deve-se ressaltar que esta tese é, antes de uma investigação ou aprofundamento sobre algum aspecto particular relacionado ao tema, uma tentativa de reinterpretação histórica sobre as razões que levaram ao esgotamento da URSS, que como já foi alertado, não se podem captar todas nas estatísticas. Pela complexidade do tema, impõe-se ressalvar, também, que o trabalho de esclarecer as razões do esgotamento de uma formação tão marcante na história do século que se fechou não é tarefa para um homem só. Será sim uma empreitada coletiva, que envolverá ainda muita investigação e discussão. Sendo assim, com este trabalho não se tem nenhuma intenção de chegar a conclusões acabadas, o que, como já alertado, contraria o espírito científico. O que se busca aqui é apenas lançar mais um pouco de luz sobre um assunto que envolve tanta polêmica e preconceitos, sendo este texto antes de tudo um convite à discussão a todos aqueles que acreditam na busca da verdade, em um futuro melhor, em uma cultura diferente e na construção de um mundo mais igual e solidário. Afinal, aprender com o passado é condição decisiva para acertar no futuro.

2 A GÊNESE E O CARÁTER DO SISTEMA SOVIÉTICO

2.1 PREVISÃO E REALIDADE

O movimento comunista se apresentou à humanidade prometendo não apenas solucionar os problemas básicos de sobrevivência material cotidiana dos povos, mas também um mundo no qual toda a exploração e a opressão existentes nas sociedades divididas em classes seriam banidas. O socialismo inauguraria uma sociedade nova, muito mais igualitária e livre que o capitalismo, realizando a emancipação universal da humanidade. Contrariando as expectativas, no entanto, as experiências de construção de um mundo novo em países nos quais revoluções socialistas, a exemplo da URSS, expropriaram o capitalismo durante o Século XX revelaram uma grande distância entre o sonho e a realidade, entre a promessa e a realização. Ao contrário da liberdade e da emancipação humana que seriam trazidas pelo socialismo, tais formações, mesmo tendo proporcionado inegáveis avanços econômicos e sociais em patamares não permitidos antes pelo capitalismo, não só não cumpriram a promessa de um mundo de igualdade, sem exploração, como se demonstraram tão ou mais bestiais e opressivas que as mais brutais ditaduras capitalistas na esfera da relação entre os homens.

A tentativa de construção do socialismo na URSS tendo como base um país atrasado como a velha Rússia semifeudal, submetida ao isolamento e agressão das potências capitalistas, resultou na consolidação do fenômeno burocrático do stalinismo e impôs uma rota completamente imprevista, um desenvolvimento bastante diverso e bem mais complexo do que puderam prever os mais penetrantes teóricos marxistas até o advento da Revolução Russa. O fato de que a primeira revolução socialista tenha se dado em um país atrasado forçou a história a enfrentar tarefas completamente distintas daquelas originalmente formuladas por Marx e Engels. A via não-capitalista aberta na URSS em 1917 colocou imensos e imprevistos desafios, muito superiores aos problemas que esses teóricos imaginavam que o socialismo teria que enfrentar.

2.1.1 Onde se Esperava e onde se deu a Primeira Revolução Socialista

Nem Marx nem Engels jamais cogitaram a possibilidade de um "totalitarismo comunista" surgido sobre a pobreza material e cultural de um país semibárbaro. Imaginavam que a nova sociedade se assentaria e se elevaria a partir da riqueza universal já acumulada pelo capitalismo nos países centrais. Assim, assinalaram em *A Ideologia Alemã* (1987) que o advento do socialismo pressupunha convulsões sociais pelo menos em alguns dos países mais desenvolvidos. Para eles, um socialismo genuíno só poderia ser construído sobre a base da riqueza acumulada pelo capitalismo central, o que lhes valeu a acusação de terem elogiado em demasiado as conquistas do capital no *Manifesto Comunista* (1980, vol. 1). A burguesia havia desenvolvido a tal ponto as forças produtivas, a produtividade do trabalho e a riqueza material nos países capitalistas desenvolvidos que o socialismo partiria desse patamar, sendo, então, uma "superação" (*Aufhebung*) [1] do sistema capitalista. Nos *Grundisse* (1997-1998), Marx entendia mesmo o socialismo, "estágio inferior do comunismo", como uma sociedade cujo patamar de desenvolvimento econômico seria, desde o início, superior ao do capitalismo mais avançado. Acentuou também que sem as bases materiais necessárias, sem um desenvolvimento satisfatório das forças produtivas, que possibilitariam a superação da luta mundana pela sobrevivência, retornaria toda a "imundice anterior" a uma futura revolução socialista. Marx pensava que sobre uma base material e técnica limitada só se socializariam a necessidade e a penúria, que conduziriam novamente à competição pelos artigos necessários, trazendo de volta toda a velha disputa de todos contra todos. Ou seja, não poderia haver igualdade na pobreza. O socialismo deveria começar pelos países centrais ou não haveria socialismo. A história do Século XX encaminhou-se por uma via completamente distinta e alterou de forma radical o prognóstico marxista original de que a transformação socialista se iniciaria pelos países centrais. A primeira revolução socialista da história não ocorreu

[1] O termo "superação", *Aufhenbung*, é um dos pilares da filosofia de Hegel, sendo, portanto, um termo freqüente na obra de Marx e Engels. A acepção hegeliana, tomada pelos criadores do materialismo dialético, não tem apenas o sentido de "negar", "por fim", "acabar", mas também de "negação da negação", de "incorporar", "conservar" elementos da formação anterior "destruída" em uma nova estrutura ou contexto mais elevados, ou seja, é uma "elevação a um estágio superior".

no Ocidente, mas em um país atrasado e de desenvolvimento capitalista retardatário. Na acepção de Rudolf Bahro (1980, p. 53), o *histórico* não correspondeu ao *lógico*.

A Rússia não era o elo mais forte, e sim o "elo mais fraco da cadeia capitalista" (LENIN, 1982) e seu nível de desenvolvimento estava muito abaixo do atingido nos principais países da Europa Ocidental. Lênin foi dos primeiros a perceber e assinalar que os movimentos anticoloniais que se passaram na Índia, China, Turquia e Pérsia, na seqüência da revolução russa de 1905, estavam deslocando o centro da onda revolucionária em direção ao Oriente, o que o levou a deduzir a aproximação de uma nova revolução na Rússia. A expansão e entrada dos capitais europeus na Ásia revolviam também o solo social russo, como demonstrado em *O desenvolvimento capitalista na Rússia* (1985). A contradição entre a introdução da moderna indústria capitalista, que trazia a mais avançada técnica, e as relações sociais e de propriedade de um país semifeudal provocou a ruptura da cadeia mundial capitalista em seu elo mais frágil. O advento de uma revolução socialista na periferia colocaria, no entanto, problemas totalmente inesperados para o movimento socialista.

Para Plekhanov, um dos fundadores da social-democracia russa, a tarefa de construção do socialismo na Rússia estava acima da capacidade do seu proletariado, seria uma aventura, ele seria tragado pela Rússia camponesa. Esta observação de Plekhanov por muito tempo serviu de mote para os mencheviques, mesmo após a revolução. Lênin, como a maior parte dos bolcheviques, considerava incontestável tal afirmação, estando consciente de que o desenvolvimento das forças produtivas na Rússia não havia atingido o grau necessário à instauração do socialismo. Como Marx, Lênin partia da premissa de que a construção do socialismo devia se elevar sobre a base material já assentada pelo capitalismo, justamente o que faltava na Rússia. Os bolcheviques, no entanto, pensavam que se não existiam as condições em nível local, elas estavam dadas em escala internacional. Lênin e Trotsky viam uma revolução na Rússia como o estopim, o ponto de partida da revolução na Europa, continente de maior desenvolvimento econômico e cultural.

Por outro lado, colocava-se a questão do que fazer diante da covardia da burguesia russa frente ao absolutismo czarista. A alternativa à revolução seria suportar a ditadura dos czares, manter a Rússia na guerra, o latifúndio e a fome. A raquítica classe capitalista russa não tinha estatura para operar a transformação industrial do país, premissa da democracia capitalista, a exemplo da Europa. Ou a Rússia se industrializava a partir de impulsos internos e em escala mais ampla do que até ali promovera o czarismo ou seria transformada rapidamente em um país dependente do capital dos países desenvolvidos e de seus monopólios, cada vez mais agressivos sobre a Ásia. Trotsky e Lênin irão então concluir que só uma revolução proletária, que abrisse e se combinasse com a revolução internacional, poderia arrancar a Rússia do atraso feudal e realizar, assim, as tarefas políticas, democráticas e econômicas necessárias, que a aproximariam da civilização ocidental.

Os bolcheviques acreditavam que rompido um elo, ainda que o mais fraco, toda a cadeia capitalista poderia se romper. No entanto, mais uma vez a realidade contrariou a previsão. Apesar de sua crise, nos anos que se seguiram à Revolução Russa de 1917, o capitalismo europeu ocidental mostrou-se mais assentado e flexível do que o previsto, a ponto de, com a ajuda da social-democracia, corromper seu proletariado. O impacto histórico da Revolução Russa sobre o Ocidente não foi o de iniciar uma revolução internacional, mas o de, por um lado, em alguns países, obrigar as burguesias ocidentais a promover reformas institucionais para incorporar a nova classe trabalhadora e seus representantes reformistas, cedendo-lhes parte dos ganhos de produtividade para cooptá-los ou, por outro lado, em outros países, desencadear uma feroz repressão para derrotar a possibilidade de extensão da revolução, casos como o do fascismo italiano e do nazismo na Alemanha. Derrotando pela força ou assimilando o proletariado em sua democracia representativa, o capital demonstrou uma capacidade de sobrevivência maior do que a esperada pelos socialistas no início do século. Assim, uma vez realizada a revolução na Rússia, o socorro do proletariado europeu não chegou, já que a revolução na Europa não vingou. A partir daí Revolução Russa e o novo Estado dela surgido teriam que enfrentar quase sozinhos todo o ódio da burguesia mundial. Os acontecimentos levarão a jovem URSS a trilhar um caminho heróico, desbravador, sem precedentes na história humana, mas extremamente complexo e tortuoso. Dessa forma, a via não-capitalista aberta em 1917 foi

distinta daquela imaginada por Marx e Engels, se nos baseamos no pouco que deixaram elaborado acerca de como seria a futura sociedade socialista. O povo russo, sob a liderança bolchevique, realizou pela primeira vez na história uma revolução socialista, que mudou a partir de então a face do mundo. Entretanto, com o atraso da revolução internacional, esse privilégio histórico seria pago a um custo altíssimo e traria graves deformações no projeto socialista original.

2.1.2 O Socialismo Marxista

Para que se possa compreender a distância entre as formulações originais acerca do que seria o socialismo marxista e a realidade soviética a partir da consolidação do stalinismo impõe-se uma comparação entre o que se deu de fato na Rússia e as poucas proposições deixadas pelos pais do marxismo acerca da nova ordem socioeconômica superadora do capitalismo. As obras de Marx e Engels, especialmente deste primeiro, estão muito mais dirigidas a dissecar o funcionamento do capitalismo até o Século XIX e à interpretação histórica das distintas formações sociais sob uma ótica materialista e dialética do que a pensar o funcionamento de uma futura sociedade socialista ou comunista. Pouco inclinados a recomendações de manual, não deixaram nenhuma obra dedicada especialmente à questão. Sua visão acerca das futuras sociedades socialista e comunista aparece dispersa em diferentes obras, pelo que não se pode dizer que haja uma definição marxista mais precisa de comunismo que seja patrimônio comum. Contudo, é possível encontrar naqueles trabalhos proposições a partir das quais é possível extrair uma concepção aproximada do que seriam as sociedades que superariam o capitalismo.

A primeira elaboração do conceito de comunismo em Marx surge ainda em 1844, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1975), formulação retomada poucos anos depois, quando da aparição do *Manifesto Comunista* (1980, vol. 1). Marx aprofundará a discussão sobre o provável funcionamento econômico da nova sociedade no final dos anos 50, nos textos preparatórios *Grundisse* (1997-1998) de *O Capital* (1988). Pode-se encontrar ainda na *Crítica ao Programa de Ghota* (1980, vol. 2) indicações do que Marx entendia por socialismo. Nesta última obra aparecem, de forma bastante sumária e sem a

pretensão de esgotar o assunto, alguns traços definidores da sua visão de nova sociedade, especialmente quanto *ao aspecto econômico,* aos princípios da *distribuição* do produto social. O *aspecto político* do socialismo Marx elaborará a partir da experiência da Comuna de Paris de 1871, em *A Guerra Civil na França* (1980, vol. 2). Destruído o Estado capitalista, que na concepção marxista é uma máquina de opressão de uma classe sobre as demais, o poder emanaria das *comunas livres e associadas*. Diferentemente do opressivo e oneroso governo burguês, uma administração coletiva e barata seria instaurada, sendo que nela os cargos dirigentes não teriam caráter político, mas estritamente técnico-executivo, e os mandatos seriam revogáveis a qualquer momento.

Numa perspectiva histórica, Marx diferencia o comunismo do período de transição, o socialismo, *estágio inferior do comunismo*. Este não seria uma formação social autônoma, definida, com leis de desenvolvimento próprias, mas apenas a primeira fase do comunismo. Nas palavras de Marx:

> Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista há o período de transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político transitório, cujo Estado só pode ser a ditadura do proletariado (MARX, 1980, vol. 2, p. 221).

Dentre todas as obras da Marx e Engels, talvez aquela na qual se encontra a discussão mais ampla sobre a ordem socioeconômica que superaria o capitalismo é o *Anti-During* (1940) de Engels, apesar de ser um trabalho mais voltado a uma polêmica sobre a dialética do que à questão da futura sociedade. A partir de uma investigação primária dos textos dos pais do marxismo e, portanto, sem qualquer pretensão de definições acabadas, o que contraria o espírito científico, pode-se tentar sintetizar algumas *características peculiares* ou *elementos definidores* do socialismo e do comunismo que imaginaram Marx e Engels, a saber:

1) *Abolição da propriedade privada*, base da exploração capitalista, e imediata *socialização dos meios de produção e de distribuição*. Como conseqüência da expropriação dos capitalistas e demais classes proprietárias, a riqueza produzida perde o

caráter de valor autonomizado que se valoriza; os produtos, o caráter de mercadorias, de valores de troca para a acumulação capitalista, se reduzindo estritamente a valores de uso, produtos para a satisfação das necessidades humanas. O mercado seria assim, no longo prazo, suprimido. A própria força de trabalho perderia seu caráter de mercadoria com a *eliminação do trabalho assalariado*. Suprimida a propriedade privada, a ninguém seria dado o direito de explorar o trabalho de outrem. Com a socialização dos meios de produção e eliminação do mais-valor e do lucro, será possível superar a anarquia da produção capitalista, permitindo, dessa forma, o planejamento ou coordenação da produção entre as comunas livres e associadas, que, assentado nas grandes conquistas já deixadas pelo capitalismo, poderia aproveitar de forma mais racional e intensa os recursos naturais, ampliar a produção e instaurar um mundo de *abundância e* igualdade.

2) *Supressão do direito burguês na esfera da distribuição*, no qual a remuneração do trabalhador é feita de acordo a uma fração da força de trabalho que entrega. No período de transição, a sociedade, estando de posse de todos os instrumentos de trabalho e eliminando a exploração, permitirá que cada um de seus membros, que realiza obrigatoriamente parte do trabalho social necessário, receba igualitariamente parte deste produto de acordo à quantidade de trabalho que forneceu, apenas descontada aquela fração necessária à formação de um fundo de reserva destinado à reposição dos meios de produção depreciados e aos serviços públicos necessários, como educação e saúde. [2] Mas para Marx, se o critério *a cada um segundo o seu trabalho* continuaria sendo necessário no período de transição, quando ainda se tratava de construir o comunismo, por tal regra a igualdade seria apenas aparente. Para ele, mesmo em numa sociedade na qual os indivíduos gozassem de direitos iguais, ainda reinaria a desigualdade, pois os indivíduos são diferentes, física e intelectualmente, ou seja, subsistiria o *direito burguês*. Revelando o espírito de grande generosidade que deveria cruzar todas as relações sociais em uma sociedade baseada no mais alto grau de solidariedade entre seus membros, Marx propõe que a distribuição

[2] Na *Crítica ao Programa de Ghota* (1997), Marx sugere que cada membro que contribui com a produção social receberia um cupom atestando a quantidade de trabalho que forneceu, que poderia ser trocado nos armazéns públicos por uma quantidade correspondente de artigos de consumo.

deveria se assentar no princípio de *pedir de cada um segundo suas capacidades e dar a cada um de acordo às suas necessidades.* [3]

3) *Superação da milenar divisão social do trabalho*, em que alguns, no topo da sociedade, planejam, pensam, controlam e outros, a grande maioria dos trabalhadores, apenas executam tarefas limitadas, parciais, sem controle sobre os instrumentos de trabalho e as opções sobre o que, quanto e como produzir. Essa é a fonte da *alienação* dos produtores em relação ao processo produtivo. Tal divisão deveria ser superada com a extinção das classes sociais. Seria necessário eliminar das relações entre os homens não só a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, como também superar as contradições e diferenças sociais entre o campo e a cidade, entre homem e mulher, entre os distintos povos e raças, toda desigualdade herdada do passado, das antigas formações sociais baseadas na divisão de classes sociais. Enfim, acabar com o domínio do homem sobre o homem.

4) *Redução ou desaparecimento progressivo do Estado*. Em *A Ideologia Alemã* (1987) se afirma que com o desaparecimento das classes e da exploração já não seria necessário manter o *aparato estatal*, expressão mais visível do domínio e da opressão de classe. Quando desaparecem as classes sociais, quando as funções de direção e controle necessárias à produção social perdem o caráter de dominação do homem pelo homem, ou seja, o seu caráter político, e assumem um caráter apenas técnico-executivo, uma *máquina* de dominação de classe para exercer a violência organizada de uma classe sobre outra já não seria necessária (ENGELS, 1940). Ainda que Marx, negando a visão anarquista, defenda a continuidade e utilização de um novo Estado durante o primeiro período do socialismo, quando ainda seria necessária uma ditadura proletária de classe para derrotar a reação burguesa, para ele e para Engels, o novo Estado prepararia sua própria desaparição e este seria um índice indicador da construção do comunismo (MARX e ENGELS, 1987). Suprimido o Estado, apareceria imediatamente o poder das diversas comunas associadas, as massas populares auto-organizadas. Para Marx, em uma perspectiva histórica, o Estado e a

[3] Segundo Robin Blackburn (1992, p. 116), aparentemente Marx teria chegado a tal fórmula adaptando um

exploração capitalista deviam morrer juntos. A sociedade auto-organizada deveria ser tudo, o Estado nada.

5) *O socialismo seria uma formação mundial.* A revolução internacional, começando pelos países mais avançados, ajudaria e incorporaria os povos historicamente atrasados, transformaria e unificaria o mercado mundial, unindo assim toda a humanidade em uma grande comunidade de povos, que se relacionariam em base a mais fraterna e autêntica solidariedade.

6) No terreno das relações sociais e humanas, Marx assinalava a necessidade de *subverter todo tipo de relações sociais nas quais a condição humana é oprimida, agredida, violentada, brutalizada, humilhada ou desprezada.* Esta noção é um dos fundamentos do marxismo e está presente em toda a obra de Marx, como se pode constatar na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1980, vol. 3). Não se pode esquecer que uma das fontes do marxismo original foi o socialismo francês, do qual Rousseau foi a melhor expressão, com a sua defesa aos valores da igualdade, fraternidade e solidariedade na relação entre os homens, em oposição à ganância e à barbárie da disputa cotidiana pela existência, como também a liberdade em oposição à violência e à opressão. Este imperativo guiou todas as teorias socialistas, desde o humanismo até chegar ao marxismo. A concepção marxista criticou as visões socialistas anteriores como sendo utópicas, mas foi seu continuador e muito bebeu delas. Quanto às relações políticas na sociedade, o marxismo original, apesar de rejeitar a democracia burguesa por seus limites e por considerá-la ainda uma forma de Estado, uma forma de ditadura sobre o proletariado, é sem dúvida, tributário da democracia revolucionária francesa. Marx sempre defendeu a ampliação das liberdades políticas, o voto universal, a liberdade de imprensa etc. Na sua visão, a ditadura proletária seria apenas uma ditadura da ampla maioria sobre uma minoria de exploradores, sobre a burguesia e as classes proprietárias da velha sociedade, nunca uma ditadura e a supressão da democracia para maioria.

---

slogan socialista francês.

Grosso modo, esse é o comunismo de Marx e Engels. Como corrente filosófica o marxismo tem outros elementos que o caracterizam, como uma interpretação científica, materialista e dialética do progresso histórico e da evolução natural, o otimismo quanto à evolução do conhecimento, da técnica e da ciência, em oposição ao misticismo das religiões etc. Mas os seis pontos acima dão uma definição aproximada do que pensavam Marx e Engels acerca da *ordem socioeconômica do socialismo e do comunismo*.

Como já foi dito, a construção do socialismo deveria começar nos países mais desenvolvidos da Europa. O primeiro Estado surgido de uma revolução socialista aparecerá, entretanto, na Rússia, país de desenvolvimento capitalista retardatário. Uma realidade muito mais complexa do que a prevista na teoria marxista se colocará perante o movimento socialista russo. Os caminhos que deveriam ser percorridos não estavam pré-formulados em qualquer texto e não havia experiências anteriores que pudessem servir de modelo. Marx, Engels e o movimento socialista só tinham como referência de poder proletário a Comuna de Paris, uma experiência bastante curta, e até aquele momento haviam pensado muito pouco acerca de como funcionaria uma economia socialista, muito menos em um país imensamente atrasado como a Rússia. Tudo teria que ser pensado ao calor dos acontecimentos, inventado, criado, improvisado. Por diversos fatores que se busca analisar aqui, o socialismo soviético, mesmo tendo derivado de uma revolução proletária que aboliu a propriedade privada e adotou o planejamento centralizado, seguiu por uma rota muito diversa da imaginada por Marx e Engels, negando em grande medida aqueles preceitos do socialismo clássico marxista, degenerando em um regime político burocrático, despótico, em uma ditadura sanguinária sobre a grande maioria da população, que nada teve a ver com o "reino da liberdade" pensado por Marx ou com aquela sociedade plena de humanismo, imaginada e prometida ao mundo pelo socialismo.

O objetivo deste trabalho não é uma investigação histórica seqüencial da Revolução Russa ou da URSS, é sim buscar as razões que estiveram na base do esgotamento da URSS até 1991. Como se poderá concluir, o caráter totalitário do regime soviético será um fator central no processo. Mas apontar como um fator central o rol do regime stalinista para aquele desfecho implica também considerar, em uma perspectiva histórica ampla, como fatores explicativos do esgotamento final da URSS, aqueles

elementos que, por sua vez, condicionaram a própria formação do regime soviético em sua origem. Como já se apontou, são fatores que levaram a que a trajetória do sistema soviético se distanciasse consideravelmente do socialismo marxista e, por isso, os analisaremos com um pouco mais de detalhe.

2.2 CONDICIONANTES OBJETIVOS DA DEGENERAÇÃO DO SOCIALISMO SOVIÉTICO

2.2.1 O Atraso Material e Cultural da Velha Rússia

Nos anos que se seguiram à tomada do poder pelos bolcheviques, o novo Estado dela surgido em um país extremamente atrasado, se veria sozinho e agredido pelas potências capitalistas. Na Rússia do início do século, mais de 90% da população ainda vivia e trabalhava no campo. Existiam algumas poucas cidades maiores como São Petersburgo e Moscou, a primeira com um proletariado industrial já bastante considerável e concentrado em grandes indústrias, a base fundamental dos bolcheviques. Isso não era o suficiente, no entanto, para anular a caracterização da velha Rússia como um país essencialmente camponês. A maior parte da população rural ainda vivia espalhada por milhares de pequenas aldeias, trabalhando a terra com métodos e instrumentos primitivos, típicos da idade média. Na velha Rússia, antes da revolução, três formações econômico-sociais historicamente distintas conviviam (BAHRO, 1980) e se combinavam: a asiática, representada pela aldeia, a feudal, mas não completamente desenvolvida e a capitalista moderna, mas muito recente e com uma burguesia débil, por isso mesmo incapaz de opor-se de forma conseqüente ao absolutismo czarista. Depois da revolução, se somarão àquelas formações os setores socializados da economia.

A Rússia não havia experimentado um desenvolvimento capitalista evolutivo clássico típico dos países centrais da Europa. Sua indústria, apesar de moderna e concentrada, era recente e introduzida por cima, isto é, pelo czarismo, como forma de suprir centralmente suas necessidades de defesa frente à competição com as potências européias. A base técnica da indústria e da economia russas estava em um grau bastante inferior à Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. Mesmo nas maiores cidades, podia-se ainda respirar o ambiente rural. O proletariado era de formação bastante recente, por isso meio operário meio camponês. Talvez exatamente por sua juventude, sua baixa remuneração, pela inexistência de uma aristocracia operária e pela falta de direções reformistas que o paralisassem, tenha demonstrado uma inclinação revolucionária muito superior ao proletariado europeu e tenha, assim, realizado uma revolução anticapitalista.

Mas nos aspectos de sua qualificação socioprofissional, da qualidade do trabalho humano e da produtividade do trabalho não houve para o proletariado russo a escola preparatória de séculos do capitalismo. Já em 1936, depois dos primeiros planos qüinqüenais que promoviam uma industrialização acelerada na URSS, Trotsky afirmava que ainda continuava imensa a brecha que a separava dos países centrais:

> A distância que separa a Rússia do Ocidente só se mede verdadeiramente no presente. Seriam necessários vários lustros à URSS, nas condições mais favoráveis, isto é, na ausência de convulsões internas e de catástrofes externas, para assimilar completamente a aquisição econômica e educativa que foi, para os primogênitos da civilização capitalista, fruto de séculos. A aplicação de métodos *socialistas* a tarefas *pré-socialistas,* tal é agora o fundamento do trabalho econômico e cultural da URSS (TROTSKY, 1977a, p. 97).

Na Europa Ocidental, a burguesia chegou ao poder político depois de séculos de acumulação de seu poder econômico, de um longo processo de preparação e de luta contra o absolutismo feudal. Na Rússia, diferentemente, o proletariado russo, ao realizar uma revolução inicialmente democrática que se transformou rapidamente em socialista, deu um gigantesco salto ao suprimir não só a monarquia semifeudal, como ultrapassar e expropriar de uma só vez sua própria burguesia, instalando uma ditadura proletária. Mas a burguesia russa não havia criado as condições, a base material que Marx e Engels viam como pressupostos para a instauração do socialismo. As novas relações jurídicas-políticas de propriedade e o programa socialista estavam em flagrante contradição com o terreno técnico e cultural demasiado atrasado herdado pelo proletariado. As bases políticas estavam dadas pelo caráter do partido no poder e pelo programa socialista, assimilado do que havia de melhor no pensamento europeu ocidental: o marxismo. Mas a base material estava em gritante descompasso com aquelas.

A tentativa de construção do socialismo na URSS partiria, pois, de uma base técnico-cultural extremamente baixa e isso implicou, como já se assinalou, em terríveis adversidades e deformações. Já na *Crítica ao Programa de Ghota* (1977), Marx salientava que uma nova sociedade nasceria inevitavelmente marcada pelo velho. As

revoluções destroem as superestruturas reacionárias e obsoletas das formações anteriores, mas não podem criar de repente, do nada, uma nova base econômica, técnica e cultural. Elas têm que transformar a herança deixada pelo passado e trabalhar sobre a base criada anteriormente. A Rússia não podia saltar por cima de si mesma. Trotsky, em *A Revolução Traída* (1977a), busca demonstrar como a construção do socialismo na URSS estava muito menos dependente das novas formas de propriedade socializada e muito mais condicionada pelo nível de desenvolvimento da técnica e da cultura, dos recursos materiais e da produtividade do trabalho. Para ele, a precária base técnica, a baixa produtividade do trabalho e a conseqüente carência de bens de consumo – fatores que foram agravados pela destruição da guerra civil – ressuscitavam a cada dia a milenar luta pela existência, "a imundice anterior" de que falava Marx, impondo a necessidade do burocrata para administrar a repartição dos bens, que não deixaria de reservar para si a melhor parte.

A penúria de bens de consumo na URSS – decorrente da prioridade à industrialização acelerada que, por sua vez derivava da necessidade imperiosa de enfrentar a permanente ameaça militar das potências capitalistas – existiria mesmo se houvesse outro regime político e uma forma de gestão da economia mais democrática. Os acentuados elementos de atraso econômico, técnico e educacional-cultural implicaram em imensas dificuldades para a URSS, como restrições ao consumo e graves conflitos internos, antes mesmo da consolidação do stalinismo e teriam existido mesmo sem ele. A herança pesada do passado não surgiu com o stalinismo, antes esteve na base mesmo da consolidação do regime burocrático e totalitário stalinista.

As velhas tradições político-culturais das formações pré-capitalistas presentes nas relações sociais da velha Rússia também cobraram seu tributo à nova sociedade. Na avaliação de Trotsky (1977a, p. 123), a consolidação da burocracia soviética se deu muito mais em função dos elementos do atraso técnico e material e menos de reminiscências psicológicas do passado. Ele parece subestimar certos traços psicológicos remanescentes das relações sociais do passado asiático e feudal da velha Rússia. Rudolf Bahro (1980, p. 125-27) valoriza mais corretamente o papel da velha cultura patriarcal da aldeia como elemento facilitador da consolidação de uma nova burocracia na URSS. Jacob

Gorender também aprecia de forma mais adequada, neste caso em particular, a contribuição daqueles traços na formação da nova burocracia:

> A Rússia socialista herdou a secular tradição de despotismo czarista. Dele derivavam costumes, comportamentos e estereótipos psicossociais, que se transmitiram ao novo regime: o paternalismo dos chefes e a subserviência dos subordinados, a promoção habitual dos mais bajuladores e não dos mais competentes, o favoritismo e o nepotismo. (GORENDER , 1992, p.22)

Depois da Revolução, o que Lênin escrevia sobre o peso do elemento camponês na Rússia parece bem diferente da avaliação que fazia anteriormente deste em *O desenvolvimento capitalista na Rússia* (1985), trabalho no qual parece ter superestimado o estágio de desenvolvimento do capitalismo na terra dos czares no início do Século XX, aproximando-o muito mais dos países capitalistas centrais do que de um despotismo oriental, como definia Engels (1980, vol. 2, p. 237) a Rússia ao final do Século XIX. Porém em 1921, Lênin parecia descobrir outra Rússia:

> Observe-se o mapa da URSS. A norte de Wologda, a sudeste de Rostov e de Saratov, a sul de Orenburg e de Omsk, a norte de Tomsk, estendem-se regiões intermináveis que poderiam abrigar imensos estados civilizados. No entanto, em todas estas regiões dominam condições de vida patriarcais, um estado de semibarbárie, quando não de barbárie total. E em outras zonas remotas do campo russo? E em todos lugares em que dezenas de *verstas* de caminhos rurais – ou mais precisamente, dezenas e dezenas de *verstas* sem qualquer via de comunicação – separam a aldeia da ferrovia, ou seja, da ligação com a civilização, com o capitalismo, com a grande indústria, com a cidade? Não predominam, talvez, também nestes territórios as mesmas relações patriarcais, o mesmo *oblomovismo,* a mesma semibarbárie? (apud BAHRO, p. 87).

O peso das antigas relações econômicas e sociais, dos costumes, das velhas tradições patriarcais do passado semibárbaro da velha Rússia – só recentemente um pouco modificado pela introdução do capital nas maiores cidades –, cobraria um tributo histórico aos bolcheviques. O baixo nível cultural-educacional médio dos indivíduos, a dispersão e a desinformação sempre foram, em qualquer formação humana, um convite não só ao misticismo e à enganação, mas também ao autoritarismo, ao paternalismo dos chefes e à burocratização. Quanto mais primitivo é o nível cultural e de qualificação técnico-

profissional da população de um país, mais difícil é estabelecer relações materiais e políticas igualitárias, democráticas, enfim, socialistas. Nenhum dos países onde aconteceram revoluções socialistas no Século XX tinha um passado democrático. Como se a realidade confirmasse a previsão de Plekhanov, em condições extremamente adversas, a vanguarda revolucionária russa, reunida no partido bolchevique, foi com o tempo tragada, e, segundo Trotsky (1977a, p. 133), "reabsorvida num material humano desprovido de experiência e de personalidade, mas, em contrapartida, acostumado a obedecer aos chefes" O atraso material e cultural da velha Rússia foi o caldo de cultura para o crescimento de uma imensa e despótica burocracia na URSS. A velha Rússia – com um desenvolvimento capitalista recente, com sua população majoritariamente ainda mergulhada no atraso da aldeia e prisioneira de suas relações patriarcais, isolada pela demora da revolução mundial, agredida, faminta e quase destruída pela guerra civil – não era, como já se assinalou, o terreno mais fértil para a instauração de uma democracia socialista.

2.2.2 Isolamento

Nos primeiros anos após a revolução, o movimento revolucionário russo acreditava que a revolução na Rússia seria apenas o despertar da revolução na Europa e, como o deus Jano da mitologia grega, com imensa expectativa mantinha um olho voltado para dentro da Rússia e outro em direção ao Ocidente, à espera que a revolução proletária na Europa viesse em socorro do proletariado russo. Mas a esperada ajuda do Ocidente, especialmente do proletariado alemão, não chegou. A crise revolucionária que se seguiu à Primeira Guerra gerou a Revolução Russa, mas não conduziu ao socialismo no restante da Europa, como previsto e esperado pelo marxismo. A Revolução Russa e o novo Estado dela surgido viram-se, desse modo, isolados e agredidos em um mundo hostil.

A situação internacional não evoluiu favoravelmente na década que se seguiu à revolução. Seja pela sua imaturidade, pelas políticas da social-democracia ou pela própria orientação equivocada dos novos dirigentes do Kremlin; o proletariado sofreu inúmeras derrotas em diversos países. Duas dessas derrotas, em particular, tiveram efeito de baldes de água gelada sobre o já exaurido proletariado soviético. Durante o outono de 1923,

a atenção dos revolucionários soviéticos voltou-se com imensa esperança para a Alemanha, onde os operários ameaçavam tomar o poder. O Partido Comunista alemão, entretanto, bateu em retirada aterrorizado, o que causou imensa decepção ao proletariado soviético. Em 1927, uma nova alça de esperança galvanizou os corações e mentes das massas soviéticas: no Oriente se desenvolvia dramaticamente a revolução chinesa. Ao final desse ano, no entanto, a primeira onda da revolução chinesa foi derrotada, seu proletariado esmagado por Tchang-Kai-chek, líder do partido nacionalista burguês Kuomintang, a quem anteriormente os dirigentes da Internacional Comunista, já sob o comando de Stalin já haviam dado todo apoio, alimentando assim a ilusão de operários e camponeses chineses. Uma nova grande onda de desencantamento atravessou as massas da URSS.

A possibilidade de que a revolução se iniciasse pela Rússia havia sim sido analisada por Marx e Engels (1980, vol. 2, p. 246). Mas para estes, como para os revolucionários russos, seu eventual advento apenas abriria a revolução internacional. O que não foi analisado foi a possibilidade de uma revolução russa ficar isolada. Assim, se já havia pouco elaborado sobre a ordem socioeconômica do socialismo para os países centrais, menos ainda existia sobre como se daria o período de transição em um país atrasado e isolado (HADDAD, 1992). Marx também não podia prever, talvez por sua localização e ótica eurocentrista inevitável, a possibilidade de um "despotismo socialista" (BAHRO, 1980). [4] Ele elaborou sua teoria e seus prognósticos a partir do que via e das idéias com as quais tinha contato centralmente na Inglaterra, na França e na Alemanha.

Um dos elementos explicativos para que a revolução não tenha ocorrido na Europa, deixando assim o proletariado russo entregue à sua própria sorte, foi o surgimento do fenômeno da aristocracia operária, do reformismo no seio do movimento

[4] Bahro (Ibid.) sugere ainda que Marx possa ter superestimado o desenvolvimento extensivo do capitalismo pelo mundo e mesmo em países centrais. Acredita que mesmo um poder proletário mais demorado na França de 1871, ainda com Marx em vida, enfrentaria arraigados elementos herdados do feudalismo. Preobrajensky, em *A nova econômica* (1979, p. 52) alerta que Marx, como recurso para estudar as distintas formações sociais, às vezes as tratava como categorias puras, portanto, no plano das idéias, como plenamente desenvolvidas. Isso pode ser observado em *O Capital* (1988). Lembra, no entanto que nenhuma estrutura ou formação social na realidade é pura, combina sempre elementos da formação atual e outros das anteriores. Com certeza essa idéia, de uma mescla de distintas formações dentro de uma formação predominante, jamais passou desapercebida por Marx, como se pode comprovar da leitura dos *Grundisse* (1997, 1998), ainda que ele possa ter subestimado a sobrevivência de traços das formações pré-capitalistas mesmo na Europa de meados do século XIX.

sindical na Europa, do qual talvez os revolucionários marxistas russos e europeus, apesar da intensa polêmica que desenvolveram contra ele, não tivessem, provavelmente, notado a sua real dimensão. Esse processo de assimilação do proletariado pelo capital, com o surgimento do oportunismo político entre seus representantes, através de mecanismos até hoje pouco entendidos pelo movimento socialista, reduziu em muito a possibilidade de revolução social no Ocidente. Apesar da grave crise pela qual passava o capitalismo europeu e das altas taxas de desemprego no decorrer da década de 20, ele ainda pôde fazer concessões para acomodar os trabalhadores. A explicação do porque isso foi possível parece vir da elevação de sua produtividade média, com a ampliação da mais-valia relativa, mesmo sem o aumento da mais-valia absoluta sobre os trabalhadores que continuavam empregados (HADDAD, 1992, p.50). As concessões e a diferenciação de remuneração entre os trabalhadores formaram a base social do reformismo e do oportunismo político no movimento socialista, da corrente política que passou a ser conhecida como *social-democracia* na Europa, e que, em vários países, se associou aos capitais nacionais durante a primeira guerra imperialista. Assim, o surgimento do reformismo, que funcionou como um colchão para os conflitos sociais e arrefeceu o impulso revolucionário na Europa, não foi somente a *causa* da acomodação do proletariado, mas também *conseqüência* de um fenômeno objetivo mais amplo de assimilação de camadas da classe trabalhadora pelo capital através de concessões materiais.

O isolamento temporário da Revolução Russa, que os bolcheviques esperavam que fosse apenas uma curta treva enquanto não chegava o socorro do Ocidente tornou-se, dessa forma, toda uma época histórica. O fenômeno que era visto como transitório, transformou-se num elemento permanente, definidor por si mesmo do sistema soviético e da ordem política do Século XX. Tal situação não permitiu ou dificultou, sobremaneira, que a URSS aproveitasse, durante toda sua existência, as vantagens das trocas no mercado mundial, dos recursos materiais e da técnica mais moderna dos países ocidentais. O novo Estado teria, assim, que caminhar e defender-se sozinho por muito tempo.

Nunca havia passado pela cabeça dos marxistas a possibilidade de construção do socialismo em um país isolado. No entanto, no outono de 1924, Stalin

apresentará pela primeira vez a teoria de construção do *socialismo em um só país* (TROTSKY, 1977a, p. 283). A partir de sua aceitação, a nova burocracia em formação na URSS se jogará por décadas em uma longa empreitada de construção quase autárquica da formação soviética, desprezando ou desestimulando a possibilidade de novas revoluções no Ocidente, colocando os interesses e a estabilidade da nova camada dirigente do Estado soviético já burocratizado acima dos interesses dos movimentos sociais no restante do mundo.

Cada uma das derrotas que deixavam a Revolução Russa mais isolada arrefecia ainda mais o nível de atividade das massas soviéticas. Exaustas e empobrecidas devido à guerra civil, já sem acreditar que a situação interna pudesse ser alterada pela luta social, elas afastavam-se cada vez mais da vida política e jogavam suas energias na penosa luta individual pela existência. À medida que o proletariado mundial sofria revezes cada vez mais trágicos e que as massas soviéticas recuavam, a burocracia soviética ganhava em estabilidade e segurança. O isolamento da Revolução Russa e da URSS foi, portanto um dos fatores que levaram à degeneração do socialismo soviético.

2.2.3 Agressão

Como se pretende demonstrar durante esta investigação, as agressões diretas ou a permanente ameaça de agressão e os custos humanos e econômicos delas decorrentes foram fatores determinantes para o esgotamento da URSS até a década de 80. Não houve nenhum país que tenha perdido mais vidas com ataques a seu território do que a URSS, o que em grande medida irá explicar sua exaustão posterior. Com o proletariado dos países centrais paralisado pelo reformismo e pela política de colaboração de classes, todas as revoluções socialistas do século anterior, ao ocorrerem em países periféricos, de alguma forma tiveram que lutar contra o ônus pesado do atraso socioeconômico, do cerco ou da agressão.

Como os demais países participantes da Primeira Grande Guerra, a Rússia também sofrera seus efeitos destrutivos. Mas se a guerra acabou em 1917-18 para

as potências capitalistas, não foi assim para a Rússia soviética. Nos três anos que se seguiram à revolução de 1917, o país se viu envolvido em uma terrível guerra civil iniciada pelos partidos ligados aos camponeses mais ricos, os *kulaks,* que reagiam à política de requisições das colheitas dos bolcheviques. Ao mesmo tempo, o novo Estado se viu sitiado por tropas intervencionistas de uma frente de quatorze países capitalistas, que desembarcavam em território russo em apoio aos "brancos" que combatiam os bolcheviques. A Rússia foi envolvida por um "cordão sanitário" de milhares de quilômetros contra a contaminação do mundo capitalista pelo "vírus" revolucionário soviético. Os franceses aportaram ao sul, em Odessa, no Mar Negro; os ingleses ao norte, em Mursmansk e Arkhangelsk. Norte-americanos e japoneses chegaram pelo extremo-leste, em Vladivostok.

Todos os esforços econômicos do novo regime foram subordinados ao objetivo de atender as necessidades das frentes de combate contra as tropas da reação. Este período que se estendeu de 1918 até 1921 ficou conhecido como "comunismo de guerra". Tratava-se antes de tudo, na visão dos revolucionários russos, de "salvar a revolução", manter as indústrias de guerra e de administrar as poucas reservas disponíveis para alimentar as frentes e a população das cidades, pelo que os bolcheviques adotaram a política de requisições forçadas dos excedentes dos camponeses através de destacamentos armados. O comércio foi substituído pela repartição centralizada e pelo racionamento dos produtos em nível nacional, através de um plano único. [5] A guerra civil e a adoção da política do "comunismo de guerra" salvaram a Revolução, mas foram desastrosas para a economia do país. O retrocesso econômico podia ser comprovado pelo declínio de quase todos os índices. Ao término da guerra civil em 1921, a produção industrial do país atingia, em uma visão otimista, um quinto do volume de antes da guerra. A produção de aço caiu mais de 23 vezes, de 4 200 000 até 183 000 toneladas. Com o cerco ao país, o comércio exterior reduziu-se de 2 900 milhões para apenas 30 milhões de rublos. Em 1922, a colheita total despencou de 801 milhões de quintais para 503 (TROTSKY, 1977a, p. 70).

---

[5] Segundo Reis Filho, em *Uma Revolução Perdida – A história do socialismo soviético* (1997), Lênin insistiria sobre as três palavras de ordem fundamentais naquele momento: centralização do abastecimento, união do proletariado e união das organizações dos camponeses pobres no campo contra os *kulaks*. Assim se abriu a primeira temporada de luta contra os camponeses ricos, o que jogou lenha na fogueira e precipitou o lançamento da guerra civil pelos Socialistas Revolucionários de esquerda (SRs).

Os camponeses, descontentes com a supressão do comércio e com as requisições forçadas, não semeavam ou escondiam seu excedente. Uma terrível fome alastrou-se pelo país, chegando a ocorrer casos de canibalismo. Havia além da batalha das frentes outra batalha interna, travada contra a escassez, a fome avassaladora, as epidemias, o cansaço, a desesperança, a desmoralização. A necessidade de alocar os parcos recursos prioritariamente à defesa e à indústria de guerra impunha retirá-los do consumo da população. Como se poderá comprovar em toda a história da URSS, a prioridade à defesa, que exigia direcionar a maior parte dos investimentos para indústria pesada e para o setor de bens de produção, implicou em imensas restrições aos investimentos no setor de bens de consumo, o que explica a penúria permanente destes. Ao contrário do que sugerem muitos críticos, isto jamais foi uma escolha completamente livre. Foi uma imposição da permanente ameaça que vinha do Ocidente.

Ao término da guerra civil, as forças produtivas do país tinham sofrido um retrocesso sem precedentes. A grande indústria e a já precária infra-estrutura do país estavam em escombros. A maioria dos trabalhadores industriais e suas famílias e grande parte dos soldados regressaram às aldeias como forma de sobreviver. A classe operária que realizara a revolução de outubro já não existia (DEUTSCHER, 1967), pois ou havia ido para as frentes de batalha ou havia se dispersado. Os ataques, a destruição, o terror branco, respondido pelo terror vermelho, levaram à exaustão e à fadiga as forças internas. A guerra civil agravou ainda mais o atraso material da velha Rússia. Somente por volta de 1926 se conseguirá atingir os níveis de pré-guerra. Desde o ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, a URSS gastaria quase uma década só para curar as feridas, reconstruir o que foi destruído e alcançar os níveis de antes da guerra.

A centralização de tipo militar imposta sobre todos os aspectos da vida do país contribuirá ainda mais para facilitar a consolidação de um regime ditatorial. Toda guerra sempre cria um quadro de tensionamento tal que impõe uma centralização extrema das ações, das energias, dos recursos, o que favorece o autoritarismo. A necessária concentração das decisões em cima, associada à carência, levou ao fortalecimento da autoridade estatal, a quem coube controlar a alocação centralizada dos recursos e o racionamento. Começada a guerra civil, logo ficou evidente também a necessidade de um

exército profissional para combater exércitos capitalistas regulares e bem treinados, em substituição à concepção simplista anterior, de *armamento do proletariado*. A linguagem de aço, fogo, sangue e morte dos canhões, com a destruição e o desespero que carrega, não deixava muito espaço a discussões ideológicas nem foi o melhor terreno para o estabelecimento de uma democracia socialista, ainda mais em um país atrasado cultural e politicamente. Na literatura especializada no tema URSS, tornou-se comum tratar o sistema soviético critica e pejorativamente como *comunismo de caserna.* Deve-se lembrar, entretanto, que a opção pela militarização da sociedade soviética, como se poderá comprovar durante toda sua história, não foi jamais uma escolha livre, mesmo antes do stalinismo, mas derivava, antes de tudo, do ódio e da permanente ameaça ou agressões do capitalismo mundial, que jamais perdoou o povo russo pela expropriação do capital no antigo império dos czares. Por isso, a URSS foi, sem dúvida, desde seu início, uma fortaleza sitiada. A necessidade da unidade total para derrotar a ameaça da reação foi o argumento que justificou a supressão da democracia revolucionária, dos demais partidos soviéticos e a proibição das frações internas ao partido comunista, transformado em partido único já no final da guerra civil, ainda com Lênin em vida. A neurose coletiva instalada pela ameaça externa e interna levava a que se tornasse difícil distinguir os aliados críticos do regime bolchevique dos inimigos da revolução. [6]

A criação de um imenso exército profissional e o estabelecimento de uma disciplina militar sobre a vida do país, imposições da guerra civil, caminhavam no sentido oposto do deperecimento do Estado. Ao contrário, contribuiu para o seu agigantamento ainda antes da consolidação do stalinismo. As constantes agressões e a militarização da sociedade ajudam a explicar o caráter burocrático e ultracentralizado do regime soviético desde seus primeiros anos. Diante da ameaça permanente, do fogo inimigo e de um quadro interno desesperador, no qual a prioridade para os bolcheviques era salvar a Revolução a qualquer custo, tornava-se natural que os próprios quadros do partido aceitassem ou fechassem os olhos aos métodos autoritários e à militarização da sociedade, vistos como

[6] Sob fogo inimigo, em uma situação desesperadora, mesmo Lênin chegou a acusar os críticos, como os marinheiros de Kronstadt rebelados em março de 1921 sob influência anarquista, mas que estiveram sempre na primeira fila da revolução, de fazerem o jogo das forças da reação. Para Lênin, as medidas de exceção contra os setores críticos eram, no entanto, temporárias. Já o stalinismo transformou em prática comum a

indispensáveis à sobrevivência do novo Estado em perigo. Eram para eles males necessários, temporários. Estavam amparados na crença de que uma nova onda revolucionária no mundo recolocaria mais à frente o Estado soviético no rumo certo. Ao final da guerra civil, os quadros bolcheviques que haviam sobrevivido eram homens endurecidos, tendo introjetado as concepções militaristas em sua ação e nas relações políticas, demonstrando uma imensa dificuldade para chegar a qualquer acordo com outras forças políticas. A mais férrea disciplina militar exigida pela guerra civil não permitia muita tolerância para com as diferenças e a discussão democrática. A ameaça permanente – que justificava perante os quadros partidários a supressão da democracia nos organismos de massa, os excessos e os métodos autoritários – indiscutivelmente ajudou a legitimar mais à frente o stalinismo. Em uma situação de normalidade ou de revolução na Europa, que não só paralisaria as tropas imperialistas, mas se combinaria com a Revolução Russa, não se poderia prever o que aconteceria, já que o estudo histórico se dá sobre o que aconteceu e não sobre o que poderia ter acontecido. Mas pode-se imaginar que o stalinismo teria seu caminho bastante dificultado ou talvez pudesse até mesmo não ter existido.

A excessiva centralização imposta pelas condições de guerra e os métodos militaristas eram certamente reforçados pela educação de ultracentralismo leninista do partido bolchevique de antes da revolução. O equívoco em que incorrem, entretanto, aqueles que creditam o stalinismo principalmente ao centralismo leninista é por vezes desconsiderar as condições objetivas extremamente adversas daquele momento. Além disso, tanto a excessiva centralização imposta pela guerra, como o rígido centralismo partidário, exigido pela luta contra a ditadura czarista, não derivavam de opções ideológicas livres, oriundas do pensamento de Lênin, mas também de contingências da realidade, antes e depois da revolução. [7]

---

repressão a qualquer setor crítico, associando-o às forças inimigas como forma de desacreditá-lo e como pretexto para esmagá-lo.

[7] No centralismo leninista de antes da revolução, conhecido como *centralismo democrático*, a direção máxima do partido, seu pequeno núcleo dirigente detinha, fora de seus congressos, amplas prerrogativas, na prática concentrava o poder no partido. Isso se justificava pela situação de exceção, de perseguição policial e dura clandestinidade. Outra discussão é se *depois* de vencida a guerra civil, a partir de 1921, com o novo Estado vitorioso e em uma situação de relativa estabilidade, um centralismo exagerado ainda se justificaria. O próprio Lênin concebia o maior ou menor grau de centralização no partido em função das condições políticas. Mas entre 1922 e 1924, Lênin cairia doente e Stalin e uma nova burocracia em formação já estavam a caminho do poder absoluto e não pareciam dispostos a abrir mão do férreo centralismo.

Lênin via como possibilidades para a Revolução Russa duas hipóteses: que despertasse a revolução do proletariado europeu ou que fosse esmagada pelas tropas imperialistas. Nenhuma das duas hipóteses se confirmou. A revolução na Europa não vingou, mas tampouco o Estado soviético foi esmagado, pelo contrário, saiu vitorioso contra os brancos e as forças militares imperialistas. O preço dessa vitória sem a ajuda internacional foi, no entanto o acúmulo de terríveis contradições e deformações no novo Estado surgido da Revolução Russa. Sem dúvida, o ambiente de agressão permanente, ao que se associava o atraso e o isolamento conformaram o quadro de condições desfavoráveis que facilitaram a degeneração dos princípios originais da Revolução Russa e a conformação de um regime totalitário sobre o povo soviético por várias décadas.

2.3 A MUDANÇA DA CONCEPÇÃO SOBRE O ESTADO EM LÊNIN E OS ERROS DOS BOLCHEVIQUES

O grande perigo em que se incorre ao tentar identificar os prováveis erros que cometeram os bolcheviques e que em alguma medida podem ter contribuído para a consolidação do stalinismo é desconsiderar o contexto nacional e internacional da época, ou seja, as condições extremamente adversas dos anos que se seguiram à revolução. Não se podem desprezar ou minimizar aqueles fatores objetivos, a luta desesperada pela sobrevivência do novo Estado, isolado e agredido. Além disso, é bem diferente e mais fácil discutir tais erros hoje, *ex post*, travando apenas a guerra contra um texto e o papel, do que ter que enfrentá-los sob os horrores da guerra e da pressão de carências de todo tipo. No plano das idéias a opção é acertar ou errar e reavaliar mais à frente. Mas no campo da guerra a decisão muitas vezes tinha que ser matar ou morrer e nestas condições as conseqüências dos erros são mais graves, além do que é sempre mais difícil corrigi-los ainda no calor da luta. Aos bolcheviques não foram dadas muitas oportunidades de escolha. Nas condições da velha Rússia sitiada, imersa na guerra e na fome, é muito difícil estabelecer um limite claro entre o evitável e o inevitável, entre o temporário reversível e o irreversível.

Isso não tira o direito do historiador de buscar identificar e discutir os possíveis erros dos dirigentes bolcheviques que podem ter facilitado a consolidação do stalinismo. Se neste trabalho foi dedicado um espaço igual ou até maior a discussão de

tais equívocos não é por considerá-los mais importantes do que os fatores de natureza objetiva para aquele processo, mas porque sua discussão implica aprender com a história, para repensar o presente e o futuro. A não ser que se dê crédito a um determinismo histórico que a tudo vê como pré-destinado, uma opção consciente por parte dos bolcheviques de seguir outra rota em algumas questões talvez fosse a única chance de ter evitado a degeneração da experiência soviética. Os fatores objetivos não poderiam ser evitados, os erros talvez sim. A não ser que se dê crédito a um determinismo histórico cego, não se pode responsabilizar exclusivamente a história e a realidade pelos caminhos ou descaminhos que percorrem as sociedades e os atores sociais. A ação consciente e as escolhas dos homens, especialmente daqueles em importantes posições de comando, têm certo grau de autonomia e podem alterar – para o bem ou para o mal – o curso da história e, desse modo, acelerar ou frear certas tendências históricas.

Tais erros não parecem ter sido os elementos determinantes para o advento do stalinismo, mas sem dúvida contribuíram para o afastamento do regime soviético daqueles preceitos que Marx e Engels entendiam como definidores do comunismo, apontados anteriormente.

2.3.1 Uma nova Concepção sobre o Papel do Estado

Tomado o poder e vencida a guerra civil, os bolcheviques estavam diante do desafio de construir o comunismo com o material de um país imensamente atrasado e devastado. Faltavam, no entanto, aqueles pressupostos que Marx e Engels viam como necessários à edificação do socialismo. A maneira *como* esta questão foi enfrentada pelos bolcheviques, com *quais métodos,* a decisão sobre *quem* dirigia o processo parecem ter ajudado a marcar profundamente a natureza do sistema soviético.

Até o advento da Revolução Russa de 1917, a visão marxista clássica sobre o papel do Estado é que este era centralmente um instrumento de dominação de classe que, em uma perspectiva histórica, deveria desaparecer progressivamente com a abolição das próprias classes no socialismo (MARX, 1987). O Estado seria um organismo

para exercer a repressão organizada de uma classe sobre outra, *uma máquina de domínio de classe* (MARX, 1980, vol. 2), um comitê gestor dos interesses burgueses. O proletariado, ao expropriar os exploradores, extingue a necessidade de um aparelho burocrático de coerção e em primeiro lugar a polícia e o exército permanente.

Se o Estado é uma organização para manter a exploração e a opressão de uma classe sobre outra, com a expropriação e desaparecimento das classes capitalistas, ele deveria começar a desaparecer. Esta é a visão que se pode encontrar em Lênin até *O Estado e a revolução*, em que o dirigente soviético escreve:

> O proletariado tem necessidade do Estado, todos os oportunistas o repetem. Mas esquecem-se de acrescentar que o proletariado só tem necessidade de um Estado que vá desaparecendo, um Estado que *cedo* comece a desaparecer e não possa deixar de desaparecer. (1987a, p. 129, grifo nosso).

Criticando a visão anarquista de M. Bakunin, Marx aceitava a necessidade de que depois de tomar o poder a classe operária mantivesse o Estado nas mãos para cumprir as tarefas que a revolução impõe. Em uma escala histórica, suprimidas a propriedade privada e a exploração, já não haveria função para a máquina estatal, que devia, portanto começar a definhar. A ditadura proletária, ainda uma forma de Estado, seria *transitória* e teria essencialmente uma *função política*: exercer a ditadura para derrotar a reação burguesa.

A realidade russa, no entanto, não permitiria tão "cedo" o desaparecimento do Estado. No que se pode considerar uma crítica à visão clássica do marxismo sobre a função do Estado, Rudolf Bahro (1980, p.121) assinala que, nos países do "segundo mundo" pré-capitalista, como as formações asiáticas, a função de dominação de classe do Estado, destacada como essencial pelo marxismo, nem sempre foi a principal. Para ele, nessas formações:

> [...] devemos antes de mais nada reconhecer a *função civilizadora desempenhada pelo Estado* em toda a história da humanidade. Marx e Engels não ignoraram esta função, mas a atenção exclusiva dedicada por

> eles ao estudo da sociedade burguesa conduziu o movimento operário a elaborar uma concepção muito específica do Estado, em razão da qual se ressaltam acima de tudo sua função de dominação de classe e suas relações com os interesses particulares da classe economicamente dominante. Mas na história, em suas diferentes etapas, esta função foi sempre secundária. *O Estado é primordialmente a instituição encarregada da civilização.* (BAHRO, 1980, p. 122, grifo nosso).

O que Bahro sugere é que nos países subdesenvolvidos a aceleração do desenvolvimento e a superação do atraso secular só são possíveis através de uma grande cooperação social, o que por sua vez só pode se dar nesta época a partir da centralização do Estado. Os bolcheviques e Lênin, depois de terem redescoberto uma Rússia camponesa semibárbara, logo perceberam essa verdade que aponta Bahro. Após a revolução, *Lênin e seus companheiros vão derivar uma nova e diferente concepção do papel do Estado* para o período de transição, distinta daquela formulação clássica de Marx e Engels. Na falta de uma acumulação burguesa na Rússia, pré-condição para a instauração do socialismo, o Estado, sob a forma de ditadura do proletariado, teria que assumir outras funções, agora *econômico-culturais*. Assim como a Revolução Industrial foi premissa da riqueza européia, colocava-se a tarefa de industrializar e civilizar aceleradamente a Rússia, se esta quisesse recuperar o atraso em relação às nações européias. A rápida industrialização seria condição para superar a pesada herança feudal e a dormência asiática. *Antes da instauração do socialismo seria necessário construir, portanto, a sua base material.*

Esta opção não parece ter sido, no entanto, apenas uma escolha ideológica. Derivava da falta de uma civilização burguesa das forças produtivas na Rússia e também da necessidade imperativa de reconstruir o que foi devastado pela guerra civil, *alcançar os outros povos* e de dar condições ao novo Estado de estar preparado para repelir uma nova agressão, caso não quisesse ser riscado do mapa em uma nova investida das potências capitalistas centrais. Uma tarefa de tamanha envergadura conduziria inevitavelmente a uma visão de *Estado forte*, que longe de "cedo" desaparecer, teria que se *fortalecer* para conduzir a Rússia, como um *educador severo*, à civilização. A mudança de posição quanto a adiar o início do desaparecimento progressivo do Estado fica clara na formulação seguinte de Lênin, que se tornaria um programa guia para todo um período

histórico, enquanto não chegasse a revolução internacional, e que muito bem poderia ser usada para justificar a ditadura de Stalin:

> Enquanto na Alemanha a revolução tarda a "nascer", é nosso dever aprender do capitalismo de Estado alemão, adotá-lo *com todas as nossas forças*, não desprezando nenhum método *ditatorial* para acelerar ao máximo a sua introdução, assim como Pedro (o Grande) apressou a penetração da civilização ocidental na Rússia bárbara, sem recuar em seu empreendimento diante de métodos bárbaros necessários na luta contra a própria barbárie (apud BAHRO, 1980, p. 97).

A visão anterior de que o Estado deveria começar a desaparecer logo após a revolução parece ter se demonstrado utópica nas condições da Rússia de 1920. Este não poderia desaparecer em um mundo de carências, de incivilidade e com o perigo permanente de agressão dos diversos imperialismos. O programa bolchevique irá falar de um Estado forte apenas um ano e meio após a revolução. O adiamento do projeto de início da extinção do Estado, tão caro ao marxismo e ao próprio Lênin de alguns anos antes, teria assim que ser suspenso enquanto não mudasse o quadro internacional e a Rússia não estivesse minimamente civilizada. Apelava-se a um Estado forte, *tutor* e acima da sociedade, como no capitalismo [8], ou seja, tudo aquilo que o socialismo marxista se propunha a suprimir.

2.3.2 Substitucionismo

Se a tarefa que se impunha no horizonte imediato era industrializar aceleradamente e civilizar a velha Rússia e logo as demais nacionalidades que viriam a compor a URSS, colocava-se a questão: *quem* civilizaria e *quem* deveria ser civilizado? *Quem* dirigiria o Estado forte e exerceria a ditadura e sobre *quem* se aplicariam os métodos ditatoriais dos quais falava Lênin? Teoricamente, o poder deveria ser exercido pelos *soviets*, pela classe operária, pelo povo auto-organizado, ou seja, a classe operária e o povo eram os *sujeitos* da revolução. Os *soviets*, entretanto, tiveram existência muito curta. ANWEILER (1975) mostra que por volta de 1920 eles praticamente já não existiam

[8] Os bolcheviques, e em especial Lênin, pelo que se pode perceber em seus textos, pareciam estar bastante impressionados com a eficiência do capitalismo guerreiro alemão durante a Primeira Guerra Mundial.

enquanto organismos dotados de vida política. Refluíram por várias razões: primeiramente, pelas adversas condições de guerra, pelo quadro de carências, cansaço, recuo das massas e desmoralização dos quadros; os outros fatores foram, o estabelecimento de uma centralização de tipo militar sobre quase toda a vida da sociedade e sobre todos os organismos sociais existentes no país, assim como a política de supressão dos demais partidos soviéticos, aplicada pelos bolcheviques.

Por outro lado, a classe operária que realizara a Revolução de Outubro fora consumida pela guerra civil, tinha sido assimilada nos imensos aparatos do partido ou do Estado em formação ou se dispersara pela fome em direção às aldeias. Na avaliação de Lênin: "As fábricas, os estabelecimentos estão parados; o operariado está debilitado, dividido, prostrado". [...] "Na medida em a grande indústria capitalista está destruída, as fábricas e as empresas não funcionam, desaparece também o proletariado" (apud BAHRO, 1980, p.107). Ou seja, a classe operária que realizara a revolução de outubro já não existia, tendo sido substituída por uma leva de novos trabalhadores de origem camponesa e sem nenhuma experiência política. Ora, *uma classe que já não existia*, não poderia ela mesma *governar,* como deixa claro Lênin:

> Não temos outro apoio a não ser os milhões de proletários, os quais são incultos, em sua maior parte ignorantes, pouco evoluídos, grosseiros, mas que como proletários, seguem seu partido. [...] Saberá talvez o operário como se deve governar o Estado? (apud BAHRO, p. 105)

Nesse quadro, Lênin não deixa dúvidas sobre *quem* naquela situação deveria exercer a ditadura: o partido, reunindo a vanguarda. E explica: "Resulta disso que o partido absorve em si, por assim dizer, a vanguarda e que esta realiza a ditadura do proletariado" (apud BAHRO, p. 105). Passagens com o mesmo conteúdo podem ser encontradas em diversos outros escritos de Lênin da época.

Também Trotsky, na época, seguia o pensamento substitucionista de Lênin, dominante na liderança do PCUS:

> Hoje recebemos uma proposta do governo polaco para concluir a paz. Quem deve decidir sobre a questão? Temos o Conselho de Comissários do Povo, mas este também deve estar sujeito a certo controle. Controle de quem? O controle de uma *classe operária como uma massa informe, caótica*? Não. O Comitê Central do partido se reúne com objetivo de discutir a proposta e decidir se deve ser respondida. E quando devemos conduzir uma guerra, organizar novas divisões e encontrar os melhores elementos para elas? A quem nos dirigimos? Nos dirigimos ao partido. Ao Comitê Central. E ele envia orientações a cada comitê local para que se encarregue de designar os comunistas à frente. O mesmo se aplica à questão agrária, à questão do abastecimento e a *todas* as demais questões. (apud MANDEL, 1995, p. 118, grifo nosso).

Nessa concepção, *o partido substitui a classe trabalhadora* e seus organismos próprios que, àquela altura, já não tinham qualquer independência real em relação ao Estado. Já não havia o que os *soviets* e os sindicatos debaterem e decidirem, pois as decisões já estavam previamente tomadas dentro do partido, que tinha controle sobre estes organismos. Restava a eles, então, apenas chancelar as decisões do partido, o que os esvaziava de qualquer vida política, tornando-os apenas uma extensão daquele, sem qualquer autonomia. [9] O campesinato e mesmo o proletariado soviéticos, ignorantes, incultos, precisariam ser, *antes*, *educados, civilizados* pelo partido, portador da teoria revolucionária, para só *depois,* quando estivessem prontos, serem admitidos no poder. [10] Ou seja, se a grande massa do povo e mesmo o proletariado, agora "massas informes", "caóticos", não são ou não foram ainda educados, instruídos e por isso não podem eles mesmos governar, deverão ser, portanto *governados* pelo partido. Já por volta de 1920, na ausência de qualquer organismo autônomo dos trabalhadores, o poder no país se assentava quase que exclusivamente no *poder do partido.* Essa opção, ainda que pensada como temporária, será depois transformada pelo stalinismo no axioma *o poder do partido = poder da classe operária*, que mesmo parte da esquerda crítica ao stalinismo reproduz até hoje.

---

[9] A respeito do esvaziamento dos organismos sociais soviéticos como decorrência da supressão do debate político em seu interior, pode-se consultar o esclarecedor trabalho de Victor Serge, *O ano um da Revolução Russa* (1969).

[10] Ernest Mandel, questionando tal visão substitucionista aborda assim a questão: "A questão é se uma direção partidária tem o direito de *impor* às 'massas ignorantes' seus próprios conceitos, substituir com sua suposta sabedoria o processo de auto-educação e autocorreção das próprias massas, o qual deveria obviamente estimular" (1994, p. 151).

A vanguarda já não representaria os interesses imediatos da classe operária, mas apenas seus interesses históricos, futuros. Os dirigentes já não se sentiam representantes diretos da base, eleitos e revogáveis a qualquer momento por esta, como na visão de Marx, apoiada na experiência da Comuna de Paris. Sentiam-se responsáveis unicamente perante as instâncias superiores do partido que os nomeara e como representantes de uma teoria revolucionária entre os trabalhadores. Dessa forma, também o partido passa a ser *tutor, guia, educador severo* da classe operária e do povo. Já não haveria uma ditadura do proletariado, se ela for entendida no sentido de uma ditadura exercida diretamente pelos próprios organismos da maioria auto-organizada como sugeria Marx, mas uma ditadura do partido, ainda que para Lênin, Trotsky e a direção bolchevique a premissa fundamental de existência do poder da classe operária, de uma ditadura proletária, continuava existindo, mas *através do partido*, ou seja, em um sentido histórico-teórico.

A visão substitucionista será aprofundada com a política de *direção unipessoal das empresas* já no início da década de 20. O quadro de cansaço, desmoralização e confusão da guerra civil gerava, inevitavelmente, elementos de caos, indisciplina, desorganização, paralisação de empresas e queda na produção, o que ameaçava a própria existência do novo Estado. Por outro lado, a maioria dos homens não é diligente por sua própria natureza, não trabalha além do necessário para sua sobrevivência por livre e espontânea vontade, ainda mais em um país de baixa produtividade social como a Rússia, que não havia passado pela escola disciplinadora do capitalismo. Os bolcheviques adotaram então a política de nomear e investir de poderes executivos um único dirigente profissional para cada empresa, que, acompanhado de um comissário operário – além da ajuda do partido no controle dos sindicatos, agora revalorizados pelos bolcheviques –, faria os planos, imporia a disciplina e conduziria as empresas como melhor entendesse, sem controle dos trabalhadores. Diante do quadro de baixo nível cultural e da falta de comunistas qualificados para dirigir as empresas, milhares desses e*specialistas* – que deviam ser remunerados com salários muito acima da média dos trabalhadores – foram recrutados para dirigi-las. Eram oriundos, em sua maioria, das classes derrotadas do antigo regime e traziam de volta, portanto, as tradições das velhas relações sociais. Sem a supervisão e o controle do coletivo dos trabalhadores, seriam responsáveis apenas perante o partido que os nomeara. Quando os setores que se opunham à indicação de dirigentes

unipessoais nas empresas propuseram eleições para escolher os diretores, Lênin repeliu com firmeza as tentativas de pôr em discussão a política de nomeações adotada pelo partido (BAHRO, 1980, p. 106).

Tudo muito diferente da sonhada supressão da hierarquia estatal, das eleições diretas e da revogabilidade direta dos servidores do Estado sob controle público, como era a proposta de Marx a partir da experiência da Comuna de Paris. No processo de produção social, *a antiga divisão social do trabalho*, isto é, a separação entre trabalho intelectual e trabalho físico, entre trabalho de planificação, de comando, e de simples execução, ou seja, entre trabalho alienado e trabalho consciente, cuja necessidade de supressão era uma bandeira tão cara ao marxismo, seria dessa forma mantida e perpetuada pelo stalinismo.

Os trabalhadores foram sendo assim marginalizados e, com a captura do poder pela burocracia stalinista, passaram a não ter qualquer controle sobre seus dirigentes ou sobre o aparato do partido e do Estado, que se autonomizaram completamente. Aos trabalhadores se pedia disciplina acrítica para retomar e acelerar a produção e que entendessem que os sacrifícios que lhes eram exigidos, como o de abrir mão da democracia e aceitar a *direção unipessoal* nas empresas para retomar e elevar a produção, eram praticados em seu interesse, se não imediato, mas futuro, histórico. Como o proletariado era considerado sem preparo para dirigir, suas funções estavam sendo temporariamente "delegadas", transferidas à vanguarda e aos *especialistas,* ainda que naquele momento isto fosse visto apenas como uma mediação. Ao final, tudo dependeria da capacidade do partido de manter a pureza socialista, o altruísmo, o ascetismo revolucionário e, também, impedir a formação de uma nova burocracia, como parecia acreditar Lênin. Uma aposta de alto risco como logo se veria. Quem dominaria quem? E se o próprio partido fosse tragado pelo atraso, fosse corrompido pela ação deformante dos privilégios do poder, dos favores e vantagens da velha máquina estatal, da cultura das antigas classes, ou seja, se transformasse ele mesmo em uma burocracia? Qual seria a alternativa a isso se os trabalhadores e o povo alijados do poder já não tinham qualquer organização autônoma e a democracia soviética estava suprimida? Como a auto-atividade das massas era muito reduzida, o poder estava ali bem perto da burocracia. Para capturá-lo era necessário apenas um passo, bastava apenas

encontrar um dirigente que lhe desse as credenciais socialistas: Stalin. Assim a história deu seu veredicto: em pouquíssimo tempo o vencido tragaria o vencedor. [11]

Como mostraram Marx e Engels em diversas obras, entre elas *A Ideologia Alemã* (1987), toda burocracia, como estrato social particular, com tarefas diferenciadas dentro do processo de produção social, uma vez no poder nunca deixou de se *autonomizar* e transformar sua função de direção em um instrumento de exploração da massa de trabalhadores que está na base da pirâmide social. Na história dos diferentes modos de produção, foi exatamente dessa diferenciação de funções, da divisão social do trabalho, que apareceram o Estado permanente, as classes sociais e a exploração de uma classe sobre a outra. Lênin e Trotsky talvez tenham minimizado, mais uma vez, o peso do passado, os imensos riscos de uma autonomização da burocracia na formação *soviética* – o que acabou por se dar – e o surgimento de um novo "despotismo oriental", superavaliando a força do partido para evitar tais deformações sem a atividade autônoma dos organismos das próprias massas. A orientação substitucionista facilitou indiscutivelmente o caminho para ascensão de uma nova burocracia na URSS, assim como a política de nomeações sem dúvida ajudou Stalin a formar a sua legião de seguidores. No final da sua vida, Lênin ensaiou uma ofensiva contra a burocracia, mas a morte o impediu de realizá-la. Trotsky, igualmente responsável pela orientação substitucionista, teve o mérito de ser o mais importante dirigente a revelar, muito cedo, o fenômeno da burocracia soviética. Mas aparentemente já era tarde. Ao deixarem em segundo plano a organização autônoma das massas, por acreditarem em demasiado na capacidade do partido de conduzir o processo, minimizando o risco de que fosse corrompido, descartaram talvez a única possibilidade – ainda que esta fosse escassa, caso se mantivesse o quadro de isolamento internacional – de impedir o fenômeno burocrático através da auto-atividade das massas, de seu auto-aprendizado, da elevação de sua autoconfiança, ou seja, da escola política que teria sido para as "atrasadas" massas soviéticas a discussão democrática em seus próprios organismos sobre os objetivos

[11]Já em 1922, Lênin, ao se dar conta do tamanho do monstro burocrático e da corrupção que já tomava conta dos meios dirigentes, alertou o XI Congresso do partido: "Mais de uma vez aconteceu na História ter o vencedor adotado a civilização do vencido, se esta era superior. A cultura da burguesia e da burocracia russa era miserável, sem dúvida. Mas as novas camadas dirigentes não são ainda superiores a essa cultura. 4700 comunistas responsáveis dirigem em Moscou a máquina governamental. Quem dirige e quem é dirigido? Tenho dúvidas que se possa dizer que são os comunistas quem dirige" (LÊNIN, 1980, vol. 3, p. 589).

e os meios para alcançá-los, ainda que isso implicasse errar, se autocorrigir e avançar mais lentamente no terreno econômico.

2.3.3 Economicismo

Tanto a nova visão do papel do Estado como civilizador e educador severo da sociedade como a orientação substitucionista parecem ter derivado de uma concepção *economicista* de construção do socialismo, presente no pensamento de Lênin e da liderança bolchevique. Como para o marxismo original não haveria socialismo se não existissem as bases materiais necessárias, seria preciso construí-las *antes,* ainda que, como visto na acepção de Lênin, fosse através de métodos bárbaros. Muito afeito às palavras de ordem, Lênin deu certa vez uma definição muito sintética do socialismo: "O poder dos *soviets*, mais a eletrificação" (1980, vol. 3, p. 429). Mas se, naquele momento, já não havia de fato o poder dos *soviets* – a não ser que fosse entendido unicamente como poder do partido –, decorre que o socialismo estaria reduzido a "eletrificação", que deveria ser alcançada através da condução férrea do Estado dirigido pelo partido. Por essa visão, o acento no processo de edificação do socialismo é posto em seu *aspecto técnico-econômico,* na industrialização acelerada, no desenvolvimento da técnica e da infra-estrutura, e muito menos no *aspecto político*, ou seja, de construção de relações democráticas e igualitárias entre os produtores, de superação progressiva da divisão social do trabalho e da auto-organização da sociedade, como defendido pelas correntes socialistas e pelo o marxismo. A ótica economicista pressupunha que o aumento da produção material, que reduzisse a indigência material, as carências, através da industrialização acelerada do país, retiraria as causas da competição individual, base da "imundice anterior" de que falaram Marx e Engels, e poderia levar mais à frente a uma sociedade em que o nível cultural mais elevado e uma maior oferta de bens permitissem o estabelecimento de relações mais iguais na esfera da repartição. Mesmo Trotsky foi prisioneiro da visão economicista. Em 1936 ele escreve:

> A redução do Estado a funções de "recenseamento e de controle", diminuindo sem cessar as funções de coerção, como o programa exigia, *supunha um certo bem-estar. Faltava esta condição necessária.* A ajuda do Ocidente não chegava. O poder dos Soviets democráticos revelava-se

> incomodativo e mesmo intolerável quando se tratava de favorecer os grupos privilegiados indispensáveis à defesa, à indústria, à técnica, à ciência (1977a, p. 99, grifo nosso).

Decorre daí que, se faltavam condições econômicas, isto é, a base material do socialismo, ela teria que ser construída *antes,* na visão dos dirigentes bolcheviques do início da década de 20, ainda que por meios coercitivos, à espera que *depois*, quando o desenvolvimento econômico acelerado assegurasse um mínimo de bem-estar, se pudesse instaurar uma democracia socialista real. A tradição economicista permeou todo o debate econômico realizado na URSS na década de 20. Mesmo a Oposição de Esquerda dirigida por Trotsky, que irá fazer da luta democrática contra a burocracia o foco de sua luta após a morte de Lênin, parece ter sido prisioneira da tradição economicista no que se refere a ver o socialismo centralmente como uma construção econômica. Isto pode ser verificado pela leitura dos textos da polêmica, como na obra *A Nova Econômica* (1979) de Preobrajensky. A visão economicista será assumida e radicalizada pela burocracia stalinista na década 30, com grandes planos econômicos, aplicados através do terror burocrático e de métodos totalitários sobre a sociedade. Tal concepção, que vê a edificação do socialismo nos países atrasados primeiramente através de grandes transformações econômicas de sua base material, dando menor importância ao tipo de relações políticas que se estabelecem entre os trabalhadores e as estruturas dirigentes, como também à superação da divisão social do trabalho e à auto-organização da sociedade, parece permear até hoje o pensamento de amplos setores do movimento socialista, mesmo daqueles que criticaram o stalinismo.

Apesar de que é possível encontrar nas obras de Marx e Engels muitas passagens nas quais os autores sugerem a rápida ampliação das forças produtivas após a extinção do capitalismo [12], eles nunca imaginaram nem sugeriram um Estado proletário civilizador, acelerador do desenvolvimento econômico por métodos coercitivos sobre os trabalhadores e a sociedade, como tiveram que fazer Lênin e os bolcheviques, em uma espécie de *despotismo econômico socialista.* Como Marx e Engels consideravam que o

---

[12] Em algumas obras, Marx e Engels chegam a sugerir uma função econômica para o Estado, como se pode encontrar no *Manifesto Comunista* (1980, vol. 1). Mas na maioria de suas obras acentuam as funções políticas do Estado no socialismo.

Estado, em sua última forma absolutista na Europa, continente no qual formaram sua visão de mundo, já tinha esgotado o seu papel progressivo, dificilmente poderiam propor tal função para a máquina estatal no socialismo. É importante lembrar mais uma vez, entretanto, que a orientação de aceleração do desenvolvimento por métodos bárbaros adotada pelos bolcheviques não foi simplesmente uma escolha teórica, desvinculada da adversa realidade dos anos que se seguiram à revolução.

Charles Bettelheim dedica quase todo o Volume II de sua *A Luta de Classes na União Soviética* (1983) a discutir e explicar como a tradição economicista influenciou as opções tomadas pelos bolcheviques nos anos que se seguiram à revolução. Considera-se aqui que Bettelheim se equivoca ao concluir que devido à permanência de características peculiares à sociedade burguesa dentro da formação soviética, esta poderia ser classificada como *capitalismo de Estado.* Contudo acerta ao apontar que o predomínio da visão economicista favoreceu a formação de um despotismo econômico burocrático na URSS.

A realidade parece ter negado razão à expectativa da tradição economicista de que o desenvolvimento acelerado das forças produtivas poderia, ao reduzir as carências, instaurar relações menos desiguais. Em sua obra *A Alternativa* (1980), escrita já na década de 70, Rudolf Bahro questiona o porquê de mesmo depois de a URSS e outros países do Leste Europeu estarem relativamente industrializados, educados e civilizados, ou seja, de ter construído uma base material já muito pujante e provavelmente superior àquela que Marx enxergava nos países desenvolvidos da Europa do Século XIX, as desigualdades políticas e sociais permaneciam bastante acentuadas em seu interior.

Ao discutir como deveria se dar o processo produtivo no socialismo, em alguns dos seus mais importantes trabalhos, como *O Capital* (1988), os *Grundisse* (1997, 1998) e *A Ideologia Alemã* (1987)), Marx sempre sustentou que em uma sociedade sem classes o conjunto dos produtores deveria *controlar seu próprio trabalho*. Bahro (Ibid., p. 139) reforça que a construção do socialismo não pode ser vista simplesmente como decorrência da redução da desigualdade na esfera da distribuição, como a edificação de uma sociedade que oferta quantidades cada vez maiores de bens e serviços para a população, decorrente da industrialização, do progresso material acelerado, mas sim e

essencialmente da superação ao mesmo tempo da divisão social do trabalho, ou seja, da eliminação da separação entre os que comandam e os que executam alienadamente o processo de trabalho. Segundo o autor era nessa diferenciação de funções que residiam a origem e a perpetuação de toda desigualdade política e social que subsistia nos países do Leste Europeu. Argumenta que, já na década de 70, tanto na URSS quanto nos demais países do *bloco socialista,* ou no *socialismo realizado,* para usar termos correntes da liderança soviética à época, continuavam gritantes e escandalosas as diferenças sociais. Para Bahro, não poderia haver socialismo sem a superação da divisão da sociedade entre "sábios" e "subalternos", entre "superiores" e "gente comum", ou seja, sem acabar com a alienação no trabalho para milhões de trabalhadores. Ou seja, para Bahro:

> Universalidade e totalidade são, naturalmente, valores qualitativos, não quantitativos. Isto quer dizer que a possibilidade real de participar da *síntese* do processo histórico é o único caminho para evitar uma existência subalterna (1980, p. 141).

Ainda que seja possível encontrar, mesmo em seus últimos escritos, uma visão sobre o processo de transição na qual o viés economicista parece ainda predominar, Trotsky também se deu conta de que, mesmo após o forte surto de industrialização na URSS da década de 30, a construção do socialismo pela via essencialmente econômica não dava os resultados esperados em termos da redução da desigualdade social. Em *A Revolução Traída* (1977a), já em 1936, após os grandes avanços dos primeiros planos qüinqüenais, constatava:

> Como e porque os enormes êxitos econômicos dos últimos tempos, em vez de conduzirem a uma diminuição da desigualdade, a agravaram, aumentando ainda mais a burocracia, que de "deformação", se tornou sistema de governo? (1977a, p. 99).

Indiscutivelmente, como já se apontou na introdução deste trabalho, em todos os países em que ocorreram revoluções socialistas no século passado, deram-se

grandes avanços sociais para seus povos, frutos da erradicação da propriedade privada e do planejamento. No entanto, como se pode constatar, as diferenças políticas e sociais não foram eliminadas. Os privilégios e a corrupção da burocracia soviética eram bastante conhecidos. As razões que parecem explicar o porquê de as desigualdades não terem sido eliminadas mesmo com grandes aumentos da produção material derivam tanto das estruturas de poder nesses países, quanto de mudanças no perfil das necessidades humanas que decorrem da evolução, da urbanização, do maior grau de escolarização e do desenvolvimento tecnológico.

Uma primeira razão é que os setores burocráticos, ao menor sinal de aumento do excedente econômico, não renunciam voluntariamente à possibilidade de aumento de seu consumo, mesmo que seja em detrimento da massa de produtores, alijada do controle da repartição. Com o aumento da produção, os setores que têm o poder na mão e controlam a repartição, não deixavam de reservar para si se não a maior, pelo menos a melhor parte da produção social, ou seja, os apetites de qualquer burocracia serão sempre crescentes. Em segundo lugar, existe o fator da mudança do perfil e do grau das necessidades humanas decorrentes do desenvolvimento da sociedade industrial e urbana. O volume e o tipo de produção que poderiam ser suficientes para satisfazer as demandas sociais em uma época já não o são poucos anos depois. Com o desenvolvimento tecnológico, a elevação do nível cultural e a evolução dos costumes, as necessidades do homem moderno vêm se ampliando.

Se ao tempo em que Marx escreveu, as demandas básicas do ser humano podiam ser supridas modestamente por artigos primários, na década de 30 do século passado, era impossível pensar em um país desenvolvido sem acesso de pelo menos boa parte da população ao automóvel ou ao transporte público motorizado. Mas a URSS continuava, já ao final da década de 30, atrasada nesse terreno. Desta forma, torna-se difícil precisar o que seria a base material do socialismo. A idéia marxista de *abundância* deve ser rediscutida em função das mudanças no perfil das necessidades humanas em uma sociedade industrial moderna. Apesar de todas as mazelas, crises e guerras que trouxe à humanidade durante o Século XX, o capitalismo ampliou a produtividade social e a oferta de bens e serviços nos países centrais em um ritmo nunca antes imaginado. Nem por isso, nesses países, as diferenças sociais foram reduzidas continuamente, o

que impõe rever a visão economicista de que um maior desenvolvimento material possa automaticamente reduzir a base para a desigualdade social. Isto só poderia se dar se, ao mesmo tempo, se modificarem as relações de poder na sociedade e no processo produtivo.

Nas difíceis circunstâncias impostas pela guerra civil, dificilmente os bolcheviques poderiam ter prescindido do trabalho dos especialistas ou da ditadura do partido para acelerar a produção. Mas vencida a guerra, com o poder relativamente consolidado, não parecia haver impedimentos para que se iniciasse uma transição à formas mais coletivas de gestão. A experiência histórica da URSS parece ter demonstrado que o desenvolvimento acelerado das forças produtivas por si só não é suficiente para eliminar a desigualdade e estabelecer relações socialistas entre os homens. Na visão dos pais do marxismo, a edificação de um mundo novo não era pensada, primeiramente, como uma decorrência da aceleração do desenvolvimento técnico-econômico, do aumento da oferta de bens e serviços e um pouco mais de igualdade na repartição. Tanto quanto ou mais do que essa premissa, o socialismo original pressupunha, *desde o início*, o estabelecimento de relações minimamente democráticas entre todos os participantes da produção social para decidirem eles mesmos, livre e democraticamente, tanto os objetivos como a forma de organização do processo produtivo, ou seja, a *superação de qualquer divisão ocupacional do trabalho*, o que só poderia se dar com a sociedade auto-organizada como uma grande e fraterna Comuna.

2.3.4 A Proibição dos demais Partidos Soviéticos e das Frações no Partido. O Partido Único

Durante a guerra civil, devido à polarização existente com as forças da reação, tornava-se difícil distinguir os críticos leais do regime dos inimigos. Quando, em função do descontentamento pelas péssimas condições de vida, no início de 1920, em Petrogrado, celeiro da Revolução, alastrou-se um movimento grevista dirigido pelos mencheviques, este foi reprimido pelos bolcheviques (REIS FILHO, 1997, p. 83). A repressão à rebelião dos marinheiros da base naval de Kronstadt também parece ter contribuído para aprofundar o divórcio entre os bolcheviques e amplos setores do proletariado e outras correntes soviéticas que tinham

participado nas fileiras revolucionárias alguns anos antes. [13] Em uma situação de guerra era compreensível que qualquer setor crítico à política dos bolcheviques fosse visto com desconfiança, como potencial aliado da reação e como uma ameaça ao poder soviético, representado pelo partido comunista. Nas difíceis condições de agressão e risco para a revolução, a limitação ao direito de crítica foi justificada em nome da unidade contra o inimigo.

Mesmo vencida a guerra civil, para os bolcheviques o país continuava permanentemente ameaçado. Nesse quadro, os demais partidos soviéticos foram banidos em 1921, já ao final dos conflitos. Ao mesmo tempo, a proibição da existência de frações internas ao próprio partido foi justificada pela necessidade da unidade total do campo partidário para enfrentar a reação. As constantes ameaças ao poder revolucionário e a conseqüente militarização de toda vida da sociedade levaram também os bolcheviques a impor diversas limitações aos direitos democráticos básicos dos trabalhadores e da população como, por exemplo, restrições às mudanças de empregos e aos deslocamentos dentro do país. Os *soviets*, sindicatos, comitês de fábrica, etc. foram todos submetidos a estrito controle por parte do partido e do Estado.

O conjunto dessas medidas, ainda que vistas como transitórias, terminou por gerar um quadro de monolitismo na sociedade, o engessamento da vida política do país e sem dúvida preparou o caminho para a consolidação do regime ditatorial. O stalinismo

---

[13] A revolta de Kronstadt é um dos episódios mais controversos da história do período inicial do regime soviético. Em 2 de março de 1921, os marinheiros de Kronstadt, uma das forças de vanguarda das fileiras revolucionárias durante o ano de 1917, se declararam solidários aos grevistas de Petrogrado e em rebelião contra o poder bolchevique. Além de solidariedade aos grevistas, os revoltosos exigiam em suas publicações liberdade de manifestação para todas as correntes políticas; libertação de todos os presos políticos; formação de uma comissão independente para investigar as denúncias de existência de campos de trabalho forçado e eleições diretas para renovar os *soviets*, através de voto universal e secreto, conduzidas por comissões multipartidárias, independentes do Estado, ou seja, sem o controle exclusivo dos bolcheviques. Os bolcheviques buscaram negociar. Atendendo a algumas das reivindicações dos grevistas, conseguiram fazer o movimento fabril refluir. Mas os marinheiros, armados, não se demonstraram dispostos a abrir mão de suas reivindicações políticas. Para os bolcheviques havia ali o dedo da contra-revolução, sobre o que não faltaram insinuações. No dia 7 de março, com o início do bombardeio da base, uma luta sangrenta se abriu entre dois campos de forças que outrora estiveram do mesmo lado da trincheira, se prolongando até 18 de março, com a derrota da revolta pelas forças do governo bolchevique. O saldo foi de milhares de mortos e feridos de ambos os lados e mais de 2500 prisioneiros entre os rebelados que foram deportados ou fuzilados (Aarão: 1997:84). Na história oficial soviética, já na era stalinista, a revolta de Kronstadt foi associada com a reação *branca*. Trotsky, em um pequeno livro escrito sobre a revolta, considera que houve insensibilidade na condução do conflito de parte de Zinoviev, dirigente do partido em Petrogrado, mas justifica a ação dos bolcheviques, sem a qual, segundo ele, estaria ameaçado o poder soviético. Para ele teria sido, portanto, uma ação inevitável para o avanço da revolução.

posteriormente transformará uma contingência em código. Por essa lógica, em um quadro de guerra, qualquer crítica, qualquer divisão de opiniões no campo revolucionário ou no partido fará o jogo do inimigo e estará equivocada por princípio. Mais tarde o regime de Stalin irá elevar à condição de crime contra o Estado qualquer dissidência.

Em uma passagem considerada por muitos como uma autocrítica em relação àquela orientação de supressão dos demais partidos e das facções internas no partido comunista, medida esta tomada *antes* da consolidação do domínio de Stalin e à qual teria dado aval, Trotsky diz:

> A ditadura do partido bolchevique foi, para a história, um dos mais poderosos instrumentos de progresso. Mas, como diz o poeta, *Vernunft wird Unsinn, Wohltat Plage*. (A razão é loucura, a felicidade tormento). A interdição dos partidos de oposição acarretou a interdição de facções; a interdição de facções conduziu à interdição de pensar de modo diferente do chefe infalível. O monolitismo policial do partido teve como conseqüência a impunidade burocrática, que se tornou por sua vez a causa de todas as variedades de desmoralização e de corrupção (1977a, p. 138).

As restrições seguiram e foram até reforçadas mesmo depois do término da guerra civil, com as forças da reação temporariamente derrotadas, quando talvez já fosse possível adotar um outro curso político. O monolitismo no partido e na sociedade impediu qualquer forma de autocontrole e autocorreção de curso que se contrapusessem ao fenômeno burocrático, o que só poderia ocorrer com liberdade de expressão e organização autônoma dos trabalhadores e da sociedade.

Como já se assinalou, os erros que possam ter cometido os bolcheviques não parecem ter sido os elementos determinantes para a consolidação do caráter ditatorial do regime soviético após a vitória de Stalin. Os fatores de natureza objetiva, as condições extremamente adversas pelas quais passava o país, especialmente as agressões, que impunham um permanente estado de sítio ao país, não podem ser desconsiderados e não possibilitaram muitas escolhas aos bolcheviques. Todas as medidas classificadas aqui como sendo equivocadas foram tomadas como *mediação,* à espera que o despertar da revolução na Europa e seu alastramento no resto do mundo alterassem favoravelmente a situação para a construção do socialismo na URSS. Como a História trabalha sobre o que aconteceu e não sobre o que poderia ter acontecido, não se pode discutir

muito em um trabalho de natureza histórica quais outras condições diferentes a extensão da revolução na Europa teria colocado para a edificação do socialismo na URSS. Sendo assim, não se pode creditar o fenômeno do stalinismo primeiramente aos possíveis erros dos bolcheviques, desconsiderando os fatores objetivos do ambiente nacional e internacional, como fazem muitos autores. As medidas adotadas pelos bolcheviques foram decididas como reação a um quadro desesperador, principalmente como resposta à agressão militar que partia das potências capitalistas e, além disso, eram vistas como transitórias. Por isso não justificam e nada dizem a favor dos crimes da ditadura burocrática de Stalin.

Lênin, apesar de defender uma férrea ditadura do partido nas condições do início da década de 20, a pensava estritamente como um meio para civilizar a Rússia, e nunca como uma ditadura burocrática e totalitária sobre o povo e os trabalhadores. Para ele, mesmo a utilização de métodos coercitivos na produção para acelerar o progresso do país, quando da adoção da direção unipessoal nas empresas, tinha um caráter econômico e técnico-educativo e não eliminava a necessidade do controle vindo de baixo. Em 1918, escreveu:

> Quanto mais decididamente tivermos hoje de exercer um poder desapiedadamente forte, a ditadura de pessoas específicas em determinados processos de trabalho e em momentos particulares nos quais são necessárias funções *exclusivamente* executivas, tanto mais variados e múltiplos deverão ser os métodos e as formas de controle a partir de baixo, a fim de eliminar até a menor possibilidade de deformação do poder soviético e de extirpar sempre, de modo incansável, a erva má do burocratismo (apud BAHRO, 1980, p. 95).

Stalin irá transformar, entretanto em código *permanente* aquilo que para Lênin era apenas *extraordinário, transitório.* Além disso, Lênin, como já se assinalou, ao perceber a magnitude do fenômeno burocrático e os métodos grosseiros e brutais de Stalin contra qualquer oponente político, preparou-se para abrir a luta no partido, mas a doença o paralisou. Historiadores marxistas como Isaac Deutscher (1966, p. 238-70) e Moshe Lewin (1970), demonstraram que quando Lênin mal começou a perceber os perigos da orientação substitucionista e de concentração de todo poder no partido, foi atropelado pelo contexto histórico e levado pela morte. Trotsky, após dar-se conta da degeneração burocrática e do papel de Stalin à frente da nova burocracia, conduziu toda uma luta pelo restabelecimento

da democracia na sociedade e no partido, o que lhe valeu o exílio e depois a morte sob a orientação de um agente de Stalin.

Assim mesmo, não se podem desconsiderar os erros dos bolcheviques que podem ter ajudado a preparar o caminho para a burocracia soviética e para Stalin. Em *Before Stalinism* (1990) um minucioso estudo realizado sobre o período anterior a Stalin, Samuel Farber faz uma clara distinção entre o governo bolchevique dos primeiros anos e o stalinismo. Mas apesar de pecar por não haver dado o peso devido às questões de natureza objetiva, às condições deveras adversas que enfrentaram os bolcheviques nos primeiros anos, especialmente às agressões realizadas pelas potências capitalistas à jovem URSS, este autor demonstra como algumas das práticas bolcheviques pavimentaram a estrada para Stalin. Foi nos exageros de algumas formulações de Lênin, na política de nomeações, na supressão dos demais partidos e da democracia dos *soviets*, na tutela de todos os organismos sociais pelo partido, na visão de Estado forte dirigido com "métodos bárbaros" por um único partido, na ausência de uma legalidade constitucional socialista – ainda que tais medidas fossem justificadas pelas difíceis condições de atraso e da guerra civil – que a burocracia dirigida por Stalin iria encontrar credenciais leninistas para justificar seus métodos e suas atrocidades contra quem se pusesse em seu caminho.

3 DO DEBATE ECONÔMICO DA DÉCADA DE 20 AOS GRANDES PLANOS QÜINQÜENAIS E AO TERROR DA DÉCADA DE 30: A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA SOVIÉTICO

3.1 O QUADRO APÓS A GUERRA CIVIL

3.1.1 O Fracasso do Comunismo de Guerra

A guerra civil que irrompeu em março de 1918 se estendeu até 1921 e foi encerrada com a vitória incontestável do Exército Vermelho sob o comando de Trotsky. A vitória contra as tropas *brancas,* apoiadas por forças de intervenção de quatorze países teve, entretanto, um custo altíssimo. Os bolcheviques herdaram não só um país atrasado e isolado, mas também arruinado pela guerra civil, fato que aprofundou terrivelmente o atraso material na Rússia. O desemprego era massivo e a fome se alastrou. Com a irrupção da guerra civil já em março de 1918, os bolcheviques, por uma questão de sobrevivência, estabeleceram um regime de controle rigoroso da produção e da distribuição, conhecido como *comunismo de guerra.* Toda a vida econômica teve que ser subordinada a necessidade das frentes. Para Trotsky, "o comunismo de guerra, foi, no fundo, a regulamentação do consumo numa fortaleza sitiada" (1977a, p. 69). A característica essencial desse período foi a política de requisições dos excedentes dos camponeses. Forçados a entregar ao Estado seu excedente de produção e comprimir mesmo aquela parcela necessária à sua sobrevivência, os camponeses limitavam o plantio e escondiam os estoques para burlar as requisições e comercializá-los no mercado negro. Inicialmente, aterrorizados pelos brancos, apoiaram os bolcheviques, apesar da política de requisições, já que a distribuição de terras operada pela revolução agrária tinha permitido uma maior democracia econômica no campo. A política de requisições invertia, entretanto o sentido de concessões aos camponeses. Dessa forma, na medida em que se vislumbrava a derrota das forças da reação, as revoltas camponesas e mesmo os atentados contra os emissários comunistas tornaram-se freqüentes.

Em um quadro de desespero e carências de todo tipo, o *comunismo de guerra* baseava-se no mais rígido igualitarismo, restringindo qualquer espaço para o

interesse individual. Optou-se pelo confisco dos excedentes dos camponeses e às vezes até de sua criação, seus cavalos, etc. Foram proibidos quaisquer empreendimentos privados, tanto na produção quanto no comércio. A antiga moeda, o rublo, que de toda forma já não valia quase nada – era, para os camponeses, "papel pintado" –, foi abolida e estabeleceu-se um rigoroso sistema de racionamento universal. Como havia desânimo e anarquia na produção, Trotsky chegou a sugerir a completa militarização do trabalho, dos sindicatos e dos demais aspectos da vida social. Tentou-se implantar através de regulamentos uma economia dirigida, seja na esfera da produção, seja na da distribuição. Inicialmente, esse regime pareceu aos bolcheviques a materialização na Terra de um comunismo igualitarista. Tal "repartição socialista", baseada na mais severa escassez, em nada se assemelhava à distribuição na futura sociedade imaginada por Marx, pois esta pressupunha a abundância. A guerra foi ganha, mas ao seu final se constataria que o *comunismo de guerra,* como política econômica fora um desastre. O país estava à beira do abismo. Tal orientação contribuiu imensamente para agravar ainda mais a escassez de alimentos e fazer descer os índices de produção, tanto na agricultura quanto na indústria dependente dos fornecimentos do campo. A Tabela 1 mostra alguns índices da queda nos diversos setores da economia.

A moeda desapareceu, as fábricas começaram a pagar parte dos salários em espécie, estabelecendo-se um sistema de trocas naturais; a maior parte da população das cidades retornou para os campos como forma de sobreviver; no outono de 1920, num curto período de três anos, Petrogrado perdeu 57,5% de sua população, e Moscou, 44,5% (CARR, 1974, vol.1, p. 305). Estima-se que a fome que assolou o país no inverno de 1921-22 tenha matado cerca de 5 milhões de pessoas, levando o governo a recorrer e aceitar ajuda internacional para reduzir seus efeitos (REIS FILHO, 1997, p. 91).

Tabela 1 – Índices de produção entre 1913 e 1920 – Base dos índices 1913 = 100

Anos	Indústria	Agricultura	Transporte
1913	100	100	100
1920	20	64	22

Fonte: Paul R. Gregory e Robert C. Stuart (1986, p. 56).

Evidentemente, o bloqueio econômico das potências capitalistas e a destruição causada pela guerra civil influíram no fracasso econômico, mas sem dúvida a insistência dos bolcheviques em se apropriarem da produção camponesa, em vez de simplesmente tributá-la, parece ter se demonstrado equivocada. [14] Mais uma vez, no terreno econômico, a realidade contrariava o programa do *comunismo de guerra*. A produção baixava sem cessar, não somente em função da destruição causada pela guerra, mas também porque faltava aos produtores o estímulo motor do *interesse individual*. Mesmo Lênin e Trotsky foram obrigados a reconhecer que as orientações econômicas do *comunismo de guerra*, independentemente de sua justificativa militar, contribuíram para causar à economia grandes prejuízos. Os bolcheviques logo perceberiam a flagrante contradição entre o programa e as novas relações jurídicas-políticas socialistas, estabelecidas pela revolução, e a atrasada base econômica. Não seria possível impor aos produtores, especialmente aos milhões de unidades produtivas camponesas isoladas e acostumadas por séculos a se relacionar com o mundo a sua volta através do comércio, uma orientação econômica que não levasse em conta seus interesses particulares. O Estado teria, assim, que renunciar a um controle centralizado da produção e da repartição. O plano econômico não poderia ser feito apenas a partir de metas arbitrariamente estabelecidas pela inteligência humana: a economia tinha leis próprias e a realidade deixava claro que a lei da oferta e da procura seria, por muito tempo ainda, o estimulante e o regulador da vida econômica. A realidade e o fracasso do *comunismo de guerra* levaram Lênin a perceber, em pouco tempo, que o mercado teria que ser restabelecido. Já em 1921, ao justificar o lançamento da Nova Política Econômica - NEP, Lênin reconheceria: "erramos ao tentar passar diretamente da produção à distribuição comunista" (apud BLACKBURN, 1992, p. 204). A partir daí, o pensamento econômico de Lênin passará a aceitar concessões à necessidade de mercados internos como forma de dinamizar a economia, a produção em pequena escala e mesmo a tentativa de atrair investimentos externos.

---

[14] Esta é a posição que Bertrand Russel, que esteve na Rússia em 1920, tenta demonstrar em seu *The Practice and Theory of Bolchevism* (1948, apud BLACKBURN, 1992, p. 131).

3.1.2 A NEP

A NEP, inspirada por Lênin e estipulada por uma série de decretos do governo revolucionário após o término da guerra civil em 1921, foi, na verdade, um recuo frente ao descontentamento nos campos e nas cidades e o reconhecimento da falência do *comunismo de guerra* como orientação econômica para o estágio de desenvolvimento das forças produtivas do país no início da década de 20. Não se poderia ainda estabelecer relações diretamente socialistas na velha Rússia atrasada e semidestruída da época. Ainda não era possível prescindir do interesse individual e do mercado como elementos estimuladores, motores para retomar a produção e construir a base material do socialismo. Assim, a primeira medida da NEP foi restabelecer a circulação de mercadorias no campo em substituição às requisições. Já não havia excedentes agrícolas a requisitar, então era necessário fazer com que reaparecessem urgentemente. Como os bolcheviques haviam cavado um fosso entre eles mesmos e os milhões de pequenos produtores rurais diretos, sua tarefa mais urgente e difícil seria normalizar as relações com os campos e estimular a produção agrícola, reintroduzindo certa liberdade para os camponeses comercializarem sua produção, ou seja, devolvendo-lhes o estímulo de que precisavam. O governo bolchevique permitiu também certo espaço aos capitais privados na indústria e no comércio, permanecendo o Estado com a propriedade das grandes empresas industriais, dos transportes, dos bancos, dos meios de comunicação e com o monopólio do comércio exterior. [15] A volta das semeaduras e do crescimento da produção agrícola, já a partir de 1922, mostrou o acerto da opção. Com o novo relaxamento, os camponeses sentiram-se estimulados e a recuperação econômica, mesmo ainda calcada em técnicas e instrumentos rudimentares de trabalho sobre a terra, fez deslanchar a produção de cereais, um setor absolutamente essencial para suprir as necessidades alimentares do país. Os rebanhos e a oferta de produtos de origem animal também voltaram a crescer. A partir de 1923, com o impulso originado nos campos, a indústria, por sua vez, reanimou-se. Até 1926 iria atingir o mesmo nível de antes da Primeira Guerra, ainda que com muita desigualdade entre seus

[15] Houve mesmo tentativas e estímulos para atrair o capital estrangeiro em áreas específicas de investimento, o que seria feito em empreendimentos de caráter misto. A iniciativa não progrediu mais pela desconfiança dos

diversos ramos. A Tabela 2, tomando como base 100 o ano de 1913, fornece uma visão da recuperação de alguns setores para o ano de 1926:

Tabela 2 – Índices da produção soviética em 1926 – Base 100 = 1913

Aço	Ferro Fundido	Carvão	Calçados	Sal	Querosene	Algodão	Tecidos em geral	Açúcar
75	60	95	103	109	98	87	81	77

Fonte: Alec Nove (1990, p 43).

Apesar das desigualdades entre os setores, a economia de conjunto recobrava a vitalidade. O fracasso do *comunismo de guerra* e a retomada da economia logo iriam levar os bolcheviques a mais descobertas. O crescimento da produção nos campos, da própria indústria agora nacionalizada e da circulação de mercadorias trouxe de volta a necessidade dos métodos de cálculo do capitalismo. Não se poderia dirigir permanentemente os preços, sem levar em conta a lei do valor, ou seja, os custos reais, na formação dos preços relativos dos produtos. Por outro lado, um funcionamento minimamente equilibrado da economia exigia o retorno da moeda como instrumento de cálculo, meio de troca e pagamento, o que adiaria mais uma vez a "utopia" marxista da extinção do dinheiro. Tornou-se claro que as funções básicas da moeda não poderiam desaparecer automaticamente no período de transição. Entre 1922 e 1924 o rublo foi sendo restaurado, paralelamente à instauração da NEP. Um sistema monetário foi minimamente posto em ordem. Uma moeda estável mostrou-se condição fundamental de racionalização da economia e de ajuste dos preços relativos. [16] Nada disso havia sido discutido ou previsto por Marx ou Engels.

Como já assinalado, a concepção da NEP partiu centralmente de Lênin e em seus escritos podem ser encontradas muitas passagens favoráveis à utilização de mecanismos de mercado como forma de dinamização da economia, posições que, no entanto, não pôde seguir desenvolvendo depois que a doença o paralisou. [17] Dirigentes

---

capitais estrangeiros descontentes com as expropriações realizadas em 1917-18 do que por falta de disposição do governo soviético (REIS FILHO, 1997, p. 92).

[16] Durante a década de 20, a oposição trotskista, no que parece um paradoxo, chegou a pedir a estabilidade do rublo, ainda que em detrimento dos resultados do plano, posição que lembra as formulações dos economistas monetaristas da segunda metade do Século XX, como Milton Friedmam.

[17] Após três derrames que o paralisaram desde maio de 1923, Lênin veio a falecer em janeiro de 1924.

como Preobrajensky, Bukharin e Trotsky seguiram desenvolvendo posições econômicas semelhantes. No quarto Congresso do Cominterm (III Internacional), a organização que passou a reunir os diversos partidos comunistas espalhados pelo mundo sob a liderança dos bolcheviques, em 1922, Trotsky [18] declarou:

> [...] enquanto durar o período de transição, todas as empresas e todos os grupos de empresas deverão, em maior ou menor medida, orientar-se independentemente e testar-se por meio do mercado. É necessário que os diretores técnicos de todas as fábricas de propriedade estatal estejam sujeitos ao controle superior – pelos órgãos do Estado – e também ao controle pelo mercado, que será ainda por muito tempo o regulador da economia estatal (apud NOVE, 1987, p. 89).

Outra imposição da realidade foi a necessária *continuidade da lei do valor na esfera da repartição,* ou seja, da remuneração do trabalho, como fator estimulante para retomar e acelerar a produção. Ficou claro que ainda não se podia prescindir do interesse individual como elemento motor do mecanismo produtivo. A adoção do trabalho por peça ou por tarefa mostrou-se necessária à economia e à consolidação do novo Estado. Medidas baseadas no direito burguês foram discutidas e adotadas já no XII Congresso do partido, em 1923.

As concessões aos camponeses e aos pequenos capitais privados trouxeram recuperação econômica. Mas a NEP, vista em perspectiva histórica, como se verá depois, não seria mais do que uma parada para respirar. O período até 1926 foi necessário para apenas atingir os índices de produção de pré-guerra. No entanto, os

---

[18] Mesmo em 1933, terminado o Primeiro Plano Qüinqüenal, com a URSS já em pleno processo de industrialização acelerada, Trotsky ainda pensava que o dinheiro e a circulação de mercadorias teriam seu papel ampliado com o progresso da economia soviética. Dizia: "Os métodos de cálculo econômico e monetário criados pelo capitalismo não são rejeitados, e sim socializados" (apud NOVE, 1987, p. 98). Evidentemente, Trotsky nunca afastou a perspectiva marxista de que em uma futura sociedade comunista, ou seja, *depois do período de transição*, ou seja, no comunismo, o dinheiro e o mercado não seriam mais ferramentas necessárias ao funcionamento da economia e ao planejamento social. Apenas seriam integrados dentro de um mecanismo econômico novo e superior. Mas se por *período de transição* do qual fala Trotsky, entende-se o primeiro estágio de construção do comunismo, isso implicaria que para ele mesmo *o socialismo deveria valer-se do mercado,* ou pelo menos de mecanismos de mercado, e, assim, testar constantemente a conveniência dos processos produtivos e a racionalidade do planejamento econômico. Para Trotsky "o controle econômico é inconcebível sem relações de mercado" (1977b, p. 413).

bolcheviques ainda tinham à sua frente um país agrário, imensamente atrasado e carente, no qual faltavam as premissas básicas para a realização do programa socialista. [19]

3.1.3 O Debate Econômico

A NEP trouxera certo alívio ao país. Mas a revolução internacional não progredira e ficara evidente que a URSS teria que se virar sozinha para construir a base material do comunismo. A discussão sobre os caminhos a seguir para realizar tal empreitada, enquanto o socorro do Ocidente não chegava, levou à divisão e a um grande debate econômico entre os principais dirigentes soviéticos após a morte de Lênin.

Seria a NEP uma concepção estratégica de construção do socialismo ou apenas um recuo tático, uma concessão aos interesses individualistas dos camponeses e pequenos capitalistas privados enquanto não se pudesse avançar mais na socialização de toda a economia e enquanto durasse o isolamento da URSS? Alcançada a recuperação, como avançar além daquele ponto? Como superar o atraso e construir a base industrial necessária à modernização do país e ao mesmo tempo decisiva para sobreviver a uma próxima agressão militar das potências imperialistas? De onde viriam os recursos para a industrialização? Seria possível avançar na industrialização e na socialização da economia a partir da lenta acumulação privada do camponês ou o enriquecimento deste ameaçaria a revolução e conduziria à restauração do capitalismo? O camponês enriquecido seria assimilado pelo socialismo ou se voltaria contra este? Em torno a estas interrogantes as opiniões se dividiram apaixonadamente, ao mesmo tempo em que avançava a constituição de uma nova burocracia na URSS.

Apesar das concessões aos camponeses, os problemas com eles não estavam resolvidos, a aliança entre a revolução agrária democrática e a revolução socialista – na verdade entre o campo e a cidade – ainda não estava definitivamente soldada. Durante a primeira metade da década de 20, o crescimento da produção no campo e da oferta levou a uma queda nos preços agrícolas. A indústria, entretanto, que continuava atrasada em

---

[19] Em *The making of the soviet system* (1994, p. 213), Moshe Lewin dá conta de que ao início da NEP, 82% da população ainda habitavam as áreas rurais, 77% ganhavam a vida trabalhando diretamente na terra e 86,7% da população economicamente ativa continuavam na agricultura.

função da obsolescência e falta de renovação do equipamento, conseqüência da paralisação das importações desde 1914, não retribuía ao campo, em termos de aumento da oferta de seus produtos, que ainda era inferior às necessidades, o que gerava escassez e elevava os preços dos artigos manufaturados. Na primavera de 1923, durante o Congresso do partido, discutiu-se pela primeira vez tal fenômeno, que se tornou mundialmente conhecido como "crise das tesouras", pois as trajetórias dos preços agrícolas e industriais comportavam-se como as hastes de uma tesoura, afastando-se. Com isso, grande parte dos camponeses, descontentes, sem uma retribuição correspondente das cidades em termos de produtos industriais a preços acessíveis, preferia limitar as semeaduras, passando a produzir apenas para a própria subsistência. Para eles, de nada adiantava produzir excedentes se os preços de venda não eram compensadores e se o dinheiro obtido não poderia ser convertido em produtos industriais dos quais necessitavam.

Outro problema era que no campo ainda predominava a agricultura parcelar, realizada com instrumentos primitivos de trabalho sobre a terra, com pouca ou quase nenhuma mecanização. A fragmentação da agricultura, herança do passado semifeudal, se ampliara. A política de "terra para quem nela trabalha", assegurada pela revolução agrária, evidentemente, havia aumentado a democracia econômica no campo. Mas isso implicava mais fragmentação. Nos dez anos que se seguiram à Revolução de Outubro, o número de pequenas propriedades passou de 16 milhões para 25 milhões (TROTSKY, 1977a, p. 72). Tal situação limitava imensamente a produtividade e a modernização do país. Por volta de 1925-26, o baixíssimo consumo de energia nas atividades agrícolas revelava o panorama geral de penoso atraso no qual se debatia a URSS. Energia animal: 73,7%; humana: 24,3%; mecânica: apenas 2% (REIS FILHO, 1997, p.95).

As concessões aos camponeses ajudaram a recuperar a economia durante a primeira metade da década de 20, alcançando-se os níveis de pré-guerra. Mas a partir do meio da década uma pergunta se colocava entre os bolcheviques: teriam valido a pena os custos da Revolução apenas para isso? Afinal, pela tradição social-democrata, sobre a qual tinha se formado toda mentalidade bolchevique, socialismo não era sinônimo de grande indústria, classe operária poderosa, progresso técnico e econômico acelerados? Apesar das inúmeras propostas em jogo, durante o debate econômico destacaram-se naquela situação

duas grandes sugestões alternativas de construção da base material do socialismo, que terminaram por polarizar o conjunto dos debates acerca dos caminhos a seguir. Tais posições foram formuladas de forma mais acabada por N. Bukharin e E. Preobrazhensky e terminaram por se confundir com a luta política entre as frações pelo poder. O estudo de tal polêmica torna-se importante para que se possa entender as opções tomadas pelo país na arena econômica a partir do final dos anos 20, que estarão na gênese do que se chamou *sistema soviético* a partir dos anos 30. Feito aqui o alerta de que é sempre arriscado tentar captar um quadro tão diferenciado e complexo de posições em uma análise tão sintética, pois sempre haverá o risco de incorrer em apreciações injustas e parciais, pode-se tentar condensar estas duas grandes alternativas como a seguir.

Para Bukharin, a NEP não deveria ser apenas uma política circunstancial, pelo contrário, deveria ser pensada como uma aliança de longo prazo entre operários e camponeses. Defendia que a construção do socialismo não poderia prescindir dessa aliança, ainda que isso significasse que o desenvolvimento econômico avançasse mais lentamente. Durante a polêmica, Bukharin afirmou:

> As diferenças de classes no nosso país ou a nossa técnica atrasada não nos levarão à ruína; *podemos até construir o socialismo sobre esta base de miséria técnica*; o crescimento deste socialismo será muito lento, avançaremos a *passo de tartaruga*, mas construiremos o socialismo e acabaremos sua construção (apud TROTSKY, 1977a, p. 286, grifos nossos).

Bukharin parecia ignorar o alerta de Marx de que sobre uma fraca base material e técnica só se socializariam a necessidade e a penúria. Podem ser encontradas, sem dúvida nos seus escritos, ao tempo daquela polêmica, formulações a favor da necessidade da industrialização, o que Bukharin nunca chegou a negar. Entretanto, partindo do pressuposto de que a URSS era um país majoritariamente agrário, para ele o desenvolvimento do país teria que ser alcançado através da *prosperidade e do enriquecimento do camponês*. [20] Rejeitando as orientações que propunham taxas mais

[20] Ao calor da luta, Bukharin pronunciou uma célebre frase que anos mais tarde iria lhe custar muito caro quando caiu em desgraça perante Stalin: "Devemos dizer o seguinte a todos os camponeses, a todas as classes de camponeses: enriqueçam, acumulem, desenvolvam suas agriculturas. Somente os imbecis podem afirmar

elevadas de crescimento a partir de planos estatais, como sugeria já em 1922-23 a corrente trotskista do partido, Bukharin classificava tais idéias de "desenvolvimento máximo" como voluntaristas e opunha a elas a formulação de "desenvolvimento ótimo", a partir da evolução e da acumulação privada no campo. Abandonar a NEP, segundo ele, implicaria romper a aliança operário-camponesa, da qual dependia a paz interna e o progresso do país e desencadear uma repressão sem limites que ameaçaria a estabilidade e a força do poder soviético. Bukharin não abandonava a perspectiva de coletivização da agricultura, mas para ele esta seria alcançada a prazo, através da persuasão e da cooperação entre os camponeses, cooperação que passaria por várias etapas até chegar ao estágio mais elevado da comuna. As diversas etapas, sempre com grau crescente de cooperação, cumpririam, em um sentido histórico mais amplo, um papel pedagógico no caminho da coletivização total da produção agrícola (BUKHARIN, 1974). Os camponeses deveriam ser atraídos ao socialismo explorando-se seu *interesse econômico.* Advogava ainda que, na arena internacional, tendo em vista a paralisia da revolução proletária nos países centrais e o deslocamento da fronteira revolucionária para o Oriente, abriam-se e deviam ser exploradas as grandes possibilidades de alianças entre o Estado soviético e os povos camponeses atrasados que se rebelavam contra a colonização e o domínio do capital internacional (COHEN, 1990).

Preobrazhensky, que era visto no partido como o principal porta-voz da orientação econômica defendida pelo setor partidário liderado por Trotsky, não rejeitava, pelo menos de forma aberta, a aliança com os camponeses. Mas criticava o que chamava de caráter utópico a abstrato das formulações de Bukharin. Para ele, um desenvolvimento econômico lento e gradual implicaria em riscos para a segurança da URSS frente à possibilidade de uma nova agressão imperialista. Dado o isolamento e o bloqueio implacável exercido pelo capitalismo internacional, a URSS só contava, por enquanto, com suas próprias forças. Se quisesse poder resistir a um novo ataque e garantir sua integridade territorial, precisaria assegurar um desenvolvimento autônomo e rápido, o que só poderia se dar com prioridade à construção e aprimoramento acelerados de sua indústria pesada. Mas em um país extremamente carente, de onde viriam os recursos para uma industrialização

---

que a pobreza deve *sempre* existir entre nós; no momento devemos aplicar uma política que elimine a pobreza. A acumulação na agricultura significa demanda acrescida de produtos industriais, o que, por sua vez,

acelerada? Como a economia estatal estava arruinada, o sobre-produto necessário não poderia ser retirado do proletariado industrial, base do poder soviético, pois apesar dos modestos avanços obtidos durante a recuperação da economia, a classe operária passava ainda por condições de vida e trabalho sofríveis. Não restaria outra alternativa: os recursos teriam que ser retirados da economia camponesa e do setor privado, em uma espécie de *tributo*, estabelecido através de uma política de trocas não-equivalentes entre a cidade e o campo, que privilegiasse os interesses da indústria. As hastes da tesoura continuariam abertas. Como se veria na década de 30, entretanto, uma superindustrialização impôs um aumento no excedente extraído dos trabalhadores não só no campo, mas também nas cidades.

Para Preobrazhensky, mais do que promover qualquer redistribuição, que só seria possível após um elevado desenvolvimento capitalista, seria preciso acumular primeiro, ou seja, desenvolver rapidamente a base material do país. Da mesma forma que as economias capitalistas mais avançadas precisaram realizar antes de deslanchar um processo de "acumulação primitiva", assentada na expropriação dos camponeses, no aumento da dívida pública em prol dos capitais privados e na espoliação do mundo colonial (MARX, 1988, Livro 1, vol. 2, p. 251), o socialismo também precisaria passar por sua fase preliminar de "acumulação socialista primitiva". Para Preobrazhensky isso não significava dizer que o socialismo teria que inexoravelmente repetir a exploração desenfreada do capitalismo europeu em seus inícios, pois o Estado socialista poderia dosar as taxas de exploração e acumulação, ou seja, o grau de transferência de recursos do campo para a cidade que permitissem acelerar o crescimento industrial, mas em níveis aceitáveis, que não comprometessem a paz social interna e a estabilidade do poder soviético. Mas para ele não havia alternativas para a industrialização que não fosse através da exploração das formas pré-socialistas de economia. Dizia:

> Quanto mais este ou aquele país, que passa à organização socialista da produção, é economicamente atrasado, pequeno-burguês e agrícola, menor será a herança que recebe para seu fundo de acumulação socialista o proletariado[...] e mais, relativamente, a acumulação socialista será obrigada

---

estimula o desenvolvimento de nossa indústria e produz, em troca, os efeitos positivos na agricultura" (apud MARTINS RODRIGUES. In: PREOBRAJENSKY, 1979, p. 25).

> a se apoiar sobre a apropriação de uma parte do sobre-produto das formas pré-socialistas da economia (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 140).

Durante o período da acumulação socialista primitiva, "a economia estatal não poderia prescindir da apropriação de uma parte do sobre-produto do campo e do artesanato e, também não pode deixar de subtrair da acumulação capitalista em proveito da acumulação socialista" (Ibid., p. 100).

Tanto Bukharin como Preobrazhensky buscavam apresentar-se como continuadores do pensamento de Lênin e de certa forma nenhum deles mentia ou falsificava a história, como viria a fazer mais tarde Stalin. Preobrazhensky apoiava-se nos primeiros escritos de Lênin sobre a NEP de 1921, que apresentava tal política como "uma volta ao capitalismo em extensão considerável" (apud MARTINS RODRIGUES, In; PREOBRAJENSKY, 1979, p. 21), ou seja, mais como uma tática de sobrevivência do que uma política de longo prazo para construção do socialismo. Bukharin esgrimia a seu favor a "política leninista de manutenção da aliança operário-camponesa" e a transformava em toda uma estratégia, apoiando-se nos últimos escritos do líder soviético, que acentuavam a necessidade da *cooperação* com os camponeses (LENIN, 1980, vol. 3, p. 657).

As alternativas econômicas colocadas confundiam-se evidentemente com a luta de frações pelo poder. A discussão teórica e as distintas propostas sugeridas tinham implicações imediatas na linha a ser adotada pelo partido. Uma implicava em estimular o enriquecimento do camponês e uma trégua com as tendências capitalistas remanescentes que se desenvolviam na economia soviética. A outra implicava no sacrifício dos interesses privados em prol da socialização crescente da economia. Apesar de o pensamento de Bukharin aparecer como o novo em relação ao programa e às tradições social-democratas clássicas, agrupava em torno de si o que havia de mais conservador, já que permitia e estimulava os ganhos privados dos camponeses, pequenos capitalistas e especuladores (REIS FILHO, 1997, p. 101).

Até 1927, a política de trégua com os rurais ricos defendida por Bukharin teve, pelo menos aparentemente, o apoio da maioria da direção do partido. Inicialmente a ala liderada por Trotsky e Preobrajensky, a Oposição de Esquerda, que defendia a aceleração da industrialização e um plano único para a economia, esteve isolada. A partir de 1925, a corrente liderada por Zinoviev e Kamenev se aproximará dos trotskistas e também passará a acusar Bukharin e Stalin de privilegiarem a parcela superior do campesinato e ampliarem as diferenças no campo. Para a nova Oposição Unida, a economia soviética estava sendo crescentemente ameaçada pela expansão do capital privado, pela união do *kulak* com os burocratas do partido e dos soviets.

Mas apesar de a maioria da direção do partido, já sob a direção de Stalin, ter apoiado a política de Bukharin de respeito às linhas gerais da NEP, tal apoio nunca foi integral e a perspectiva de aceleração do desenvolvimento a partir de um Estado forte, como propunha Lênin, não estava abandonada durante a década de 20, como logo se veria. Stalin nunca chegou a se comprometer totalmente com as formulações de Bukharin. A "direita" bukharinista e o próprio centro de Stalin faziam troça [21] das propostas de industrialização acelerada defendida pela Oposição de Esquerda trotskista até 1925. Mas já em outubro-novembro de 1926, a XV Conferência do Partido aprovou uma resolução na qual se falava sobre "fortalecer a hegemonia da indústria socialista sobre o conjunto da economia" e de "alcançar e ultrapassar os países capitalistas mais avançados num período histórico relativamente mínimo" (Ibid., p.103). Evidentemente isso não seria possível com os "passos de tartaruga" defendidos por Bukharin. Já desde 1926, os recursos alocados para a indústria pesada começaram a ser elevados mais que proporcionalmente ao aumento da arrecadação de impostos e da produção nacional, evidentemente em detrimento dos investimentos na indústria leve. Tal orientação mantinha reduzida a oferta de produtos manufaturados ao campo e foi denunciada pelo setor de Bukharin como sendo contrária ao espírito da NEP (Ibid., p. 102).

Além disso, para a maioria da direção do PCUS, a "questão camponesa" não estava resolvida. A partir de 1927, as declarações hostis aos *kulaks*, aos "especuladores" e "parasitas" privados na imprensa soviética foram se multiplicando, apesar do apoio formal à política de Bukharin. Em 1928-29, quando o camponês rico começou a se voltar contra a cidade e contra o poder do partido, ocorreu o rompimento de Stalin com a política de Bukharin e uma guinada na política do PCUS em relação aos camponeses que marcará fortemente o caráter do sistema soviético até o seu final.

---

[21] Por volta de 1925, Stalin, aparentemente em um exagero polêmico, chegou a dizer que a represa hidroelétrica do Dinieper teria para a URSS a mesma utilidade que um gramofone para uma vaca (TROTSKY, 1977a).

3.2 A COLETIVIZAÇÃO FORÇADA E A CONSOLIDAÇÃO DO STALINISMO

No período de 1923 a 1928, formalmente, a política oficial foi de apoio ao camponês abastado. Quando, entretanto, o *kulak* fortalecido ameaçou rebelar-se contra a burocracia, aquela se voltou violentamente contra este. A carência de produtos industrializados e os preços muito reduzidos dos produtos agrícolas levavam a que os camponeses preferissem estocar seu excedente ou não semear, passando a produzir apenas para seu próprio consumo. No ano agrícola de 1926-27 a situação tornou-se preocupante. Quando comparada com o melhor ano antes da Primeira Guerra, 1913, a produção agrícola comercializada caíra 50%. Os camponeses pobres e médios eram responsáveis por 85% da produção, mas só estavam jogando no mercado 11,2% de sua produção. No ano seguinte as coisas pioraram ainda mais. Em janeiro de 1928, as compras oficiais de grãos caíram para apenas 300 milhões de *poods*, contra 428 milhões do mesmo mês do ano anterior (REIS FILHO, 1997, p.110). Muitas áreas agrícolas não alcançavam as metas estabelecidas. Mês a mês a situação se deteriorava, os resultados não correspondiam às metas traçadas e os problemas aumentavam. O desabastecimento ameaçava a sobrevivência nas cidades e os fornecimentos para as Forças Armadas, gerando descontentamento. A burocracia partidária e estatal começou a ver tudo isso como um boicote camponês, uma ameaça à sobrevivência do regime. Trotsky (1977a) credita a reação dos camponeses à própria política oficial aplicada entre 1923 e 1928, avaliada por ele como errante e equivocada. E acrescenta que a coletivização que na seqüência seria imposta viria a ser uma reação igualmente equivocada – pelos seus métodos de terror – ao boicote camponês.

Durante o primeiro semestre de 1928 foi retomada a política de requisições, que atingiu ao final do semestre os resultados esperados, com silos e armazéns cheios. Bukharin e seus aliados protestavam contra o que chamavam de negação dos princípios da NEP. A retomada da política de requisições do tempo do *comunismo de guerra* assestou um sério golpe nas já conturbadas relações do governo com os camponeses. Em 1928-29 a situação se agravou e novas medidas emergenciais contra os camponeses foram tomadas, que agora eram acusados de promover uma conspiração contra o poder soviético. A discussão econômica se combinava com a luta política pelo poder.

Entre 1928-29, Stalin se afastará de Bukharin e o derrotará definitivamente. Bukharin, que seguirá defendendo a continuidade da NEP, será acusado juntamente com seus partidários de um desvio de direita, por não ver a ameaça dos camponeses ricos. A partir daí Stalin e a nova burocracia promoverá uma virada radical na política oficial em relação aos camponeses, com o abandono da NEP e a coletivização forçada em larga escala das terras, com base no terror indiscriminado contra os camponeses. Estava nascendo o que nos anos seguintes passaria a se chamar de sistema soviético.

O marco definitivo do abandono da NEP, da visão evolutiva de desenvolvimento a partir da acumulação dos camponeses, como pensava Bukharin, foi a aprovação do I Plano Qüinqüenal, em uma reunião do Comitê Central e na XVI Conferência do PCUS durante abril de 1929. Rompendo a ambígua aliança com o setor bukharinista, a maioria do Comitê Central, já sob o completo domínio de Stalin, irá adotar agora o programa de industrialização acelerada antes proposto pela Oposição de Esquerda, estabelecendo, entretanto, metas de crescimento anuais que mesmo Preobrazhensky jamais chegara a imaginar. À palavra de ordem de Lênin de "alcançar e ultrapassar" os países centrais, a nova burocracia acrescentaria "no menor tempo possível". De acordo com aquele primeiro plano, tomando-se como base outubro de 1928, em apenas cinco anos a renda nacional deveria crescer 506%, os investimentos 237%, a produção industrial 136%, a produção de aço 160%, a de energia elétrica 335%, a de carvão 111%, a de petróleo 88%, a de roupas e lã 178%, a de bens de consumo 104%, a produção agrícola 55% (NOVE, 1990, p.58). Um novo "assalto aos céus".

A partir de 1928-29, os problemas de abastecimento e as resistências dos camponeses e de setores do partido à realização do Plano não seriam mais tratadas como reações a condições econômicas desfavoráveis de setores que se sentiam prejudicados. A política em relação aos camponeses daí em diante não será mais a de medidas de emergência e requisições, mas diretamente a de *liquidação dos kulaks enquanto classe* e a coletivização acelerada das terras e do trabalho dos camponeses. O ano de 1929 marcaria, portanto, o fim de uma fase na história do sistema soviético. A NEP seria definitivamente abandonada e passaria à história não como uma concepção estratégica de construção do socialismo a partir da aliança operário-camponesa, como defendiam Bukharin e seus

partidários, mas como uma parada para respirar, um recuo temporário antes da retomada da marcha acelerada.

O enfrentamento do poder burocrático contra os camponeses passará de choques e escaramuças até 1928 ao patamar de uma guerra civil declarada a partir do segundo semestre de 1929, quando a direção stalinista adotou medidas que significaram a completa expropriação das terras de milhões de camponeses. Ali se rompia o acordo de ampliação da democracia econômica no campo feito com os camponeses quando da revolução. Enquanto o princípio sobre o qual se baseava a NEP era o da cooperação voluntária entre os camponeses e desses com as cidades e o Estado, a coletivização da agricultura foi feita à revelia e massacrou a maioria dos camponeses. Em torno de 25 milhões de explorações agrícolas deveriam ser coletivizadas e agrupadas compulsoriamente na forma de grandes fazendas estatais, *sovkhozes*, ou na forma de cooperativas, *kolkhozes*. Inicialmente o plano previra coletivizar apenas 15% das terras nos cincos primeiros anos. Entretanto, ainda antes do final de 1929, o objetivo foi reformulado para a coletivização total das principais regiões agrícolas do país. Até 1 de outubro desse ano, apenas 7,3% das parcelas camponesas haviam sido coletivizadas, um ritmo relativamente lento. No entanto, depois disso, operou-se uma virada radical: 13,2% em 1 de dezembro; 20,1% em 1 de janeiro de 1930; 34,7% em 1 de fevereiro; 50% em 20 de fevereiro; 58,6% em 1 de março (WERTH N., 1992, apud REIS FILHO, 1997, p. 116). Em um espaço de apenas cinco meses, entre outubro de 1929 e fevereiro de 1930, aproximadamente 60% dos camponeses pobres foram agrupados forçadamente em organizações coletivas de produção. No final de 1935, 98% dos *mujiques* estariam trabalhando compulsoriamente em formas coletivas de produção (Id., 2001). Uma completa *ausência de limites* (LEWIN, 1985), uma verdadeira loucura pela magnitude das transformações impostas desde cima, pelo espírito de aventura, pelo voluntarismo puro que tomará conta dos dirigentes soviéticos e será característica dos grandes planos qüinqüenais a partir da década de 30. Pedro, o Grande, não chegou a realizar sequer uma pequena fração do que foi feito durante o processo de coletivização forçada sob Stalin. Lênin, ao falar da utilização de “métodos bárbaros” para desenvolver o país, provavelmente nunca chegara sequer a imaginar tal processo.

Os camponeses reagiram à coletivização forçada através da rebelião armada contra os representantes do governo do PCUS, da destruição do estoque de cereais e do equipamento, da chacina do gado e incendiando as instalações das propriedades. [22] O clima era de uma nova guerra civil, não contra um inimigo externo, mas interno: o camponês russo. O stalinismo não procedeu simplesmente à eliminação da camada de camponeses ricos, mas desencadeou uma violência sem precedentes contra a grande massa de camponeses pobres e médios que se negavam a entregar suas terras e se "coletivizarem". Bastava discordar do governo para ser classificado como *kulak*. Milhares de camponeses, classificados como contra-revolucionários, foram fuzilados. Como apenas se ensaiara nos anos anteriores, nesse processo se revelará ao mundo uma concepção até então completamente estranha ao marxismo e abandonada até mesmo pelo liberalismo burguês e que passará a ser uma marca registrada do stalinismo durante o Século XX: a de que a derrota política de um inimigo é acompanhada obrigatoriamente de seu extermínio físico. A violência exercida contra os camponeses permitiu ao stalinismo experimentar os métodos de terror que posteriormente seriam aplicados contra outros grupos sociais que se opusessem ao regime. O Estado soviético sob a liderança de Stalin declarou uma verdadeira guerra contra toda uma nação de pequenos produtores. Nicolas Werth (2001, p.178) estima que nesse processo mais de dois milhões de camponeses foram deportados para regiões desertas e inóspitas do Norte ou da Ásia Central, 1.800.000 apenas em 1930-31; seis milhões morreram de fome e centenas de milhares perderam a vida durante a deportação. Tais números dão uma medida aproximada da tragédia humana que foi o "grande assalto" contra os camponeses. Trotsky (1977a) considera que em termos humanos, este processo teve perdas iguais ou superiores às de uma guerra externa convencional.

Além da destruição imediata, os resultados da coletivização forçada em termos de aumento da produção agrícola ao longo dos próximos anos ficaram muito abaixo do que provavelmente esperavam os detentores do poder. Um fato que demonstra a absoluta improvisação em todo o processo é que a coletivização foi feita com o antigo equipamento dos camponeses, adequado apenas às pequenas explorações. Na produção de

---

[22] Segundo Nicolas Werth, somente durante o ano de 1930, teriam ocorrido 14.000 revoltas, rebeliões ou manifestações de massas contra o regime, com a participação de cerca de 2,5 milhões de camponeses (2001, p. 179).

cereais, por exemplo, setor estratégico para a alimentação da população, o nível alcançado em 1928 não seria atingido até 1939. Na produção animal, com a chacina do gado realizada pelos camponeses, os resultados foram desastrosos e a URSS não se recuperaria tão cedo das pesadas perdas. Durante o I Plano Qüinqüenal os rebanhos foram reduzidos em mais de 50%. Como se pode observar na Tabela 3, já em 1940, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, para uma base 100 em 1913, o índice só chegaria a 114, ou seja, ainda era 17% inferior ao último ano de vigência da NEP, 1928.

Tabela 3 – Índice de produção animal entre 1928 e 1940 – Base dos índices: 1913 = 100

Ano	Produção Animal
1928	137
1929	129
1930	100
1931	93
1932	75
1933	65
1934	72
1935	86
1936	96
1937	109
1938	120
1939	108
1940	114

Fonte: Moshe Lewin (1994, p. 167).

O que o regime stalinista fez foi expropriar os camponeses daquilo que a Revolução lhes tinha concedido, rompendo, então, o acordo feito em 1917 (REIS FILHO, 1997). Em uma avaliação posterior do processo como um todo, Trotsky (1997a) assinala que a coletivização em si não era questionável, mas sim os métodos de terror cego e irresponsável com que foi realizada, que custaram milhões de vidas de camponeses soviéticos, cujo único crime foi não aceitar a coletivização pela força de suas terras por um poder totalitário. A reunião de milhões de pequenas parcelas agrícolas isoladas nas aldeias em organizações coletivas de produção, com a superação da velha agricultura baseada no arado, na enxada e quando muito na tração animal, era uma necessidade premente para trazer o país da barbárie medieval à agricultura moderna e à maquinaria. A agricultura

familiar para simples subsistência ou apenas com pequeno excedente, quando não é altamente mecanizada, torna-se desperdício de energia humana. É a mesma labuta medieval levada a cabo por séculos, sinônimo de pobreza. A superação da agricultura parcelar era vital para a alimentação das cidades em processo de rápida industrialização e modernização, como também para a sobrevivência do novo Estado. A URSS provavelmente não teria muito futuro sem cooperação em larga escala na agricultura. Mas o método como a coletivização foi feita custou a vida de milhões de inocentes e parece ter comprometido por décadas o desenvolvimento da agricultura soviética, marcando para sempre a história social do país. [23]

Além disso, a coletivização compulsória das terras não significou a eliminação da contradição entre as tendências individualistas dos camponeses e a idéia da socialização, como também não eliminou na URSS a oposição entre a cidade e o campo. O ressentimento e a desconfiança dos camponeses por muitas décadas para com o Estado que lhes havia retirado suas terras e imposto pelo terror a coletivização, implicou por muito tempo em baixa produtividade nas organizações agrícolas estatais. Frente a essa evidência, mesmo após a coletivização total da agricultura, até o seu final o Estado soviético foi obrigado a seguir fazendo concessões aos interesses individuais dos camponeses, como, por exemplo, conceder autorização para desenvolvimento de culturas e criações em pequenos lotes e a permissão da propriedade privada de alguns animais. Em geral, nesses pequenos lotes individuais, o rendimento se mostrou superior ao das fazendas estatais, *sovkhozes*, demonstrando que nas condições históricas da URSS a elevação da produtividade ainda dependia do incentivo aos interesses particulares dos produtores, que, como durante a NEP, funcionaram como estímulo para a produção. Vistos em termos globais, os resultados econômicos da coletivização compulsória parecem ter sido bastante limitados frente aos imensos custos humanos a ao sofrimento do povo soviético, demonstrando a irracionalidade econômica da opção. Mas com a coletivização forçada se marcava a ferro e

[23] As visões de Trotsky e Bukharin quanto aos métodos e ao ritmo da coletivização eram bastante próximas. Ambos defendiam que ela deveria ser alcançada pelo exemplo de superioridade econômica e do maior rendimento das organizações coletivas de produção, que atrairiam com o tempo os camponeses para a cooperação.

fogo mais uma característica peculiar do sistema soviético a partir da década de 30: a erradicação da propriedade privada no campo através do terror stalinista.

3.3 O GRANDE SALTO DOS ANOS 30, OS PLANOS QÜINQÜENAIS, AS CONTRADIÇÕES

3.3.1 O Grande Salto dos Anos 30

O Primeiro Plano Qüinqüenal (1929-1933), aprovado em abril de 1929, e a coletivização forçada encerram uma fase e abrem outra quanto ao ritmo de crescimento da economia soviética. Os anos 30 foram anos de grande expansão e transformação da sociedade, com a economia crescendo a taxas impressionantemente altas. A lentidão do tempo da NEP deu espaço à mobilização forçada, ao espírito de grande aventura, com projeções grandiosas de crescimento de 25% e até 30% anuais em alguns setores. A realização de planos econômicos únicos e a industrialização acelerada, bandeiras da Oposição de Esquerda durante a primeira metade da década de 20 que chegaram a ser ridicularizadas pelo centro e pela direita, eram agora tomadas pela maioria stalinista. Uma *revolução pelo alto*, um processo de industrialização e urbanização sem paralelos na história humana até aquele momento, inédito pela sua realização em tempo recorde. Depois de estabelecidas as primeiras metas, até o final do ano de 1929 seria aprovada uma *variante ótima* para o Primeiro Plano, na qual as metas mais cautelosas foram sendo trocadas por objetivos sempre mais ousados, como se pode observar pela Tabela 4. Em 1932, discutiu-se a proposta de realizar o Plano em quatro anos em vez de cinco. Tais objetivos não eram estabelecidos a partir de discussões realistas e democráticas com o conjunto dos produtores, ao contrário derivavam exclusivamente de decisões da vontade dos dirigentes e de técnicos do organismo central de planejamento, o GOSPLAN. [24]

[24] O GOSPLAN era um centro nacional de planejamento criado em 1921. Inicialmente cabia a este centro apenas tarefas de acompanhamento e de formulação de perspectivas, mas foi aos poucos ganhando grande importância na condução da economia, tornando-se, na prática e com o tempo, o principal organismo de controle estatal da economia.

Tabela 4 – As metas do Primeiro Plano Qüinqüenal – Base dos índices: 1928 =100

Setor Econômico	Estimativas Originais	Estimativas corrigidas/ variante ótima
Carvão	155,0	202,5
Petróleo	166,0	266,0
Máquinas	198,8	482,1
Mat. Elétrico	235,8	590,5
Química	252,3	390,0

Fonte: Reis Filho (1997, p. 125).

Em uma alocação de recursos que se tornaria um padrão na URSS por décadas, já durante o primeiro plano de cinco anos os setores de indústria pesada, energia e infra-estrutura de transportes receberam prioridade máxima, absorvendo 78% do total dos investimentos (NOVE, 1991). Durante a década de 30, na qual foram desenvolvidos três planos qüinqüenais, o ritmo de crescimento da URSS foi maior do que o de qualquer país capitalista em toda a sua história. Enquanto o capitalismo amargava a séria crise da Grande Depressão iniciada em 1929 e que se prolongará por grande parte da década de 30, a URSS impressionava o mundo e parecia realizar as maiores proezas no terreno econômico. Durante quase 40 anos, a partir de 1914 até 1950, quase tudo deu errado para o capitalismo mundial. Enquanto isso, a economia soviética crescia a passos de gigante. A partir do exemplo da URSS, a idéia de realizar planos econômicos para vários anos ganhou grande prestígio no mundo, e mais ainda nos países atrasados que queriam se desenvolver, pois parecia ser a alavanca – em muitos casos realmente foi - que tiraria esses países de seu atraso secular.

Além de uma severa crise econômica, o Ocidente convivia também com sérias contradições entre os distintos imperialismos que se preparavam para uma nova guerra pela repartilha do mundo. Enquanto os países capitalistas mais avançados atravessavam uma severa crise, mergulhados na depressão e na estagnação, a URSS se beneficiou temporariamente da confusão e dos conflitos entre eles e pode crescer em ritmos muito superiores à média do mundo capitalista, atraindo a atenção e despertando a admiração não só de aliados, como dos mais severos críticos anticomunistas, que passaram a fazer caravanas até Moscou para aprender e observar *in loco* as vantagens do planejamento. A nova visão de um Estado forte modernizador, cumprindo uma função

essencialmente econômica – sugerida por Lênin, defendida durante o debate econômico da década de 20 pela Oposição de Esquerda e que terminou por se impor na URSS a partir de 1929, através dos métodos de terror – passará a cumprir um papel decisivo na história econômica de muitos países durante o Século XX. O exemplo do planejamento e da alocação centralizada de recursos sobre setores prioritários aplicado na URSS será copiado por diversos países retardatários. Ainda que sem reconhecê-lo, correntes do pensamento econômico como o keynesianismo e o desenvolvimentismo da CEPAL da ONU também beberam dessa fonte. Mesmo economistas não-marxistas preocupados com a questão da aceleração do desenvolvimento dos países, como A. Joseph Schumpeter (1996) adotaram uma perspectiva favorável ao planejamento.

Em alguns aspectos, o Estado soviético cumpriu em menos de duas décadas tarefas econômicas e educativo-culturais já há muito cumpridas nos países capitalistas avançados. Desse modo conseguirá superar em poucas décadas o que a Inglaterra, por exemplo, havia levado séculos para avançar. Entre 1926 e 1939, a população urbana saltou de 26 para 56 milhões, passando de 18% para 33% da população total. Novas cidades foram criadas quase que do nada, enquanto alguns grandes centros urbanos tiveram sua população dobrada nesse período. Aproximadamente oito mil indústrias surgiram durante os anos 30. O crescimento não se media somente em termos de quantidade, mas era também qualitativo, pois levou ao surgimento de novos ramos econômicos até então inexistentes na velha Rússia, como construção de máquinas, automóveis, a indústria química, eletro-técnica e aeronáutica. As maiores atenções durante aqueles planos, entretanto, estavam voltadas para os setores considerados prioritários: a siderurgia e a metalurgia pesada; a indústria de defesa que produzia armas, equipamentos e munições; a construção de máquinas; os transportes, principalmente vias férreas e canais; a indústria extrativa, prioritariamente o carvão e o petróleo; em suma, os setores de bens de produção. O avanço se dava centralmente através da construção dos grandes projetos, que reuniam às vezes dezenas de milhares de trabalhadores. Como persistia a ameaça de nova agressão, os setores que trabalhavam para a defesa nacional receberam uma atenção especial, havendo, progressivamente, uma considerável elevação do peso relativo desse setor dentro do conjunto da economia nacional. A parcela do orçamento alocada de alguma forma à defesa

nacional saltou de 3,4% em 1933, para 33% em 1940 (REIS FILHO, 1997, p. 126), como se o país pressentisse antecipadamente sobre quem recairia a maior porção da ira nazista.

Como tudo isso foi possível? Quais fatores explicam um crescimento tão vertiginoso? Sem dúvida uma transformação tão gigantesca não pode ser explicada sem levar em conta em primeiro lugar a erradicação do capitalismo e da propriedade privada, a nacionalização dos principais meios de produção e de troca, o monopólio do comércio exterior e o planejamento centralizado a partir do Estado, medidas estabelecidas pela Revolução Russa. Foi a gênese socialista e a existência de um Estado forte concentrando em suas mãos os recursos do país e alocando-os de forma planejada – mesmo com todas as deformações burocráticas que explicam o fenômeno do stalinismo – em um novo tipo de organização econômica, o que permitiu tal ritmo de desenvolvimento sem precedentes na história econômica mundial até aquele momento. Na primeira metade do Século XX e no seu terceiro quartil, o planejamento a partir do Estado demonstrou conferir a um país maior eficiência macroeconômica em função da alocação centralizada dos recursos para áreas consideradas essenciais e prioritárias.

O enorme esforço do povo soviético foi também uma das bases da grande transformação ocorrida na URSS a partir do final da década de 20. Durante algum tempo, os quadros partidários e até a população mais simples foram influenciados por uma mistura de ilusão e propaganda quanto às maravilhas que se operavam no país, somada ao medo de uma nova invasão estrangeira, o que levou a população soviética ao máximo esforço. O regime também contou ainda, nos primeiros anos da década de 30, com o entusiasmo e a energia de parte da juventude que ainda vivia sob o impulso da revolução. Levas de jovens se envolviam ardentemente e com ascetismo na construção dos projetos mais ousados e aceitavam se transladar para desbravar e colonizar as regiões mais inóspitas, acreditando realmente que estavam construindo um novo mundo. Mas além desses elementos, um ritmo tão frenético de expansão, que implicou imensas privações e sofrimentos que nenhuma sociedade poderia por si só querer, evidentemente só pode ser alcançado através da mobilização forçada por um Estado totalitário, que impunha pelo terror suas metas à população. Milhões de camponeses foram deslocados para a exploração de novas áreas, para a construção de novos caminhos de ferro e usinas ou transformados em operários ao

serem jogados na indústria nascente e colocados sob uma disciplina de aço, inteiramente nova para eles. A execução dos planos a qualquer custo era garantida por uma mobilização quase militar de algumas centenas de milhares de quadros do partido e do Estado, regime que se transladava às empresas e à sociedade através da mais severa repressão. Uma e*conomia mobilizada,* como a chamou Jaques Sapir (1990), *sob comando*, assentado no tripé *partido-Estado-plano.*

As altas taxas de investimento no setor de bens de produção, que só poderiam ser alcançadas por uma imensa poupança forçada, é outro elemento explicativo para níveis de crescimento tão elevados. A prioridade absoluta ao que Marx chamou em *O Capital* (1988) de Setor I da economia implicou negligenciar os setores da chamada indústria leve, ou seja, o Setor II, como também a construção civil voltada para a habitação, o que se tornou uma característica de toda a história econômica da URSS, impondo todo tipo de carências, sacrifícios e restrições tanto para os camponeses que se mantiveram em um nível de vida miserável mesmo após a coletivização da agricultura, como também nas cidades, onde faltava de tudo, a começar por habitação. Como a meta era "alcançar e ultrapassar" o capitalismo no menor espaço de tempo possível, isso só poderia ser conseguido com elevadas taxas de acumulação, muito superiores às das economias capitalistas, o que exigia comprimir o consumo para assegurar os investimentos necessários. Ao estabelecer uma lógica de disputa com o capitalismo na arena econômica, além de ter de armar-se para enfrentar a constante ameaça de agressão, o ritmo de acumulação na URSS passava a ser ditado não pelas necessidades internas do país, mas antes de tudo pela competição com o Ocidente. Assumia-se assim a mesma lógica de acumulação do capitalismo, mas em grau mais elevado, pois se tratava de conseguir em muito menos tempo o que o capitalismo levara séculos para conquistar.

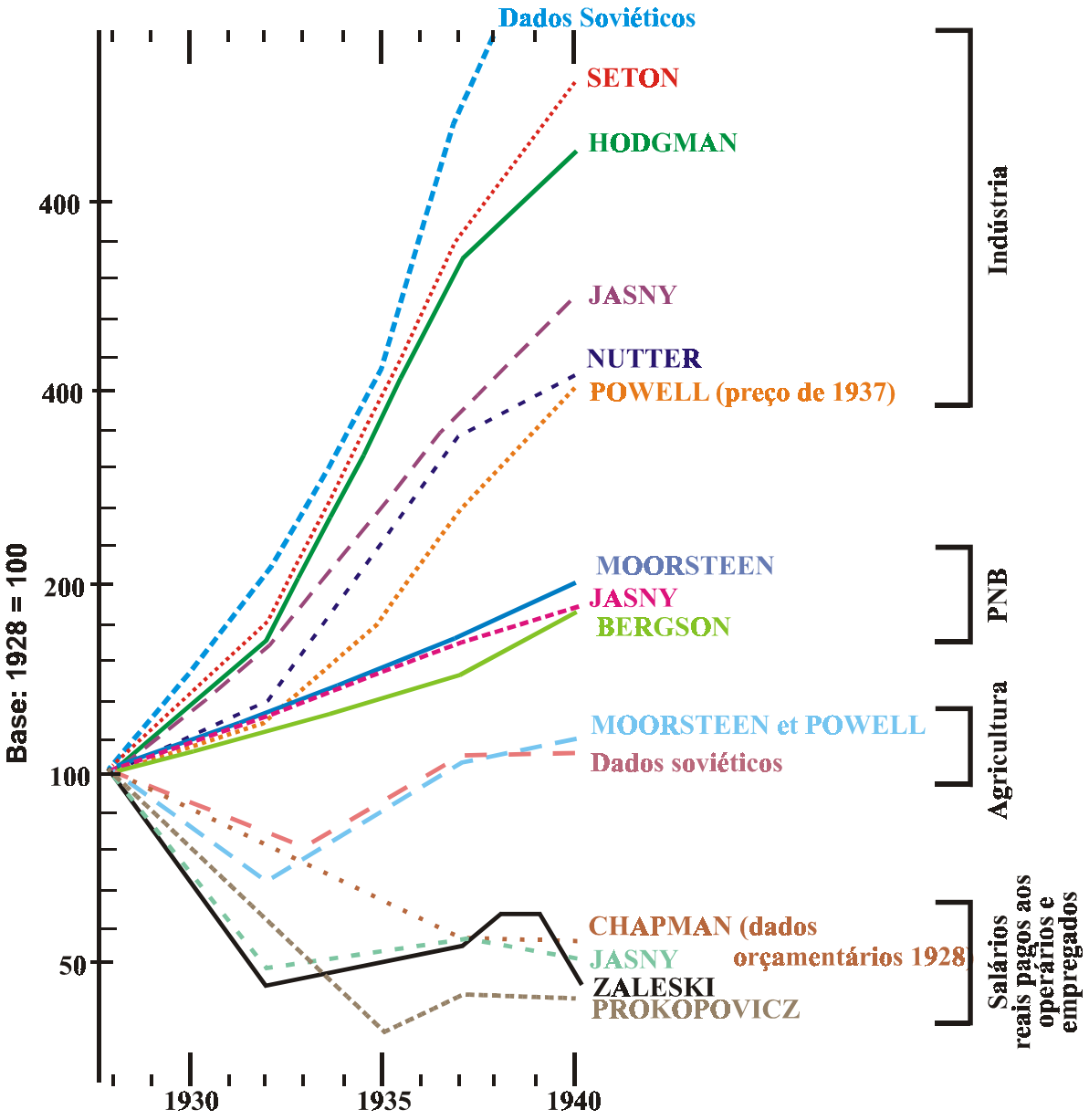
Taxas de investimentos que chegavam a 25% ou até 30% aceleravam fortemente a economia, mas em um país de renda nacional já baixa tornavam-se extremamente perversas para a população. Preobrajensky, em suas sugestões mais ousadas durante a década de 20, não poderia ter imaginado a magnitude que alcançaria a "acumulação socialista primitiva" na década de 30 e o grau de sacrifício que seria imposto

a um povo que vinha já de grande sofrimento causado pela destruição da guerra civil há uma década. Se o investimento elevado retornasse em um momento posterior como aumento da produção material de todos os ramos da economia, em pouco tempo a rápida elevação da oferta poderia satisfazer as necessidades básicas de consumo da população. Mas isso não ocorria, pois além da apropriação de grande parte do excedente pela burocracia, a oferta de bens de consumo crescia bem mais lentamente, uma vez que os investimentos eram direcionados prioritariamente à indústria pesada e ao complexo industrial militar em construção, perpetuando assim a penúria. A expansão da produção na indústria de bens de consumo era absolutamente insuficiente para atender a demanda crescente da população, que se concentrava cada vez mais nas cidades a taxas explosivas de crescimento. A crônica carência de produtos de consumo popular e mesmo sua baixíssima qualidade eram conseqüências dessa lógica de funcionamento da economia soviética.

O crescimento acelerado também foi possível graças à exploração de músculos e nervos da classe trabalhadora em níveis talvez só comparáveis aos primeiros tempos do capitalismo. Toda uma geração foi penalizada para garantir a industrialização e a modernização do país em tempo recorde. Como durante a acumulação capitalista primitiva, o que se deu em parte foi o sacrifício da geração que constrói a riqueza e o equipamento social que serão herdados pelas gerações seguintes. [25] Pelo que se pode perceber no Gráfico 1, apresentado por Jaques Sapir (1989, p. 38) e elaborado a partir de avaliações de distintas fontes, enquanto as curvas de crescimento da produção mostravam uma trajetória acentuadamente ascendente, as curvas dos salários reais dos trabalhadores se projetavam para baixo.

[25] No caso da URSS, mesmo levando em conta os privilégios da burocracia, o retorno dos altos níveis de investimento em termos de bem-estar da população poderia sem dúvida ter vindo muito mais rapidamente se não fossem os elevadíssimos gastos com defesa impostos pela ameaça externa e a destruição da Segunda Grande Guerra, que mais uma vez quase arrasará o país.

Gráfico 1 – Evolução do crescimento da indústria, da agricultura e dos salários reais pagos aos trabalhadores soviéticos entre 1928 e 1940



Fonte: Jaques Sapir (1989, p. 38), a partir de dados das diferentes fontes mostradas.

Evidentemente, nem todo o mais-trabalho extraído dos trabalhadores na economia soviética era convertido em novos investimentos produtivos. Parte considerável passou a ser apropriada pela nova burocracia constituída no país, que sendo quem controlava a partir do topo a distribuição, não deixava de reservar para si não só uma grande parte, mas a melhor fatia do sobre-produto social. Qualquer burocracia no poder sempre se outorga privilégios em detrimento da maioria de produtores. Mesmo com o país já bastante industrializado, com a *base material* do socialismo já bastante desenvolvida quando se comparava a URSS da segunda metade da década de 30 com os países capitalistas centrais do tempo de Marx, permaneciam ainda acentuadas as desigualdades sociais em seu interior. Trotsky explica tal continuidade apontando que o desenvolvimento econômico, mesmo quando levava à elevação da oferta de bens de consumo, não trazia obrigatoriamente mais igualdade, já que isso aguçava o apetite da burocracia pela apropriação de uma fatia cada vez maior do excedente social, subtraída do consumo da grande massa dos trabalhadores (1977a, p. 99).

Todo esse imenso torniquete sobre a classe trabalhadora soviética foi imposto em base a um regime de terror e mobilização quase militar do trabalho e da produção, com uma economia ferreamente dirigida desde cima por uma nova burocracia, na qual era aprofundada a divisão social do trabalho, mantida desde o início da década de 20. A mobilidade dos trabalhadores foi severamente limitada a partir de 1932, com a proibição da livre troca de emprego, quando foi criado um sistema de passaportes internos que impedia que eles mudassem de domicílio sem autorização prévia. Como os sindicatos não tinham qualquer autonomia, pois estavam totalmente controlados e submetidos ao partido, do ponto de vista jurídico a legislação trabalhista tornou-se, progressivamente, uma espécie de legislação penal (HADDAD, 1992, p.108). As greves foram proibidas; as faltas injustificadas ao trabalho eram punidas com a perda de salários quando não com a demissão; os julgamentos eram sumários e não eram admitidos recursos; as transferências de trabalhadores de empresas determinadas desde cima tornaram-se compulsórias. A classe trabalhadora soviética nessa época já estava completamente órfã de representação. As mulheres, proibidas de trabalhar em lugares insalubres pelo Código Trabalhista de 1922, podiam ser vistas realizando os trabalhos mais pesados nas minas. Não só os milhões de

camponeses, mas também milhares de operários foram enviados, por qualquer "delito" – que podia ser simplesmente o abandono do emprego ou mesmo por discordar do governo – aos campos de concentração ou para áreas inóspitas a serem desbravadas, para realizar o trabalho que ninguém voluntariamente aceitaria fazer. De certa forma, um novo tipo de trabalho escravo, mas "socialista". O arbítrio do regime cumpria assim não apenas uma função político-ideológica, mas também uma função econômica essencial. O stalinismo resolveu dessa forma o problema da liberação da mão-de-obra, que a burguesia inglesa, nos primórdios do capitalismo, com seus cercamentos, *enclosures*, e a expulsão dos camponeses da terra para as cidades, levou séculos para resolver.

Outro elemento importante que explica o rápido progresso da URSS, durante as décadas de 30 e 40, foi a assimilação da técnica já pronta do capitalismo ocidental, que pode ser disseminada velozmente na economia soviética pela centralização das decisões de investimento nas mãos do Estado. Em pouco tempo, a URSS iria sem dúvida desenvolver tecnologia própria. No período que antecedeu a Segunda Guerra, entretanto, o regime soviético atravessou uma fase preparatória caracterizada pela importação, por todos os meios que lhe foram possíveis, da técnica industrial ocidental, numa corrida contra o tempo para alcançar o capitalismo. O desenvolvimento industrial soviético não teve um ritmo "natural" como o da burguesia na Europa Ocidental. Foi um desenvolvimento em marcha forçada dirigido desde cima pelo Estado, apoiado sobre a base da técnica pré-fabricada pelo capitalismo durante séculos, técnica que ao ser transplantada para a URSS pôde ser replicada rapidamente para milhares e milhares de novas indústrias e usinas e, posteriormente, ser localmente desenvolvida. [26] Em uma perspectiva histórica, Trotsky avaliava assim a grande transformação soviética iniciada na URSS e a importância das bases assentadas pela revolução:

[26] Robin Blackburn (1992, p. 143), baseando-se em pesquisas sobre o desenvolvimento soviético realizadas por A . C . Suttton (1971) considera como extraordinário o fato de que no início dos anos 30, mais da metade das exportações inglesas e norte-americanas de máquinas tenha sido para a União Soviética. Em certos setores as cifras ultrapassam 90%. Em função da grave crise que vivia o mundo capitalista, Stalin conseguiu parcialmente explorar, ainda que grosseiramente, os conflitos entre as distintas potências imperialistas e promover a importação maciça de tecnologia do Ocidente, que foi, junto com a planificação, uma das bases do rápido crescimento da URSS na década de 30.

> Dizer que a URSS procura, atualmente, realizar a obra cultural que os países adiantados realizaram há muito sobre a base capitalista, seria apenas formular uma meia-verdade. As novas formas sociais não são de modo algum indiferentes; elas não se limitam a dar a um país atrasado a possibilidade de alcançar o nível dos países adiantados, mas lhe permitem também atingir esse nível muito mais rapidamente do que fez o Ocidente. A chave deste enigma encontra-se facilmente: os pioneiros da burguesia tiveram que criar a sua própria técnica e de aprender a aplicá-la à economia e à cultura, enquanto a URSS encontra um conhecimento já pronto e moderno e, graças à socialização dos meios de produção, aplica-o não parcialmente e pouco a pouco, mas de uma só vez e a uma escala imensa (TROTSKY, 1977a, p.190).

3.3.2 Como a URSS chega à Segunda Guerra Mundial

Já a partir da década de 20, com o atraso da revolução internacional, a burocracia soviética foi desenvolvendo, junto com a *teoria do socialismo em um só país*, a ilusão sobre a possibilidade de uma coexistência pacífica com os distintos capitais imperialistas. O sonho de uma trégua duradoura irá terminar, entretanto, com a chegada de Hitler ao poder na Alemanha, o que tornava crescente a possibilidade de uma nova agressão. Os gastos militares soviéticos a partir de então cresceram consideravelmente. A planificação da economia e a industrialização acelerada, com prioridade à indústria pesada e de defesa, darão à URSS a capacidade para derrotar a moderna máquina de guerra nazista, ainda que, mais uma vez, a um custo altíssimo. A industrialização pôs à disposição da URSS um potencial militar com o qual a velha Rússia nunca poderia ter sequer sonhado durante o czarismo. O equipamento do Exército Vermelho às vésperas da Segunda Grande Guerra estava no nível técnico dos mais modernos do mundo, como os nazistas logo descobririam com surpresa. A produção de tanques, aviões e blindados se equiparava tanto em quantidade, o que se pode ver pelas Tabelas 5 e 6, como em qualidade à da Alemanha nazista. Em porcentagem da produção bélica alemã, a produção soviética de armamentos seria mais que o dobro da norte-americana e da inglesa somadas. Na base da vitória soviética sobre o nazismo estiveram, sem dúvida, os avanços possibilitados pelo planejamento estatal.

Tabela 5 – As despesas militares dos futuros beligerantes – Período 1933-1938 (em milhões de libras esterlinas)

Alemanha	2.868	URSS	2.808	França	1.099
Itália	930			Grã-Bretanha	1.200
Japão	1.266			Estados Unidos	1.175
Total do Eixo	5.064			Total	3.463

Fonte: Dados extraídos de Jaques Sapir (1989, p.47).

Tabela 6 – Participação na produção de armas pelos principais beligerantes em 1938 (em porcentagem da produção alemã)

URSS	59%	Grã-Bretanha	13%	Itália	13%
Estados Unidos	13%			Japão	20%

Fonte: Jaques Sapir (1989, p.47).

3.3.2 As Contradições da Industrialização Acelerada

Como um segundo *Prometeu desacorrentado*, a URSS talvez tenha superado em menos de duas décadas – através do planejamento, da opção pela industrialização acelerada e a importação da técnica capitalista – um atraso estimado por alguns analistas de cem anos em relação ao capitalismo mais avançado. Mas tal desenvolvimento desenfreado não se daria sem engendrar novos problemas. Nas contradições geradas pela forma avassaladora e voluntarista como foi realizada a industrialização soviética nas décadas de 30 e 40, é possível encontrar parte importante das chaves para explicar a exaustão econômica e política posterior da URSS a partir da década de 70, como se verá. Trotsky (1977a) reconhecia o rápido progresso da industrialização soviética na década de 30, mas alegava que eram ilusórias algumas das propaladas realizações dos planos qüinqüenais e apontava as contradições geradas pelo planejamento realizado burocraticamente, desde cima, sem a participação democrática dos produtores.

O crescimento febril abria lacunas resultantes da inevitável falta de coordenação entre os diversos setores, por mais que se tratasse de uma economia centralmente planejada. As desproporções entre as áreas que deviam fornecer bens intermediários, componentes e insumos para um produto final existiam e eram inevitáveis. Por outro lado, os projetos muitas vezes mal planejados, eram executados às pressas, com

grande desperdício não só de preciosos materiais, equipamentos e máquinas, mas também de muitas vidas humanas. Muitos eram abandonados ou levavam anos para serem concluídos. Como se poderá constatar nas décadas seguintes, desperdício e escassez começaram a andar juntos na URSS. A primeira crítica econômica mais profunda aos problemas da economia soviética foi feita por Christian Rakovsky (1931), um oposicionista de esquerda da época. Centrava-se na má qualidade de muitos produtos industriais e no baixo rendimento da indústria soviética. Para Rakovsky, o sistema econômico soviético sem dúvida se caracterizava por promover um avanço global no sentido das metas a que se propunha, em termos do volume de produção, em um tipo de planificação que não exigia coordenação muito complexa. No entanto, era uma produção praticamente sem controle de qualidade. Segundo Rakovsky: "Não estamos falando de defeitos específicos, mas da fabricação sistemática de produtos defeituosos" (apud BLACKBURN, 1992, p. 145). Pela ótica de Rakovsky, para avaliar o real estágio da indústria soviética em comparação com o resto do mundo não se podiam levar em conta apenas critérios estatísticos, ou seja, os volumes globais de produção, no que o sistema soviético havia indiscutivelmente avançado muito, mas também os critérios de qualidade, eficiência e produtividade.

Assumindo a crítica de Rakovsky, Trotsky (1977a), em 1936, avaliava que, apesar dos grandes volumes de produção, do crescimento acelerado dos índices e das "seis condições" [27] estabelecidas por Stalin no começo dos anos 30, quando o campo de prova passava a ser a qualidade e o rendimento do trabalho, não havia dúvida de que a URSS continuava muito para trás dos países capitalistas avançados. A comparação com o Ocidente não podia ser feita apenas tomando os volumes de produção, nos quais a URSS havia conseguido indiscutivelmente um avanço sem precedentes, enquanto os países capitalistas patinavam no entreguerras. Devia-se levar em conta também tanto o grau da técnica, da cultura, como, antes de tudo, o rendimento do trabalho humano. Se a comparação fosse feita por esse outro ângulo, a situação mudaria e a URSS apresentaria ainda grande desvantagem.

[27] As "seis condições" estabelecidas por Stalin no começo dos anos 30 se referiam à melhoria da qualidade e da eficiência na produção soviética.

Isso não quer dizer que não tenha havido avanços significativos quanto ao rendimento do trabalho na URSS, o que foi uma conseqüência lógica do processo de industrialização. O avanço se deu por duas vias: pela assimilação da técnica mais avançada do Ocidente e pela melhor utilização da mão-de-obra. Entretanto, como o patamar do qual partia era muito baixo, a URSS seguia muito distante do rendimento da indústria ocidental. A qualificação técnica forçada e improvisada das massas camponesas russas, que tiveram que aprender quase tudo na prática ao serem jogadas de repente dentro de imensas fábricas e usinas, implicava em uma produtividade inferior tanto do trabalho quanto do capital. A mesma técnica não produzia os mesmos resultados alcançados no Ocidente. O problema residia na herança de baixo nível cultural e socioprofissional dos trabalhadores, que implicava em uma medíocre qualidade do trabalho. Faltava educação e cultura, a base da civilização que tinha gerado a técnica capitalista por séculos. Trotsky considerava que enquanto a URSS continuasse isolada, a força do regime soviético se mediria, de uma forma decisiva, pelo rendimento do trabalho, o que na produção de mercadorias se exprime pelos preços de custo e de venda (1977a, p.107). Na URSS, os preços de custo continuariam, por muito tempo, superiores aos do Ocidente. Isso porque, a despeito do seu marasmo e da sua estagnação no início dos anos 30, o capitalismo continuava ainda com uma enorme superioridade na técnica, na organização e na cultura do trabalho. Pode-se imaginar também que as péssimas condições de vida dos trabalhadores soviéticos, ao implicar em baixo rendimento do trabalho, em erros, quebras constantes de equipamentos e, portanto, má qualidade da produção, também contribuía para a escassez de bens de consumo, já crônica em função da prioridade aos investimentos na indústria pesada e na defesa.

O problema do rendimento do trabalho e da qualidade, como se verá no decorrer deste trabalho, não tinha a ver somente com a pesada herança de atraso cultural e técnico-industrial da velha Rússia. Tais fatores eram imensamente agravados pelo caráter totalitário do regime político e do planejamento. A falta de democracia, a criminalização da crítica, a falta de qualquer controle sobre o poder, o segredo sobre as ações do governo, o bloqueio à informação, ditados pela lógica de autopreservação da burocracia, limitavam as correções de rumo necessárias e geravam apatia e indiferença entre os trabalhadores, o que refletia direto de forma negativa sobre o rendimento do trabalho e a

qualidade da produção. Este último elemento, como se verá no período final da URSS, contribuirá para a exaustão econômica da mesma. Como que antevendo os problemas futuros da economia soviética, ainda em 1937, Trotsky ligava assim a questão econômica ao caráter político ditatorial do regime:

> O papel progressista da burocracia soviética coincide com o período de assimilação. O grande trabalho de imitação, de enxertia, de transferência, de aclimatação, fez-se no terreno preparado pela Revolução. Até hoje, ainda não se pôs o problema da inovação no domínio da técnica, da ciência ou da arte. Sob as ordens da burocracia, poder-se-ão construir fábricas gigantes de acordo com modelos importados do estrangeiro, pagando-as, é certo, pelo triplo do seu preço. Mas quanto mais avançar, *maior será o choque contra o problema da qualidade* e este escapa à burocracia como uma sombra. A produção parece marcada pelo cunho cinzento da indiferença. Na economia nacionalizada, *a qualidade supõe a democracia dos produtores e dos consumidores, a liberdade de crítica e de iniciativa*, tudo isto incompatível como regime totalitário do medo, da mentira e do panegírico (1977a, p. 271, grifo nosso).

Tais contradições foram muito cedo reveladas e seriam duramente percebidas pela burocracia soviética a partir das décadas de 70 e 80, quando começariam os problemas da URSS.

3.4 As Características do Stalinismo, a Natureza do Estado Soviético e as Alternativas de Evolução Previstas desde a Década de 30

O sistema totalitário soviético, ou o stalinismo, como ficou conhecido por muitas décadas, consolidou-se definitivamente entre 1927 e 1931 com a derrota das distintas oposições; a coletivização forçada no campo e os planos plurianuais centralizados, impostos através do terror e da coação; o culto à personalidade do grande líder; a imputação da acusação de crime contra o Estado a qualquer crítica ou dissidência e um rigoroso monolitismo policial, assegurado por um papel destacado da polícia política secreta sobre todos os aspectos da vida da sociedade. Esse é, basicamente, "*the making of the soviet system*", como o chamou Moshe Lewin (1994).

Não se poderá elucidar o colapso da URSS sem entender a natureza mesma de sua formação econômico-social e especialmente o caráter do regime político soviético, que será um dos elementos centrais para explicar o seu colapso. Antes de discutir a natureza da formação soviética e para que se possa comparar o "socialismo" stalinista com as proposições originais do marxismo anteriormente apontadas, busca-se abaixo, a partir do que foi investigado na investigação aqui realizada, arrolar um pouco mais esquematicamente algumas das *características peculiares* essenciais do ficou conhecido como *socialismo realmente existente,* consolidado a partir da década de 30.

3.4.1 Características Econômico-Sociais

1) Eliminação da propriedade privada, nacionalização dos meios de produção e distribuição, do transporte e do sistema financeiro, supressão do mercado capitalista, bases herdadas de uma revolução de caráter anticapitalista. Nacionalização do solo, realizada posteriormente pela força, contra a vontade da maioria dos camponeses. A eliminação da propriedade privada dos meios de produção não implicou, entretanto, que a propriedade estatal estivesse sob controle do povo, pois as massas foram, desde muito cedo, alijadas de qualquer poder sobre ela. Apesar de a propriedade ser declarada juridicamente como pública e não da burocracia, na prática, esta a controlava e dela usufruía como se fosse sua.

2) Planos econômicos centralizados, impostos pela coação sobre o trabalho, a partir de um Estado forte, sem discussão democrática com os produtores e consumidores.

3) As medidas acima apontadas, possíveis graças à gênese socialista do Estado soviético, possibilitaram a industrialização e a modernização aceleradas, com elevação do padrão de vida de sua população, especialmente no que se refere à escolarização e à qualificação socioprofissional maciças e à saúde.

4) Continuidade da exploração do trabalho assalariado, realizado pela maioria para simples reprodução da própria existência física, o que significava se não a existência de mais-valia, mas sim da apropriação considerável do sobre-produto gerado pelos trabalhadores, seja para garantir altas taxas de investimento e crescimento, seja para o consumo da burocracia de grande parte do excedente.

5) Manutenção da lei do valor capitalista na esfera da retribuição do trabalho, com o estabelecimento do trabalho por peça ou por tarefa, do que o movimento Stakhanov foi um exemplo. [28]

6) Continuidade da divisão social do trabalho. Na URSS, a desigualdade social e a alienação dos produtores já não derivavam essencialmente da existência da propriedade privada, como Marx acreditava ocorrer no capitalismo, mas sim da continuidade da divisão ocupacional no processo produtivo. Na sociedade soviética se formaram desde cedo duas categorias, classes ou extratos de classes sociais elementares e distintas: no patamar mais alto, a burocracia, que se apodera de todas as tarefas de planejamento, administração e controle, mas sem uma relação direta com a produção; no patamar mais baixo, a grande massa de produtores, que trabalham de forma alienada, isto é, desprovidos de qualquer poder de decisão sobre a proporção entre investimento e consumo no país ou mesmo do controle sobre a produção e o ritmo de trabalho nas empresas.

3.4.2 Características Políticas

1) Agigantamento do Estado concomitantemente a um enfraquecimento da sociedade. O Estado hipertrofiado – em uma relação assimétrica com a sociedade desorganizada – controlava absolutamente tudo desde cima e repelia qualquer iniciativa que viesse de baixo, pois esta era vista como ameaça. A burocracia soviética das primeiras décadas, formada em um ambiente de grande atraso cultural e de enfrentamento

[28] O movimento Stakhanov, ocorrido na década de 30 e derivado do nome do operário Stakhanov, buscava aumentar a produtividade do trabalho através da emulação dos trabalhadores e da concessão de prêmios por produção, em regime de remuneração do trabalho por peça produzida.

militar – o que explica a sua baixa qualificação e sua brutalidade – apresentava, em função do caráter despótico do regime político, um grau de autonomia superior às suas congêneres capitalistas.

2) Ditadura política de um partido único fundido com o Estado. Um regime de cruel e severa opressão, com monolitismo político assegurado pelo terror policial, que submetia a sociedade a uma poderosa camisa de força pelo medo e pela delação. Como o poder burocrático é um poder totalitário, não pode aceitar o pluripartidarismo, pois este questiona e põe em risco o poder da casta dominante como um todo. A proibição dos partidos e frações dentro do partido e a supressão de direitos democráticos coletivos e individuais em função da Guerra Civil no início da década de 20, de medidas conjunturais foram transformadas em código permanente pelo stalinismo até a década de 30. Os expurgos e assassinatos de milhares de oposicionistas, simbolizados pelos grandes Processos de Moscou na década de 30, constituíram o capítulo final da consolidação do fenômeno burocrático. Sobre toda vida intelectual da sociedade, as ciências, as artes, a literatura, a discussão econômica, se impôs um comando bruto e ignorante. A imprensa foi submetida a rígido controle e censura, passando a ser simplesmente órgão de difusão da política e das realizações do partido e do Estado, proibida de divulgar qualquer crítica e mesmo fatos negativos para o regime.

3) Supressão de qualquer autonomia das organizações sociais. Com os *soviets* esvaziados desde o início da década de 20 e os sindicatos controlados, os trabalhadores soviéticos estavam completamente órfãos, o que impedia qualquer limite ao grau de compressão dos salários e também ajudava a explicar em parte a indiferença do operário soviético. O stalinismo difundia a ilusão de que o proletariado estava no poder através do partido, perpetuando assim a visão substitucionista. Na verdade, por não ter qualquer órgão de representação independente para a defesa de seus interesses, de certa forma os trabalhadores soviéticos estavam tão ou ainda mais oprimidos que no capitalismo desenvolvido. Um Estado totalitário não podia tolerar qualquer independência das organizações sociais, pois qualquer um que não estivesse sob controle era visto como um opositor em potencial, já que isso era visto como um indício de não submissão.

3.4.3 Marxismo e Stalinismo

O stalinismo tem sido associado, freqüentemente, ao pensamento e à prática de Lênin e também à teoria de Marx. Tal associação foi possível pelas características do sistema soviético estabelecidas pela Revolução Russa e que constavam do programa original do marxismo, como a erradicação da propriedade privada, a propriedade pública dos meios de produção, plano econômico unificado e a elevação do bem-estar social, além do que, em todo o mundo, o stalinismo se apresentava como continuador das idéias de Lênin e representante oficial do marxismo, usurpando desse modo a autoridade da Revolução Russa. Os crimes do stalinismo foram, portanto, praticados sob a bandeira do marxismo, o que teve grande implicação sobre a consciência coletiva da humanidade no Século XX.

Sem dúvida, existem pontos de contato entre a prática dos bolcheviques nos primeiros anos e a do *socialismo real*. Mas após uma comparação mais atenta entre as características do sistema soviético listadas logo acima com aquelas arroladas no Capítulo 1, extraídas do pensamento original dos pais do marxismo, é inegável que o regime político que se instaurou na URSS não tem nada a ver com o que Marx e Engels acreditavam ser o socialismo. Marx e Engels viam a construção do socialismo como o desenvolvimento do movimento real da grande maioria, não de idéias artificialmente plantadas por pensadores, por uma agrupação política substituindo e tutelando os trabalhadores, nem muito menos por um Estado totalitário civilizador-educador da sociedade. Em nenhum de seus escritos Marx formulou o conceito de ditadura proletária como a ditadura de um partido único sobre a maioria. Para ele a ditadura proletária era a ditadura democrática da grande maioria sobre uma minoria de antigos exploradores. Atacou duramente a censura à imprensa no capitalismo de sua época e o uso arbitrário do poder pelo Estado. Se Marx compreendia o socialismo como uma formação desde o início superior ao capitalismo, mesmo em sua fase de ditadura do proletariado, não podia conceber o contrário no terreno da democracia. Marx não tem nada a ver, portanto, com a ditadura da burocracia soviética.

3.4.5 A Natureza da URSS

Talvez um dos temas mais polêmicos, mais discutidos e investigados durante o Século XX tenha sido a natureza da formação soviética, ou seja, como classificar aquela nova formação. No Prefácio de sua *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1980, vol. 1), Marx traça uma linha evolutiva para as distintas formações sociais: "Em linhas gerais, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser designados como épocas que marcam ao progresso da formação econômica da sociedade" (Ibid., p. 302). Como a URSS se constituiu a partir de uma revolução contra o capitalismo e se assentava em algumas bases que coincidiam com o programa socialista original, essa formação tendeu a ficar conhecida como socialista no imaginário humano durante o século passado. Não podendo, entretanto, negar a imensa distância entre a visão marxista original de socialismo e o modelo soviético, o stalinismo difundiu a fórmula defensiva de *socialismo incompleto*, ou *socialismo realmente existente,* para classificar o sistema social estabelecido na URSS depois de Stalin. Por outro lado, ao constatar a permanência no modelo soviético de fortes elementos característicos das formações anteriores como o capitalismo, o feudalismo e mesmo do modo de produção asiático, muitos investigadores caminharam no sentido oposto e insistiam em seguir classificando a URSS como uma nova forma de capitalismo, um *capitalismo de Estado,* um *Estado burocrático* ou até mesmo como *modo de produção asiático*. Os bolcheviques do início da década de 20 e Trotsky na década de 30 classificavam a URSS como um *Estado operário*.

Essa discussão não é desprovida de sentido quando se busca entender as razões do colapso e da desintegração da URSS. Sem buscar uma definição científica e objetiva acerca da natureza daquela formação e especialmente sem identificar os elementos internos contraditórios que estavam em conflito dentro dela, muito dificilmente se pode elucidar o desfecho do processo em 1991. É com este propósito que se discutem aqui, ainda que de forma sucinta, algumas dessas posições sobre o caráter da formação econômico-social soviética e adota-se um posicionamento favorável àquelas que, no entender do pesquisador, ajudam o pensamento a compreender mais profundamente o fenômeno.

Não há intenção nesta investigação de realizar uma extensa discussão sobre a questão da natureza da URSS. Ela é feita aqui apenas na medida em que permita ao pesquisador poder definir uma posição que ajude a explicar as razões de sua exaustão. Um trabalho de Fernando Haddad (1992) aborda essa questão de forma esclarecedora, e, por isso, serviu de base teórica para este capítulo. Haddad busca exatamente identificar e discutir as distintas caracterizações acerca da natureza do sistema soviético, algumas das quais apontamos sumariamente a seguir.

Vários autores, como Martov, líder dos mencheviques, e outros social-democratas europeus como Kautsky e Hilferding, opondo-se à concepção bolchevique de que na URSS se construía um *Estado operário*, deram à nova formação saída da Revolução Russa, mesmo antes da consolidação do stalinismo, a qualificação de *capitalismo de Estado*. Para eles, como uma revolução na Rússia atrasada e semifeudal só podia ser uma revolução burguesa, a exemplo das ocorridas na Inglaterra ou na França, os bolcheviques, ao tomar o poder, não poderiam ultrapassar o sistema capitalista, ou seja, estavam criando um *capitalismo de Estado*. Na década de 30, com o grande avanço econômico da URSS, a nacionalização forçada da terra e os planos qüinqüenais, a tese de *capitalismo de Estado* foi enfraquecida. Décadas depois será retomada por autores como Tony Cliff e Charles Bettelheim. Para Cliff (1974), Trotsky cometeu um erro ao seguir classificando, na década de 30, a URSS como Estado operário por dar mais importância às formas de propriedade socialistas do que à permanência de relações de produção típicas do capitalismo dentro da nova formação. Bettelheim (1978) também centra sua defesa de que na URSS continuava a haver uma forma de capitalismo no fato de que persistiam dentro dela relações sociais típicas daquele sistema. Alega ainda que o caráter estatal da propriedade não faria dela uma propriedade socialista.

Outros autores, como Bruno Rizzi, Cornelius Castoriadis e Hebert Marcuse classificaram o sistema soviético como um *coletivismo burocrático.* Ainda que não tenham formulado uma versão mais acabada para esta teoria, o elo que une estes autores é a associação que fizeram do sistema soviético com formações pré-capitalistas, como as sociedades asiáticas que não foram colonizadas pelo capitalismo europeu e nas quais predominavam Estados e regimes despóticos. Rizzi (1985) nega a tese de Trotsky de

que a abolição da propriedade privada e a planificação da economia determinavam o caráter operário do Estado soviético. Havia para ele um Estado burocraticamente hierarquizado que controlava a economia, que não era nem socialista (mesmo sem propriedade privada), nem capitalista. Castoriadis (1988) desenvolverá tal concepção acrescentando que a formação do corpo estatal burocrático soviético responderia à mesma necessidade de formação de burocracias profissionais no capitalismo monopolista e derivaria antes de tudo do processo de socialização das tarefas administrativas nas modernas economias industriais. Marcuse (1980) reforçará a tese do *coletivismo burocrático*, insistindo no argumento de que a burocracia soviética deveria ser classificada como uma classe social. Alega que se fosse considerado o critério de definir uma classe social estritamente pela sua relação com os meios de produção, como definia o marxismo, a burocracia soviética não seria uma classe diferenciada. Mas na medida em que a exclusividade de suas funções a tornava independente do povo que ela governava e administrava, ela passava a ser sim uma classe social distinta.

Karl Wittfogel, que classificou o sistema soviético como *modo de produção asiático*, teve um importante papel para a identificação e compreensão dos elementos daquele modo de produção ainda presentes na formação soviética. Irá mostrar os traços de identidade do novo despotismo "socialista" com os antigos despotismos orientais. Wittfogel (1957) considera que Lênin teria errado duplamente: primeiro ao ter superestimado o desenvolvimento capitalista russo; segundo por ter subestimado o risco de autonomização de uma nova burocrática estatal, que não se contentaria em dominar simplesmente uma economia baseada na agricultura camponesa e no artesanato, mas que se fortaleceria mesmo em um forte processo de industrialização, construindo uma espécie de *despotismo industrial*, um sistema de base industrial de escravidão (estatal) geral.

Pelas razões que se discutirão a seguir, considera-se aqui que a formulação de Trotsky seja a mais correta para classificar a natureza da URSS. Apesar de terem contribuído para o avanço da investigação sobre o caráter social do sistema soviético, considera-se aqui que todas as definições que identificam a formação soviética como uma forma de capitalismo ou mesmo de sociedades pré-capitalistas cometem o equívoco de definir sua natureza primeiramente pela continuidade de traços ou elementos

de antigas formas de sociedade dentro do novo Estado, colocando assim em segundo plano os elementos que acreditamos de fato determinantes para defini-la, como o caráter anticapitalista da Revolução Russa e as novas relações fundamentais de propriedade que criou.

Para definir a natureza de uma nova sociedade se deve partir primeiramente dos elementos estruturais determinantes em seu movimento dialético e sentido evolutivo, não dos elementos de continuidade do passado, ainda que estes possam ter uma presença marcante dentro da nova formação. Ao analisar o capitalismo em *O Capital* (1988), Marx o considerou - fazendo isso como recurso de estudo para descobrir sua essência e leis de funcionamento - como uma categoria pura, ideal, plenamente desenvolvida. Mas, em todos os seus textos, em nenhum momento deixou de apontar nas diversas formações que analisava tanto o novo como os elementos de permanência das sociedades anteriores. Como Hegel, Marx estava consciente de que, na realidade, não existem formações puras, mas sim estruturas em movimento que combinam o velho e o novo como elementos contraditórios. [29] Ao analisar o capitalismo, partiu principalmente do capitalismo mais desenvolvido da Europa, o inglês. Ao estudar o capitalismo na França, país onde esse sistema tinha avançado menos, se deparou, entretanto, com arraigados elementos do feudalismo e com a força esmagadora da velha França rural, como também descobriria tragicamente a Comuna de Paris de 1871. Nem por isso Marx classificou a França ou a Alemanha da primeira metade do Século XIX, atrasadas em seu desenvolvimento mercantil quando comparadas à Inglaterra, como países onde ainda predominava o feudalismo. Pelo contrário, os classificava sim como países capitalistas, pois tomava como essenciais para isso as novas relações de propriedade e de produção mercantis presentes nesses dois países, mais dinâmicas e determinantes.

Na verdade, não só a URSS deve ser vista como uma nova formação social distinta do capitalismo, como também muitas das categorias da Economia Política Clássica aplicadas na economia nacionalizada soviética, como *mercadoria, mais-valia,*

---

[29] Falando sobre o método de análise do capitalismo, Marx escreveu o seguinte em *O Capital* (1988, Livro 3, vol. 4, p. 238): "Em teoria, supõe-se que as leis do mundo capitalista de produção desenvolvem-se no seu aspecto mais puro. Na realidade, sempre nos encontramos em presença de uma certa aproximação; esta

preço, salário, também passaram a ter um caráter transitório, duplo. Esse é também o método dialético usado por Preobrajensky em *A nova econômica* (1979), e que parece ser o mais adequado para analisar tanto o caráter social da URSS quanto a permanência ou não daquelas categorias na economia soviética. Por exemplo: muitos analistas sugerem que na URSS continuou a produção de mercadorias. Isso é, no entanto, apenas parcialmente uma verdade. Sobre esta questão, ainda durante a vigência da NEP, ou seja, antes mesmo dos planos qüinqüenais e da coletivização total da agricultura, Preobrajensky afirmava:

> Se considerarmos toda a produção de nossa indústria estatal durante um dado ano, colocando a questão de saber se isto constitui uma massa de mercadorias no sentido em que o termo é utilizado habitualmente por Marx, cumpre responder a esta questão tanto por um *sim* como por um *não*. Sim, na medida em que temos o monopólio da produção, apoiado no mercado. Não, na medida em que temos o monopólio da produção pelo próprio setor estatal, conservando somente a *forma* das relações de mercado no interior deste setor; *parcialmente não*, na medida em que as tendências do monopólio socialista afetam a economia mercantil, acarretando em muitos casos a liquidação da concorrência e a transformação da própria essência do mercado de mercadorias (1979, p.212, grifo nosso).

Deriva desta lógica que, em uma economia socialista plenamente desenvolvida, ou no comunismo, o *produto* para satisfação das necessidades humanas substituirá a *mercadoria*; o *sobre-produto* retido dos trabalhadores para o investimento social substituirá a *mais-valia;* a *repartição socializada em base às necessidades de cada um* substituirá o *salário;* o *cálculo socialista do tempo de trabalho* substituirá a *lei do valor* capitalista. Deve-se supor, entretanto, que no período de transição todas estas categorias continuarão com um caráter também híbrido, fluido, em movimento entre aqueles extremos. Sua definição em cada momento da fase de transição poderia se aproximar mais de um ou do outro pólo dependendo da dinâmica geral da sociedade, ou seja, caso esta caminhasse mais em direção ao comunismo ou retrocedesse em direção ao capitalismo.

É a partir desse prisma dialético que se defende aqui que discussão sobre a natureza da URSS deva ser encarada. Por isso, consideramos que, naquela polêmica, a

---

aproximação é tanto mais exata quanto o modo capitalista de produção é mais desenvolvido e menos alterado e complicado pelas sobrevivências das situações econômicas anteriores".

formulação desenvolvida por Trotsky é mais adequada para definir o caráter social da URSS. Ele caracterizava a formação soviética como um *Estado operário degenerado*, tomando como elementos essenciais para tal definição a expropriação do capitalismo e o estabelecimento das novas relações de propriedade estabelecidas pela Revolução. Ciente, no entanto, do perigo de conferir definições puras ou acabadas a qualquer estrutura, ainda mais a uma formação de um novo tipo, sem precedentes na história, Trotsky buscava uma definição mais ampla, dialética e cuidadosa para a natureza da URSS:

> A URSS é uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) as forças produtivas são ainda insuficientes para conferir à propriedade de Estado um caráter socialista; b) a propensão para a acumulação primitiva, nascida da necessidade, manifesta-se através de todos os poros da economia planificada; c) as novas formas de repartição, da natureza burguesa, encontram-se na base da diferenciação social; d) o desenvolvimento econômico, melhorando lentamente a condição dos trabalhadores, contribui para a rápida formação duma camada de privilegiados; e) a burocracia, explorando os antagonismos sociais, torna-se uma casta incontrolável, estranha ao socialismo; f) a revolução social, traída pelo partido governante, vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores; g) a evolução das contradições acumuladas pode conduzir ao socialismo ou fazer recuar a sociedade para o capitalismo; h) a contra-revolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos operários; i) os operários, dirigindo-se para o socialismo, deverão derrubar a burocracia. A questão será definitivamente resolvida pela luta das duas forças vivas na arena nacional e internacional (1977a, p. 252).

Na falta de outra definição mais adequada, adotamos aqui a classificação feita por Trotsky da URSS como um Estado operário apenas como uma forma de melhor definir aquela complexa formação econômico-social, na qual foram alteradas as relações de produção e de propriedade dos meios produtivos, como resultado de uma revolução de caráter socialista. Como se já se mostrou, esta definição de Trotsky recebeu, no entanto, inúmeras críticas e até hoje gera controvérsias, o que parece advir de uma confusão quanto à definição e à aplicação do conceito de Estado. Para discutir a classificação que faz Trotsky da URSS é preciso esclarecer antes para qual estrutura ele aplicou precisamente tal definição. Em quase todos os seus textos, ao se referir à URSS como Estado operário, Trotsky parece se referir ao tipo de formação econômico-social distinta do capitalismo que era a URSS e não ao Estado enquanto superestrutura política, que se eleva sobre a

sociedade, a controla e a submete, como era a visão marxista clássica de Estado. Refere-se ao conjunto do país, às relações de produção e de propriedade nele estabelecidos, a uma formação social na qual a propriedade privada foi expropriada e nacionalizada, na qual foi estabelecido o monopólio do comércio exterior e a terra foi nacionalizada e não à máquina estatal, conjunto de instituições que se destaca da sociedade. Sem dúvida, se a definição de Trotsky de Estado operário for estendida para classificar a natureza do Estado soviético enquanto uma superestrutura política dominada por uma burocracia totalitária, ela passa a ser completamente abusiva, pois, sob o regime de Stalin, na realidade, os operários já não tinham qualquer poder de decisão e controle sobre esse Estado. O Estado soviético se autonomizou completamente da sociedade e passou a ser, antes de tudo, a expressão dos interesses de um setor social diferenciado dos trabalhadores, uma máquina que reprimiu com violência a própria classe operária, ainda que temporariamente defendesse a propriedade nacionalizada.

Como já se indicou, as teorias que identificavam a URSS como um *capitalismo de Estado* ou mesmo com *formações pré-capitalistas* cometeram o erro de defini-la pela continuidade dos elementos das antigas formações dentro dela, como o fortalecimento do Estado ou a formação de uma monstruosa burocracia, por exemplo. Como caracterizar a formação soviética como uma forma de capitalismo, quando na URSS a burguesia foi simplesmente aniquilada? O capitalismo, como o definia Marx no Livro Primeiro de *O Capital* (1988), pressupõe a livre produção e circulação de mercadorias, a existência de um lado do proprietário privado dos meios de produção e de subsistência, que compra a força de trabalho alheia, e de outro a existência de trabalhadores livres, que vendem sua força de trabalho, da qual o capitalista obtém a mais-valia e o lucro. Na URSS a propriedade privada foi abolida, os meios de produção, distribuição e transportes foram nacionalizados, a agricultura coletivizada, o mercado com o tempo foi suprimido, o comércio exterior tornado monopólio estatal, o direito de herança abolido, os preços eram centralmente determinados, além do que não havia mercado de trabalho, já que o Estado era o único contratante. Torna-se difícil identificar uma formação econômica com tais características como capitalista.

Ainda mais distante da realidade parecem estar as definições da URSS como formação pré-capitalista, especialmente como *modo de produção asiático* em função do surgimento de uma nova burocracia. Ora, uma característica essencial das sociedades asiáticas era exatamente a estagnação secular ou sua lentíssima evolução. A URSS, ao contrário, sofreu uma transformação industrial vertiginosa, uma modernização e um crescimento febris, permitidos exatamente pelo caráter antifeudal e anticapitalista da revolução, ou seja, pelos elementos socialistas de sua gênese.

As definições de *socialismo inacabado*, *socialismo incompleto*, *socialismo em construção*, usadas pelo stalinismo em todo mundo para legitimar como socialista o regime político soviético, tampouco parecem servir para definir cientificamente a URSS, pois mascaravam a face real do poder burocrático e as desigualdades sociais existentes dentro da URSS. A formulação de *socialismo realmente existente*, por outro lado, era defensiva e um reconhecimento da imensa distância que separava o stalinismo do marxismo. Rudolf Bahro, profundo conhecedor do bloco soviético já que ali viveu e trabalhou por muito tempo antes de ser expulso da RDA, em seu excelente trabalho *A Alternativa* (1980), nega categoricamente que o sistema existente na URSS e nos demais países do Leste Europeu fosse socialista, apesar de admitir que também já não eram capitalistas. Classificou a formação social surgida a partir da Revolução Russa como *proto-socialista*, ou seja, socialista apenas em germe, recuperando assim o caráter de formação transitória já usado por Trotsky, ainda que não use a mesma definição de *estado operário* utilizado por este. Para Bahro, tais formações não podiam ser classificadas como socialistas apenas pelo fato de que nelas fora suprimida a propriedade privada, uma vez que a superação da divisão social do trabalho, um pressuposto decisivo do socialismo, não somente não se deu, como tal divisão foi perpetuada e aprofundada.

O que ocorreu na URSS, pelo que se pode derivar do estudo ora realizado, foi que o impulso revolucionário na direção do socialismo foi arrefecido pela inércia da pesada herança do passado, gerando uma formação híbrida e em movimento, que combinava tanto elementos do capitalismo e das formações pré-capitalistas que se tentou superar, como do socialismo que se tentou instaurar. Todas as revoluções na história humana sempre experimentaram, durante o seu desenvolvimento, reações e contra-revoluções que, mesmo não

fazendo a sociedade regredir ao ponto de partida original, produzem algum refluxo no impulso inicial, retrocesso que pode ceifar uma parte considerável das conquistas obtidas no primeiro momento. A estrutura resultante das revoluções combinará sempre elementos do novo e do velho, em uma proporção que dependerá da força do impulso revolucionário. Os oposicionistas da década de 20 chamaram tal refluxo de *termidor* soviético, em uma analogia com o retrocesso ocorrido na seqüência do impulso democrático-revolucionário da grande Revolução Francesa, que possibilitou a instalação do regime bonapartista de Napoleão. Na URSS, o *termidor* burocrático não chegou a reconverter a nova formação ao capitalismo imediatamente, a burocracia não pôde anular as medidas impostas pela revolução de imediato, sendo obrigada a defender ainda por muito tempo a propriedade nacionalizada dos meios de produção, de cujo controle retirava seus privilégios. O regresso ao capitalismo, pelas razões que investigamos neste trabalho, só se daria ao final do Século XX. Mas a degeneração burocrática, que ocorreu fundamentalmente pelos fatores objetivos apontados, impôs um severo retrocesso ao impulso da Revolução e manteve a sociedade por muito tempo em um estágio intermediário, como uma formação anômala, híbrida, distinta do capitalismo, mas que ainda não era socialista.

3.4.6 As Alternativas de Evolução Colocadas ainda na Década de 30

Muito se discutiu desde a consolidação do regime soviético acerca das hipóteses de sua evolução. Não se pretende aqui historiar tais polêmicas. Duas questões importantes, entretanto, discutidas já desde a década de 30, precisam ser retomadas para que se possa entender o desenvolvimento ulterior da URSS até seu esgotamento: em primeiro lugar, o papel cumprido pela burocracia e seu regime político totalitário em relação ao desenvolvimento da economia e da sociedade soviética; em segundo, as hipóteses alternativas de progresso em direção ao socialismo ou de seu regresso ao capitalismo. Confrontar as hipóteses aventadas com o que se deu posteriormente não é um exercício intelectual desprovido de sentido, mas um recurso metodológico importante para entender as contradições internas que levaram à desagregação final da URSS. Na arena econômica, durante todo um período que se pode chamar de período ascendente da economia soviética, sem dúvida o regime da burocracia, assentado nas novas relações de propriedade e produção legadas pela Revolução, cumpriu um papel de acelerador do desenvolvimento técnico-industrial, ainda que com o uso do terror e

com os problemas, anteriormente apontados, de baixa produtividade, qualidade sofrível da produção e grandes desperdícios. Nas décadas de 30 e 40, ou seja, em menos de duas décadas, a URSS passou por uma transformação industrial e urbanizadora sem precedentes até ali. Mas a sociedade humana não tem só uma produção material e seu avanço não pode ser medido exclusivamente por essa ótica.

Baseada nas conquistas da Revolução, a burocracia soviética pôde, sem dúvida, cumprir um papel acelerador da modernização, da mesma forma como muitos regimes totalitários no passado o fizeram. Entretanto, quanto aos aspectos da vida política da sociedade, da educação democrática e da auto-organização dos trabalhadores, do desenvolvimento intelectual e ideológico livre, da produção cultural e artística, seu papel revelou-se absolutamente nefasto, pois se constituiu posteriormente em um sério entrave ao progresso da sociedade. O terror stalinista eliminou durante décadas grande parte dos melhores elementos da sociedade soviética. O número de vítimas da repressão policial na URSS, segundo Nicolas Werth (2001, p. 53), chega à casa dos milhões. Estima-se que cerca de meio milhão de militantes comunistas, dentre os quais homens e mulheres que passaram pela luta clandestina contra o czarismo, pelos combates de 1917 e pela guerra civil, foram assassinados ou inutilizados pelo regime totalitário soviético (GORENDER, 1992, p.19). Roy Medvedev (1971), historiador soviético, informa que as vésperas da Segunda Grande Guerra, nas Forças Armadas Soviéticas, aproximadamente 40 mil oficiais perderam os cargos ou mesmo a vida, vitimados pela repressão. Medvedev estima que nenhum exército perdeu em tempos de paz tantos oficiais quanto o exército soviético, o que implicou em sérias conseqüências nas derrotas da primeira fase da guerra contra os nazistas o que levou muitos analistas da vida soviética a afirmarem que a URSS foi vitoriosa contra Hitler não pela liderança de Stalin, mas apesar dele.

Na década de 30, Trotsky avaliava que se o regime burocrático ainda não impedira e até promovera o desenvolvimento acelerado da economia enquanto esta era uma economia simples, funcionando apenas como um *freio relativo* até ali, com o tempo, no entanto, a partir da complexificação do mecanismo econômico, a gestão burocrática tenderia a ser um *freio absoluto* para o desenvolvimento do país. Segundo ele, assim como a monarquia absolutista se tornou outrora incompatível com o desenvolvimento do mercado capitalista, *na URSS o desenvolvimento e expansão das forças produtivas entrariam cada*

vez mais em contradição com o poder absoluto da burocracia e em algum momento, um e outro se tornariam incompatíveis (1977a, p. 270).

De acordo com todas as últimas análises de Lênin, sempre estiveram presentes e em luta dentro do novo estado tanto tendências socialistas quanto tendências e forças que apontavam para o sentido de um retorno ao capitalismo. Na economia e na sociedade soviética – uma formação em transição – existia, portanto, a luta entre *dois princípios*, entre *dois tipos diferentes de organização social* que lutariam para se impor. Lênin viu inicialmente a NEP como um recuo, uma concessão às tendências capitalistas. A Oposição de Esquerda viu nos camponeses enriquecidos da década de 20 o germe do retorno ao capitalismo. Trotsky entendia, entretanto, que a própria burocracia, mesmo depois de romper com os *kulaks,* também se constituía em uma ameaça ao legado da revolução, cumprindo um papel contraditório dentro do novo estado, pois para ele: "Sem uma economia planificada, a URSS recuaria dezenas de anos. Mantendo esta economia, a burocracia continua a preencher uma função necessária. Mas de tal maneira que prepara o torpedeamento do sistema e ameaça todas as conquistas da revolução" (1977a, p. 278). A partir dessa constatação, ele arrisca traçar algumas hipóteses alternativas de evolução para a URSS.

Uma das hipóteses de evolução levantada foi o advento de uma nova revolução – dessa vez apenas uma *revolução política*, pois que não precisaria alterar, como uma *revolução social*, as relações de propriedade da sociedade – que derrotasse a burocracia, restaurasse a democracia soviética e aprofundasse os elementos socialistas no novo Estado. Essa variante dependeria não somente da luta interna à URSS, mas, fundamentalmente, de um novo impulso da revolução internacional. A outra hipótese seria que a burocracia pudesse, com o tempo, reconverter a propriedade nacionalizada, reconduzindo o país ao capitalismo. Consciente dos perigos que sempre rondaram a URSS, o dirigente da Oposição de Esquerda antecipava, ainda em 1936:

> Qualificar o regime soviético de transitório, ou de intermediário, é separar as categorias sociais acabadas como o 'capitalismo' (compreendendo o 'capitalismo de Estado') e o 'socialismo'. Mas esta definição é em si, absolutamente insuficiente e arrisca-se a sugerir a falsa idéia de que a 'única' transição possível para o regime soviético atual conduz ao

> socialismo. *Um recuo na direção do capitalismo mantém-se, entretanto, perfeitamente possível* (1977a, p. 252, grifo nosso).

Como se prevendo o desfecho que teria a URSS décadas depois, acrescentou ainda:

> [...] a queda da ditadura burocrática atual, sem a sua substituição por um novo poder socialista, anunciaria o retorno ao sistema capitalista com uma baixa catastrófica da economia e da cultura (Ibid., p. 249).

A história verificará o acerto ou não de tais previsões.

4. A RECONSTRUÇÃO DO PÓS-GUERRA E AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE REFORMA

4.1 A Reconstrução

Ao contrário dos EUA, que quase não sentiram os efeitos destrutivos da Segunda Grande Guerra em seu território e alavancaram sua economia com o fornecimento de armas e suprimentos para as tropas aliadas, a URSS, o país que havia suportado a maior carga do enfrentamento da máquina bélica nazista em sangrentas batalhas, emergiu do conflito em uma situação muito difícil. Passadas algumas décadas, no mundo ocidental fala-se muito do desembarque das tropas aliadas na Normandia, no Dia D e nas perdas de soldados norte-americanos. Em um discurso de 1962, o então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, reconhecia, entretanto, quem tivera a maior responsabilidade na vitória aliada, já que a Europa inteira não fora capaz de deter Hitler:

> Dentre as muitas características que os povos dos nossos dois países (os EUA e a União Soviética) têm em comum, nenhuma é mais acentuada do que o horror que ambos votam à guerra. Caso quase único entre as grandes potências mundiais, nunca estivemos em guerra, um contra o outro. E, em toda a história das lutas armadas, jamais uma nação sofreu o que os Russos padeceram durante a Segunda Grande Guerra. [...] Pelo menos vinte milhões de pessoas perderam a vida. Incontáveis milhões de lares e fazendas foram incendiados ou saqueados. Um terço do território [europeu] desse país, compreendendo perto de dois terços da base das suas indústrias, foi completamente arrasado (apud WERTH, A., 1966, p. 2).

Vencida e terminada a guerra, para a URSS tratava-se de curar as feridas, reerguer o país devastado. Um sentimento de orgulho tomava conta do país devido ao seu papel fundamental na vitória aliada, mas as tarefas de reconstrução iriam exigir novamente grandes sacrifícios do povo soviético. O saldo – posteriormente se revisaram os números – fora de mais de vinte e cinco milhões de mortos, outros tantos mutilados ou inválidos. Milhões de famílias desagregadas e de órfãos abandonados. Juntamente com os milhares de indústrias e usinas transferidas às pressas para o leste no início da guerra, estima-se que aproximadamente 10 milhões de trabalhadores e habitantes das regiões invadidas e suas

famílias tenham sido transferidos para outros locais desconhecidos. Havia também a questão dos 4,1 milhões de prisioneiros soviéticos na Alemanha, dos quais 2,6 milhões de civis, casos de difícil reintegração, já que sobre eles pesava a desconfiança do regime stalinista, que tratava a rendição como traição.

Milhares de cidades grandes e médias, vilas e aldeias estavam devastadas, literalmente em escombros. Leningrado, Stalingrado, Kiev, Kursk, Kharkov, Minsk, Rostov, Sebastopol, todas eram cidades destruídas. Reerguer as cidades, reinstalar o equipamento urbano, treinar novos trabalhadores para substituir os que haviam morrido ou haviam sido transferidos durante a guerra, eram estas algumas das urgências. Estradas, pontes, linhas férreas, os sistemas de comunicações, além das indústrias destruídas ou pilhadas, havia que reconstruir tudo, reparar, fazer operar. Estima-se que no final da guerra, ao leste do país, somente entre 3% e 4% do equipamento industrial estava em condições de funcionamento. No Ocidente, muitos analistas avaliavam que a URSS não conseguiria se levantar por muitas décadas e que ficaria fora do jogo político internacional por um bom tempo, porque iria se dedicar em paz a tratar seus ferimentos. Mas o cenário que se configurou foi outro e não foi de paz.

Durante o avanço do exército soviético no Leste Europeu, em alguns casos com a ajuda de forças revolucionárias antifascistas locais, foram incorporados à influência soviética, em um processo que não esteve livre de conflitos com as classes capitalistas locais expropriadas, diversos países como Polônia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Albânia e Alemanha Oriental, que passaram a ser parceiros militares e econômicos da URSS. Alguns deles, como a Polônia e a Alemanha Oriental estavam igualmente destruídos.

Com os muitos bilhões de dólares acumulados durante a guerra e uma economia fortalecida, os EUA puderam financiar a reconstrução dos países capitalistas mais devastados no conflito, como Inglaterra e Alemanha, através do Plano Marshall que foi concebido para estabelecer um forte pólo capitalista na Europa em oposição à influência soviética. Mais tarde, depois da vitória da Revolução Chinesa em 1949, o Japão também será incorporado como beneficiário do plano, como uma forma encontrada pelos Estados Unidos de fortalecer outro bastião capitalista no Oriente. No Plano Marshall não estavam

incluídos, evidentemente, a URSS e todos os países da área ocupada pelo exército soviético no Leste Europeu. Apesar de ter arcado com o maior fardo da guerra, a URSS, como os países por ela agora controlados, não puderam contar com qualquer ajuda ocidental para sua reconstrução. Mesmo assim, já por volta do começo dos anos 50, apesar dos quase dez anos novamente perdidos e dos mais de vinte e cinco milhões de mortos, o essencial do sistema econômico soviético, as cidades e a infra-estrutura estavam reconstruídos e assim foi possível alcançar os níveis de produção industrial anteriores ao conflito.

4.2 A URSS SUPERPOTÊNCIA E A GUERRA FRIA

Já na década de 50 ficaria claro que a URSS, apesar dos grandes estragos da guerra, tornara-se a segunda potência industrial e militar do planeta. A rápida recuperação econômica e o aumento de sua influência política, advindo do imenso prestígio alcançado no mundo pelo papel desempenhado na derrota do nazismo, eram vistos pelos governantes capitalistas como ameaças, apesar dos acordos de coexistência pacífica celebrados em Yalta e Potsdam [30] e da disposição da liderança soviética para a colaboração.

Apesar das garantias de Stalin de não "exportar" a revolução, em 1946 o primeiro ministro britânico, Winston Churchil, declarava formalmente, em seu famoso discurso na cidade de Fulton nos EUA, a *Guerra Fria* do "mundo livre" contra a União Soviética e países de sua órbita no Leste Europeu, sobre os quais estaria descendo, segundo Churchill, uma "cortina de ferro". Na seqüência veio a Doutrina Truman, para contenção dos intuitos "expansionistas" da URSS. Em 1949, os EUA e seus parceiros europeus criaram a aliança militar até hoje existente, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, ao que a URSS e seus aliados irão responder pouco mais tarde constituindo, em 1955, o Pacto de Varsóvia. Independentemente da disposição para a colaboração demonstrada pelos governantes soviéticos, a tensão foi crescendo e se consolidaram, então,

[30] Nestas cidades foram negociadas as bases dos acordos de divisão do mundo entre áreas de influência controladas pelos EUA ou pela URSS. Como demonstração de disposição para colaboração, em 1943, Stalin dissolveu burocraticamente a III Internacional, a organização internacional fundada na seqüência da Revolução Russa e que reunia os partidos comunistas alinhados com Moscou. A partir de 1947, entretanto, com a imposição da Guerra Fria, a URSS criará o COMINFORM, um organismo de contato e informação

dois blocos político-militares no mundo: os que estavam ao lado dos EUA contra a "ameaça comunista" e os aliados da URSS. Em grande medida, toda a política econômica internacional patrocinada pelos Estados Unidos no pós-guerra estará condicionada pelo espírito da Guerra Fria. Por um lado, sua política buscava o fortalecimento de países capitalistas aliados e o aumento de sua influência pelo mundo; por outro, impunha um maior isolamento econômico da URSS, aumentando a pressão sobre ela, através da corrida armamentista. Tal quadro mundial irá aprofundar ainda mais o regime de autarquia da economia soviética e novamente ditar as suas prioridades.

Para além dos discursos, havia uma ameaça bem mais específica e direta no imediato pós-guerra: os EUA, que haviam lançado duas bombas atômicas sobre o Japão, sem nenhuma consulta aos aliados e como um recado à URSS, eram o único país a dominar aquela tecnologia tão destrutiva e mortífera e poderiam utilizá-la novamente. A recuperação inicial da URSS se deu, portanto, sob a ameaça do monopólio nuclear norte-americano entre 1944 e 1950. Analistas militares chegam a considerar este período como o de maior vulnerabilidade militar da URSS em toda a sua existência. Era correr para não ser esmagada, o que a levou, então, a concentrar grandes investimentos e o melhor de seus cientistas e de seus recursos econômicos na construção de ogivas atômicas; da bomba de hidrogênio; mísseis balísticos; uma aviação estratégica com autonomia suficiente para levar as ogivas ao território inimigo; submarinos atômicos e toda infra-estrutura de pesquisa, desenvolvimento, testes e fabricação que isso exige. A segurança estaria assim assegurada pelo poder de dissuasão. Mesmo depois de encerrada a Segunda Guerra, os efetivos das forças armadas soviéticas aumentaram de 2,874 milhões para 5,763 milhões entre 1948 e 1955. Novamente o pesadelo da agressão iminente e da segurança ditando os rumos da economia. O país não poderia mais ser surpreendido por uma nova agressão, como o fora em 1941: esse era o pensamento nas Forças Armadas. É dentro desse panorama de relações internacionais, de uma lógica de aço de crescente polarização, de ações e reações em cadeia, mais uma vez fugindo ao controle dos dirigentes soviéticos,

---

entre as organizações comunistas espalhadas pelo mundo, do qual ficaram fora, no entanto, os comunistas iugoslavos e chineses.

que se deve entender a continuidade do desenvolvimento semi-autárquico da economia da URSS após 1945. A vitória dos comunistas na China em 1949, e a guerra na Coréia em 1950, iriam aumentar o medo do *comunismo*, a polarização no mundo e, conseqüentemente, acelerar a corrida armamentista a partir do Ocidente.

Exatamente pela nova condição de potência econômica e militar com força para rivalizar com o capitalismo em nível global, a URSS sofrerá a partir da Guerra Fria um severo boicote tecnológico, em um grau que não tinha experimentado antes. Como anteriormente assinalado, apesar do isolamento que nunca deixou de existir, boa parte do crescimento soviético até o final dos anos 50 esteve assentado na importação maciça de tecnologia do Ocidente realizada nas décadas de 30 e 40. Já no pós-guerra, as políticas ocidentais da Guerra Fria [31] cumpriram seu objetivo, ou seja, impedir o acesso da URSS à tecnologia ocidental. De aqui por diante, a URSS teria que se virar sozinha tanto para o desenvolvimento da tecnologia de defesa quanto para a renovação de sua economia como um todo, o que sem dúvida implicaria em imensas despesas.

4.3 O MODELO DOS ANOS 30 SE MANTÉM

Reconstrução do país devastado e *defesa* contra novas possíveis agressões foram os objetivos centrais do IV Plano Qüinqüenal, plano que deveria estender-se de 1946 até 1950. O mesmo padrão dos anos 30 foi mantido, ou seja, de prioridade ao Setor I, os *meios de produção*: aço, indústria metalúrgica pesada, armamentos, energia elétrica, extração mineral (carvão, ferro e petróleo), infra-estrutura de transportes e comunicações. De acordo com Nove (1990), naquele período de cinco anos, 87,9% dos investimentos foram alocados para esses setores, enquanto apenas 12,1% restaram para o Setor II, ou seja, para as áreas de *bens de consumo*, entre as quais estavam incluídas alimentação, vestuário e construção civil destinada à habitação.

---

[31] Robin Blackburn (1992, p. 143 e 148) avalia que as diversas formas de bloqueio econômico e militar que faziam parte das políticas ocidentais da Guerra Fria alcançaram seu objetivo de impedir o acesso da União Soviética à tecnologia ocidental, impondo-lhe assim altíssimos gastos para desenvolver tecnologia própria, seja para a indústria ou para a defesa. Tais políticas mostraram-se eficazes e chegavam às vezes a impedir embarques de máquinas e equipamentos já nos portos e aeroportos.

O fim da guerra e do período de reconstrução, ao contrário da esperança do povo soviético, não trouxe alívio quanto às privações. Os esforços despendidos para a reconstrução e, na seqüência, os enormes recursos prioritariamente destinados ao setor militar novamente limitaram sensivelmente a elevação do nível de vida do povo soviético, já que implicavam mais uma vez poupança forçada, subtraída do consumo. Os gastos militares aumentaram 45% entre 1950 e 1952, para um aumento de 15% nas despesas totais do Estado no mesmo período (REIS FILHO, 1997, p.175). Pode-se imaginar o quão duras devem ter sido as condições de vida e trabalho nos primeiros anos do pós-guerra para uma população que já havia passado por enormes privações e carências durante a guerra. Em nome da reconstrução e da defesa, se retomava e se fortalecia, após 1945, o modelo estabelecido nos anos 30, *a economia mobilizada*, como a chamou Jaques Sapir (1990), rigidamente comandada de cima e em marcha forçada. Ao mesmo tempo, com a autoridade da vitória na guerra, o regime de Stalin se fortaleceu. Retomaram-se os grandes planos, as grandes metas, a visão de crescimento extensivo e avassalador. As cifras alcançadas já para o final do IV Plano, em 1950, confirmaram os padrões de crescimento típicos obtidos na década de 30. Os setores que receberam as maiores parcelas dos investimentos superaram em muito os níveis dos indicadores de antes da Segunda Guerra, em 1940. A produção de aço saltou de 18,3 para 27,3 milhões de toneladas. A de petróleo de 31,1 para 37,9 milhões de toneladas, enquanto o carvão passou de 165,9 milhões de toneladas para 261,1 milhões de toneladas. A geração de energia quase duplicou, passando de 48,3 para 91,2 bilhões de quilowatts (REIS FILHO, 1997, p.175). Recordes semelhantes foram alcançados na produção de máquinas, ferramentas, tratores e cimento. Uma recuperação extremamente rápida, contrariando as expectativas de muitos analistas ocidentais.

4.4 O SETOR DE BENS DE CONSUMO E A AGRICULTURA FICAM NOVAMENTE PARA TRÁS: A CONTINUIDADE DAS CARÊNCIAS

Inevitavelmente, a produção de bens de consumo ficou para trás, enquanto a agricultura patinava. Os recursos para a reconstrução e para o novo ciclo de acumulação seriam agora subtraídos tanto dos camponeses quanto dos trabalhadores urbanos, que, em meados do século, já constituíam parcela significativa da população soviética. Terminada a guerra, a coletivização forçada foi aprofundada por Stalin, as cavilhas voltaram a apertar. As organizações rurais voltaram a ter um rígido controle do Estado, que fixava metas de produção, preços e normas de trabalho. O afrouxamento e as concessões que o regime fora obrigado a fazer aos camponeses durante a guerra foram revertidos. Em 1946, um decreto determinou o retorno de 14 milhões de hectares e de 140 mil cabeças de gado, cuja gestão havia sido cedida aos camponeses e suas famílias, para o controle do Estado. Os preços agrícolas foram em geral novamente reduzidos para baixo dos preços de custo, a exemplo do início dos anos 30, esmagando os interesses dos camponeses e lhes subtraindo qualquer poupança. Em 1952, de acordo com Nove (1990), os preços agrícolas eram, em geral, menores que os de 1940. A batata, base alimentar da população, além do trigo, chegava aos postos de venda com preços inferiores ao custo de transporte.

Os camponeses, como antes, resistiam através do boicote direto ou com lentidão. Em 1948, as colheitas foram 60% inferiores às previsões do plano. Em 1950, a produção agrícola bruta ainda não havia alcançado os níveis de pré-guerra. Depois de uma leve melhora entre 1950 e 1952, já em 1953 os resultados foram de aproximadamente 70% das metas estabelecidas, porém o obtido nesse ano ainda era inferior a 1940. A colheita de grãos, decisiva para a alimentação da população, não alcançava as metas traçadas. A coletivização compulsória da agricultura, mais uma vez demonstrou não funcionar. A elevação da oferta só acontecia através da expropriação dos parcos excedentes dos camponeses, prensados pela política de preços artificialmente baixos, entregas obrigatórias e impostos, como nos anos 30. A pecuária também pouco avançava. Estabelecendo como base 100 os níveis de 1914, quase quarenta anos depois o rebanho de bovinos chegava a 103 em 1953, o de suínos a 104, o de ovinos não passava de 105 (REIS FILHO, 1997, p 174). O país se recompusera, colocou em

movimento sua nova e poderosa máquina industrial, avançava rapidamente para emparelhar com os EUA no terreno nuclear e de armamentos convencionais, o que lhe assegurava poder de dissuasão e segurança. Mas o alto custo dessa opção era a continuação das carências de alimentos e bens de consumo, a deficiência do equipamento social, a escassez permanente de grande parte dos produtos básicos necessários à melhora da vida dos cidadãos, em resumo, uma assimetria permanentemente acentuada devido às prioridades dos planos ao investimento na indústria pesada, na infra-estrutura e na defesa. Frente às novas exigências e restrições, no imediato pós-guerra a população reagiu como nos demais países europeus devastados, com uma atitude de colaboração, já que as tarefas da reconstrução eram impositivas e novos sacrifícios eram, portanto, inevitáveis. O mais importante para qualquer população, entretanto, é perceber que seu nível de vida tem elevação constante e segura. Com o passar do tempo, portanto, na ausência de tais melhorias, somada às duríssimas condições de trabalho e à continuidade do regime de rígido controle burocrático e policial e a falta de perspectivas de mudanças, as mesmas resistências básicas dos anos 30 logo retornaram: apatia, negligência, descaso para com as metas estabelecidas e a queda da qualidade dos produtos e serviços.

Esboçado em 1951, o V Plano Qüinqüenal só veio a ser formalmente aprovado em outubro de 1952, no XIX Congresso do PCUS. As mesmas prioridades, a mesma lógica. Os objetivos, voluntaristas como sempre, apontavam curvas com inclinação ascendente bastante acentuada em quase todos os setores. Como sempre, previam-se grandes saltos na produção de ferro, aço, cimento, carvão, petróleo, mas agora também na colheita de grãos, na produção de leite e alimentos. Mas se, em função dos altos índices de investimento, no Setor I, as metas voltaram a ser superadas; no Setor II, os resultados continuavam aquém das expectativas. Para fazer alcançar as metas estabelecidas e enfrentar as resistências, o regime, ainda dirigido por Stalin, novamente recorria aos conhecidos e brutais métodos: arregimentação e coação no trabalho, emulação combinada à condenação de qualquer iniciativa por parte dos trabalhadores e a perseguição de todo e qualquer crítico, o que fez retornar o ambiente de terror característico dos anos 30. Com seus longos tentáculos, fortalecido agora pela vitória na guerra, o regime stalinista se, por um lado, assegurava a reconstrução através da retomada do modelo dos planos qüinqüenais, por outro, mais uma vez, com seu potencial de intimidação, frustrava a possibilidade de uma transformação democrática e positiva da sociedade soviética.

4.5 A MORTE DE STALIN E A PRIMEIRA TENTATIVA DE REFORMA COM KRUCHEV

Stalin morre em 1953, o que foi um choque na URSS. Esse fato abriu um primeiro período de tentativas de reformas do sistema, no sentido de corrigir os aspectos mais brutais do regime e de atender às necessidades mais urgentes da população quanto ao consumo e aos serviços básicos. Enquanto o povo soviético ainda acompanhava os funerais de Stalin, a cúpula do PCUS rapidamente escolhia Nikita Kruchev [32] como sucessor e preparou uma série de mudanças naquele sentido, evidenciando, por contraste, como a ditadura unipessoal de Stalin e seus métodos de intimidação e terror inibiam as possibilidades de mudanças no partido e no Estado.

No aspecto político, as reformas de Kruchev se concentraram em limitar os aspectos mais arbitrários do regime, colocando sob controle do partido o aparelho da polícia política, através do qual se exercia o terror contra a população e os dissidentes rotulados de "inimigos do povo". Até ali, os órgãos policiais do regime dispunham de grande autonomia e funcionavam como verdadeiras autarquias dentro do Estado. Prendiam, julgavam e condenavam os acusados em tribunais especiais, sem qualquer direito a recurso. A nova liderança tratou então de limitar sua ação e restabelecer o que se chamou à época de *legalidade socialista*, termo que passou a ser comum na URSS e no movimento comunista desde então. Alguns meses depois da morte de Stalin, muitos daqueles órgãos haviam sido suprimidos ou colocados de fato sob controle do partido, o que não quer dizer, como se veria, que o caráter ditatorial do regime tenha sido alterado. Apenas se evitariam doravante os "excessos".

Alguns outros decretos também tiveram significação para a mudança do ambiente político do país, especialmente no que se refere aos presos nos campos de concentração. Concedeu-se anistia aos condenados com menos de 5 anos de prisão, o que deu liberdade a grande maioria da população das colônias de trabalho (ITKs), além da redução pela metade das penas maiores, atingindo o conjunto dos presos políticos detidos

[32] Deutscher (1966) dá conta de que, apesar de sua rápida indicação, que visava transmitir a idéia de estabilidade à população, a consolidação de Kruchev foi relativamente lenta, não foi tão tranqüila como inicialmente pareceu.

nos campos de trabalho (ITLs) (REIS FILHO, 1997, p. 192). Como uma espécie de preparação das denúncias contra Stalin que seriam feitas logo mais à frente, passou-se a negar a direção unipessoal, afirmando-se o caráter coletivo da direção política no partido e pela primeira vez foi pronunciado na URSS, desde a ascensão de Stalin, o discurso da necessidade do respeito às leis, cuja leitura e aplicação passariam a ser feitas por tribunais. Tais medidas não implicaram uma democratização efetiva da URSS, como evidenciaram as denúncias da continuidade dos campos de concentração, da repressão e do controle policial sobre a sociedade. Mas agora a repressão daí em diante passaria a ser mais seletiva, pois o alcance da lâmina da foice do terror stalinista foi limitado. Provavelmente a morte de Stalin pode ter poupado à URSS milhares de vidas.

Para enfrentar a questão das dificuldades materiais da população, os novos dirigentes, encabeçados por Kruchev, propuseram um programa de aceleração da agricultura e da produção dos bens de consumo. Várias medidas significativas foram sendo tomadas ainda durante o ano de 1953. Aumentos salariais foram concedidos, afrouxando a popança forçada que garantia os altos índices de investimentos; os preços de produtos de consumo popular foram reduzidos, o que se fez acompanhar de medidas para tornar mais eficiente o sistema de abastecimento e reduzir a escassez. Houve ainda resoluções no sentido de melhorar os serviços públicos mais demandados pela população, como os transportes públicos e se procurou responder ao problema da habitação popular, setor no qual a oferta sempre andou muito atrás da demanda na URSS. A nova cúpula do partido buscava assim corrigir as distorções e, em uma atitude pouco comum na URSS, pela primeira vez, escutar as reclamações e demandas de uma população saturada.

O foco da mudança na política econômica era a agricultura, já que a maior parte do consumo das famílias naquela época ainda era constituída por produtos originários do campo. O atendimento de parte das necessidades mais básicas da população e a elevação do padrão de vida dos soviéticos passavam, portanto, obrigatoriamente, por desatar o nó na agricultura e por uma completa reorganização no campo que aumentasse a produção, assegurando os suprimentos para a indústria leve, como cereais, fios e forragens. Os dirigentes, mais uma vez, como no final do período do comunismo de guerra, na década de 20, foram obrigados a reconhecer que os preços baixos e o excesso de controles

desestimulavam o camponês a plantar e aumentar a produtividade. As relações entre campo e cidade continuavam muito desiguais. Na primeira metade dos anos 50, o modo de vida no campo soviético seguia bastante primitivo. Apesar dos avanços na eletrificação, muitas aldeias ainda não tinham luz elétrica, água canalizada e tratada ou aquecimento central, como as cidades. As cooperativas, *kolkhozes,* não dispunham dos meios de produção suficientes e adequados à sua atividade. Pelo uso dos equipamentos das EMT (Estações de Máquinas e Tratores), o Estado cobrava impostos em dinheiro, tornando pouco vantajoso para os agricultores aumentar a produção e o rendimento. Era preciso elevar a produção, melhorar o abastecimento das cidades, mas, para isso, o camponês precisava sentir-se estimulado a produzir e a cidade deveria retribuir tal esforço fornecendo produtos industriais de consumo corrente a preços acessíveis.

Para fazer frente àquela situação, uma nova orientação para a agricultura foi discutida nas várias reuniões do CC do PCUS ainda durante o ano de 1953. No plenário de setembro desse ano, foi adotado um conjunto de medidas, a começar por uma reforma de preços. Os pagamentos forçados foram extintos e o Estado passou a comprar dos camponeses os produtos alimentares necessários ao abastecimento das cidades. Os preços pagos foram significativamente elevados e os impostos reduzidos. Como no tempo da NEP, foram reintroduzidas algumas relações mercantis e monetárias na agricultura. O salário dos *kolkhozianos* passou a ser pago em dinheiro, os *kolkhozes* passaram a gozar de um maior grau de autonomia assim como aumentou a ajuda às aldeias. Novos territórios que ainda não haviam sido explorados, especialmente no Altai e no norte do Casaquistão, seriam explorados e semeados, ao mesmo tempo em que se buscavam novas variedades de sementes e produtos, mais adaptadas aos diferentes tipos de solos. Dezenas de novas fazendas estatais, *sovkhoze*s, foram criadas, assim como estradas e linhas elétricas foram construídas. Centenas de milhares de pessoas afluíram a essas novas regiões de fronteira, principalmente jovens que buscavam uma nova vida desbravando superfícies nunca antes habitadas. Em 1956, foi implementado um grande programa de melhoramento das terras e da produtividade, utilizando inclusive a irrigação. Buscou-se aumentar também a produção de utensílios agrícolas para as aldeias, além de adubos. Tudo para atender a crescente procura da sociedade soviética por alimentos e bens de consumo corrente (AGANBEGUIAN, 1988, p. 63).

Segundo Aganbeguian (Ibid., p. 64), as medidas reformadoras empreendidas na era Kruchev aceleraram a produção agrícola, que teria aumentado em média mais de 7% ao ano, entre 1954 e 1959. Segundo esse autor, metade desse crescimento ocorreu devido aos fatores extensivos, como o aumento da área plantada, e a outra metade já se deu por fatores intensivos, como elevação do rendimento e da produtividade. A rápida expansão da produção agrícola possibilitou a dinamização da indústria alimentar e da indústria leve que transforma as matérias-primas agrícolas, como o setor têxtil. Assim, naquele período, houve progressos quanto ao nível alimentar da população e ao abastecimento de produtos de consumo básico. Medidas também foram tomadas para incrementar a produção de bens duráveis de origem industrial. A indústria pesada e de defesa, apesar das imposições da Guerra Fria, foi chamada a fabricar televisores, rádios, geladeiras e outros eletrodomésticos, além de automóveis de passeio para a população, bens consideravelmente escassos até ali. Além disso, tentou-se dinamizar o comércio e foram construídos restaurantes coletivos nas empresas. A expansão da oferta e do comércio de artigos de consumo, com a conseqüente redução dos preços, a criação dos restaurantes coletivos, a melhoria nos serviços básicos, como transporte e saúde, permitiram aumentar rapidamente o nível salarial e outros rendimentos não monetários da população. Aganbeguian (Ibid., p.64) diz que no decorrer desses seis anos (1954 a 1959), a renda real por habitante cresceu em torno de 37%. Segundo a nova orientação, a URSS daria mais atenção às demandas de sua população, mas não recuaria do poder de suas armas, de seus tanques, de seu poder de dissuasão nuclear, enfim, de sua segurança. A questão que se colocava, no entanto, era como conciliar as necessidades de dinamizar a indústria leve, elevar a produção de bens de consumo corrente e aumentar os estímulos à agricultura sem desprezar a defesa, o que sempre remete à discussão da proporção dos investimentos destinados para cada área. Kruchev se saiu melhor nas discussões exatamente por apresentar-se como o artífice da harmonização dos interesses de todos os setores, buscando um equilíbrio entre eles. A lógica da competição armamentista com o Ocidente logo deixaria claro, entretanto, que não era possível uma inversão real de prioridades. Para enfrentar novamente a ameaça que vinha do Ocidente era preciso aço e outros insumos industriais básicos, além de grandes fontes de energia, ou seja, manter a prioridade à indústria pesada.

O informe contra Stalin

Em 1956, veio o *informe secreto* de Kruchev denunciando os crimes de Stalin. Um grande abalo nas fileiras do PCUS e demais partidos comunistas pelo mundo afora. De repente, o "guia genial dos povos", o "principal líder da construção do socialismo na URSS, ao lado de Lênin", era apresentado com outra face, isto é, a de déspota sanguinário, um criminoso, um tirano cruel. As denúncias tinham alcance limitado. Apontavam apenas "excessos" na perseguição a membros do partido e esqueciam os milhões de perseguidos, presos, mortos e deportados pelo sistema, não condenavam o próprio regime e os atuais reformadores que haviam sido eles próprios cúmplices dos crimes de Stalin, além do que o *informe* foi por muito tempo omitido do público da URSS. Mas apesar de limitado, o ataque de Kruchev causou uma grande confusão nas fileiras do PCUS e demais partidos comunistas. As denúncias provocaram resistências de forças stalinistas mais duras dentro dos organismos máximos do partido, que ameaçaram um golpe contra Kruchev e o novo ambiente de críticas e reformas. Consolidada a vitória de Kruchev no terreno político, no entanto, em 1957, as mudanças em andamento foram aprofundadas.

No terreno econômico, para enfrentar a resistência do aparato central, flexibilizar a estrutura rigidamente vertical, reduzir a centralização excessiva do Ministério do Planejamento e dar mais autonomia aos dirigentes regionais foram criados, dentro do que se chamou de Reforma Industrial de 1957, 105 Conselhos Regionais de Economia, os *sovnarkhozes*, que doravante seriam os responsáveis pela orientação e coordenação da produção e da distribuição em suas respectivas áreas de jurisdição. Alguns ministérios industriais foram dissolvidos, uma alteração substancial no que se refere à relação do plano central com as regiões e empresas. Passava-se do princípio setorial para um regime territorial de gestão econômica, menos centralizado. A reorganização da gestão, a maior autonomia no planejamento, o avanço na mecanização e orientação técnica na agricultura, o aumento dos estímulos e rendimentos na cidade e no campo, além do relaxamento político, foram alguns dos fatores que teriam contribuído para o aumento da produção e da produtividade do trabalho verificado na década.

Os resultados alcançados desde o início da reforma até 1957 estimularam novamente o típico voluntarismo dos dirigentes soviéticos. No campo, os objetivos de

incremento de novas terras virgens cultivadas foram se agigantando até chegar à marca de 35,9 milhões de hectares, o que significava incorporar o equivalente a toda área cultivada de um país do tamanho do Canadá (NOVE, 1990). O voluntarismo e a continuidade de uma visão mais extensiva do que intensiva, desprezando os mais básicos preceitos de eficiência microeconômica, implicariam em sérias contradições e desequilíbrios muito em breve, como se verá. Quanto aos antigos *kolkhozes,* na tentativa de aumentar seu rendimento outras medidas foram tomadas. Seu número foi reduzido de 125 mil para 69 mil, em um processo de reconcentração; as Estações de Maquinas e Tratores (EMT) foram dissolvidas e entregues ao controle dos *kolkhozes;* ampliou-se consideravelmente o acesso a energia elétrica no campo; os camponeses individualmente foram autorizados a comercializar toda a produção agrícola de seus pequenos lotes de exploração particular, o que aumentou a oferta de alimentos.

Segundo Aganbeguian (1988, p. 55), o conjunto de medidas reformadoras, a ampliação da produção agrícola, o novo surto de industrialização, com maior atenção aos bens de consumo, e a melhoria nos serviços fizeram com que no final da década de 50 o nível de vida da população soviética tenha melhorado sensivelmente. A taxa de mortalidade caiu acentuadamente e a expectativa de vida dos soviéticos aproximou-se da dos países centrais, em suma, a rápida elevação da renda nacional permitiu uma relativa melhoria do bem-estar social. Visto de conjunto, por qualquer fonte de dados que se tome, o ritmo de crescimento da produção industrial e da renda nacional soviéticas foi bastante elevado durante os anos 50, novamente superando o dos países capitalistas, exceto o Japão, apesar de que esses contavam com o auxílio do Plano Marshall e já viviam o ciclo ascendente do *boom* capitalista do pós-guerra. De acordo com dados soviéticos, durante a década de 50 a renda nacional soviética teria crescido a uma média anual superior a 10%. O fosso existente entre os níveis de desenvolvimento econômico e social dos EUA e da URSS parecia diminuir.

4.6 As Primeiras Contradições do Modelo Extensivo de Crescimento e a Segunda Tentativa de Reformas. A discussão Liberman

Baseados nos bons resultados obtidos na segunda metade dos anos 50, os dirigentes soviéticos faziam as projeções grandiosas - incorporadas no programa partidário do XXI Congresso do PCUS -, extrapolavam e falavam em atingir o primeiro lugar mundial em termos de volumes de produção, produtividade do trabalho e nível de vida, ultrapassando os EUA em um período de 15 a 20 anos. Mas na virada para os anos 60, as trajetórias reais dos índices econômicos soviéticos começaram a não acompanhar as previsões. A URSS aparentemente começava a desacelerar uma primeira vez no final dos anos 50. Os planos grandiosos não se cumpriram integralmente. O ritmo de expansão mesmo da produção industrial caiu e o incremento que vinha se verificando na produtividade do trabalho declinou. De 12% em 1958, pelas próprias estatísticas soviéticas, o crescimento anual da renda nacional cairá para 4% em 1963, o que indicava uma considerável desaceleração. O rendimento do capital na indústria, de crescimento constante no período anterior, também abrandou. Os estoques começaram a aumentar mais rapidamente que a produção (AGANBEGUIAN, 1988, p. 68).

Segundo Aganbeguian, a elevação anual da produção agrícola, que superou os 7% entre 1954 e 1959, caiu para o patamar de 1,5%-2% ao ano entre 1960 e 1964, o que, descontado o crescimento da população, implica num estancamento do crescimento do volume produzido *per capita*. Contudo, o setor de bens de produção continuou a apresentar resultados satisfatórios, pelos altos investimentos e pela premente necessidade de defesa. A URSS tinha agora a bomba de hidrogênio, aviões, foguetes e mísseis intercontinentais, capazes de levar suas ogivas até os EUA, que potencialmente a ameaçava, o que lhe conferia segurança. Nessa época, a indústria soviética de armas convencionais vendia muito para diversas partes do mundo, especialmente para os países árabes. Foi também o período em que a URSS saiu na dianteira na corrida espacial, tendo lançado tanto o primeiro satélite artificial como colocado o primeiro homem em órbita. Mas *algo* parecia estar errado com a economia vista em conjunto. Como sempre, a indústria

leve, o setor de bens de consumo e a agricultura apresentavam sérios problemas, não acompanhavam o ritmo de expansão da indústria pesada e dos meios de produção.

Impõe-se explicar o porquê do desenvolvimento desses setores não ter continuado no mesmo ritmo de expansão da segunda metade da década de 50. Primeiramente pode-se afirmar que os planos não eram realistas, tinham uma boa dose de voluntarismo, além do que estavam ainda bastante apoiados na continuação das tendências extensivas de crescimento, sem considerar uma possível redução do ritmo de crescimento no fornecimento dos recursos, como se esses fossem inesgotáveis. A elevação da produção pela ótica extensiva não considerava fatores como a necessidade da eficiência microeconômica e a economia de recursos. Por outro lado, por mais que se procurasse conciliar os interesses dos distintos setores e houvesse se elevado os investimentos nos setores da indústria leve e na agricultura, a maior parte dos recursos do Estado continuaram obrigatoriamente sendo alocados para a defesa e a indústria pesada, uma carga cada vez mais pesada com a aceleração da corrida armamentista durante a Guerra Fria.

Na agricultura, a incorporação de novas terras, nas quais foram feitos consideráveis investimentos materiais e humanos, não retornava os resultados esperados, quando não eram frustrantes. Grandes semeaduras, intermináveis canais de irrigação que pareciam pretender mudar completamente os cursos naturais de rios inteiros não geravam o rendimento almejado. A febre das grandes metas e do sucesso no curto prazo não levou em conta os limites da natureza e outros problemas como o pouco tempo para a adequação das sementes e a escolha de adubos corretos para cada tipo de terra, as dificuldades de assistência técnica aos camponeses isolados, problemas de transporte para as áreas mais distantes, além dos desastres ecológicos que vieram na esteira da exploração extensiva desenfreada.

Os *kolkhozes* funcionavam bem no papel, mas na prática a realidade era outra. Sua gestão apresentava inúmeros problemas. A transferência de máquinas e maquinistas das EMTs para os *kolkhozes* e *sovkhozes,* adotada alguns anos antes, e que juntava o conjunto dos trabalhadores e dos meios de produção, era positiva em si mesma. No entanto, ao ter sido feita sem prazos suficientes no que se refere ao pagamento das máquinas, levou a que os *kolkhozes* e *sovkhozes* ficassem em situação financeira difícil

(AGANBEGUIAN, 1988, p. 67). Muitos se tornaram deficitários. Além disso, boa parte das máquinas ficou inutilizada pela falta ou precariedade da manutenção. As máquinas que sobravam em algumas unidades faltavam em outras. Para agravar a situação, sob o pretexto das boas safras de então, o Estado novamente rebaixou os preços de compra para certos produtos agrícolas no final dos anos 50. Os planos exagerados e voluntaristas para as novas explorações, as mudanças orientadas de cima, feitas às pressas e sem suficiente debate democrático com os produtores interessados sobre a melhor forma de organização das unidades produtivas, além dos fatores anteriormente mencionados, oriundos da coletivização forçada, parecem ter funcionado como uma trava para a continuidade do desenvolvimento agrícola.

No que se refere às mudanças da reforma industrial, que na prática procurava alterar a relação entre plano central, setores e empresas, elas nunca chegaram a ser muito bem implantadas e sofreram inúmeros vai-e-vens. Os *sovnarkhozes* passaram por incessantes transformações, enquanto foram investidos de autoridade para a gestão econômica regional. Tinham dificuldade para coordenar as atividades de produção e distribuição nas regiões. Reproduziam, em nível local, as características burocráticas e formalistas do GOSPLAN, agora somadas às tendências anárquicas geradas pela disputa entre regiões e empresas na busca por insumos de distribuição ineficiente, que eles buscavam obter por meio de todo tipo de tráfico de influência e troca de favores em circuitos informais. Desta forma, as reformas do período Kruchev não implicaram uma verdadeira democratização da gestão. Ao passar para uma direção territorial, os métodos burocráticos e administrativos, fundados nas determinações e comandos sem discussão democrática com as unidades produtivas, não foram alterados. Somava-se a isso, o departamentalismo, *vedomstvennost,* ou localismo, que, derivado das disputas entre os distintos setores da burocracia, levavam à competição por insumos, estocagem excessiva e desorganização.

Outra explicação foi o fato de o sistema de planejamento central ter sido reorganizado repetidas vezes, gerando confusão. Um VI Plano Qüinqüenal que deveria ter começado em 1956, chegou a ser esboçado, mas não foi formalizado e optou-se por planos anuais até 1958. Em 1959, um plano para sete anos, que deveria estender-se até

1965, foi formulado. Durante a segunda metade dos anos 50, substitui-se o GOSPLAN por um Conselho Científico junto ao Conselho de Ministros da URSS e uma Comissão Econômica do Estado. Depois o GOSPLAN foi restabelecido, mas foi limitado a formular simulações perspectivas, enquanto o planejamento anual ficava por conta da Comissão Econômica. Alguns anos depois, os dois organismos seriam extintos e o GOSPLAN voltou a ser reconstituído e reconduzido ao comando da economia. As mudanças e reorganizações foram tantas que acabaram por arrefecer a dinâmica dos distintos setores econômicos. Aquela primeira desaceleração do crescimento na virada dos anos 50 para os anos 60 parece ter a ver, portanto, com o fato de que, afrouxado o plano, as novas formas de gestão mais descentralizada – seja por seu caráter superficial e parcial, pelos erros cometidos, pela repetição dos procedimentos pouco democráticos e principalmente pelas resistências do aparelho do partido – não chegaram a constituir-se em um sistema alternativo superior, mais eficiente e seguro. As reformas não deslanchavam. Criavam, no entanto, um clima de discussão permanente, indefinição de competências e instabilidade que ameaçava os interesses e privilégios da camada burocrática mais conservadora. Foi um período de negação, que implicou na desorganização parcial da velha estrutura que toda mudança exige. Além disso, no início dos anos 60, começaram a surgir explosivas greves operárias e a circular os famosos *samizdat,* folhetos clandestinos reproduzidos manualmente e que se tornaram muito populares na URSS, criticando as mazelas do regime e clamando por democracia. Uma ameaça, um sinal de que para a burocracia o limite havia chegado.

A resistência do aparato desacelera as reformas

Na virada dos anos 50 para os 60, as transformações no sistema de gestão iniciadas por Kruchev, enfim, não prosseguiam mais. O que estava por trás dessa confusão, como se verá mais adiante, já era a luta entre setores reformadores e conservadores quanto à forma de condução da economia e quanto à relação do plano burocraticamente centralizado com as empresas e unidades produtivas. As reformas de Kruchev apontavam no sentido da descentralização, de reduzir as imposições do plano e dar mais autonomia às empresas e regiões. Mas havia a resistência dos burocratas dos altos escalões do Estado e do partido que se sentiam ameaçados pela atmosfera de alterações que ameaçavam seu

poder. As reformas haviam sido bem aceitas enquanto impulsionaram o crescimento. Com a continuidade dos problemas e a desaceleração do ritmo de crescimento, entretanto, os conservadores passaram à ofensiva, criticando as tendências reformistas. Já a partir de 1962, numa inversão da dinâmica de descentralização, a estrutura dos Conselhos Regionais, os *sovnarkhozes,* sofreu um processo de esvaziamento e reconcentração. Eles foram reduzidos de 105 para 47 em 1963 e os comitês estatais por setor ressurgiram. As constantes mudanças de Kruchev, somadas a uma certa desarticulação econômica e a indefinição de competências, criaram um clima de mal-estar e insegurança para a burocracia. Ela apoiou a liberalização política, a redução do arbítrio e da repressão, mas o ambiente de reformulações que não cessava perturbava sua estabilidade. Aos olhos do setor conservador, Kruchev, com seu estilo populista e imprevisível, apesar de ser um homem do regime, contribuía para criar uma atmosfera "anarquizante", o que levou à sua deposição, em 1964.

A discussão Liberman: o lucro como elemento motor da economia e o afrouxamento do plano

É no final do período Kruchev que se dá uma primeira e importante discussão realizada dentro da própria URSS sobre os problemas econômicos do sistema soviético, que ficou conhecida como discussão Liberman e que irá dar base a uma segunda tentativa de reforma da economia soviética a partir de 1964-65 com A. Kossiguin. A maior extensão que tomará a análise desta discussão no presente trabalho se justifica pelo fato de o quadro que dela emergirá nos ajudará na elucidação dos problemas que serão apontados mais tarde na *Perestroika* dos anos 80. Como se verá, o diagnóstico e as propostas formuladas já na década dos 60 estarão na base das reformas de Gorbachev na década de 80. A discussão ocorreu em duas ondas, entre 1962 e 1964, iniciada por um artigo do professor de Economia de Kharkov, Evsei Liberman, publicado no Pravda em 9 de setembro de 1962. Esse artigo causou surpresa na imprensa ocidental, um choque no movimento comunista internacional e chamou muito a atenção dos analistas ocidentais para os problemas soviéticos porque propunha a reintrodução de mecanismos de mercado e especialmente do lucro como um parâmetro para medir o desempenho nas empresas soviéticas. Lucro e comunismo, afinal, não combinavam bem.

O momento era oportuno para a discussão. A economia soviética atravessava um período de desaceleração E em alguns setores os resultados não eram os esperados, enquanto em outros eram apenas satisfatórios. Estava claro que "algo" não funcionava bem na planificação. Existiam planos, metas, tarefas definidas, responsabilidades definidas e controles que tentavam enquadrar perfeitamente as empresas. Mas mesmo as montanhas de papel e regulamentos pormenorizados não impediam que as empresas falhassem. Seus esforços se concentravam no cumprimento dos planos, mas não havia disposição para elevar as metas de produção, melhorar a eficiência, nem aumentar a variedade e a qualidade dos produtos. Predominava a rotina e a pouca motivação dos trabalhadores e das empresas. As propostas surgidas durante a discussão apontavam, então, no sentido de enfrentar tal situação e criar incentivos materiais para a maior eficiência e inovação nas empresas.

Da primeira onda de discussão, aberta com o artigo de Liberman, *"Plano, Lucro, Prêmios"* (Pravda, 9 de setembro de 1962) participaram também, entre outros, o acadêmico V. Trapesnikov, além de um dos máximos expoentes da ciência econômica soviética na época, V.S. Nemchinov. O debate ocorreu não só nas páginas do Pravda, mas também em outros periódicos e revistas que tratavam de problemas econômicos, como Ekonomicheskaia Gazieta, Izvestia, Komunist e Voprosy Ekonomiki. Participaram vários dirigentes de empresas e, além disso, os jornais publicaram uma série de cartas de leitores, indicando que a discussão progredira para baixo. A discussão parece ter começado a revolver o solo da ciência econômica na URSS.

A tentativa de reforma anterior buscava, grosso modo, alterar as proporções de investimentos entre os ramos econômicos e dar mais importância aos setores de bens de consumo e à agricultura. Mas não focou e nem mesmo discutiu os problemas internos que enfrentavam no dia-a-dia as empresas soviéticas na sua relação com o plano e que diziam respeito à sua eficiência produtiva. Devido ao clima político de maior distensão criado pelas reformas políticas de Kruchev, na discussão Liberman, ao contrário dos períodos anteriores, abordaram-se abertamente alguns dos problemas sistêmicos das empresas e da economia soviética, especialmente no setor industrial. Operou-se, temporariamente, de certa forma, uma novidade no *modus operandi* da burocracia

soviética. Em vez de campanhas de popularização, realizadas *a posteriori,* de decisões previamente elaboradas e adotadas nos escalões superiores, característica do período stalinista mais fechado, agora se abriu à opinião pública um projeto de alteração significativa da organização produtiva empresarial. Tal discussão é, portanto reveladora, pelo diagnóstico que surge dos diversos textos acerca dos problemas e deficiências que já ali, na década dos 60, começavam a travar a economia soviética. Pelas suas propostas, a onda reformadora de Liberman, Trapesnikov e Nemchinov, uma segunda tentativa de *perestroika*, se tivesse progredido teria um impacto muito mais profundo que as numerosas reformas parciais do período Kruchev iniciadas a partir de 1957. Dada à reduzida produtividade e a baixa qualidade da produção soviética e a desaceleração do seu ritmo de crescimento, Liberman logo no início de seu artigo declara que as suas propostas de reforma tinham como objetivo aumentar a eficiência produtiva das empresas, para o que seria necessário:

> [...] organizar um sistema de planificação e de avaliação da atividade das empresas de forma que elas cheguem a se interessar seriamente por alcançar metas produtivas mais elevadas, por adotar novas técnicas e melhorar a qualidade da produção; em uma palavra, por obter a máxima eficiência produtiva. (LIBERMAN, 1969, p. 19).

Para a maioria dos defensores das reformas, os planos centralizados como eram feitos até ali inibiam a busca de maior produção, a inovação e a elevação da eficiência por parte das empresas. Segundo Marie Lavigne (1965, p. 135) em seu trabalho no qual analisa as propostas surgidas na discussão Liberman, a complexa regulamentação estabelecia um grande número de índices para medir o desempenho das empresas e setores, os "índices de base", como eram conhecidos. Desses índices dois eram os principais, pois deles dependiam os prêmios ao pessoal da empresa: *um índice de produção global*, que determinava às empresas o montante de produção total a realizar em rublos e o *índice de custo*, calculado como porcentagem de diminuição dos custos por rublo de produção. Os prêmios aos operários estavam relacionados ao primeiro índice; os dos dirigentes e dos engenheiros dependiam do segundo.

No início dos anos 60, além de controles de todo tipo, impunha-se às empresas não só os objetivos a atingir (quantidade total, custo total), mas também os meios, no seu menor detalhe, como as normas de emprego de materiais, equipamentos e estoques. Os preços eram nacionalmente fixados pela Comissão de Preços. O número de trabalhadores também era determinado de cima. De acordo com o economista Nemchinov, que participou da discussão, em 1957 entravam na distribuição centralizada entre 6000 e 7000 bens, número que se elevou para 18000-19000 produtos em 1964 (1969, p. 32). As empresas dispunham de pouquíssimo poder para adaptar ou mudar os produtos e processos produtivos ou para escolher fornecedores, engessadas que estavam pelos inúmeros regulamentos do plano. Qualquer desvio em relação às metas impostas de cima era interditado, o que não impedia que na realidade quotidiana das empresas soviéticas os diretores violassem as regras administrativas para conseguirem cumprir o plano, sendo para isso necessário recorrer à troca de favores e ao circuito informal.

Dentro de uma cultura econômica na qual predominava a visão do crescimento extensivo, a atividade das empresas era avaliada primeiramente pelo cumprimento das metas estabelecidas no plano. O GOSPLAN fazia os planos gerais e repassava aos *sovnarkhozes* para implementá-los no ano ou no período do plano qüinqüenal. O papel de cada coletivo produtivo se reduzia então a cumprir uma pequena fração do plano central, a *tarefa-plano* que lhe era designada. Terminado um período, estabeleciam-se as novas e mais elevadas metas para o período seguinte baseadas nos resultados alcançados pela empresa no ano anterior.

Tal sistema levava os diretores de empresa a pressionarem para que as novas metas fossem reduzidas, ficando aquém da capacidade potencial da empresa, para assim atingi-las com mais facilidade. Não tinham interesse em aumentar a produção, pois sabiam que se seu resultado no ano corrente fosse muito além das metas do plano, teriam que elevá-lo a um patamar ainda maior no próximo período. Ainda segundo Nemchinov (Ibid.p. 34), este critério premiava então quem produzia menos e penalizava quem produzia mais; um convite à ineficiência. Afirmava que entre os economistas soviéticos e dirigentes de empresas havia uma recusa cada vez maior quanto à utilização desse índice de produção global como critério central de avaliação das empresas, já que aquele índice refletia muito

pouco os resultados reais da atividade econômica dos coletivos empresariais, pois ele se baseava no valor das matérias primas, combustíveis e demais materiais empregados no processo produtivo, sem levar em conta sua eficiência e a qualidade dos produtos.

Para as empresas, preocupadas exclusivamente com o cumprimento do plano, resultava vantajoso então utilizar materiais mais custosos e serviços mais caros. Aumentava-se assim a demanda e a produção de bens intermediários, enquanto à sociedade interessava o incremento da produção de bens finais. As empresas em geral cumpriam os planos. Mas a que custo? Seriam mesmo eficientes? E a qualidade dos produtos, era satisfatória? Os participantes do debate argumentavam que a estagnação, a rotina, a baixa qualidade e pouca inovação tecnológica nos produtos, atestada pela insatisfação dos consumidores, respondiam negativamente à pergunta.

Quanto à redução do custo, Liberman (1969, p.20) afirmava que quando se pressionava a empresa a reduzi-lo, elas optavam por entregar produtos fabricados com insumos de qualidade inferior, o que prejudicava ainda mais os consumidores. Para ele, os consumidores soviéticos só aceitavam produtos de qualidade duvidosa em uma situação de escassez, pois, caso contrário, muitos produtos sobrariam nas prateleiras. Mas, na época, os interesses do consumidor em nada contavam na fixação dos preços e na determinação da qualidade dos produtos. As empresas não trabalhavam para o mercado consumidor, trabalhavam sim para o plano, para os ministérios. Descumprir os índices era mais perigoso do que desagradar os consumidores. Liberman mostra, além disso, como o sistema de relações recíprocas entre as empresas e a economia burocraticamente centralizada as levava a optar por produções de baixa qualidade e evitar as inovações. Por exemplo, no setor têxtil, quando se pressionava as empresas a reduzir os custos, elas preferiam confeccionar vestidos antiquados com tecidos mais baratos em vez de novos modelos com tecidos melhores que a população requeria. Para alterar essa situação, as propostas de Liberman (Ibid., p. 26) expressas em seu primeiro artigo caminhavam em três direções. A primeira era a de estabelecer um índice de base *único*, *sintético* ou *generalizador,* substituindo os demais, e que seria definido pela relação:

Lucro

Capitais produtivos da empresa

Pela sua proposta, quanto maior fosse esta relação, maiores seriam os prêmios das empresas. Ele propôs uma tabela para calcular os prêmios que receberiam as empresas, sempre proporcionais aos resultados por elas alcançados. As recompensas, advindas da elevação do lucro comparado aos meios produtivos colocados à disposição da empresas, deveriam funcionar como elemento de motivação para a busca da elevação da eficiência e da qualidade dos produtos, substituindo assim os métodos impositivos pelos quais se buscava fazer a empresa produzir um determinado volume de bens. O objetivo de suas propostas era despertar o interesse material individual e coletivo nas empresas. Além disso, para Liberman, o estabelecimento do lucro obtido pela empresa como índice de avaliação do seu rendimento introduziria o critério do *cálculo econômico,* da racionalidade, no lugar da mentalidade e dos métodos administrativos prevalecentes.

Para aumentar o lucro das empresas, havia evidentemente o problema dos *preços.* A malformação dos preços relativos fazia com que alguns produtos resultassem altamente rentáveis, enquanto outros eram deficitários, com muitos preços se afastando de sua base natural. A segunda direção das propostas de Liberman foi, então, a sugestão de que o processo de formação dos preços fosse mais flexível. Para os novos produtos, os preços poderiam ser maiores, de forma a cobrir os gastos adicionais do produtor. Segundo ele, nem o consumidor nem a economia nacional sofreriam dano algum, ao contrário, se beneficiariam com as inovações.

A terceira orientação proposta por Liberman – a que mais chamou a atenção no Ocidente e que será tomada como uma das questões centrais nas várias intervenções dos demais participantes do debate – foi de que se desse um salto de qualidade nas *relações das empresas com o plano*. Ele sugere suprimir a maior parte dos regulamentos que as amarravam, de forma que pudessem ter mais autonomia para buscar o lucro e a eficiência. O plano deveria fixar às empresas apenas o volume de produção e os prazos de entrega. Os demais índices seriam remetidos apenas aos *sovnarkhozes*, que

poderiam decidir livremente as combinações de recursos e os métodos de produção mais eficientes.

Como já assinalado, além de Liberman, outros economistas e dirigentes de empresas participaram da discussão apresentando denúncias contundentes e esclarecedoras das contradições da economia soviética da época, como também propostas muito mais ousadas que as de Liberman, no sentido de estabelecer critérios mercantis nas relações entre as empresas, o Estado e os consumidores, com um afrouxamento na planificação. As propostas mais elaboradas e radicais vieram dos acadêmicos Nemchinov, já citado, e Trapesnikov. Um programa mais completo que englobava as propostas de Liberman dentro de um conjunto muito mais amplo de propostas foi sugerido por Nemchinov (Ibid., p. 28), no qual aborda um problema central: *as relações de subordinação das empresas ao plano.* Segundo Nemchinov, o pouco interesse das empresas no aumento da produção, na elevação da eficiência e da qualidade estava relacionado ao caráter da relação entre as unidades produtivas e a economia planificada nos moldes em que se realizava. Assim, suas propostas foram diretamente formuladas no sentido de aumentar a autonomia das empresas em relação aos controles do plano, fazendo desaparecer as relações de subordinação entre a empresa e as autoridades da planificação. Para isso concretizará seu pensamento em uma fórmula surpreendente para a época, que consistia em liberar as empresas do *plano-obrigação*, substituindo-o pelo *plano-encomenda*. As metas do plano não seriam mais impostas e sim transformadas em pedidos do Estado às empresas, que estabeleceriam com ele contratos e negociariam preços. Acreditava que assim, as empresas em vez de se furtarem por todos os meios possíveis aos imperativos do plano, teriam interesse em buscar encomendas e inclusive concorreriam por elas.

Pelo estudo da discussão pode-se constatar que apesar de a economia soviética ser centralmente planejada, seus problemas de funcionamento já eram evidentes em meados da década de 60. Os diversos planos, de produção, de fornecimento de equipamentos e materiais, de quantidade de força de trabalho, de financiamento e concessão de crédito não estavam bem coordenados, uma vez que vários órgãos e ministérios diferentes os elaboravam. Quando se modificava um índice, não se fazia o

mesmo com os demais índices relacionados, com as conseqüências previsíveis de escassez de um lado e excessos de outro. Para Nemchinov, não se podia planejar tudo de cima nos mínimos detalhes; um sistema assim quitava operacionalidade e elasticidade ao sistema econômico, o que alguma hora travaria a economia. Por isso, para ele, era preciso "dar livre curso ao processo vivo e ininterrupto da atividade econômica" (Ibid., p. 104). Seria necessário dar mais autonomia às empresas, mobilizar a iniciativa dos produtores, para o que se deveriam criar estímulos materiais.

Outra proposta de Nemchinov é a de que os preços deixassem de ser deficitários e passassem a ser remuneradores. Na época, os preços eram decididos sem levar em conta o nível de gastos materiais e monetários das empresas e sem que isto lhes assegurasse qualquer rentabilidade. Além disso, estavam congelados desde meados da década de 50. Assim como Liberman, Nemchinov também propõe uma flexibilização de preços, ou seja, a possibilidade de sua elevação para produtos novos, afirmando que isso teria uma função estimuladora na economia. Resgatava assim a Teoria da Oferta do pensamento econômico ocidental, para a qual a oferta das empresas aumenta com a elevação dos preços no mercado. Na época da discussão Liberman, alguns economistas ocidentais ligados ao economista A. Hayek, levantavam o *slogan* "Preços em vez de plano", numa tentativa de contrapor a sua teoria econômica à planificação soviética.

Outro terreno crucial, no qual Nemchinov fez propostas ainda mais precisas e ousadas do que as de Liberman, foi o do suprimento de fundos produtivos às empresas, que na época era praticamente gratuito (Ibid., p. 96) e de distribuição excessivamente lenta e burocrática, o que levava a que as empresas não tivessem cuidado com as máquinas e equipamentos recebidos, que chegavam a ficar por muito tempo parados. Com freqüência, as empresas, para se precaver contra a relativa escassez e os atrasos constantes nas entregas, faziam pedidos superestimados de máquinas, matérias-primas e combustíveis. Aganbeguian (1988) informará mais tarde que, apesar dos grandes volumes de produção, havia na URSS uma obsessão quanto à escassez de meios de produção, atitude por muito tempo não superada. A escassez não se explicava pelo fato de a produção nacional ser inferior à demanda agregada, mas em parte pelos pedidos exagerados e imobilização dos recursos nas empresas. Nemchinov propõe então que o Estado passe a

vender às empresas máquinas, matérias-primas e peças, hipótese que Liberman levantou apenas como possibilidade futura. As relações entre o Estado e as empresas seriam estabelecidas através de relações contratuais entre entes jurídicos separados. Se tivessem que pagar pelos fundos e investimentos, as empresas não requisitariam máquinas e materiais desnecessariamente como acontecia até então. Enquanto a URSS desperdiçava materiais e equipamentos e suas empresas mantinham altos estoques, o Japão, já desde seu processo de reconstrução no imediato pós-guerra, limitado pela relativa escassez de capitais, de equipamentos e matérias-primas e pela reduzida escala de seu mercado de então, buscava e implementava novos métodos de gerenciamento da produção, a "produção enxuta" e "flexível", na qual se reduziam tanto os estoques – *just in time* – quanto o desperdício ao mínimo. Alguns desses economistas soviéticos, muito provavelmente, deviam estar conscientes desses processos.

Uma segunda onda de discussões no Pravda foi aberta em agosto de 1964, com o artigo de V. Trapesnikov, "*Para uma gestão articulada das empresas*" (1969, p. 131). Preocupado com o grau de rotina da economia soviética e com a baixa qualidade de seus produtos, o autor discutiu exemplos de incentivos ao progresso técnico na economia norte-americana que ele considerava progressivos e, na mesma linha de Liberman e Nemchinov, afirmou que para a inovação e a maior eficiência nas empresas soviéticas seria necessário despertar-lhes a motivação material. Segundo Trapesnikov, os consumidores aceitariam pagar mais por maior qualidade nos produtos, mas as empresas não inovavam nem melhoravam a qualidade, pois se o fizessem teriam seus custos aumentados e sua rentabilidade diminuída. Trapesnikov, como Liberman, Nemchinov e outros reformadores, sabia que nada daquilo seria possível sem tocar no problema mais delicado: *a relação das empresas com o plano.* Assim, antecipando uma espécie de *laissez-faire* soviético, que também estaria presente no colapso final da URSS, propôs uma ampliação das atribuições dos diretores das empresas. Para ele:

> O diretor deve receber plenas atribuições financeiras; deve-se liberá-lo da rígida tutela atual, pedindo-lhe tão só que assegure o funcionamento eficiente da empresa a uma alta qualidade da produção. O índice fundamental – os lucros – lhe obrigará a reduzir todo gasto supérfluo e a

> buscar todas as maneiras possíveis de diminuir os custos de produção" (Ibid., p. 141).

Às contribuições de Liberman, Nemchinov e Trapesnikov seguiram-se, entre 1962 e 1964, numerosas intervenções nas publicações já citadas. Destacam-se aqui algumas que parecem de maior significação, seja por ampliar a nossa visão dos problemas que a economia soviética enfrentava já no início da década de 60 ou pela relevância das propostas apresentadas. Em artigo na revista Kommunist, L. Vaag e S. Zakharov concordam em geral com os argumentos de Liberman e Nemchinov quanto aos índices e mecanismos propostos para incentivar as empresas a terem uma melhor produção. Seu artigo é, no entanto, revelador sobre como se calculavam os gastos de produção e se formavam os preços dos produtos das empresas soviéticas no período em questão. Informam que até ali, os gastos de produção vinham sendo calculados em base aos gastos correntes, quer dizer em base ao *primeiro custo empresarial,* ou custo estrito. Este incluía matérias-primas, insumos, despesas com trabalho, serviços e outros custos correntes, mas não o custo dos bens de capital e instalações. Os bens de capital investidos na empresa só entravam nos custos na forma de uma reduzida cota de amortização. O volume global das cotas de amortização equivalia, em 1958, a 2,99% dos gastos totais, e em 1963, a 2,5% (Ibid., p. 55). Dessa forma, as empresas não tinham qualquer freio para requisitar equipamento fácil. Na quase gratuidade dos recursos produtivos postos à disposição das empresas e dos organismos econômicos, parece estar parte da explicação para a irracionalidade econômica e o desperdício na economia soviética, denunciados posteriormente na *Perestroika* de Gorbachev. Um convite à ineficiência e à administração irresponsável. Isso também ajudaria a explicar, por exemplo, a existência de milhares de obras em construção ou inacabadas por longos períodos na URSS e outros países do Leste Europeu, verdadeiros *elefantes brancos*, como os chamou Robert Kurz em *O Colapso da Modernização* (1999). Os novos investimentos e ampliações constantes decorrentes da visão de crescimento extensivo, não só desviavam recursos da produção direta, como também os subtraia dos possíveis melhoramentos intensivos que poderiam ser feitos nas plantas já instaladas, além de impedir a expansão da oferta de bens de consumo.

Skatov interveio fornecendo informações sobre a magnitude do desperdício e da baixa eficiência em alguns setores. Denunciou que nas empresas mineiras ocorriam descalabros inadmissíveis e perdas injustificáveis de mineral. Na busca das grandes metas impunha-se grandes prejuízos à economia já que na exploração das minas só se trabalhavam nos filões mais ricos. Esse sistema implicava em perdas enormes, que chegavam a 15-25% das reservas (sem contar as perdas no processo de enriquecimento). Nas minas do complexo de Mikailov, na região de Kursk, por exemplo, era utilizado na época, como aterro para a construção de vias férreas, o minério quarcita com conteúdo de ferro em torno de 42-43% (Ibid., p. 150). Nos poços de petróleo, aproveitavam-se escassamente os gases liberados. Estimava que a cada ano vários bilhões de metros cúbicos de metano se diluíam no ar.

Depois da publicação dessas propostas, os críticos acusarão Liberman e aqueles que se alinharam com elas de estarem propondo acabar com a economia planificada. No Ocidente, *The Economist* publicou as propostas de Liberman dizendo que caso fossem adotados os mecanismos de mercado que ele propunha, o plano na prática não seria mais plano, pois teria caráter meramente indicativo. "Regresso ao mercado", "soberania do consumidor", "abandono do plano", eram as expressões usadas da imprensa ocidental para as propostas de Liberman. [33] Para Lavigne (1965, p. 138), o sistema de Liberman não passaria, entretanto, de um aperfeiçoamento dos métodos de planificação e não uma incitação à maximização do lucro. Segundo ela, a proposta de Liberman era vista, mesmo pelos economistas mais conservadores, como uma reforma técnica limitada à planificação soviética e não como sua negação.

Apesar das declarações em contrário, o conjunto das propostas surgidas na discussão Liberman caminhavam indiscutivelmente no sentido de buscar a dinamização da economia soviética através da reintrodução, já na década de 60, de mecanismos de mercado nas relações entre as empresas e entre estas e os consumidores, o que só poderia ser obtido pelo relaxamento dos vínculos das empresas com o plano centralizado. Uma conseqüência lógica das propostas dos reformadores da década de 60 de introduzir o lucro

[33] A discussão no *The Economist* apareceu na edição de 22 de agosto de 1962, repercutindo artigo de Liberman no Pravda de 17 de agosto.

como critério para medir a eficiência das empresas é que obviamente todos os custos deveriam ser cortados, não só de equipamentos, materiais e insumos, mas também de força de trabalho. Os reformadores da década de 60 tratavam da questão com cuidado, pelas reações óbvias que suas propostas deviam gerar.

A experimentação e as reformas de 1965

Ao contrário de alguns debates anteriores sobre os problemas econômicos, a discussão Liberman chegou a ter implicações práticas. As propostas iniciais de Liberman já derivavam de algumas poucas investigações experimentais feitas anteriormente na região de Kharkov, realizadas primeiramente em empresas de tecelagem e confecção. Posteriormente, outras experiências-piloto foram realizadas, como nas fábricas "Bolcheviska" de Moscou e "Maiak" de Gorki, e estendidas para outras empresas de bens de consumo e algumas poucas de bens de produção. Foram feitas tentativas de formas diferenciadas de organização do trabalho nas empresas, novas modalidades de crédito às empresas industriais, diferentes formas de financiamento, inovadoras técnicas contábeis e de métodos de elaboração de planos, além de um novo sistema de prêmios às empresas. Apesar dos limites das inovações, criou-se uma atmosfera tal que, a cada nova idéia proposta, sugeria-se imediatamente um ensaio em alguma empresa ou setor. Uma inovação considerável para a cultura econômica soviética era justamente começar a introduzir os interesses dos consumidores nos planos de produção das empresas. A população soviética há muito reclamava de apenas poder comprar vestuário sem gosto e da baixa qualidade. Além de tecidos e modelos desatualizados e inadequados, estes chegavam muitas vezes atrasados às lojas pela demora na aprovação dos planos que levavam meses. Marie Lavigne (1965, p. 152) informa que o resultado da lenta tramitação burocrática era que muitas vezes casacos de inverno chegavam às prateleiras no verão e sandálias no inverno. Assim, nas novas experiências procurou-se planejar a produção conhecendo os desejos dos consumidores. O setor têxtil e de confecções foi escolhido provavelmente por ser exatamente dele que vinham as maiores reclamações e, ainda, por ter maior flexibilidade para alterar os planos e técnicas de fabricação do que o setor de bens de produção.

As experimentações, no entanto, davam-se já dentro de uma dinâmica de retrocesso conservador na onda reformista iniciada por Kruchev (1956-1964),

especialmente no terreno da liberalização política. Na economia, entretanto, apesar da substituição de Kruchev, o impulso das reformas se prolongará ainda por algum tempo, agora em base às propostas surgidas durante a discussão Liberman. A experiência de descentralização prosseguiu e foi ampliada em 1965 – após a deposição de Kruchev, sob a direção do primeiro-ministro Kossiguin (1965-1970) –, para aproximadamente 400 empresas (Ibid., p.154), que passaram a determinar seus planos de produção em base a contratos com seus clientes distribuidores. Além da preocupação com o consumidor, um sistema diferente de prêmios, semelhante à sugestão de Liberman, foi testado em algumas dezenas de empresas.

Como analisado anteriormente, o golpe que afastou Kruchev tinha na base a reação da burocracia contra o clima de instabilidade permanente gerado pelas sucessivas campanhas e reformas promovidas pelo primeiro-secretário, que ameaçava a estabilidade do sistema. Mas os novos dirigentes sabiam que alguma coisa andava mal na economia soviética, desde a baixa eficiência de suas empresas até a sofrível qualidade de sua produção, agora publicamente reveladas na imprensa. A insatisfação da população, a desaceleração econômica e os desafios colocados pela lógica inexorável da competição com o Ocidente impunham-lhes a continuidade das reformas na engrenagem econômica, mesmo após o afastamento de Kruchev.

Assim, ao mesmo tempo em que os novos dirigentes impuseram uma série de medidas restauradoras na esfera política, tiveram que dar seqüência às reformas na área econômica. Logo após o plenário do Comitê Central do PCUS de outubro de 1964 que destituiu Kruchev, adotou-se, portanto, sob o impulso de Kossiguin, um conjunto híbrido e contraditório de medidas que combinava reorganização e uma maior centralização a partir dos organismos centrais de planejamento, mas dando continuidade às reformas na agricultura e na indústria. Um GOSPLAN para toda a URSS foi reorganizado, a direção por setor econômico foi restaurada através dos ministérios e os *sovnarkhozes*, já enxugados em 1963, foram suprimidos. Estas mudanças, apesar de apontarem num sentido de reconcentração, mantiveram o ambiente de reorganização e de reforma econômica.

A agricultura foi o primeiro foco da nova reforma. Já no plenário do CC de março de 1965, os preços de compra aos agricultores foram novamente elevados e os

impostos reduzidos. Medidas foram adotadas para estimular o plantio e a produção nas porções de terra individuais. Aos *kolkhozes* e *sovkhozes* foi dada mais segurança quanto às compras estatais que passaram a ser feitas para um período de cinco anos para diversos produtos, além do que eles poderiam vender com preços 50% maiores a produção excedente além do plano de compras do Estado. Outras medidas foram tomadas, ainda, para ajudar as aldeias. Tais reformulações permitiram reacelerar o crescimento da produção agrícola. Como no início do período reformista de Kruchev, o rápido incremento da produção agrícola irá contribuir para a dinamização da indústria alimentar e de alguns ramos da indústria leve dependentes da agricultura. Assim, na segunda metade dos nos 60, coisa rara na economia soviética, pela primeira vez o Setor II (produção de bens de consumo) iria avançar mais depressa que o Setor I (produção de meios de produção), o que por sua vez elevará a renda nacional *per capita.* (AGANBEGUIAN, 1988, p. 69).

Na indústria, a reforma econômica se concretizará no plenário do CC do PCUS de setembro de 1965. Uma comissão da Academia das Ciências – formada depois da abertura da discussão Liberman e na qual participaram Nemchinov, L. V. Kantorovich, L. M. Gatovsky, K. N. Plotnikov, V. P. Diatchenko e A. Aganbeguian – trabalhou nas propostas de mudança desde 1963. O período havia sido de intensa discussão econômica. O plenário de setembro ainda caminhou no sentido das propostas dos reformadores e adotou medidas bastante radicais. Na resolução, o planejamento imperativo central não era suprimido, mas, dentro dos limites indicativos do plano, concedeu-se às empresas uma liberdade sem precedentes para planejarem de forma independente as suas taxas de crescimento da produtividade do trabalho e de redução de custos, além de certa flexibilidade para fixar o salário médio. Aganbeguian (Ibid., p.70) estima que a partir de tais medidas, os ritmos de aumento dos lucros teriam crescido, o rendimento do capital foi elevado, os estoques e a imobilização dos equipamentos foram reduzidos. Com as empresas podendo estabelecer algumas relações mercantis e constituir fundos de estimulação material para a produção, a produtividade do trabalho também havia crescido substancialmente. Ele afirma ainda que uma reforma dos preços de atacado dos produtos industriais, realizada em 1967, também teria melhorado a situação das empresas.

De acordo com estatísticas soviéticas, que confirmariam as informações de Aganbeguian, teria havido uma tendência de aceleração do ritmo da economia na segunda metade dos anos 60. Aganbeguian (Ibid., p. 92) afirma ainda que com a reforma de 1965, as taxas de crescimento aumentaram e a eficiência foi elevada. Mas como, segundo ele, não houve reformas duradouras e investimentos econômicos adequados, quando se esgotou a expansão possibilitada pelo hiato entre o produto potencial e o produto real, ou seja, depois de utilizados toda a capacidade econômica e de organização e as reservas disponíveis, os ritmos de crescimentos novamente iriam baixar na década de 70, como se verá mais adiante. A aceleração do ritmo econômico da atividade econômica na segunda metade da década de 60, apontada por Aganbeguian e confirmada pelas estatísticas soviéticas, só pode ser claramente confirmada quando se toma como referência os próprios índices soviéticos de 1962 e 1963, os mais baixos para aquela década. Tal inflexão para cima não aparece de forma tão clara, no entanto, nos cálculos de outras fontes alternativas, como Desai (1987), como se pode ver pela Tabela 7, independentemente das diferentes metodologias de apuração destas estatísticas.

Tabela 7 – Taxas de crescimento econômico anual da renda nacional soviética – estimativas alternativas

ano	PML	PNB	ano	PML	PNB
1951	12,2	3,1	1961	6,9	5,6
1952	10,9	5,9	1962	5,6	3,8
1953	9,8	5,2	1963	4,1	-1,1
1954	12,0	4,8	1964	9,4	11
1955	11,9	8,6	1965	6,8	6,2
1956	11,4	8,4	1966	8,0	5,1
1957	6,7	3,8	1967	8,7	4,6
1958	12,6	7,6	1968	8,3	6
1959	7,4	5,8	1969	4,7	2,9
1960	7,7	4	1970	9,1	7,7

Fontes: Coluna PML, dados compilados por Segrillo (2000, p. 254), segundo estatísticas oficiais soviéticas; anos 1950 - 1963 calculados de *Narkhoz* 1964; anos 1994 – 1970 calculados de *Narkhoz* 1972. Coluna PNB, dados compilados e elaborados por Desai (1987, p. 17). PML é o termo utilizado pela ONU para designar o que os soviéticos chamavam de renda nacional produzida.

Ao contrários dos cálculos ocidentais de PNB, o PML inclui apenas a

produção de bens materiais, excluindo o setor de serviços.

Logo ficaria evidente para os reformistas, entretanto, que reformar a economia sem mudar o sistema político e de planejamento central burocrático seria uma contradição de difícil resolução. Em 1965, no bojo da reforma adotou-se uma "Resolução sobre a empresa socialista" no qual se inscreveram aqueles direitos concedidos às empresas. Mas os ministérios agora reempossados no comando dos setores econômicos e da administração econômica central não tardaram muito em mostrar sua sede de controle, sua fome de decretos imperativos que começaram a ser publicados em todas as áreas. Novas e inumeráveis instruções, normas metodológicas, atos jurídicos de todo tipo. E cada um desses decretos ia limitando a prometida liberdade às unidades produtivas com cada uma das diferentes administrações centrais buscando reforçar sua influência sobre as empresas. Os métodos meramente administrativos de gestão foram resgatados e as sugestões de elevação da eficiência, inovação e maior produtividade através de reguladores e critérios econômicos formulados durante a discussão Liberman foram abandonadas. Aganbeguian considera que "o princípio administrativo venceu o princípio econômico e o planejamento impositivo foi reintroduzido" (Ibid., p. 71). A falência da tentativa de reforma econômica de 1965 parece dever-se ao fato de que ela não foi acompanhada de mudanças correspondentes nas estruturas do sistema político ditatorial e de direção ultra centralizada da economia. A reforma econômica de 1965 foi orientada na direção das empresas, dos *kolkhozes* e *sovkhozes*. Mas os órgãos centrais de planejamento e financiamento como os ministérios setoriais, novamente à frente dos setores econômicos, continuavam a trabalhar da mesma maneira que no período de Stalin. Segundo Aganbeguian, "o aparelho reforçara-se até com o aparecimento de novas direções econômicas e outras subdivisões. A reforma das principais unidades produtivas não foi reforçada por uma reforma do aparelho central" (Ibid., p. 73).

As reformas tinham outros limites, no entanto. Também não houve em qualquer momento por parte dos reformadores, pelo que se percebem nas suas propostas, qualquer apelo para a democratização da gestão, de forma a envolver amplamente os trabalhadores na discussão dos planos, nem muito menos um chamado à democratização da

sociedade como um todo. As propostas sugeriam sim o afrouxamento da planificação excessivamente concentrada e a introdução de critérios e estímulos mercantis que dinamizassem o aparelho produtivo. Mas a descentralização proposta caminhava exclusivamente na direção da ampliação dos poderes dos dirigentes das empresas para decidirem eles próprios os planos, nunca através de um planejamento democrático que envolvesse o conjunto dos produtores. Isso fazia com que tais reformas fossem vistas com indiferença e desinteresse pela população, tendências que, como se verá, se intensificarão nos anos seguintes.

Independentemente do caráter espetacular da discussão Liberman, a reforma de 1965, inspirada em suas propostas, apesar de ter gerado certa aceleração econômica, teve um alcance bastante limitado no que se refere a mudar a estrutura padrão do *conjunto* da economia soviética. No plano político, mesmo com o abrandamento da repressão, que de massiva nos tempos de Stalin passou a ser mais seletiva, o sistema político ditatorial e burocrático foi mantido. Na economia, seja pela inércia do aparato seja pela dificuldade de fugir à lógica da corrida armamentista com o Ocidente na Guerra Fria, o padrão de gestão econômica ultracentralizado, com prioridade à indústria pesada e à defesa, estabelecido desde os anos 30, pouco foi afetado. Mesmo durante as tentativas de reformas, as prioridades não eram de fato alteradas. O movimento em sentido contrário ao das reformas mostrou-se mais forte. O sistema de direção econômica e política montado na década de 30 sob Stalin permaneceu em vigor.

Considerando o objetivo da investigação realizada neste trabalho, algumas conclusões podem ser tiradas da discussão Liberman e das tentativas de reforma dos anos 50 e 60. Em primeiro lugar, revelam que os problemas apontados posteriormente pelos reformadores da *Perestroika* de Gorbachev, e que estarão na base da estagnação da desaceleração da economia soviética na década de 70, já estavam presentes na virada dos anos 50 para os 60, apesar das taxas anuais de crescimento do produto nacional nesse período ainda serem bastante elevadas. Em segundo lugar, fica patente que as reformas foram paralisadas pela inércia e resistência do aparato, que se sentia ameaçado pelo clima de instabilidade criado por tais reformas. Outra evidência que salta daquela discussão é que havia entre parte dos economistas e dirigentes da época – apesar das declarações ufanistas

dos governantes soviéticos de que ultrapassariam o Ocidente dentro de 15 a 20 anos – plena consciência acerca das deficiências burocráticas do sistema de planejamento e gestão central e que tais problemas poderiam chegar a travar a engrenagem econômica em algum momento. Nemchinov, em seu artigo da década de 60, como se tomado por uma antevisão do colapso posterior do sistema econômico soviético no início dos anos 90, afirmava exatamente:

> Um sistema econômico vinculado de cima a baixo representará um fator de freio do progresso técnico e social e será destruído cedo ou tarde pela pressão dos processos econômicos reais (1969, p. 78).

5 RUMO À ESTAGNAÇÃO

5.1 O PERÍODO BREJNEV: DA DESACELERAÇÃO À ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA

O período que se estende do golpe que afastou Kruchev, em outubro de 1964, e vai até o começo da *Perestroika* de Gorbatchev, em março de 1985, aparecia na maior parte da literatura especializada até ali como sendo o auge da expansão da URSS como superpotência. Os dirigentes soviéticos falavam de *socialismo desenvolvido* e continuavam alimentando perspectivas de superar o Ocidente. Já nesse período, entretanto, o sistema político e o mecanismo econômico soviéticos acumulavam sérias contradições, como se revelou durante a discussão Liberman e se comprovaria *a posteriori*. A partir de 1985, no entanto, esse período será mostrado pelos novos reformadores da era Gorbachev como de retrocesso e posterior estagnação, e desse momento em diante passaram a ser tratados dessa forma pela maioria dos especialistas em assuntos soviéticos. Essa caracterização para todo esse período precisa ser, no entanto, relativizada, pois nem todos esses anos foram de paralisia.

Contraditoriamente, no terreno da geopolítica internacional, apesar dos problemas econômicos que vinham se acumulando, esse foi um período de grande expansão da influência soviética. A URSS havia saído na frente na corrida espacial e manteve liderança nessa área durante parte da década dos anos 60. O lançamento do primeiro satélite artificial, com a série Sputnik; a colocação do primeiro ser humano em órbita, I. Gagarin; a série de naves Luniks, que pela primeira vez orbitou a Lua e fincou a bandeira da URSS naquele satélite; tudo isso surpreendia o mundo capitalista, demonstrando revolucionário progresso tecnológico em áreas de ponta e levantava o orgulho e a coesão nacional, aumentando assim o prestígio internacional da URSS. Já na década de 70, a URSS irá estabelecer paridade nuclear com os EUA, alcançando a capacidade de levar, com seus mísseis e bombardeiros estratégicos, bombas atômicas ao território americano e destruir as principais cidades ocidentais em minutos; o que conferia à URSS grande poder de dissuasão e segurança contra a ameaça externa. Ainda em meados dessa década, a URSS começa também a se destacar como potência naval mundial, com

seus navios atingindo os diversos oceanos, para espanto dos estrategistas do Ocidente. A celebração de acordos de limitação de armas nucleares e estratégicas, SALT I e SALT II, entre os Estados Unidos e a União Soviética, durante os anos 70, atestavam o papel de superpotência da URSS. Afinal, para o Ocidente, o acionamento dos botões nucleares com circuitos eletrônicos mais sofisticados ou alguns anos defasados não faria grande diferença. Se os mísseis chegassem ao alvo, o resultado seria o mesmo.

Apesar da incontestável superioridade econômica e militar com que os EUA saem da Segunda Guerra, os acordos de Yalta e Potsdam, celebrados no fim do conflito, haviam dividido o mundo em áreas de influência, confirmando o reconhecimento pelas potências capitalistas do rol desempenhado pela URSS na vitória aliada e seu novo papel no jogo político internacional. Ainda que as duas potências nucleares respeitassem os pactos e nunca chegaram a usar de fato seu poder nuclear, a não ser como ameaça, como se viu na crise dos mísseis em Cuba em 1962, o medo recíproco impunha uma grande tensão e, conseqüentemente, acelerava a corrida armamentista. Os acordos celebrados no final da guerra e o Plano Marshall ajudaram a estabilizar a Europa, mas as duas superpotências seguirão lutando para ampliar sua esfera de influência no restante do planeta, principalmente no chamado Terceiro Mundo, apesar da disposição dos dirigentes soviéticos para a colaboração e do fato de que há muito haviam deixado de estimular revoluções em outras partes do planeta.

Na guerra do Vietnam, na virada da década de 70 para os anos 80, a URSS esteve por trás do fornecimento de armas aos guerrilheiros norte-vietnamitas, *vietcongs,* e o conflito terminou em derrota dos EUA em 1973, uma humilhação que por muito tempo imporia insegurança aos estrategistas militares norte-americanos. Na África, boa parte dos países descolonizados orientava-se pelos modelos de planejamento estatal e em fornecimentos soviéticos para fomentar seu desenvolvimento. Pelo mundo afora, mesmo países não diretamente alinhados com a URSS, usavam – ainda que sem dizê-lo – as técnicas de planejamento centralizado e a idéia dos planos qüinqüenais para acelerar sua industrialização, como foi o caso de vários países asiáticos e dos países latino-americanos nos quais prosperou o pensamento econômico desenvolvimentista da Comissão Econômica Para a América Latina da ONU, CEPAL, a partir de meados do século. O prestígio da

URSS e sua influência pareciam não parar de crescer, o que aumentava a fobia anticomunista e fornecia argumentos aos setores mais belicistas do Ocidente para justificar novas iniciativas armamentistas destinadas a conter a expansão do "Império do Mal", expressão usada por Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, para classificar a URSS durante seu governo.

Em função da guerra ideológica e como forma de contrapor os possíveis exageros das estatísticas soviéticas – utilizadas também como peças de propaganda –, tornou-se comum no Ocidente, por outro lado, depreciar os avanços da economia da URSS após a Segunda Guerra. Mesmo fontes ocidentais reconhecem, no entanto, que no longo período que se estende do início da década de 50 até o final dos anos 60, ou seja, durante os anos do *boom* capitalista do pós-guerra, o produto nacional soviético seguiu crescendo mais rapidamente que a maioria dos países capitalistas centrais, exceção feita ao Japão. Mesmo ao final do período Brejnev, na virada dos anos 70 para os 80, autoridades soviéticas ainda se vangloriavam de que a URSS apresentaria volumes de produção consideravelmente maiores que os dos EUA para a indústria pesada: 80% mais aço, 78% mais cimento, 42% mais petróleo, 55% mais fertilizantes, cinco vezes mais tratores (WALKER, 1986, p.53). É difícil contestar o fato de que, desde um ponto de vista exclusivo dos volumes de produção, a URSS seguiu se expandindo, pelo menos até meados da década de 70, além do que apresentou avanços indiscutíveis e visíveis ao mundo inteiro na tecnologia aeroespacial e aeronáutica. Também demonstrou progressos significativos na produção de equipamentos para extração de petróleo e carvão, na invenção de novos métodos internacionalmente utilizados para a siderurgia e na construção de grandes hidroelétricas. Mas desde a virada para os anos 70, o ritmo de expansão começou a arrefecer, estabelecendo, de acordo com os próprios dados soviéticos, uma média pouco acima de 4% para os dez primeiros anos da era Brejnev (1964-1975), como se pode constatar pela Tabela 8, elaborada por Segrillo e que apresenta dados que apresenta taxas de crescimento econômico soviético para todo o período entre 1928 e 1984.

Tabela 8 – Taxas de crescimento da renda nacional soviética (Produto Material Líquido - PML), 1928-1990, segundo estatísticas oficiais

1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
16,0	21,0	16,8	11,3	6,5	15,2	19,2	29,3	12,0	8,9	9,5	11,6
1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
-28,3	12,1	18,9	-5,7	-6	19,1	24,1	18,0	20,1	12,2	10,9	9,8
1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
11,9	11,4	6,7	12,6	7,4	7,7	6,9	5,6	4,1	9,4	6,8	8,0
1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
8,3	4,7	9,1	5,6	3,9	8,9	5,4	4,5	5,2	4,5	5,1	2,2
1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		
3,3	4,0	4,2	2,9	1,6*	2,3*	1,6*	4,4	2,5	-4		

Fonte: dados compilados por Segrillo (2000, p. 254) a partir das seguintes fontes: anos 1928-38, calculados de BSE, 2 ed., v.29, p. 302; anos 1939-40 calculados de Zaleski, 1980, p. 578-579; nos 1941-1945 calculados de *Narkhoz za 70 let*, p. 43; Zaleski, 1980, p. 578-579; anos 1941-1945 calculados de *Narkhoz za 70 let*, p. 43; 1946-50 calculados de *Narkhoz 1964*, p. 87; 1950-1963 calculados de *Narkhoz 1964*, p. 575; 1964-71calculados de *Narkhoz 1972*, p. 531; 1972-76 calculados de *Narkhoz za 60 let*, p. 485; 1977-84 calculados de *Narkhoz za 70 let*, p. 58.
* Segrillo informa que até 1988 o anuário estatístico oficial da URSS dava para estes anos as taxas de 3,5%, 4,1% e 2,3%, respectivamente. A partir desse ano as taxas foram revisadas.

A crise economia capitalista global iniciada na primeira metade dos 70 e que encerra o longo *boom* do pós-guerra afetará seriamente no médio prazo os países satélites da URSS, assim como ela própria. Paradoxalmente, a crise do petróleo em 1973 ainda trouxe conseqüências inicialmente positivas para a URSS, que na época já era um dos principais produtores. Pela pressão da OPEP, o cartel dos países exportadores, o preço do produto, em queda desde o fim da guerra e muito baixo em termos reais, praticamente quadruplicou em 1973 e depois foi quase multiplicado por três no final da década, na seqüência da Revolução Iraniana de 1979. Saiu de um preço médio de 2,53 dólares por barril em 1970, para entrar na casa dos 40 dólares o barril na década de 80. Para a URSS, de uma hora para outra, as exportações de petróleo de antigas e novas jazidas descobertas [34] ajudavam a carrear facilmente bilhões de dólares para dentro do país. Isso fez crescer sua integração econômica e comercial com o Ocidente, mas também sua dependência e

exposição às ondas da tecnologia e de mercadorias baratas do mercado mundial. Entre 1970 e 1980, as exportações soviéticas para as economias capitalistas centrais subiram de menos de 19% para 32% das suas exportações totais (HOBSBAWN, 1998, p. 459).

Na esteira da elevação dos preços do petróleo, os dólares que sobravam nos demais Estados da OPEP em geral depositados em bancos europeus, facilitaram a obtenção de empréstimos por parte de países do Terceiro Mundo, inclusive do Leste Europeu, como Polônia e Hungria. Isso levará a seu crescente endividamento e provocará o que se chamou de crise da dívida dos países dependentes no início dos anos 80, o que veio a comprometer severamente o crescimento posterior de suas economias em função do pagamento dos juros. Com o choque da elevação dos juros no mercado internacional ocorrido em 1979, a Polônia, em especial, passará rapidamente a uma situação de forte dependência do sistema financeiro internacional. Na URSS, entretanto, a enxurrada de divisas obtidas a partir das exportações de energia e matérias-primas ainda possibilitou ao regime soviético aumentar sensivelmente as importações de cereais, forragens e bens de consumo. Durante a década de 70, o comércio entre norte-americanos e soviéticos chegou a crescer oito vezes, com as importações soviéticas de cereais atingindo uma média anual de 40 milhões de toneladas no início dos anos 80 (REIS FILHO, 1997, p. 219). As importações emergenciais possibilitadas pelas reservas em moeda forte obtidas com as exportações de petróleo e gás parecem ter permitido que se continuasse elevando, mesmo que lentamente, as condições de alimentação da população, apesar de que diminuía o ritmo dessa elevação.

Os avanços tecnológicos econômicos no terreno industrial e militar, a elevação lenta, mas contínua, do nível de vida durante os anos 60 e 70, o aumento da influência e consolidação da URSS como potência mundial forneciam, entretanto, uma *falsa visão* do que realmente se passava, ilusão que encobria as graves contradições não resolvidas que vinham se acumulando na economia e no sistema soviéticos durante a década de 70. Tanto é assim que nenhum especialista ocidental – entre os chamados *sovietólogos* – chegou a prever seu colapso, uma década depois, sequer aproximadamente.

---

[34] Por essa época, ocorreu o término da construção e entrada em funcionamento do gasoduto ligando a Sibéria à Europa Ocidental, construído em tempo recorde, com equipamentos fabricados na própria URSS, depois

Na realidade, a URSS vinha carregando, como se revelou desde a discussão Liberman, graves problemas econômicos e de gestão que levaram à sua desaceleração já na primeira metade dos anos 70. Posteriormente se pôde constatar que, a partir do início dessa década, ela começaria a ficar cada vez mais para trás na competição econômica e tecnológica em que se embrenhou com o Ocidente. O período Brejnev viria a ser chamado posteriormente pelos reformadores dos anos 80 de "era da estagnação", *zastoi*. Não porque não soubessem dos avanços ocorridos no período, mas fundamentalmente por avaliarem que durante esses anos o regime desistira ou impedira que se fizesse qualquer tentativa séria para reverter a visível desaceleração do ritmo de crescimento da renda nacional. Hobsbawn esclarece porque o enfrentamento dos problemas acumulados pôde ser postergado:

> Comprar trigo no mercado mundial era mais fácil do que tentar resolver a aparentemente crescente incapacidade da agricultura soviética de alimentar o povo da URSS [...] Lubrificar o enferrujado motor da economia com um sistema universal e onipresente de suborno e corrupção era mais fácil que limpá-lo e ressintonizá-lo, quanto mais substituí-lo. [...] A curto prazo, parecia mais importante manter os consumidores satisfeitos, ou, de qualquer forma, manter o descontentamento dentro dos limites. Daí, provavelmente, na primeira metade da década de 1970, a maioria dos habitantes da URSS estar e sentir-se em melhores condições que em qualquer outra época na memória viva (1998, p. 458).

As contradições constatadas, acumuladas e não enfrentadas com antecedência, muito em breve cobrariam, no entanto, seu preço.

5.1.1 Acende o Sinal Vermelho

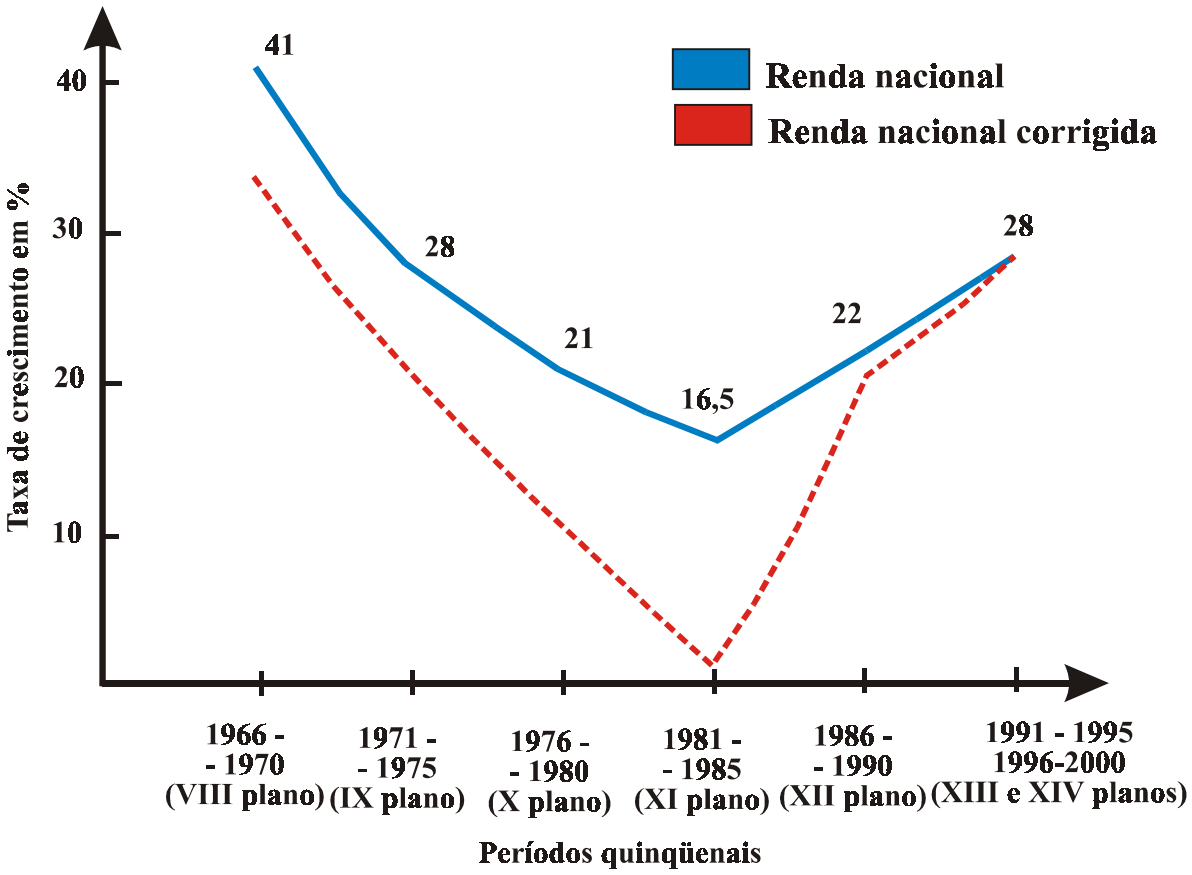
No transcorrer dos anos 70 foi se tornando cada vez mais evidente que algo de muito errado havia, tanto nos regimes quanto nas economias do chamado "campo socialista", particularmente na URSS. A redução do ritmo de crescimento da economia se constituía na mais cabal prova da crise do regime soviético e já não se podia esconder. As taxas de crescimento médio por qüinqüênio, a partir de meados da década de 70 até 1985, desaceleraram para tudo o que se podia mensurar. Renda nacional, renda nacional real *per*

---

que os EUA impuseram boicote à venda dos compressores ultra-sofisticados necessários ao bombeamento.

capita, produção industrial, produção agrícola, investimento de capital, produtividade do trabalho, todos se apresentavam em queda por qualquer fonte que se tome. Abel Aganbeguian (1988, p. 16) apresentou, em seu livro sobre o estado da economia soviética, o Gráfico 2, no qual confirmava aquela tendência.

Gráfico 2 – A desaceleração da economia soviética a partir dos anos 70



Fonte: Aganbeguian (1988, p. 16).

Comentando o gráfico, Aganbeguian afirma claramente que, durante o XI Plano Qüinqüenal (1981-1985), se fosse descontada a elevação dos preços ligada a mudanças de qualidade dos produtos e à substituição de produtos

mais caros por outros mais baratos, mas sem melhora de qualidade para o consumidor, a taxa de crescimento da economia teria sido zero, ou seja, havia uma situação extraordinária de estagnação, claramente reveladora de crise. A linha cheia do gráfico até o XI Plano indica a queda nas taxas de crescimento da renda nacional utilizada de acordo com os dados oficiais. Para Aganbeguian, a linha tracejada refletiria, entretanto, um quadro mais verdadeiro do crescimento da renda nacional. Tal situação teria surgido principalmente no período de 1979-1982, no qual o volume da produção industrial expresso em quantidades físicas teria diminuído algo em torno de 40%. Informa ainda que, na agricultura, o nível de produção de todos os anos desse período não teria atingido o nível de 1978 e que o XI Plano Qüinqüenal não foi cumprido, apesar de uma leve melhora no final do período (Ibid., p. 17). O aproveitamento dos fatores de produção teria se reduzido consideravelmente e os demais indicadores de rendimento da produção social degradaram-se: a produtividade do trabalho parou de crescer, caiu a eficiência dos investimentos e o rendimento do capital despencou. O agravamento das tendências negativas em todas as esferas levou à estagnação. Esta, por sua vez, aguçou ainda mais os desequilíbrios já diagnosticados na economia soviética. A partir do XI Plano as linhas indicam apenas previsões que não se cumpriram.

Na Tabela 9, apresentada por Castells (1999, p. 31), na qual são comparadas diferentes estimativas sobre a evolução da renda nacional soviética entre 1928 e 1987, a mesma tendência pode ser verificada. Segundo Castells, se dermos crédito aos critérios de Khanin, cujo trabalho apresenta os limites mais baixos na escala das estimativas após o ano de 1975, a URSS realmente atravessou uma fase de estagnação, o que confirma a tese de Aganbeguian.

Tabela 9 – Crescimento da produção e índices de inflação na União Soviética, 1928-1990 (variação no período, porcentagem anual).

	Crescimento real da produção			Inflação dos preços por atacado	
	Indústria	**Construção**	**Renda Nacional**	**Real**	**Oculta**
TsSU[a]					
1928-40	17	-	13,9	8,8	-
1940-50	-	-	4,8	2,6	-
1950-60	11,7	12,3[b]	10,2	-0,5	-
1960-65	8,6	7,7	6,5	0,6	-
1965-70	8,5	7,0	7,7	1,9	-
1970-75	7,4	7,0	5,7	0,0	-
1975-80	4,4	-	4,2	-0,2	-
1980-85	-	-	3,5	-	-
1985-87	-	-	3	-	-
1928-87	-	-	7,9	-	-
Khanin					
1928-41	10,9	-	3,2	18,5	8,9
1941-50	-	-	1,6	5,9	3,2
1950-60	8,5	8,4[b]	7,2	1,2	1,8
1960-65	7,0	5,1	4,4	2,2	1,6
1965-70	4,5	3,2	4,1	4,6	2,6
1970-75	4,5	3,7	3,2	2,3	2,3
1975-80	3,0	-	1,0	2,7	2,9
1980-85	-	-	0,6	-	-
1985-87	-	-	2,0	-	-
1928-87	-	-	3,3	-	-
1980-82		-	-2,0	-	-
1982-88	-	-	1,8	-	-
1988-90[c]	-	-	-4,6	-	-

[a] TSuS: Agência Central de Estatísticas (da URSS).

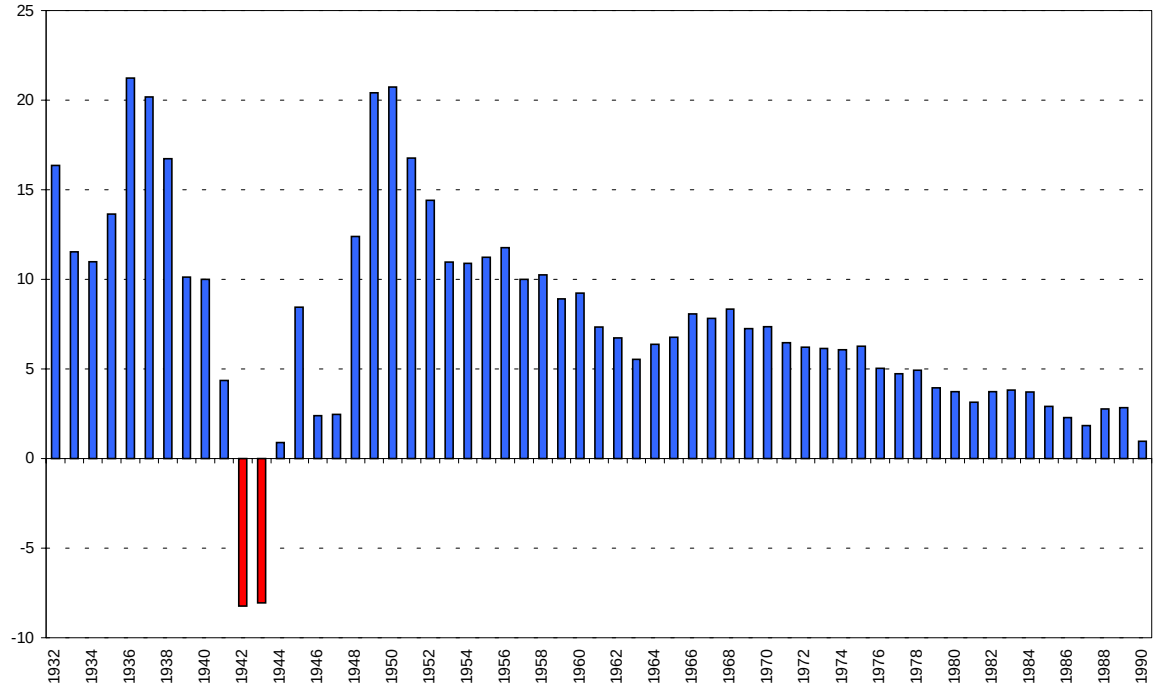
[b] 1955-60.

[c] Preliminar.

Fonte**:** CASTELLS (1999, p. 31) Compilado por Harrisson (1993, p. 147), em base às seguintes fontes: 1928 - 1987 TsSU; "Renda Nacional" calculada com base em Khanin (1991b) ; "demais colunas" calculadas a partir de Khanin (1991a e 1991b).

Como se pode observar pela tabela acima, mesmo os dados oficiais soviéticos confirmavam a desaceleração. A partir dos dados compilados e apresentados por Segrillo na Tabela 8, construímos o Gráfico 3, com médias móveis tri-anuais, no qual se pode ter uma visão em perspectiva do crescimento econômico soviético desde o início dos planos qüinqüenais até 1990.

Gráfico 3 – Evolução da renda nacional soviética – PML, segundo estatísticas oficiais



Médias tri-anuais. Cada taxa anual de crescimento foi obtida com base na média de três anos e colocada no gráfico para o ano intermediário de cada período analisado. Na década de 1940, as médias de crescimento foram atípicas, em função da Segunda Guerra Mundial, com taxas muito negativas ou positivas, o que pode ser explicado pelos anos de devastação, seguida da recuperação econômica.
Fonte: Elaborado a partir da Tabela 08.

Há um sério problema metodológico quanto aos dados referentes à renda nacional soviética, pelo que se deve tomá-los com cuidado para mensurar tanto o crescimento real da URSS, desde 1928, quanto o grau exato de desaceleração da economia no período final. Pela forma como era apurada pelos organismos oficiais soviéticos, na Renda Nacional da URSS só entrava a produção de bens materiais, sem que fosse incluída a *renda gerada pelo setor de serviços*, o qual, segundo o conceito marxista do valor, só consome, não cria valor. Na maioria dos países capitalistas, entretanto, o peso proporcional da renda do setor de serviços dentro da renda nacional cresceu significativamente nas últimas décadas a um ritmo bem superior aos demais setores, chegando, em muitos casos, a ultrapassar a renda gerada na indústria e na agricultura e constituir assim a maior fatia da renda nacional dos países. No caso da URSS, pela razão citada, a renda do setor de serviços – que era quase todo público, com o setor privado agindo apenas informalmente nas brechas da economia nacionalizada – sequer foi mensurada por muito tempo. Apesar da oferta de serviços ser limitada, se esta fosse computada certamente poderia alterar tanto os números apurados da renda nacional soviética quanto de seu ritmo de crescimento. Mas como isso não podia ser realizado com rigor, já e o setor de serviços privado não era legal, torna-se difícil saber como seu cômputo alteraria as estatísticas oficiais. Por outro lado, as estatísticas soviéticas eram acusadas no Ocidente de exagerarem o real crescimento da URSS, seja por motivos como esconder a inflação de custos, gerada pelas distorções no sistema de preços fixados administrativamente pelo governo, seja pela utilização de uma base irrealista de preços antes do início dos primeiros planos qüinqüenais para medir o crescimento da economia desde então. Uma excelente discussão sobre os diferentes enfoques metodológicos para avaliar o crescimento da URSS, especialmente sobre as estimativas alternativas de G.I. Khanin – que minimizam o crescimento econômico da URSS e causaram grande controvérsia entre os analistas soviéticos –, pode ser encontrada em Harrison (1993). Segrillo (2000, p. 251 seq.) também apresenta um comentário esclarecedor sobre as diferentes metodologias de fontes alternativas sobre o crescimento econômico da URSS, desde 1928 até a década de 80, e sobre a intensidade da desaceleração a partir da década de 70. Na Tabela 15, constante do anexo ao final desse trabalho, pode-se encontrar algumas dessas avaliações alternativas para a trajetória de crescimento da renda nacional soviética desde o início dos planos qüinqüenais, em 1928, até a década de 80.

De toda forma, como assinalado na Introdução, para o objetivo deste trabalho, mais do que verificar a exatidão dessas estatísticas, interessa detectar nelas as dinâmicas, as tendências que apontavam. Assim, é possível constatar, por quaisquer que sejam as fontes utilizadas e independentemente da qualidade dessas estatísticas, a tendência à desaceleração do crescimento da renda nacional soviética a partir da década de 70, tenha-se ou não chegado à estagnação. Seja por fontes oficiais soviéticas seja por fontes ocidentais, pode-se concluir que a URSS atravessava sérios problemas econômicos já no início dos anos 80, que iria impor a necessidade urgente da *Perestroika* de Gorbachev.

5.2 Os Motivos da Estagnação

Constatada a situação de crise no início da década de 80, impõe-se explicar as razões da desaceleração da economia soviética. Em seu informe perante a sessão plenária do CC do PCUS de 11 de junho de 1985, Gorbatchev denunciou o que se seriam as principais mazelas da economia soviética: atraso tecnológico; desperdício crescente de matérias-primas e energia; baixa qualidade de muitos produtos industriais, que acarretava sua baixa competitividade no mercado mundial; baixo rendimento dos investimentos, excessivos e em grande parte efetuados em obras inacabadas e uma planificação desequilibrada e crescentemente desarticulada (MANDEL, 1989, p. 25). Aganbeguian, referindo-se ao mecanismo econômico existente na primeira metade dos anos 80, fornece um diagnóstico semelhante ao de Gorbatchev:

> Neste momento, a estrutura da economia da URSS é completamente atrasada e conservadora. As indústrias extrativas e a produção agrícola ocupam um lugar excessivo; em contrapartida, as indústrias manufatureiras e de transformação de matérias-primas estão insuficientemente desenvolvidas. Quanto ao chamado setor terciário, é ainda mais restrito. Para além disso, a qualidade, o rendimento e a competitividade da produção são muito baixos. A parte da produção obsoleta é elevada. A gama de produtos e de serviços oferecidos afasta-se consideravelmente das necessidades sociais, da procura real, não as satisfazendo. De igual modo, as áreas que constituem o que se pode chamar indústria do bem-estar apresenta sérios atrasos. É natural que toda a estrutura antiquada da produção determine na maior parte o conteúdo do crescimento, do produto social e da renda nacional (1988, p. 18).

Como se pode observar, o quadro apresentado por Gorbachev e Aganbeguian confirma um diagnóstico semelhante de alguns dos problemas da economia soviética constatados já na década dos 60 e que, ao não terem sido enfrentados anteriormente, conduziram a uma situação assustadora de estagnação no início da década de 80, já não podendo ser desconsiderados como antes, no período em que a economia ainda crescia em patamares elevados. A burocracia soviética, alarmada com a gravidade da situação, sabia que o sistema político e seu mecanismo econômico precisavam de reformas urgentes. Antes de analisar, entretanto, a resposta dos dirigentes soviéticos a tais problemas através da *Perestroika*, cabe, no entanto, investigar um pouco mais os motivos que levaram à desaceleração e à estagnação.

5.2.1 O Escasseamento dos Recursos e o Esgotamento do Modelo Extensivo

Desde o início dos anos 30, quando se configuraram as características básicas do sistema soviético, o Estado, para atingir mais velozmente o patamar de industrialização próximo daquele existente no Ocidente e assim não ser esmagado por ele, recorreu aos planos qüinqüenais e à mobilização total dos recursos humanos e naturais fartamente existentes em um país continental e rico que cobria um sexto do planeta. Durante a fase de assimilação da tecnologia ocidental e de *acumulação primitiva socialista* dos anos 30, estabeleceu-se um modelo de crescimento econômico que pode ser classificado como *extensivo* que foi mantido mesmo no pós-guerra. Tal padrão correspondia tipicamente a uma economia industrial em suas primeiras fases de desenvolvimento, na qual suas elevadas taxas de crescimento eram asseguradas essencialmente pela incorporação de novos e amplos contingentes de trabalhadores e pelos elevados recursos investidos anualmente em novos meios de produção e insumos. Nesse modelo, as inovações técnicas e os ganhos de eficiência tinham importância menor. Pode-se dizer, utilizando a terminologia da ciência econômica ocidental, que por muito tempo a economia soviética vinha funcionando com um modelo de ampliação da produção com retornos praticamente constantes – ou apenas levemente crescentes – à escala, ou seja, na qual se aumentava o produto pelo incremento dos fatores de produção, mas com a mesma – ou apenas levemente modificada – função de produção. Aganbeguian esclarece o mecanismo de expansão desse modelo:

> [...] em um período qüinqüenal típico do pós-guerra, a aplicação básica de recursos e investimentos em infra-estrutura aumentou uma vez e meia, a extração de combustíveis e matérias primas cresceu de 25% a 30%, e 10 a 11 milhões de novos trabalhadores foram recrutados, dos quais grande parte foi transferida para novos setores de produção. Essa tendência marcou todo o período correspondido entre 1956 e 1975. O último período qüinqüenal em que houve crescimento substancial na utilização de recursos foi 1971-75 (Ibid., p.21).

Gorbatchev se refere assim à lógica extensiva de crescimento da economia soviética:

> Tornou-se característica de muitos de nossos dirigentes econômicos pensar nas mais diversas maneiras de usar mais materiais e horas de trabalho num item, para vendê-lo por um preço mais elevado, em vez de se dedicarem a promover o crescimento efetivo da economia nacional. Conseqüentemente, mesmo com todo o rendimento bruto, havia falta de bens. Gastamos, e na verdade estamos gastando, muito mais em matérias-primas, energia e outros recursos por unidade produzida do que outras nações desenvolvidas. A riqueza de nosso país em termos de recursos naturais e de mão-de-obra nos viciou e podemos até dizer que nos corrompeu. Na verdade, esta é a principal razão que possibilitou o desenvolvimento amplo de nossa economia durante décadas. Estando acostumados a dar prioridade ao fator quantitativo da produção. Tentamos controlar as taxas decrescentes do crescimento, mas o fizemos principalmente aumentando os gastos de modo contínuo. Expandimos as indústrias de combustíveis e energéticas, e aumentamos o uso dos recursos naturais na produção (1989, p.18).

Tais métodos, originados a partir do padrão que havia tomado forma nos anos 30 e 40 – em que a corrida pelo aumento da produção a qualquer custo para enfrentar situações extremas era a justificativa –, terminaram por gerar, com o tempo, o que alguns economistas do Leste Europeu classificaram de *economia perdulária* ou *economia da escassez* (KORNAI, 1980), na qual o crescimento é obtido principalmente através da construção de novas instalações e fábricas, com o emprego de mais e mais trabalhadores e outros recursos, o que conduz ao aumento dos custos de produção, com pouca ou nenhuma elevação da qualidade do produto. Dessa visão deriva também o que economistas reformadores soviéticos convencionaram chamar de *política do produto bruto*, ou seja, um planejamento e uma produção desequilibrados, nos quais se privilegiavam o *peso* e a *quantidade* dos produtos, em vez de melhorar a qualidade e ajustar a oferta à demanda, características já constatadas e criticadas durante as tentativas de reformas dos anos 50 e 60. A perseguição de metas cada vez maiores, às vezes para além das necessidades reais, estabelecia um ciclo imperativo de reprodução crescente, agigantando o setor de bens de produção (KURZ, 1999, p. 105).

Uma conseqüência dessa lógica é que, enquanto se construíam novas empresas e instalações, que absorviam enormes recursos, desprezava-se a modernização técnica das empresas existentes e o aumento de sua eficiência. Assim, as empresas permaneciam no mesmo patamar tecnológico por longos períodos. Com seu equipamento

tornando-se obsoleto, estavam impedidas de produzir os novos produtos que a sociedade soviética demandava, além do que não apresentavam qualquer competitividade no mercado mundial. Essa orientação de crescimento via construção de novas empresas, somada ao fato de que os fornecimentos de materiais e meios de produção às regiões e às empresas eram praticamente gratuitos e ainda à lentidão do planejamento burocrático ultracentralizado, levava a que existissem milhares de obras inacabadas por toda a URSS. O primeiro-ministro Rychkov denunciou, no *Pravda* de 3 de março de 1986, que havia mais de 300 mil projetos em vias de construção ainda não acabados, dos quais muitos estavam assim há anos. Deu como exemplo uma olaria que estava sendo construída há dez anos. Durante o período 1981-1984, segundo Rychkov, os custos de projetos em construção já tinham ultrapassado em 24% as previsões do plano (apud MANDEL, 1989, p. 108). Kurz (1999, p. 104) relata que era possível observar por toda a extensão da República Democrática Alemã, RDA – onde predominava a mesma lógica econômica soviética –, esses milhares de "elefantes brancos" inacabados.

A sorte desse modelo dependeria, portanto, de sua capacidade de continuar aumentando a oferta e a absorção de novos recursos ou de buscar outra variante que seria aumentar a produtividade e a eficiência do mecanismo econômico através de avanços tecnológicos. A partir dos anos 70, a economia soviética começaria a enfrentar os limites da natureza e da sociedade para continuar se expandindo com um modelo extensivo como esse. Tanto a redução do ritmo de incorporação de novos contingentes de trabalhadores, como as crescentes dificuldades para a obtenção de recursos naturais adicionais se mostrarão fatores explicativos essenciais na desaceleração da economia soviética desde então, ou seja, para o esgotamento do modelo extensivo de crescimento que estava baseado em uma visão *fordista* da organização da produção. [35] Ao longo dos VI, VII, VIII e IX planos qüinqüenais, a oferta de fatores de produção e demais recursos cresceu em proporções semelhantes. Mas já no período 1976-1980, houve uma desaceleração significativa. A força de trabalho ainda teve crescimento importante até o X Plano

[35] Na década de 70, a economia norte-americana também enfrentou uma crise de produtividade, quando era comparado o seu rendimento com o da indústria japonesa. O mecanismo econômico norte-americano, como de outros países capitalistas, pôde ser, no entanto, convertido, em menos de uma década, para o modelo de "produção enxuta" e, já nos anos 90, as empresas norte-americanas se aproximavam, em termos de

Qüinqüenal. Em um típico período de cinco anos até ali, o número de pessoas em idade de trabalhar aumentava algo entre 10 e 11 milhões. Mesmo na década dos 70, segundo Aganbeguian (1988, p. 21), ainda havia crescimento significativo, na medida em que as pessoas em idade de trabalhar se empregavam proporcionalmente mais. No início dos anos 60, de cada 100 pessoas em idade de trabalhar 18 ficavam em casa; na década dos 80 esse número irá cair para 8-9. A partir de 1981, entretanto, o afluxo de novos trabalhadores, especialmente para os setores ligados à produção, cai acentuadamente. Vários elementos são apontados para explicar essa baixa. Primeiramente, pode-se concluir que a URSS acompanhou uma tendência mundial, decorrente da urbanização, do desenvolvimento econômico e dos avanços na educação, de reduzir progressivamente a taxa de natalidade, o que, por sua vez, reduzia a oferta de mão-de-obra. Castells (1999, p.44) apurou também junto a especialistas soviéticos que na URSS o processo de incorporação da mulher na força de trabalho estava praticamente concluído na década de 80. Outro fator no qual a URSS acompanhava a dinâmica mundial era uma nova repartição dos efetivos da população economicamente ativa em proveito dos serviços – que, lembre-se, não eram computados na renda nacional soviética –, o que implicava que deixavam de ser incorporados aos setores produtivos, contribuindo para redução do seu ritmo de crescimento.

Na década de 80, teria havido também o que os sociólogos soviéticos chamaram de ruptura demográfica devido à guerra. Nessa década, serão os filhos dos que nasceram durante a guerra que estariam atingindo a idade de trabalhar. Como a natalidade cai durante a guerra, a redução do número de pais implicava em um número menor de filhos e, portanto, o incremento anual de jovens em idade de trabalhar sofreu um declínio. O número de pessoas que chegam à idade da aposentadoria também teria mostrado uma sensível elevação em meados da década de 80. Antes dali, as gerações que sofreram muitas baixas na guerra aposentavam-se em quantidade menor. Já nos anos 80, começou a se aposentar a geração que não lutou na guerra, mais numerosa, portanto. Segundo Aganbeguian, a coincidência no tempo desses dois fatores teria levado a uma brutal desaceleração no crescimento dos novos efetivos em idade de trabalhar. Todos estes fatores somados levaram a que em vez dos 10 ou 11 milhões de novos trabalhadores que afluíam à

---

produtividade e grau de automação, das empresas japonesas. Isto não se deu na URSS, pelos motivos que serão apontados mais à frente.

produção durante um qüinqüênio nos períodos anteriores, durante os anos 1981-1985 entraram apenas 3,5 milhões e os números foram ainda mais modestos para o período 1986-1990 (AGANBEGUIAN, 1988, p.22). Se isso ocorria com o fator trabalho, outras restrições mais também ocorreram no que se refere aos recursos naturais.

O ritmo de crescimento da produção de combustíveis e matérias-primas caiu de forma bastante acentuada, saindo de 25%, durante o IX qüinqüênio, para 10%, já para o X qüinqüênio, e para 8%, no XI (Ibid., p.22). A exploração desenfreada, os enormes volumes extraídos em busca das grandes metas, o desperdício e a reduzida preocupação com a economia dos recursos, fez com que as jazidas e poços na região oeste, mais povoada e industrializada, tivessem sua produção estabilizada, esgotassem ou reduzissem sua produtividade rapidamente. Há que se considerar também o atraso tecnológico e o envelhecimento do equipamento, que reduzia a velocidade de crescimento da produção nos campos de petróleo e gás natural e nas minas mais antigas.

Não é difícil concluir, lembrando aqui a lei dos rendimentos decrescentes, que a exploração de novos recursos, imposta pela demanda em expansão, tinha seu custo marginal elevado. Primeiramente, em função de que em uma mina ou poço, ao se esgotarem as camadas mais superficiais, é preciso buscar jazidas e caudais de petróleo mais profundos e de condições de exploração bem mais difíceis, o que acarreta numa queda da produtividade. Por outro lado, para abrir novas explorações, as grandes distâncias e barreiras geográficas, impostas pelas condições inóspitas das áreas orientais e setentrionais de um país imenso e gelado como a URSS, também impunham enormes custos adicionais. Mais de 70% da produção social e do contingente populacional da URSS, que utilizava a maior parcela dos recursos totais disponíveis, estavam concentrados na área que vai de sua parte européia até os Urais, enquanto a maior fração dos recursos minerais está concentrada na Sibéria e no Extremo Oriente, onde estavam, por exemplo, 80% das reservas de petróleo.

A abertura de novas explorações de matérias-primas e combustíveis no Norte e no Leste implicou em transferir milhares de trabalhadores e suas famílias, pagar-lhes remunerações maiores e compensadoras, além de construir cidades inteiras, extensas ferrovias e dutos por milhares de quilômetros, assim como estradas, rede elétrica, rede de comunicações, de água, calefação, enfim, toda a infra-estrutura necessária à sobrevivência

das pessoas e à produção nessas difíceis regiões. Os enormes investimentos para lá dirigidos tornavam o custo da exploração mais alto e subtraiam recursos para a modernização do aparato econômico anteriormente existente. Para que se tenha uma idéia da magnitude destas novas explorações, de acordo com Aganbeguian (Ibid., p.82), só a construção do complexo petroquímico da Sibéria Oriental exigiu o deslocamento de 1,5 milhão de pessoas, oriundas de outras partes do país. Ele informa ainda que, entre 1981 e 1985, os investimentos nesse projeto teriam consumido em média 10 bilhões de rublos por ano. Tais meios seriam suficientes para construir 3 fábricas gigantes de automóveis, com capacidade de produção de 700 000 veículos de passeio cada uma.

O aumento dos custos médios de produção, somado à necessidade de exportar grandes volumes para obter divisas, o que reduzia a oferta interna, ajudam a explicar a elevação dos preços dos combustíveis e matérias-primas naquela década. Estima-se que na década de 60, para realizar um rublo de produção na indústria extrativa, era necessário investir 2 rublos. Em meados da década dos 70, esse número elevou-se para 3-4 rublos. Durante o período 1981-85 ultrapassou os 7 rublos (Ibid., p.81). Acrescente-se a isso mais as novas exigências em termos de segurança e as preocupações ecológicas. Se os trabalhadores das décadas de 30 ou mesmo de 60, de baixa ou nenhuma qualificação, aceitavam ou eram coagidos a trabalhar em condições subumanas, as novas gerações, mais preparadas e exigentes, já não o aceitavam. À medida que era preciso buscar novos recursos em camadas mais profundas ou em novas explorações, o custo líquido médio de sua obtenção, bem como a intensidade do trabalho necessário à sua extração, aumentava. Se a abundância dos combustíveis e matérias-primas no período anterior e a velha prática de preços subavaliados encorajavam o seu desperdício, a estagnação econômica estava levando a URSS a descobrir que economizar um barril de combustível sai muito mais barato que produzi-lo.

A redução das taxas anuais de investimento produtivo também está por detrás da desaceleração do crescimento soviético. Como já foi observado, os níveis de crescimento do produto nacional depende da taxa de investimento. O elevado ritmo de expansão do produto nacional soviético desde os anos 30, de sua indústria pesada e da extensa infra-estrutura foi assegurado, como já verificamos, por elevadíssimas taxas de

inversão, quase sem paralelo no mundo, mesmo que isso implicasse comprimir a parte destinada ao consumo com enormes sacrifícios impostos à população. O novo perfil socioprofissional da sociedade soviética – cada vez mais urbanizada, escolarizada e culta, como se verá no capítulo seguinte – impunha, no entanto, novas necessidades de consumo e assim uma nova divisão entre as parcelas da renda nacional destinados ao consumo e ao investimento, em proveito do primeiro. Segundo estatísticas soviéticas, a parcela anual do consumo teria se elevado de 71% em 1970 a 75% em 1985, o que implicaria que a fração do investimento teria sido reduzida de 29% para 25% no período. O crescimento do volume de investimentos produtivos planificados (indústrias mecânicas, construção, metalurgia), que tinha sido de 43% em 1971-1975 e 28% em 1976-1980, caiu para 17% no período entre 1981-1985 (Ibid., p.80).

Com a redução do ritmo de incremento dos recursos produtivos, a alternativa de seguir crescendo por uma lógica basicamente extensiva seria, portanto inviável e o desenvolvimento ulterior do sistema dependeria de um novo equacionamento geral na produção, que implicaria, como alertara Trotsky (1977a), ainda na década de 30, em substituir um sistema em que predominavam os *métodos extensivos* para uma economia essencialmente *intensiva*, na qual os fatores decisivos do crescimento fossem a inovação tecnológica, a elevação da produtividade média do trabalho e do capital e da qualidade da produção. Esse era o desafio colocado para os dirigentes e economistas soviéticos. Os obstáculos para essa conversão não eram intransponíveis, mas sim de difícil transposição.

5.2.2 O Sistema Ditatorial trava a Modernização Tecnológica

Apesar dos imensos volumes de produção em diversos setores, em muitos deles chegando a ultrapassar os países capitalistas mais desenvolvidos no início dos anos 80, a URSS passou a acumular na década de 70 um sério atraso tecnológico nos setores de ponta da economia mundial, como a microeletrônica, a robótica, a informática, as telecomunicações e inclusive em tecnologias com aplicações militares (CASTELLS, 1999, p. 46). Esta era a conclusão a que chegaram tanto os setores mais lúcidos da burocracia soviética quanto analistas ocidentais. Se o fosso técnico e científico entre a atrasada URSS

saída da Revolução e os países capitalistas centrais havia indiscutivelmente sido reduzido, pelo menos até o final dos anos 60, agora começava a alargar-se novamente e muito rapidamente. Exatamente quando no mundo capitalista começava uma nova e vertiginosa corrida tecnológica em busca de maior produtividade e eficiência no nível microeconômico, numa rápida transição do modelo *fordista* eletromecânico para a "produção enxuta" e flexível, baseada na microeletrônica, nos sensores óticos e magnéticos, nos servomecanismos e na química fina, com destaque para os microprocessadores – transição que permitiu incorporar cada vez mais conhecimento e informação como insumo na produção –, a indústria e as máquinas soviéticas mostravam-se obsoletas e seu sistema de gestão burocrático mostrou-se inerte para acompanhar tal mudança. Havia rotina em lugar de inovação tecnológica, baixo rendimento do trabalho e do capital, desperdício e altos estoques. Os modelos de seus produtos estavam antiquados e sua qualidade era sofrível, defasados não só em relação às necessidades da sociedade soviética como principalmente em relação às novas exigências do mercado mundial. Outro sintoma dessa defasagem era justamente o pronunciado atraso no setor de serviços.

Indiscutivelmente, a URSS havia conseguido imensos avanços técnicos e científicos desde os anos 30 e, mesmo em termos de produtividade, aproximou-se dos países mais industrializados até a virada dos anos 60 para os 70. Mas a partir de algum ponto no tempo, entre essas décadas, tanto na indústria como especialmente na agricultura, a URSS começou a ficar para trás novamente em relação àqueles. Alguns poucos exemplos do livro de Aganbeguian, que foram veiculados em todo o mundo, como os da citação a seguir, revelavam a baixa eficiência do equipamento soviético.

> Atualmente, no nosso país, fabricam-se 4,5 vezes mais tratores que nos Estados Unidos, para se obter um volume de produção inferior de produtos do campo. Mas para cada trator, produzimos duas vezes menos reboques que os necessários para uma eficaz e global utilização desses mesmos tratores (1988, p.46).

Ele avalia que a produtividade do trabalho agrícola na URSS seria 20% da dos Estados Unidos. Mandel (1989, p. 111), entretanto, acrescentando que a produção soviética ocupava nove vezes mais pessoas, estima esta relação em apenas 10%. Na

indústria de calçados, já em 1987, a URSS produzia 800 milhões de pares, uma média de 3,2 pares para cada habitante por ano, média muito superior à dos EUA, que produziam 300 milhões para uma população apenas pouco menor que a soviética (AGANBEGUIAN, 1988, p. 47). Mesmo assim, a URSS tinha que importar calçados de vários países, pois a população não estava satisfeita com os produtos locais por sua baixa qualidade e procurava outros tipos, dispondo-se a formar imensas filas quando modelos novos e de boa qualidade apareciam nas lojas. Os calçados de baixa qualidade terminavam por encalhar e aumentar os estoques das lojas. O mesmo exemplo podia ser aplicado para outros setores de bens de consumo de massa. Como já assinalado, segundo Kornai (1980), a escassez de alguns produtos não derivaria da falta de meios de produção. Os países da região, e a URSS em particular, dispunham de recursos abundantes, muitas vezes em excesso. Kornai conclui que a escassez seria resultado de um mecanismo de gestão econômica burocrático, lento e anacrônico. Ela derivava da má utilização dos recursos produtivos, do desperdício, dos altos estoques, da imobilização de ativos e da lentidão da burocracia.

A rápida reconversão da indústria capitalista, a uma velocidade sem precedentes de inovação e incorporação tecnológica, em contraste com a rotina e o envelhecimento do equipamento industrial soviético, fez com que os produtos fabricados na URSS – que já apresentavam dificuldade de penetração no exterior pelo isolamento e boicote consciente dos estrategistas ocidentais – passassem a não apresentar qualquer condição de competitividade no mercado externo. Justamente quando na URSS começa-se a perceber que seria impossível sobreviver em regime de autarquia, isolado de um sistema econômico mundial cada vez mais interdependente e global, e a economia soviética se viu obrigada a importar tecnologia e máquinas avançadas, bens de consumo, cereais e forragens, ela defrontou-se com as dificuldades que historicamente sofrem os países atrasados, ou seja: as relações desiguais nas trocas comerciais e as limitações de sua capacidade de exportar bens manufaturados. Eles têm então que recorrer à exportação de grandes volumes de produtos básicos para obter as divisas necessárias. Para a URSS, a opção foi aumentar enormemente as exportações de *comodities*, como petróleo, gás natural, metais e outras matérias-primas, que, na década de 80, chegavam a representar 90% das exportações soviéticas para as nações capitalistas.

A questão dos computadores

A baixa disseminação e utilização de computadores e o atraso no domínio de sua tecnologia, sintetizava, de certa maneira, a estagnação do desenvolvimento técnico-econômico e os problemas da gestão ultracentralizada e burocrática do sistema soviético na década de 80. De acordo com a totalidade das análises à disposição, no setor de ponta mais dinâmico da economia mundial, a tecnologia da informação, a URSS ficou completamente à margem da revolução que varreu o planeta a partir de meados da década de 70. Era flagrante e cada vez maior a defasagem da tecnologia soviética no campo da microeletrônica e dos microprocessadores em relação à indústria capitalista mais avançada.

A razão parece residir na falta de domínio da tecnologia dos equipamentos para a produção dos *chips* semicondutores, apesar de a URSS ter cientistas e técnicos dos mais qualificados do mundo. Estudos realizados por Castells (1999, p. 46) junto à Seção Siberiana da Academia de Ciências indicam que, já em 1990, a indústria da informática soviética parecia ter acumulado um atraso de 20 anos quando comparada às similares norte-americanas e japonesas. O baixo grau de difusão de microcomputadores nas empresas, escolas e repartições até 1990 quando comparado aos países mais adiantados, parece atestar o diagnóstico. Já no final da década dos 80, apenas 35% das grandes empresas (acima de quinhentos trabalhadores) soviéticas dispunham de computadores, enquanto essa porcentagem se elevava a praticamente 100% nos Estados Unidos e no Japão (MANDEL, 1989, p. 26). Nos países avançados e mesmo em desenvolvimento, o uso generalizado de computadores nas empresas, repartições e escolas passou a ser uma necessidade e condição obrigatória de elevação da produtividade social. Sua introdução massiva nas escolas tem sido decisiva para preparar as novas gerações para o emprego desse instrumento de trabalho e pesquisa cada vez mais indispensável. Entretanto, segundo Mandel, enquanto a produção de computadores dita de quarta geração já parecia ter uso generalizado nos Estados Unidos, os únicos modelos que as empresas e escolas soviéticas dispunham na década de 80 ainda era de terceira geração.

A revolução imposta ao mundo pelos computadores pessoais (*PCs*) em uma ampla gama de atividades deixou a URSS e sua tecnologia completamente para trás, na

mesma virada que desbancou a IBM – que também não viu com a antecedência necessária a nova direção do desenvolvimento imposta pelos "micros" e continuou apostando no desenvolvimento de grandes *mainframes* – da liderança na produção de equipamentos de informática. A IBM, entretanto – como também algumas indústrias japonesas –, conseguiu se adaptar e rapidamente produzir microcomputadores pessoais e servidores para aplicações específicas em empresas. O caminho adotado pela URSS foi distinto, como se verá. Como se pode comprovar, a revolução dos microcomputadores e da informática no mundo foi acompanhada por um avanço semelhante nos sistemas de comunicações que possibilitou a formação das redes. Entretanto, segundo Diane Doucette (1995), também no que se refere à infra-estrutura telefônica e de telecomunicações de aplicação civil, industrial e comercial, a URSS parecia mostrar-se atrasada em relação aos países industrializados, apesar de seus avanços na área espacial e militar (apud CASTELLS, 1999, p.47).

A utilização em grande escala de computadores, como se vê hoje no mundo, tornou-se fundamental para a economia de qualquer país que não queira ficar para trás na revolução da informação que está integrando a produção mundial e o planeta em rede. Os computadores se transformaram em instrumentos essenciais de trabalho, pesquisa, planejamento e comunicação. Em uma economia presumivelmente planificada, na qual as proporções e os custos de centenas de milhares de bens a produzir devem ser previamente calculadas, os computadores deveriam ocupar um papel fundamental, e tornar-se-iam, assim, provavelmente, ainda mais necessários. Aparentemente havia essa consciência com relação à importância dos computadores na URSS, mas o regime político travou sua disseminação até aquele momento. A URSS manteve, desde a década de 40, um programa de desenvolvimento de computadores, sendo que, pelo menos até a década de 60, seus protótipos e modelos não ficavam muito atrás dos similares no Ocidente (AMMAN, R.; COOPER, J., 1986, apud CASTELLS, loc. cit.), tendo, inclusive, contribuído para os avanços na área militar, na tecnologia nuclear e no seu programa espacial, no qual manteve certa dianteira num primeiro momento.

Vários projetos de computadores foram desenvolvidos na Academia de Ciências de Kiev, sob a orientação do acadêmico S.A. Lebedev. Apenas quatro anos após a construção do primeiro computador norte-americano, o UNIAC, em 1950, a URSS construía o

seu, chamado de MESM. A partir desses primeiros protótipos, no final da década de 50 e durante os anos 60, foi desenvolvida toda uma série de computadores de grande porte, *mainframes*. Tal desenvolvimento teria atingido seu auge em 1968, com a fabricação do BESM-6, que seria uma poderosa máquina, capaz de realizar 800 mil operações por segundo, um avanço em relação ao nível tecnológico mundial da época, e que esteve na base da ciência da computação estudada e produzida na URSS até meados da década de 80. Os progressos da computação soviética, entretanto, parecem ter parado por ai (CASTELLS, loc. cit.)

Como a visão dos dirigentes soviéticos sempre foi a de que a URSS não podia se deixar ficar para trás na competição com o Ocidente; ao constatarem, no entanto, que, já na década de 70, estavam perdendo a corrida tecnológica, praticamente abandonaram seu programa de desenvolvimento próprio na área da microeletrônica e da computação e, vendo a fronteira tecnológica afastar-se aceleradamente, embrenharam-se em uma maratona desenfreada por comprar, contrabandear e copiar a tecnologia das indústrias capitalistas avançadas, principalmente dos Estados Unidos e Japão. Devido às limitações tecnológicas de sua indústria, à produção interna insuficiente e à limitada capacidade de exportação da RDA, que produzia alguns tipos de computadores, os dirigentes soviéticos procuraram empresas norte-americanas e britânicas com o objetivo de importar em grande escala seus modelos de computadores pessoais; na época, os IBM PC-AT ou Apple-Macintosh (MANDEL, 1989, p. 26). Por pressão dos militares, preocupados com a crescente defasagem de seu equipamento e a vulnerabilidade de seu sistema de defesa, o governo soviético definiu o IBM 360 como modelo básico para o Sistema Unificado de Computação do COMECON. A partir desse ano, os computadores digitais desenvolvidos por indústrias capitalistas de ponta, especialmente da IBM, e, posteriormente, de indústrias japonesas, passaram a ser o padrão na URSS. Aparentemente, os estrategistas soviéticos teriam optado por seguir as tendências do mercado mundial em acelerada transformação do que trilhar um caminho incerto e perigoso de desenvolvimento autárquico que os poderia levar por uma rota que se afastaria ainda mais das linhas do desenvolvimento mundial (CASTELLS, 1999, p. 50). O avanço da tecnologia da computação em um regime de isolamento do resto do mundo, em um terreno nunca antes explorado, parecia ser demasiadamente arriscado para corresponder às exigências de modernização do equipamento – que, na verdade, pouco se deu até os anos 80. Desse

modo, já a partir dos anos 70, a URSS, que se propunha rivalizar com os Estados Unidos em variados terrenos, também passou a ser dependente desse país em uma área decisiva e essencial para a reconversão de seu sistema econômico que é a tecnologia dos microprocessadores e da informação.

O desenvolvimento de projetos e linhas de produção próprias foi praticamente abandonado e as indústrias de componentes e centros de pesquisa, em geral ligados ao setor de defesa, passaram a replicar e adaptar para as necessidades soviéticas, especialmente as militares, os computadores contrabandeados do Ocidente e do Japão. O setor de inteligência soviética foi encarregado, em caráter altamente prioritário, de recolher os mais avançados desenvolvimentos no exterior em termos de tecnologia e equipamentos, especialmente na indústria da computação, lançando mão de quaisquer meios necessários (ANDREW e GORDIEVSKY, 1990, apud CASTELLS, 1999, p. 49). Como nos anos 30, a assimilação de tecnologia do Ocidente seria novamente uma via importante para a URSS, em crise, acompanhar a revolução da tecnologia da informação. A opção de assimilação, que implicaria inevitavelmente copiar também os *softwares* ocidentais, acentuou o atraso tecnológico. Primeiramente, porque deixava para o segundo plano o desenvolvimento de tecnologia própria. Depois, porque, como existe sempre um espaço de tempo necessário e considerável entre o projeto da cópia ou do novo protótipo e o momento em que as indústrias soviéticas conseguiam produzi-lo, os modelos ofertados por ela estavam sempre defasados em relação aos produtos fabricados com tecnologia de ponta no mercado mundial, em processo de renovação cada vez mais acelerado. Como se pode comprovar atualmente, no terreno dos microprocessadores e componentes de informática, no espaço de poucos anos ou mesmo meses, os *chips,* componentes ou programas são substituídos por outros mais avançados numa velocidade espantosa. Há que se levar em conta também que uma das características da organização industrial capitalista na segunda metade do Século XX foi exatamente a *internalização* pelas empresas da pesquisa e do desenvolvimento de novas tecnologias e produtos, o que lhes conferiu grande flexibilidade e rapidez na apresentação ao mercado de novos produtos. Na URSS, ao contrário, tudo era centralizado desde cima e entre o início da pesquisa ou projeto e sua fabricação havia toda a rotina burocrática e imensa lentidão. Dessa forma, a URSS chega a meados da década de 80 acumulando, na área da microeletrônica e da tecnologia da informação, um atraso estimado

entre 15 e 20 anos em relação aos Estados Unidos e de cinco a dez anos em relação em relação ao Japão e Grã-Bretanha, de acordo com as diferentes análises.

Tecnologia e democracia

Como tal defasagem tecnológica pode se dar em tão pouco tempo? Que fatores a explicariam? É verdade que havia alguma dificuldade de natureza técnica, como a deficiência no sistema telefônico e de telecomunicações, falta de especialistas em *software*, etc. Mas as razões para tal atraso, como já foi apontado, não podem ser encontradas no baixo nível de qualificação dos profissionais, engenheiros, cientistas e técnicos soviéticos. Tais respostas devem ser buscadas em fatores políticos e institucionais, ou seja, no caráter do regime político e do sistema de gestão soviéticos. Nada havia que impedisse, estritamente desde o ponto de vista do nível científico e técnico, o acompanhamento do desenvolvimento tecnológico soviético em parelha com o Ocidente, ainda que em parte recorrendo a copiar tecnologia estrangeira, como já se fizera no passado. O Japão saiu arrasado da Segunda Guerra e utilizando-se de tecnologia reversa, copiando em um primeiro momento os componentes eletrônicos norte-americanos para só depois desenvolver tecnologia própria, conseguiu, em menos de 30 anos, estruturar uma das mais modernas e dinâmicas economias industriais do mundo, superando a maior parte dos países ocidentais em termos de automação, utilização de robôs, produtividade, qualidade e incorporação tecnológica de seus produtos, o que lhe deram grande competitividade no mercado mundial. O Ocidente teve que estudar e se render aos novos métodos de gerenciamento da produção vindos do Oriente e converter sua indústria. Mesmo a indústria dos Estados Unidos, apesar do monopólio de certas tecnologias essenciais, estava bastante atrasada em relação ao grau de automação e robotização existente na indústria japonesa na década de 80 e, sendo assim, foi obrigada a remodelar-se, só conseguindo alcançar os japoneses e superar o atraso na década dos 90.

Nenhum impedimento técnico havia, portanto, que impedisse a URSS de seguir, por exemplo, o caminho trilhado pelo Japão depois da Segunda Guerra no aspecto da tecnologia microeletrônica e computacional. Na verdade, na década de 60, a URSS estava à frente do Japão e da maioria dos países capitalistas europeus em diversas áreas, uma vez que obteve imensos sucessos no campo científico e técnico. Acompanhou e

conseguiu paridade no terreno nuclear com os Estados Unidos em pouquíssimo tempo – com tudo que isso implica em termos de avanço científico e tecnológico –, dominando pioneiramente junto com este uma tecnologia refinada que poucos países detinham até o final do século, mesmo os mais avançados. Não se fazem bombas atômicas e mísseis intercontinentais teleguiados que acertam alvos com precisão a milhares de quilômetros de distância sem tecnologia de propulsão e orientação de vôo altamente apurada, o que exige um domínio mínimo da tecnologia de comunicações por códigos. A URSS havia saído na frente dos EUA na corrida espacial com seus foguetes e naves espaciais, como também desenvolveu uma indústria aeronáutica de uso tanto militar quanto civil bastante evoluída que mesmo países como Alemanha e Japão ainda hoje não possuem. Como atestavam estudos de agências e institutos ocidentais especializados, a capacidade e autonomia de seus aviões militares supersônicos de caça e bombardeiros só eram igualadas ou superadas pelos norte-americanos. Tal desenvolvimento pode ser comprovado ainda hoje pela contribuição da Rússia para a Estação Espacial Internacional – ISS e pelo fato de que astronautas de outros países utilizam foguetes e naves russas para ir ao espaço e retornar.

Os avanços em ambos os setores, espacial e aeronáutico, supõem, por sua vez, relativo progresso técnico em diversas áreas como eletrônica, telecomunicações, propulsão e servomecanismos. Nada disso podia ser feito sem uma ampla e sólida base educacional, científica, tecnológica, e profissional. Na verdade, não havia atraso científico e tecnológico pronunciado da URSS até pelo menos o início dos anos 70, com exceção de algumas áreas, como a biotecnologia e a agricultura. Apesar de que seu parque industrial e tecnológico e sua infra-estrutura estavam ficando rapidamente defasados e obsoletos – principalmente pela velocidade com que a tecnologia e a indústria capitalista se moviam para frente – durante a década de 70 não se podia falar em atraso significativo da URSS no domínio da pesquisa científica pura em relação aos Estados Unidos, Japão e Europa. Os físicos e matemáticos soviéticos destacavam-se entre os melhores do mundo. Os livros de cálculo integral e diferencial russos, por exemplo, eram referências, sendo utilizados em cursos de ciências exatas em todo o mundo. Como já se indicou, mesmo no terreno da computação, a URSS não estava atrasada até o final dos anos 60. A partir de seu programa de desenvolvimento de computadores já citado, seus matemáticos e analistas chegaram a elaborar a linguagem ALGOL, mundialmente conhecida na década de 70 e desenvolvida na

própria URSS, não havendo nenhuma trava aparente a este desenvolvimento. A Índia, apesar de estar muitíssimo atrasada em relação à URSS em termos culturais, tecnológicos e industriais, tornou-se, nas últimas décadas, um dos maiores produtores e exportadores de *softwares* compatíveis com os mais recentes avanços mundiais. Na URSS, entretanto, rapidamente o quadro que indicava ou se aproximava da paridade científica e tecnológica na década de 60, mesmo em termos de computação, evoluiu para um acentuado atraso na capacidade de renovação tecnológica de sua indústria de desenvolvimento e produção de circuitos integrados, microprocessadores, programas e equipamentos de comunicação.

Tampouco o atraso tecnológico soviético pode ser creditado à falta de clareza dos estrategistas e economistas soviéticos sobre a questão ou à ausência de políticas e investimentos específicos para acelerar o desenvolvimento tecnológico e a modernização do mecanismo econômico. Como já analisamos, desde as primeiras tentativas de reforma de Kruchev, como também durante a discussão Liberman e nas reformas de Kossiguin, já se discutiam as razões do atraso da economia soviética e se propunham medidas para acelerar a inovação tecnológica e aumentar a eficiência. Mesmo depois de congeladas ou revertidas tais tentativas, o governo Brejnev tentou adotar o que se chamou Revolução Científica e Técnica – RCT como peça chave de sua política de competição com o Ocidente, buscando reforçar a base tecnológica sobre a qual se apoiava a estabilidade do regime. A importância dada a RCT aparentemente expressava preocupações reais e não eram peças de propaganda. Tal prioridade era lastreada por volumosos investimentos em ciência, construção de institutos de pesquisa e desenvolvimento, assim como na qualificação de profissionais ligados ao setor. Um dos resultados dessa prioridade é que por volta de 1980, a URSS detinha a maior porcentagem de engenheiros e cientistas em relação ao conjunto da população do que qualquer outro país importante no mundo (FORTESCUE, 1986). Em termos de escolarização, entre 1939 e 1984 o número de habitantes com educação superior passou de 1,2 milhão para 18,5 milhões (GORENDER, 1992, p. 3). Pode-se discutir, evidentemente, a qualidade dessa formação, já que aumentos muito rápidos em termos quantitativos costumam comprometer a qualidade. Mas independentemente desse último fator, tais números colocavam a URSS entre os países de população mais escolarizada e profissionalmente qualificada do mundo.

Se existiram políticas e maciços investimentos em ciência e tecnologia e não havia impedimentos quanto à capacitação técnica e científica de seus profissionais e cientistas para acompanhar o Ocidente, devemos procurar as razões que geraram o atraso tecnológico e a estagnação da economia soviética já na década de 80 em outra esfera. Todas as análises indicam que não foi a falta de nível cultural e de qualificação técnica dos profissionais soviéticos e tampouco a escassez de meios materiais alocados para a pesquisa e o desenvolvimento técnico e científico que levaram à estagnação o sistema econômico. Defendemos a tese de que foram fundamentalmente o sistema político ditatorial e a gestão econômica vertical e burocrática, moldados nos anos 30 e mantidos em essência até o início dos anos 80, que a partir de certo ponto funcionaram como elementos de travagem da economia e da sociedade soviética, justamente em um momento decisivo, quando nas nações capitalistas ocorria uma virada radical do paradigma tecnológico e nos métodos de gerenciamento da produção. O sistema soviético não conseguiu acompanhar e incorporar de modo efetivo à revolução tecnológica que mudava o mundo, pois esta pressupunha um grau mínimo de flexibilidade, democracia e liberdade de informação, exatamente aquilo que o sistema negava aos cidadãos soviéticos. E neste aspecto, demonstrou-se menos flexível que as democracias capitalistas.

Como já analisado anteriormente, o mecanismo econômico burocrático da URSS estava baseado na conquista das metas do plano, sendo secundários a elevação da qualidade dos produtos e o aumento da eficiência dos processos, ou seja, a importância dada à quantidade era maior do que a atribuída à qualidade. Não havia incentivos para a inovação, pelo contrário, a inovação podia resultar em punições e censuras. Um dirigente de empresa, departamento ou ministério, responsável unicamente perante seus superiores, nunca perante os consumidores, estaria mais seguro cumprindo as metas que lhe foram asseguradas do que buscando inovar e tornar mais eficiente seu processo produtivo e melhorar seus produtos. A inovação poderia significar punição. A lógica administrativa e a inclinação para a rotina abafavam as iniciativas de renovação tecnológica. A gestão vertical e as disputas por poder e influência entre ministérios, verdadeiros feudos dos membros do alto comando soviético, impediam a colaboração horizontal entre cientistas, os diversos institutos e as empresas e dessa forma criavam barreiras para a disseminação dos avanços tecnológicos obtidos pelo conjunto da economia. Não havia grande interesse dos

ministérios em colaborar com organismos ou unidades produtivas que não estivessem em sua área de influência. Assim, nunca funcionaram efetivamente as relações horizontais entre distintos setores e entidades e entre estes e as empresas. Moshe Lewin analisa assim essa questão:

> No âmago do mau funcionamento da economia, da política e de outras áreas, achava-se um fenômeno já bem antigo: o *vedomstvennost*, tantas vezes deplorado em periódicos e livros. *Vedomstvo* (plural: *vedomstva*) significa "departamento", e, portanto, o problema seria o "departamentalismo", praga que atingiu todo o mecanismo encarregado de dirigir os negócios essenciais do país; fez-se sentir primeiro nos ministérios, sobretudo os da área econômica, e depois em outras entidades detentoras de poder, como importantes empresas. [...] Os sistemas de planejamento e administração dos ministérios baseavam-se no princípio da verticalidade: pirâmides hierárquicas cujo centro era Moscou, empresas e administrações diretas em toda a URSS. As jurisdições subordinadas comunicavam-se apenas com o escritório que lhes era imediatamente superior dentro do mesmo ministério; não havia qualquer comunicação direta mais expressiva entre empresas e instituições afins pertencentes a outros ministérios. Esta falta de vínculos horizontais gera até hoje muitos problemas, pois a viabilidade e o bom funcionamento de um sistema devem-se, por definição, à horizontalidade. Quando o que há de mais poderoso em uma cidade são empresas subordinadas a um ou mais *vedomstva* e não existe coordenação horizontal, resultam incoerências e desequilíbrios espantosos. Toda a economia nacional, além de muitas outras áreas da vida do país, é regida pelos mesmos esquemas defeituosos (1988, p. 130).

A falta de canais horizontais entre os setores econômicos fazia com que as já poucas inovações tecnológicas em cada um deles demorassem a desviar-se de seu fluxo vertical para outras esferas. Essa separação vertical, que derivava da lógica institucional do sistema soviético, no qual o monopólio e o cerceamento da informação estavam na base de sua sustentação, impedia a experimentação, na prática, das novas descobertas dos institutos de pesquisa no campo de prova que seriam as empresas e também nas relações com o mercado consumidor. Foi exatamente o processo de realimentação que passou a ser considerado vital para o prosseguimento da inovação na economia ocidental em rápida reconversão. Justamente este *feedback* cada vez mais estreito foi o que esteve na base da excelência da indústria japonesa em certas áreas. Assim pode-se concluir que, de certa forma, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia soviéticas, nas décadas finais da

URSS, foi engessado pela gestão burocrática e travado pelo controle ideológico e pela repressão política. As novas descobertas dos órgãos de pesquisa soviéticos terminavam por ter sua utilização restrita para fins específicos, geralmente militares, sem poder disseminar-se pelo conjunto do mecanismo econômico.

Além disso, iniciativa, criatividade e espírito crítico são hoje em dia características decisivas para o processo de constante renovação tecnológica – e pode-se dizer de progresso social em todas as áreas – em qualquer lugar. A história mostra que um país pode acelerar seu desenvolvimento, avançar em termos econômicos e técnicos até certo ponto com um regime político ditatorial, como se viu na URSS e pode ser visto ainda hoje na China. Mas a partir de algum momento, quanto mais este desenvolvimento avançar, quanto maior for a complexidade das atividades econômicas e mais integradas estiverem, surgirão contradições e choques entre a expansão das potencialidades produtivas e técnicas e um regime político que cerceia a liberdade, desestimula ou persegue a crítica, como ocorria na URSS. Um ambiente democrático passa a ser fundamental para o desenvolvimento do progresso social e tecnológico. Um regime político ditatorial, que igualava qualquer crítica a um crime contra o Estado não se constitui como campo propício à criatividade e à inovação. Marshall Goldman, em seu livro *Gorbachev's Challenge* (1987), abordando a reforma econômica soviética e discutindo exatamente a importância da liberdade de crítica para a criação e a inovação tecnológica nas áreas da microeletrônica e da informática, enfoca assim a questão:

> Avanços semelhantes ocorreram nos computadores, nos transistores e nos *microchips* de circuitos integrados alimentados por um outro, estimulando desenvolvimentos extras. Os aperfeiçoamentos vieram em um ritmo acelerado. Porém, aqui as grandes burocracias não estavam bem preparadas para a tarefa de facilitar ou mesmo executar as inovações. Governos e grandes corporações tendem frequentemente a serem lentos e ponderados. Eles podem até perceberem uma necessidade, mas sempre têm dificuldade em gerar a flexibilidade e a velocidade cruciais para a liderança tecnológica. Quanto mais rápido a tecnologia muda, mais difícil torna-se para as grandes unidades burocráticas se manterem atualizados e mais imaginativos eles precisariam se tornar para evitar a obstrução das artérias burocráticas. *Microchips* mais sofisticados e mais baratos tornaram possível a construção de computadores menores e mais poderosos, de modo que as empresas se viram competindo umas com as outras na busca de introduzir novos e melhores modelos a cada ano ou menos. Isso tornou mais importante a tomada e aplicação de decisões rapidamente, algo que os governos de controle centralizado geralmente

> têm dificuldade em aplicar. [...] *Inovação é frequentemente criada por aqueles que são desinibidos e ansiosos para tentar algo diferente.* O que não significa que porque existe uma maior tolerância com os não-conformistas nos Estados Unidos, nossos não-conformistas vão ser os primeiros a desenvolver novos produtos. Não obstante, uma atmosfera que permite a falta de conformidade pode facilitar a inovação de produto. *Aqui novamente, com sua desconfiança em relação à não-conformidade e a inconvencionalidade, o sistema soviético milita contra a experimentação e a inovação.* [...] O problema que Moscou tem descoberto consiste na dificuldade em estimular a criatividade em laboratórios e em fábricas enquanto ela é suprimida nas demais esferas da sociedade (1987, p. 90, grifo nosso).

Goldman, entretanto, parece se equivocar ao considerar que as causas do atraso tecnológico estariam no caráter estatal ou governamental do sistema de planificação e não nas estruturas de gestão e dominação burocrática, conseqüência da natureza ditatorial do sistema político, como parece ser o caso.

Concorrência, rivalidade interburocrática e estímulos na economia.

Apesar dos programas oficiais e dos altos investimentos em pesquisa e tecnologia, o monopólio do poder político e a repressão exercidos pelo regime político ditatorial castravam toda iniciativa e tornavam a rivalidade interburocrática, ou seja, a competição por privilégios materiais, poder e prestígio entre as alas da burocracia, em um dos únicos elementos dinamizadores da economia e da realização do plano – junto com a competição militar com o Ocidente, a ameaça externa, evidentemente. No capitalismo, é a busca do lucro e a concorrência entre os capitalistas – para poder vender seus produtos como condição de realização da mais-valia – que funcionam como elementos motores da economia e da inovação. Cada capitalista, quando submetido à pressão dos demais, tem que buscar acompanhar os avanços dos processos produtivos, perseguir a redução dos custos e a elevação da qualidade se não quer ficar para trás e sucumbir. O movimento socialista elaborou, a partir da segunda metade do Século XIX, uma visão muito específica sobre o papel da concorrência no capitalismo, na qual esta é enfocada apenas sob a ótica negativa da anarquia que gera no mercado capitalista. Para Marx, entretanto, pelo menos no período inicial da formação capitalista, a concorrência cumpriu também um papel revolucionário ao funcionar como elemento fortemente estimulador da economia e da inovação.

Bahro, dissidente expulso da RDA na década de 70, que se tornou conhecido em toda Europa por seu crítico diagnóstico dos problemas das economias do Leste Europeu, considerava que, na economia do *socialismo real,* à primeira vista, o estímulo oriundo da rivalidade interburocrática parece ter sido relativamente inócuo quando comparado à concorrência capitalista voltada para a obtenção de taxas de lucro mais elevadas, sequer se aproximando da "criminosa astúcia do capital, com a qual, críticas à parte, Marx se impressionava profundamente" (BAHRO, 1980, p. 211). Avalia ainda que: "o problema básico reside justamente no fato de que, como substituto da concorrência capitalista, ele constitui de fato um estímulo extremamente fraco para nossas forças produtivas" (Ibid., loc. cit.).

Como já revelado desde a discussão Liberman, a disputa entre as alas da burocracia conduzia à estocagem desnecessária de reservas e fatores produtivos, ampliação ou construção de projetos antieconômicos em "seus" respectivos setores pelos burocratas dos ministérios ou departamentos, tráfico de influência, roubos e corrupção generalizados, mercados negro e cinza, além da disputa por privilégios materiais. Derivava daí uma falsa escassez, como já se apontou. Essa disputa, longe de servir como elemento de estímulo, como observou Bahro, tornou-se origem de ineficiência e desperdícios crescentes de recursos materiais e humanos. Como qualquer poder burocrático só pode firmar-se em base ao falseamento das informações, da não-transparência de toda a gestão, termina por impedir qualquer racionalidade econômica, a otimização dos sistemas e dos processos. Paradoxalmente, em economias que se pretendiam planejadas, eram consideráveis os elementos de irracionalidade, desperdício, falta de coordenação e ineficiência nas economias do bloco soviético.

Em um sistema que estava voltado para a quantidade e que não sofria pressão suficiente para a elevação da qualidade, não existiam, portanto, estímulos para a inovação tecnológica. Ao não ter a concorrência de outras empresas, nacionais ou estrangeiras, para conseguir vender no mercado, já que trabalhavam na verdade para os ministérios, as empresas soviéticas não estavam submetidas a qualquer pressão para racionalizar os processos, desenvolver tecnologia própria, implantar inovações técnicas e elevar a qualidade dos produtos. Pelo menos não no ritmo que seria necessário para

converter seu sistema econômico extensivo em uma economia intensiva em tecnologia e para minimamente poder acompanhar a fronteira tecnológica que se deslocava rapidamente no mundo capitalista. Castells (1999, p. 51), comparando a situação das empresas na URSS com as empresas fabricantes de componentes eletrônicos japonesas, argumenta que estas últimas também copiaram tecnologia norte-americana, mas, ao contrário da URSS, conseguiram obter sucesso em estabelecer uma relação próxima da paridade em diversas áreas essenciais em um prazo de uma ou duas décadas. Para ele, uma das explicações para isso parecia estar no fato de que as firmas japonesas tinham de concorrer com as empresas das quais adquiriam tecnologia, sendo assim obrigadas a se manter atualizadas. Na URSS, a única pressão era para o cumprimento das metas quantitativas do plano, pouco importando a qualidade, como já mais de uma vez se mostrou. O ritmo tecnológico estava ditado quase exclusivamente pelos procedimentos de aquisição de equipamentos necessários ao setor militar.

Dos inúmeros avanços tecnológicos obtidos e aplicados no grande complexo industrial-militar, relativamente poucos chegaram a ser revertidos em prol da sociedade e do conjunto da economia. Lembre-se que entre os militares soviéticos predominava, em função das severas agressões que a URSS sofreu e da Guerra Fria, uma mentalidade de estado de sítio permanente. Assim, não só por motivos de segurança – que transformavam certas tecnologias quase em segredos de Estado –, mas também pelo controle político de informações exercido pelo regime, o *know-how* e as tecnologias mais avançadas eram utilizados quase que exclusivamente para atender objetivos bastante específicos das indústrias de defesa e não se disseminavam pelo conjunto do sistema econômico. As empresas militares tinham um desenvolvimento autárquico dentro de uma economia já autárquica em relação ao resto do mundo. O complexo industrial-militar soviético tragava, como um verdadeiro buraco negro na economia, o que de melhor tinha a sociedade em termos de cérebros, ciência, tecnologia e equipamentos e, por fim, pouco retorno dava à sociedade, a não ser alguns modelos de bens de consumo elétricos e eletrônicos de baixa qualidade (Ibid., p. 53). Pelos motivos indicados, não contribuiu para a renovação tecnológica que permitiria converter o modelo extensivo em uma economia intensiva.

Coloca-se aqui uma questão: pode um sistema que se pretenda socialista e de economia planejada utilizar a concorrência ou mecanismos de mercado como fatores de estímulo para a inovação tecnológica e elevação da qualidade dos produtos? Vários economistas socialistas no Ocidente, como Alec Nove (1989), discutiram esta possibilidade, ou seja, a utilização de mecanismos típicos das economias capitalistas, como sendo necessários mesmo no socialismo, questão abordada já no Capítulo II. Uma vez descartada aquela hipótese, na ausência da pressão da concorrência, em uma futura economia guiada essencialmente pela planificação, impõem-se então discutir quais outros fatores poderiam funcionar como estimuladores da inovação. A elevação das metas quantitativas pode ser obtida através de estímulos materiais, da emulação e da coação, como se tornou típico na economia soviética desde os anos 30. A criação, a inovação tecnológica e a elevação da qualidade, entretanto, exigem o envolvimento mínimo dos produtores, ou seja, a continuidade do dinamismo exige também estímulos morais, motivação, autoconfiança e até a abnegação dos trabalhadores quando estes acreditam que seu sacrifício de hoje serve à construção de algo melhor amanhã. A exaustão da economia soviética parece demonstrar que não se pode obter o desenvolvimento continuado de qualquer economia sem a iniciativa, o envolvimento e a energia criadora dos produtores. Abordando tal aspecto, ainda em 1942, o economista M. Kalecki escreveu o seguinte:

> Nenhum governo socialista pode esperar ter êxito se não contar com toda uma sociedade impregnada do sentimento de desenvolver-se em ritmo intensificado, e principalmente se não contar com a *autoconfiança* dos trabalhadores e dos extratos inferiores da sociedade. É impossível criar tal mentalidade por meios artificiais – ela só será estimulada pela propaganda se existir alguma base real (apud BLACBURN, 1992, p. 210).

Mas se uma coisa não existia com certeza na URSS, a partir da década de 70, era motivação e envolvimento dos trabalhadores com o regime e com o processo produtivo. [36]

---

[36] Durante as primeiras décadas do sistema soviético a partir do primeiro plano qüinqüenal, os quadros partidários e os trabalhadores soviéticos foram, de fato, movidos por uma mistura de crença nas conquistas e promessas da Revolução, de coação pelo terror e de propaganda, ao que se acrescentava o medo permanente de uma nova invasão estrangeira. Kalecki supunha, no entanto, que isto não se sustentaria por mais dez ou vinte anos. Por isso, além de propor uma maior participação dos trabalhadores, propôs também que a prioridade dos planos passasse a ser os investimentos em indústrias de bens de consumo. É discutível se tal inversão de prioridade seria possível face às imposições da prioridade à defesa, já que tal contingência não

parece ter dependido em qualquer período da URSS da vontade dos dirigentes, mas sim da constante ameaça externa. Entretanto, a preocupação de Kalecki parece ter se demonstrado com o tempo absolutamente correta.

5.2.3 Uma Onda de Desmotivação

Apesar das reformas políticas de Kruchev, que abrandaram a magnitude da repressão, que de indiscriminada passou a ser mais seletiva; em essência, o regime soviético continuou a ser uma ditadura política de partido único até os anos 80. A negação das liberdades democráticas básicas; a opressão e rígido controle do sistema sobre a sociedade, que impunham o medo permanente; a distância entre a propaganda oficial "socialista" e a prática da burocracia, recheada de privilégios, pompas e mentiras, levaram a um processo crescente e generalizado de abatimento moral, desmotivação, desinteresse em relação ao trabalho e de apoliticismo dentro da sociedade soviética. Conscientes dos riscos de perseguição que o regime fazia a qualquer dissidência, da desconfiança perante qualquer crítica, o povo soviético reagia afastando-se e tornando-se indiferente para com as metas do regime e das empresas. A doutrina oficial "marxista-leninista" continuava a apresentar o sistema como *governado pelo proletariado.* Entretanto, os trabalhadores não podiam ver-se como classe dominante, já que não possuíam qualquer poder de decisão sobre os rumos do país e da economia, sequer em nível local. Assim, impedidos de exercer eles mesmos qualquer controle sobre o processo produtivo nos locais de trabalho, de criticar, de eleger outros programas e dirigentes que expressassem caminhos alternativos para o país e mesmo para a sua empresa, a população e os trabalhadores soviéticos traduziam seu descontentamento com atitudes de descompromisso para com as metas impostas de cima, com lentidão, negligência, sarcasmo, desleixo e indiferença para com a qualidade dos produtos e a eficiência da produção, descuido com os equipamentos, quando não pequenos roubos e outros delitos. Estas eram as conseqüências do abatimento moral generalizado causado pela decepção com os métodos autoritários, pela distância entre o discurso "socialista" e a prática hipócrita e corrupta da burocracia que os cidadãos percebiam. Descontava-se a insatisfação sobre a produção. Um protesto subterrâneo que sangrava a economia do país ano após ano. Gorbachev acusa esta situação: "Todas as pessoas honestas viam com amargura que o povo estava perdendo seu interesse nos assuntos sociais, que o trabalho não mais possuía seu status de respeitabilidade" (1989, p. 24).

Ao afrouxamento da disciplina no trabalho, do qual o absenteísmo elevado era um indicador, se somavam outros indícios de degradação moral como a delinqüência juvenil e o alarmante problema do alcoolismo generalizado, que nas décadas de 70 e 80 fez voltar a cair a expectativa de vida na URSS. Diversas fontes indicam que durante a década de 70 instalou-se na URSS uma verdadeira onda de ceticismo, desinteresse e alienação, contra o que os apelos patrióticos, o aumento do rigor dos códigos e da pressão nas empresas pouco adiantavam. Um documento elaborado sob a coordenação da socióloga Tatiana Zaslavskaia como conclusão de um seminário fechado realizado na cidade de Novosibirsk em 1983 e que ficou conhecido como Relatório de Novosibirsk denunciará que o sistema de gestão econômica em vigor na URSS gerava a preguiça, a desonestidade e um baixo nível moral no seio da população em seu conjunto. Para Zaslavskaia, o povo estava mergulhado em apatia herdada de governos anteriores. Mas o problema parecia residir, em primeiro lugar, no caráter opressor e ditatorial do regime político, nos privilégios, na hipocrisia e na corrupção que começava nos altos escalões da burocracia soviética e gerava desmoralização. A população apenas reagia com indiferença e desinteresse aos objetivos do Estado e do regime político, aparentemente como uma forma de enfraquecê-lo, respondendo com sarcasmo às campanhas ideológicas de doutrinamento.

Como se verá adiante, excetuando a pequena dissidência política sempre perseguida e controlada, tais comportamentos foram, aparentemente, meios que a sociedade soviética amordaçada encontrou para solapar um regime que lhe oprimia já por muitas décadas. Todos estes sintomas de deterioração do ambiente social contribuíram ainda mais para a estagnação da economia soviética, limitaram a possibilidade da burocracia aumentar a eficiência sistêmica global do mecanismo econômico a partir da elevação da produtividade do trabalho, da utilização da energia criadora dos produtores e da economia de recursos.

5.2.4 O Regime Ditatorial atrasa a Revolução da Informação na URSS

Juntamente com a revolução na microeletrônica, o mundo viveu, a partir dos anos 60 e 70 – com o avanço espetacular dos equipamentos de transmissão, gravação, processamento e reprodução de dados, sons e imagens –, uma outra revolução não menos espetacular no que se refere à rápida difusão e utilização das informações, fenômeno que vem ligando países, empresas, instituições e lares em uma grande rede mundial. Serão analisados adiante, na abordagem que se fará da *Perestroika* de Gorbachev, os efeitos deste fenômeno para a desintegração do sistema soviético. Nesse ponto em particular, pretende-se discutir como a natureza ditatorial e policial do regime, a repressão ideológica a toda e qualquer crítica ou dissidência e a política de rigoroso controle de informações, se tornaram sérios obstáculos não só para a renovação tecnológica na economia e nas empresas, mas também para o avanço e disseminação das novas tecnologias que permitissem à URSS integrar-se à revolução da informação que começou a varrer o mundo.

Depois da morte de Stalin, é verdade que os excessos mais gritantes da repressão foram abrandados. Entretanto, em essência, o regime político da URSS manteve sua natureza autoritária e ditatorial até o início de 1980. De um período de terror indiscriminado e medo nos tempos de Stalin, a população parece ter passado a uma rotina de passividade e alienação a partir da frustração das reformas ao final do período Kruchev, o que também era cômodo ao regime. O acesso da população soviética às informações continuou sendo estritamente cerceado até meados da década de 80, o que impediu por muito tempo a formação de visões alternativas à versão oficial quanto ao que se passava no mundo e no país. Com esse intuito, todos os equipamentos que permitissem a impressão, reprodução, processamento e difusão de informações eram severamente controlados, das emissoras de TV e sua programação, passando pelos jornais até uma simples copiadora. Máquinas de escrever, de utilização já bastante difundida no Ocidente desde o começo do século, eram poucas e meticulosamente vigiadas. A utilização de copiadoras reprográficas, de fácil acesso já na década de 70 em qualquer cidade ou universidade de países capitalistas centrais, ou mesmo em países em desenvolvimento como o Brasil, exigia na URSS a autorização prévia de funcionários do governo encarregados da segurança: duas assinaturas

para textos em russo e três para outros idiomas. As ligações interurbanas e o telex também eram controlados através de procedimentos especiais em cada organização.

Para um regime que restringia o uso e vigiava até mesmo um mimeógrafo, a simples idéia de um computador pessoal (*PC*) – que se tornou um dos pilares da revolução da informação no mundo capitalista – soava por si mesma como subversiva, uma ameaça ao monopólio da informação e do poder pela burocracia. O computador pessoal, desde a década de 70, em geral era utilizado conjuntamente com uma impressora que podia reproduzir de repente uma grande quantidade de cópias. Hoje, depois do advento da Internet, pode-se imaginar o efeito demolidor que teria para um regime ditatorial que cerceava e omitia informações a existência de milhões de computadores pessoais espalhados nas residências, escolas, universidades, empresas. Seriam fontes potenciais de movimentos de oposição, de agitação e articulação contra o regime, de multiplicação dos tão temidos *samizdats*, um pesadelo para os órgãos da repressão como a KGB.

No Ocidente, o maior grau de liberdade e a maior facilidade de comunicação entre cientistas, pesquisadores nas universidades e centros de pesquisas permitia a difusão de novas tecnologias com uma velocidade surpreendente. As inovações se propagavam mesmo através de contatos informais e sociais entre cientistas e técnicos. A Internet, por exemplo, que começou como uma rede interna entre pesquisadores acadêmicos e estrategistas militares, rapidamente pôde tornar-se uma rede aberta pública de difusão e troca de informações de todo tipo. Isso, por sua vez, gerou novas demandas de inovações tecnológicas dos componentes para os microcomputadores, servidores e redes, devido à necessidade de ampliar a velocidade e a capacidade de processamento e transmissão de dados digitalizados.

Na URSS, na contramão da história, quanto mais as tecnologias da informação e os equipamentos de comunicação, de antenas parabólicas de TV até reprodutores de fitas cassetes, permitiam aos cidadãos soviéticos perceber o que realmente se passava no país e no mundo, mais o regime buscava complicar o acesso a estas novas tecnologias e dispositivos. Mesmo os cientistas continuavam controlados e tinham pouco acesso a informações essenciais (LEWIN, 1988, p. 88). Como alertou Goldman (1987, p.

85), não pode haver intensificação econômica, rápida inovação tecnológica e alta produtividade sem liberdade, com a negação contínua dos direitos indispensáveis à livre criação. Desta forma, pode-se dizer que o regime burocrático e ditatorial objetivamente funcionou como uma trava para a difusão das tecnologias da informação na sociedade e na economia, restringindo seu desenvolvimento a áreas específicas necessárias ao Estado e ligadas à defesa. Uma opção com graves implicações, como se verá. Assim, a revolução da informação – que no restante do mundo se deu associada aos avanços na microeletrônica –, vital para a transformação do modelo de crescimento extensivo para uma economia intensiva, não pôde acontecer em muitos setores de atividade e no conjunto do corpo social, exatamente quando no Ocidente começava uma nova rodada de inovação sem precedentes.

O Estado burocrático e policial soviético optou por impedir o acesso às tecnologias da informação que se disseminavam no Ocidente, pois isso implicaria na democratização da sociedade e em riscos evidentes para sua estabilidade. Isso atrasou ainda mais a URSS em relação ao rápido deslocamento da fronteira tecnológica no Ocidente. Como se verá mais à frente, entretanto, a onda mundial de rápidas transformações políticas e sociais, potencializada pela revolução nas tecnologias da informação, e a pressão interna da sociedade soviética pela democratização foram mais fortes e destruíram o dique de contenção do regime soviético.

5.2.5 O Fardo Militar torna-se Insuportável

Muitos analistas ocidentais, mesmo alguns socialistas ou ex-socialistas, tomam como um dos centros de sua crítica ao sistema soviético a prioridade exagerada dada na URSS ao poderio militar e à defesa. Manuel Castells e Emma Kiselyova (1995, pp. 29-30) consideram que o enorme custo dessa prioridade teria se tornado com o tempo um fardo insuportável para a economia soviética. Outros críticos do regime stalinista da URSS, mesmo de matiz socialista, parecem menosprezar esta questão como uma das razões que levaram ao esgotamento da economia soviética. Segrillo (2000, p. 126), por exemplo, questiona tal afirmação de Castells e Kiselyova de que o orçamento militar teria se tornado insuportável. Neste trabalho, defende-se a tese de que, apesar da clara disposição de

colaborar dos dirigentes soviéticos, da sua orientação de coexistência pacífica com o capitalismo, a construção de um poderoso arsenal de dissuasão desde a década de 30 e após a Segunda Guerra a um custo econômico altíssimo contribuiu sobremaneira para o esgotamento da economia soviética. O stalinismo transformou a permanente agressão externa em justificativa para o caráter ditatorial do regime e em axioma a identificação de qualquer crítico, de direita ou de esquerda, como agente do inimigo externo. Tal amálgama parece ter ficado para trás na história junto com o regime que a criou. Mas a ameaça externa, como já se analisou ao início deste trabalho, era real, esteve na própria origem da deformação burocrática do sistema soviético e impôs um tipo de desenvolvimento econômico anômalo, no qual os gastos com a defesa precisaram ser enormes e impediram investimentos maiores em outras áreas.

Não é difícil demonstrar que as iniciativas concretas de agressão militar no século passado não partiam da URSS e de seus aliados, mas sim das potências capitalistas. Mesmo a idéia de dois blocos igualmente agressivos e belicistas não condiz com a história do Século XX. Não foi a URSS quem invadiu o restante da Europa logo após a Revolução de Outubro; pelo contrário, os bolcheviques buscaram a paz com a Alemanha e retiraram a Rússia da guerra. Assim mesmo ela foi invadida por exércitos estrangeiros. Na Segunda Guerra Mundial, a agressão não partiu dos soviéticos, mas de Hitler, que atacou a URSS com uma violência inaudita. O início da Guerra Fria e busca da paridade nuclear não foi uma escolha voluntária da URSS, mas sim uma corrida desesperada contra o tempo para não ser varrida do mapa pelo monopólio da tecnologia nuclear por parte dos EUA. Ao contrário do que sempre pregaram os apologistas ocidentais da Guerra Fria não partiu da URSS a corrida armamentista logo após a Segunda Guerra, até porque a URSS estava debilitada demais para dar continuidade a um novo conflito. Stalin procurou em vão créditos junto aos Estados Unidos, esperando obter seis bilhões de dólares de Roosevelt e Truman. Só depois da negativa de Washington, Stalin se inclinou pela assimilação estrutural dos países ocupados na Europa Oriental ao sistema soviético, o que não parecia estar decidido até 1944 (MANDEL, 1989, p. 169). Os estrategistas ocidentais sabiam que há muito tempo a idéia de revolução mundial estava enterrada em Moscou. Como forma de defesa, a política internacional soviética estava empenhada exclusivamente em uma linha de

expansão de sua influência onde não houvesse muito risco, inclusive contendo os movimentos sociais. Mas independentemente da boa vontade dos dirigentes soviéticos, a própria existência da URSS e seu poderio militar eram uma ameaça permanente ao capital internacional, o que servia de pretexto ao complexo militar-industrial norte-americano, que precisava de um inimigo para justificar a expansão de sua produção.

Algumas correntes socialistas de orientação trotskista – por caracterizarem a burocracia soviética como um aliado colaboracionista dos setores imperialistas ocidentais –, parecem ter subestimado os perigos para o capital que implicava a própria existência da URSS. Assim minimizam e não conseguem explicar a extrema polarização da Guerra Fria. Apesar dos acordos de divisão pactuada do mundo em áreas de influência, celebrados em Yalta e Potsdan e respeitados por ambos os lados, o capitalismo mundial e em particular seus setores mais conservadores sentiam-se permanentemente ameaçados pela existência de formações não-capitalistas saídas de revoluções, nas quais o capital havia sido expropriado, em particular pela URSS. Foi o medo que o capitalismo e os ricos tinham das massas pobres, de suas reações e de sua possível inclinação para a revolução – idéia fortalecida pela existência de uma alternativa concreta, real, que identificavam na URSS, apesar de todas as suas deformações –, que forçou o capitalismo a acelerar as concessões sociais no século passado e ao mesmo tempo desatar uma corrida armamentista sem precedentes na história.

Depois que a URSS atingiu a paridade nuclear, um confronto direto entre as superpotências foi evitado pelos dois lados pelas conseqüências imagináveis. Mas para o capitalismo a ameaça não era exclusivamente de caráter militar, pois sabia que a URSS não tinha intenções de atacar o Ocidente. Para além do poderio industrial-militar da URSS, para os estrategistas ocidentais, a ameaça e a força motriz da Guerra Fria estavam no terreno ideológico. A URSS encarnava uma ideologia, que, a despeito de todas as deformações impostas pelo regime stalinista, foi gerada como negação do capital. Como se pode comprovar por contraste com o fim do Século XX – quando o imperialismo norte-americano passou a ser hegemônico no mundo depois do colapso no Leste Europeu e pouco tolera qualquer pretensão de autonomia por parte de outros países –, a simples existência da URSS desafiava o poderio econômico e militar norte-

americano, limitando sua ação em algumas partes do globo e servindo como estímulo objetivo aos movimentos sociais e às pretensões de independência de outros países pelo mundo, apesar da política de contenção da burocracia soviética. Assim, pelos mesmos motivos que os países capitalistas cercaram e agrediram a Rússia revolucionária após 1917, da mesma forma como Hitler dirigiu seu ódio e a maior parte de seu exército e armamentos contra ela, os setores imperialistas mais duros do pós-guerra não perderiam a oportunidade, senão de derrotar militarmente a URSS, mas de esgotá-la economicamente se tentasse acompanhar a corrida armamentista.

Em nossa investigação, revelou-se evidente que na primeira metade da década de 80 a corrida armamentista exercia uma pressão extraordinária e aparentemente insuportável sobre a economia soviética. Castells considera que "talvez a *falha* com efeito mais devastador sobre a economia soviética tenha sido precisamente o ponto forte do Estado soviético: um complexo militar-industrial inchado e um orçamento insustentável para defesa" (1999, p. 41, grifo nosso). Se não se pode considerar a construção do gigantesco aparato defensivo soviético apenas como uma "falha", como considera Castells, já que esta não foi uma opção livre dada à URSS, não se pode, por outro lado, deixar de dar razão a autores como ele, que avaliam que os gastos com defesa tiveram um rol bastante considerável para o estrangulamento da economia soviética até a década de 80.

De acordo com dados do *United States Arms Control and Disarmament Agency,* USACDA, constantes na publicação anual dessa agência, a *World Military Expenditures and Arms Transfers,* WMEAT, apresentados na Tabela 10, para 1985, em termos absolutos, os gastos com defesa das duas superpotências eram equivalentes. Entretanto, como a renda nacional da URSS, na década de 80, estava avaliada em aproximadamente metade da dos EUA, mesmo essas despesas iguais, ainda sem os gastos suplementares do programa "guerra nas estrelas", a *Strategic Defense Iniciative*, SDI, de Ronald Reagan, constituíam na época uma carga próxima a 13% do PIB soviético, enquanto para os EUA implicavam um pouco mais que 6% do seu produto interno. Outras fontes chegam a estimar esse percentual entre 20% e 25% do PNB da URSS (STEINBERG, 1991, apud CASTELLS, 1999, p. 464). Cooper (1991, p. 37)

estima que por volta de 40% de toda a produção industrial soviética estariam vinculados à defesa e que a produção de empresas cujas atividades se incluíam no âmbito do complexo industrial militar podia chegar a corresponder a 70% de toda a produção industrial, ainda que produzisse bens destinados ao setor civil. [37]

Tabela 10 – Gastos militares das duas superpotências em 1985; dólares correntes

1985	PIB (US$ trilhões)	Despesas Militares (US$ bilhões)	% do PIB
EUA	4,2	265,8	6
URSS	2,1	277,2	13

Fonte: Tabela montada a partir de dados da *United States Arms Control and Disarmament Agency*, USACDA e *World Military Expenditures and Arms Transfers*, WMEAT, publicação anual desta agência para aquele ano.

Em *O declínio da União Soviética*, Angelo Segrillo (2000, p. 120-153) apresenta um excelente capítulo voltado à discussão do peso dos gastos militares no orçamento da URSS, comparando as conclusões de diferentes fontes e seus critérios. Em seu trabalho questiona tanto a idéia de que os gastos militares se constituíam em um "fardo insuportável" para a economia como também de que o complexo industrial-militar funcionava como uma "esponja" que absorvia uma fração desproporcional dos recursos materiais e humanos do país, não dando um retorno à altura, como sugeriram Castells & Kiselyova (1995, p. 29). Mesmo considerando que de acordo com a estimativa ocidental mais alta (LEE, 1977) os gastos soviéticos destinados ao setor militar – cujos montantes estimados e porcentagens encontram-se nas Tabelas 17 e 18 no anexo, ao final – teriam chegado a atingir um máximo de 18% do PNB na década de 80, isto não representaria *necessariamente,* para Segrillo (Ibid., p. 128) um sinal de fardo *insuportável* para a economia. Argumenta que em outros períodos, especialmente aqueles anteriores à Segunda Guerra Mundial e mesmo durante o período da Guerra da Coréia, esta proporção fora até mais elevada. Nos anos 30, argumenta Segrillo, os gastos militares parecem não apenas não ter obstruído a economia, como inclusive teriam contribuído para o crescimento baseado na industrialização forçada. Recorrendo a estudos de outros autores, Segrillo tenta demonstrar

[37] Para entender essa estimativa há que se considerar que mesmo parte considerável dos bens para consumo civil vinha das indústrias militares. Cooper (1986, p. 38-40) informa que da produção de bens de consumo, 100% dos videocassetes, das TVs, rádios e câmaras fotográficas eram fabricados pelas indústrias militares,

que não haveria correlação *definitiva* entre altos gastos militares e desaceleração econômica nos países do mundo, o que se aplica à URSS, não havendo, portanto relação de *causalidade* entre esses fatores, ou seja, os altos gastos militares não explicariam automaticamente a desaceleração econômica. Considera que seria discutível também a afirmação de que o complexo industrial funcionava como uma "esponja", um sorvedouro de recursos dentro da economia (Ibid., p. 126). Para ele, tal afirmação, vista de uma maneira geral, poderia se aplicar à década de 80. Entretanto, alega que segundo alguns autores, como Julian Cooper, em períodos anteriores, o setor militar, por diversas vezes ajudou a forçar a elevação do nível tecnológico da economia como um todo.

Apesar dos argumentos oferecidos, acreditamos que Segrillo minimiza em sua avaliação a contribuição desse fator para o estrangulamento da economia soviética. Castells e outros autores parecem valorizar de forma mais realista o peso dos gastos com defesa como uma das principais causas do colapso do sistema soviético. Como reconhece o próprio Segrillo, a questão do fardo dos gastos militares deve ser analisada em diferentes contextos históricos. Esse autor pode ter parcialmente razão quanto ao papel cumprido pelos altos investimentos militares na aceleração do desenvolvimento técnico-econômico em períodos anteriores e de que neles, mesmo gastos proporcionalmente maiores em relação à renda nacional não inviabilizaram o crescimento acelerado. Mas para compreender o papel dos gastos militares para a exaustão da URSS torna-se necessário justamente diferenciar as fases históricas, ascendente e descendente, da economia soviética, como reconheceu o próprio Segrillo. Ao analisar as razões do colapso soviético, deve-se buscar tanto a identificação dos elementos estruturantes ou permanentes que atravessaram todo o período de existência da URSS, como também entender como eles se combinaram com os demais *em cada período concreto* do tempo. Deve-se lembrar que a desaceleração econômica começa a partir da década de 70 e atinge seu ápice nos anos 80. Fatores que historicamente não chegaram a comprometer a rápida expansão da economia em seu período de acelerada expansão tornaram-se potencialmente elementos de estrangulação em outros, quando um conjunto complexo de causas levou à crise e a desaceleração. A questão aqui não pode ser enfocada simplesmente em termos econométricos, de correlação

---

como também algo em torno de 10% dos automóveis, 30% das bicicletas, 47% dos refrigeradores, 35% das máquinas de lavar e 33% dos aspiradores de pó.

estatística entre gastos militares aumentados e desaceleração econômica em qualquer período de tempo. Os gastos em defesa elevadíssimos que puderam ser aceitáveis no período ascendente da economia já não podiam sê-lo em uma situação distinta, de desaceleração econômica e de novas demandas sociais criadas pela urbanização que impôs uma reavaliação das prioridades. Este enfoque metodológico, que enxerga pesos desiguais para cada fator explicativo de certo processo em diferentes momentos do tempo, pode ser aplicado não só para a questão do fardo militar, mas também para a questão tecnológica e especialmente para se entender o papel do regime político ditatorial, que se, no período anterior, não foi um entrave absoluto, tendo inclusive acelerado por métodos despóticos o desenvolvimento, tornou-se um elemento vital de travagem no momento seguinte.

Deve-se avaliar as razões que levaram ao colapso a partir de uma perspectiva global, que envolve todo o período de existência da URSS. Assim, é inevitável concluir que tanto as várias agressões pelas quais passou a URSS como os imensos gastos de defesa que lhe foram impostos contribuíram de maneira significativa, em um sentido acumulativo, para a exaustão da formação soviética. Não se pode calcular com exatidão o impacto humano e econômico da perda de dezenas de milhões de vidas durante as agressões, mas pode-se imaginar quanto custaram à sociedade soviética. Em aproximadamente sete décadas de existência da URSS, algo em torno de 20 anos – se forem somados os dois períodos de reconstrução –, foram necessários apenas para retomar os mesmos níveis de produção anteriores aos conflitos.

Além disso, como a renda nacional divide-se essencialmente entre o que se poupa para investir e o consumo, as elevadas somas de recursos alocadas para a construção do imenso complexo industrial-militar e da indústria pesada eram subtraídas do aumento do bem-estar da população soviética, implicando, como já demonstramos, em severos sacrifícios e restrições. Os imensos investimentos para desenvolver e construir mísseis atômicos, aviões, submarinos, silos e bases para lançá-los, como para manter um exército regular de milhões de homens, desviaram os recursos necessários para a modernização tecnológica do *conjunto* da economia e o atendimento das novas demandas da sociedade soviética. No período inicial de industrialização, as necessidades de uma população recém saída dos campos podiam ser satisfeitas com pouco. Podia-se comprimir

em níveis inaceitáveis nos países ocidentais a porcentagem da renda nacional destinada aos trabalhadores, de forma a assegurar os investimentos na indústria pesada e na defesa. Nas décadas de 70 e 80 emerge na URSS, porém, uma nova sociedade urbanizada e altamente escolarizada, com novas demandas em termos de produtos e serviços, como educação, saúde, lazer, que só poderiam ser atendidas alterando a proporção entre os investimentos na indústria pesada e no setor militar e aquela direcionada para a produção de bens de consumo, em proveito dessa nova sociedade urbanizada (AGANBEGUIAN, 1988, p.85). Como as despesas militares eram impostas, até ali, não por uma decisão tomada interna e livremente, mas pela lógica própria da corrida armamentista com o Ocidente – o que implicava que não poderiam ser reduzidas voluntariamente –, a continuidade de um orçamento de defesa desproporcional às possibilidades do país implicava relegar ao segundo plano, pelo que se chamava *princípio residual*, a alocação de recursos para os setores da indústria civil e de bens de consumo, como para a modernização do conjunto da economia, o que gerava grande descontentamento da população e paralisia. É nesse sentido mais amplo, nesse novo contexto, do qual os reformadores soviéticos pareciam estar absolutamente conscientes, que o fardo militar deve ser entendido como insuportável.

Por cima das diferenças de avaliação dos diversos autores sobre a contribuição desse fator para a estagnação da economia soviética, talvez a melhor compreensão da questão – e que pode dirimir qualquer dúvida sobre a pressão dos gastos de defesa sobre a economia e a sociedade – tenha partido daqueles que conduziam a URSS e tinham os botões nucleares à mão. Os governantes na época pareciam ter plena consciência desse fardo e a pressa de Gorbachev em frear a corrida armamentista antes que esta sufocasse de vez a economia do país era uma prova disso. Tratava-se então de reduzir o quanto antes o custo da Guerra Fria, que havia se tornado realmente insuportável para a economia soviética em crise, como reconheceu J. Primakov, no *Pravda* de 8 de janeiro de 1988 (apud MANDEL, pp. 168 e 178). A opção que se colocava era seguir na corrida armamentista – agora com custos ainda mais elevados pela nova ameaça do programa SDI, de Ronald Reagan – com todas as conseqüências sociais que isto implicaria –, ou *capitular* perante as potências capitalistas. Sem dúvida, a opção escolhida foi a segunda. Conscientes do estado doentio da economia soviética para seguir mantendo a paridade militar com o Ocidente, os dirigentes soviéticos parecem ter optado por não escalar um novo degrau na

Guerra Fria, atitude que passou a ser disfarçada com apelos à paz mundial, freqüentes nos discursos de Gorbachev. Tais sinais foram muito bem entendidos no Ocidente, como o que realmente eram: pedidos de rendição a partir de uma posição de fraqueza. O que se pode concluir é que depois de ter agredido por duas vezes a república surgida da Revolução Russa, praticamente destruindo-lhe o território e impondo-lhe algo como 30 milhões de mortes na primeira metade do século, o capitalismo ocidental, sob a hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra, exercendo uma pressão imensa pela ameaça permanente, não venceu seu antagonista militar em um conflito aberto, mas, com a ajuda da nova liderança reformista soviética, o subjugou, o fez ajoelhar-se e desistir da luta.

Portanto, defendemos a tese de que o fardo dos gastos de defesa, apesar de não explicar por si só o colapso da economia soviética ao início da década de 90, foi, sem dúvida, um das causas que contribuíram decisivamente para sua exaustão. Enquanto a economia podia expandir-se, esse fardo pôde ser dolorosamente suportado. Quando ela rumou para a estagnação, a carga tornou-se insuportável, contribuindo para seu colapso definitivo.

6 DA ÚLTIMA *PERESTROIKA* À DESINTEGRAÇÃO

6.1 AS RAZÕES DA PERESTROIKA DE GORBACHEV

Por um conjunto de fatores que foram analisados, a URSS chega ao início da década de 80 em uma situação bastante delicada. Muitos especialistas no Ocidente vinham revelando, já durante a década de 70, que graves contradições se acumulavam nas economias e nos regimes da esfera soviética. Dificuldades econômicas e sérios conflitos sociais ocorriam desde a segunda metade dos anos 70 nos países do bloco, especialmente na Polônia, onde imensas mobilizações operárias desafiaram o poder monolítico do partido comunista local e deram origem ao sindicato *Solidariedade*. Mas foi somente a partir de 1985 que o grande público ocidental tomou conhecimento da grave crise pela qual passava a própria URSS, quando foi anunciado um programa de reformas econômicas, a *Perestroika*, e de reformas políticas no sistema, a *Glasnost*, que projetou Gorbachev como personalidade mundial. Em 11 de junho de 1985, perante uma sessão plenária do CC do PCUS, na qual estava reunida a alta cúpula do partido – com exceção de Romanov, seu principal rival –, Gorbachev fez uma dura denúncia sobre o estado da economia soviética. Apelou por mudanças radicais e urgentes, pois, segundo ele, "não nos resta mais tempo" (MANDEL, 1989, p.106).

Brejnev, que fora secretário-geral do partido desde 1966, morrera em 1982, aparentando evidentes sinais de senilidade, característica comum da liderança soviética naquela época. Depois dele vieram I. Andropov e K. Tchernenko, que fizeram governos bastante breves, não mais que um ano para cada um deles, pois a morte também os levaria em pouco tempo. Menos de 24 horas depois da morte deste último, o Comitê Central do Partido Comunista elegia um novo secretário-geral: Mikhail S. Gorbachev, um líder do partido mais jovem, dinâmico e brilhante. Martin Walker (1986) revelou detalhes sobre as articulações intestinas dentro da cúpula do PCUS na primeira metade dos anos 80 e sugere que durante o período de transição de Tchernenko já era Gorbachev quem de fato dirigia tudo. Aparentemente, o grave diagnóstico do organismo econômico e social soviético vinha sendo discutido desde o começo da década e, não fosse por sua morte,

Andropov poderia ter disparado um pouco antes um programa de reformas. Walker informa que, nos anos anteriores ao lançamento da *Perestroika*, muita coisa vinha sendo discutida, repensada, em reuniões nas quais participaram I. Andropov e M. Gorbachev. Assim, a nova orientação anunciada por este último ao assumir o cargo de secretário-geral pode ter surpreendido o mundo, mas não era de forma alguma algo improvisado, nem surgido de sua cabeça do dia para a noite. Na realidade refletia uma necessidade urgente.

Já naqueles anos, nos textos, discursos e livros que chegavam ao Ocidente, a camada mais lúcida da burocracia soviética demonstrava ter plena consciência de que a situação a que chegara a URSS na década de 80 era alarmante e exigia transformações urgentes. Abel Aganbeguian, principal assessor econômico de Gorbachev nos primeiros anos, em seu livro *A Revolução na Economia Soviética: A Perestroika,*confirma isso:

> Como resultado, deparamo-nos, nos finais dos anos 70 e início dos 80, com uma situação anunciadora de crise. A economia estava estagnada e o nível de vida deixou de crescer. Ficou claro que assim não havia desenvolvimento, que era preciso uma mudança radical, uma reestruturação (1988, p. 39).

Em outro livro, *Perestroika – Novas idéias para o meu país e o mundo*, que se tornou um *best seller* mundial, Gorbachev também atestou com clareza esse diagnóstico:

> Deixe-me primeiro explicar a situação nada simples que se desenvolveu no país nos anos 80 e fez com que a *Perestroika* fosse necessária e inevitável. Num certo momento, e isto ficou bastante claro na segunda metade dos anos 70, aconteceu algo a primeira vista inexplicável: o país começou a perder impulso.[...] Analisando a situação, primeiro descobrimos uma diminuição do crescimento econômico. Nos últimos quinze anos, a taxa de crescimento da renda nacional caíra para mais da metade e, no início dos anos 80, chegara a um nível próximo da estagnação. Um país que antes estivera alcançando as nações mais avançadas do mundo, agora começava a perder posição. Além disso, o hiato existente na eficiência da produção, na qualidade dos produtos, no desenvolvimento científico e tecnológico, na geração de tecnologia avançada e em seu uso começou a se alargar, e não a nosso favor (1989, p. 17).

E alerta:

> Qualquer demora para implantar a *Perestroika* poderia levar, num futuro próximo, a uma situação exacerbada que, em termos claros, constituiria um terreno fértil para uma grave crise social, econômica e política (Ibid., p. 15).

Não se pode compreender a *Perestroika* e o que se chamou o "fenômeno Gorbachev" senão como a conjunção de um contexto novo e potencialmente conflitivo, que exigia e prenunciava mudanças sociais, com uma determinada personalidade dotada das qualidades requeridas que lhe permitiram projetar-se de forma marcante em determinado momento da História. O homem adequado para dirigir aquele processo em determinado momento. Mesmo partindo desta abordagem marxista sobre o rol do indivíduo nos processos sociais, corre-se sempre o risco de subestimar os fatores objetivos naquelas transformações marcantes da história que tem um indivíduo destacado à frente, superestimando o papel deste último. Assim, especialmente para os defensores até o último momento do sistema soviético, Gorbachev ficaria conhecido como o pai das reformas que ajudaram a levar a URSS a seu colapso final. Entretanto, a *Perestroika* tinha raízes objetivas muito mais profundas. Tal programa de reformas e a eleição de Gorbachev expressavam um consenso, formado entre todos os setores do alto escalão da burocracia soviética, sobre a gravidade da situação que exigia mudanças urgentes. Se Andropov, antes, e Gorbachev, depois, puderam chegar ao cargo mais importante de secretário-geral do partido é porque existia apoio entre amplos setores da burocracia e uma maioria de dirigentes do partido, no mínimo dentro do Comitê Central e no Birô Político, favorável à mudança. A *Perestroika* foi assim uma resposta da burocracia soviética à grave crise econômica e social instalada na URSS, antes de acelerar ela mesma o ritmo de sua desagregação, como veremos. Gorbachev e a *Perestroika* não são a causa primeira dos problemas vividos na URSS a partir de 1985; são antes o resultado lógico da reação da burocracia aos graves problemas que vinham se acumulando na sociedade soviética desde o final da década de 50.

Já foram apontados previamente alguns daqueles fatores que impuseram tal reação à liderança soviética: a estagnação da economia, o esgotamento do modelo extensivo de crescimento, o atraso tecnológico cada vez mais pronunciado em relação ao Ocidente, a redução do ritmo de elevação do nível de vida, a crise de desmotivação, a degradação moral e o pesadíssimo fardo das despesas militares. Era urgente desviar do setor de defesa os recursos necessários à modernização do conjunto da economia e especialmente ao atendimento das crescentes demandas sociais. Alguns outros fatores de natureza político-social, entretanto, também podem ser apontados como elementos explicativos do programa de reformas iniciado a partir de 1985 por Gorbachev e pela liderança soviética.

A URSS da década de 80 já não era o país majoritariamente rural do período que se estende do Primeiro Plano Qüinqüenal até a Segunda Guerra, industrializado às pressas, e com uma população de extração e mentalidade essencialmente camponesas, jogada de repente dentro das fábricas. Nos anos 80, a União Soviética era uma sociedade profundamente industrializada, modernizada, com uma população urbana já de segunda geração, como também uma sociedade de elevado nível cultural. O processo de industrialização e urbanização levou a uma profunda transformação quantitativa e qualitativa na estrutura socioprofissional do país. Milhares de novas indústrias, grandes usinas, dutos e explorações, fazendas coletivas mecanizadas, estradas e novos transportes que integravam o imenso território, o desenvolvimento técnico-científico, a escolarização maciça: tudo isso contribuiu para alterar radicalmente o perfil social e cultural do país. Se antes da Segunda Guerra, havia aproximadamente 24 milhões de pessoas empregadas na economia nacionalizada, em 1983, este número chegou a 81 milhões, sendo que no setor industrial o número de trabalhadores saltou de 11 milhões para mais 31 milhões nesse mesmo período (LEWIN, 1988, p. 66). As alterações no nível de qualificação também são impressionantes. Em 1984, o número de habitantes com educação universitária já tinha alcançado 18,5 milhões, enquanto em 1939, depois de dois planos qüinqüenais, este número não passava de 1,2 milhão. Se, em 1959, o número de especialistas de nível médio chegava a 7,9 milhões, em 1984 passou para 28,2 milhões (GORENDER, 1992, p. 3).

O ritmo de urbanização no período do pós-guerra, especialmente após 1959, foi quase tão acelerado quanto nos anos 30. Em 1960, a população urbana representava 49% da população total da URSS; em 1972 esta já havia ultrapassado a população rural em uma razão de 58% para 42%, com esta porcentagem chegando a 70% na república russa em 1985. Se, em 1939, existiam apenas 89 cidades com mais de 100.000 habitantes, em 1980, elas serão 272 (LEWIN, 1988, p. 50). Como se pode observar pela Tabela 11, abaixo, entre 1959 e 1980, o número de cidades que ultrapassaram a barreira de 1 milhão de habitantes pulou de 3 para 23. [38]

Tabela 11 – Crescimento das cidades soviéticas entre 1959 e 1980

População	Número de cidades soviéticas	
	1959	1980
100.000 a 250.000	88	163
250.000 a 500.000	34	65
mais de 1.000.000	3	23

Fonte: Lewin (1988, p. 51).

Estes e outros números impressionantes implicaram grandes mutações sociais. Essas profundas transformações na estrutura socioprofissional vinham alterando de maneira não menos significativa as demandas e a psicologia coletiva da população perante a realidade e o regime político. Por muitos anos, a URSS foi apresentada e vista no Ocidente como uma sociedade monolítica, engessada, em que as transformações pouco ocorriam devido ao represamento das contradições pelo regime político ditatorial de partido único, que reprimia qualquer contestação ou oposição política. Moshe Lewin (1988), analisando o processo de urbanização e escolarização da URSS nas décadas anteriores à *Perestroika*, mostra, entretanto, que apesar do Estado policial e opressivo, junto a isso havia outra uma realidade distinta: uma sociedade dinâmica, em transformação, com o

[38] Nos EUA, somente em 1921 a população urbana havia ultrapassado a rural. Para uma melhor análise sobre o processo de urbanização soviético e o perfil de suas cidades ver Chauncy Harris. *Cities of the Soviet Union*. Chicago: Chicago U. P., 1980.

surgimento de uma nova população educada e urbana, que propiciou a emergência de uma "nova *inteligentsia*" soviética. Lewin analisa o nível de qualificação e de cultura dessa nova classe média, sua maior diversificação, seus hábitos e comportamentos, suas relações sociais e familiares e também suas novas demandas e expectativas. Revela que apesar de a oposição pública na URSS ser pequena e controlada, a sociedade encontrava múltiplas formas alternativas de comunicar-se e organizar-se para resistir à opressão e à fragmentação que o regime policial impunha, através do que chamou "minimeios". A população se organizava nesses "micromundos" (1988, p. 85) nos quais os tentáculos do Estado não chegavam: os círculos sociais, familiares, de imigrantes, culturais, grupos literários, de jovens, de estudo ou através da "universidade invisível", por meio da qual, os novos setores urbanos e universitários de distintas instituições e regiões se entrelaçavam e se comunicavam, burlando o controle do Estado.

Lewin acentua a importância facilitadora para isso do contexto urbano das grandes cidades, com sua imensa e complexa rede de relações sociais de múltiplos tipos, na qual as informações, através dos *samizdats* ou de boca em boca, "voavam" rápido. É a realidade urbana que permite a constituição desses inúmeros grupos, círculos, organizações e o surgimento de novas tendências culturais e comportamentais, enfim, a formação de uma sociedade civil. Segundo ele, surgia dessa forma, pela primeira vez na URSS, uma opinião pública.

Também na área universitária, da mesma forma como no final dos anos 50 e início dos 60, do debate sobre os problemas econômicos – mesmo nos estreitos limites do regime ditatorial – pôde surgir uma nova ciência econômica na URSS, aquelas transformações sociais ocorridas no país nas décadas anteriores à *Perestroika* estimularam o surgimento de novas especialidades acadêmicas, especialmente nas ciências sociais. Por trás da cortina de aparente uniformidade, já durante o final da era Brejnev eram publicadas centenas de livros e revistas sobre variados assuntos, que abordavam desde temas técnicos e científicos, passando pelo comportamento da juventude, das famílias, até chegar aos males causados pela gestão burocrática para a economia e para o país (LEWIN, 1988, p. 108). E, como se pode imaginar, em qualquer grupo social, todo estudo de problemas, leva, em geral, a propostas de alterações para resolvê-los.

Na URSS, esta efervescência social e intelectual também implicava em pressões por mudanças. O que se pode concluir é que o monolitismo stalinista vinha morrendo, ou havia morrido na URSS bem antes da "abertura espetacular" de Gorbachev, apesar de a oposição política pública e aberta ser ainda limitada e controlada. O Relatório de Novosibirsk, [39] cujas propostas Gorbachev parece ter incorporado em seu programa de reformas, era expressão desse processo de fermentação social e intelectual. Segundo Hobsbawn (1998, p. 461), "'a era de estagnação', (*zastoi)*, que Gorbachev denunciou fora, ao contrário, uma era de aguda fermentação política e cultural entre a elite soviética". Essa fermentação não ocorria apenas na elite acadêmica, mas abarcava uma ampla camada de classe média qualificada cultural e tecnicamente, constituída por administradores de empresas, engenheiros, especialistas de diversos tipos e acadêmicos, ou seja, uma nova *intelligentsia* soviética.

Essas mudanças socioprofissionais e de mentalidade também penetravam nos setores da burocracia ligados ao Estado e ao partido. Lewin lembra que Estados e sociedade não são entes completamente separados e opostos, mesmo em sociedades de governos despóticos. O Estado não pode sobreviver sem inúmeros canais comunicantes com a sociedade sobre a qual se apóia. Esta idéia de Lewin aplica-se a qualquer país em que, além das instituições estatais, sempre um conjunto de organizações sociais, como associações, sindicatos e mesmo parte da população, suportam governos e Estado. Se na URSS isso era igualmente válido, deve-se levar em conta que as mutações que ocorriam na base da sociedade também se propagavam para cima, para a burocracia governante. Em um setor considerável desta havia uma nova atitude e uma nova percepção sobre a realidade e a

---

[39] Segundo Castells (1999, p. 93), apoiando-se em carta enviada a ele e a Emma Kiselyova pela própria Zaslavskaia, a verdadeira história do Relatório de Novosibirsk é diferente daquela que inicialmente foi divulgada no Ocidente e aceita pela comunidade acadêmica. Ele não foi concebido pelo departamento de economia do CC do PCUS, como foi divulgado inicialmente, nem tampouco o CC chegou a discutir tal relatório. O relatório foi preparado para ser discutido em uma reunião acadêmica reservada no Instituto de Economia e Engenharia Industrial em Novosibirsk na primeira metade de 1983. Era um documento de "uso restrito" aos participantes da reunião e de distribuição meticulosamente controlada, o que revela o controle e o medo que ainda caia sobre a comunidade acadêmica ainda naquele ano. Durante a reunião, duas cópias, no entanto, desapareceram, fazendo com que a KGB fizesse uma busca por todo o prédio do Instituto e recolhesse todas as cópias, inclusive o original de Tatiana Zaslavskaia. Segundo esta socióloga, o relatório somente seria lido por Gorbachev depois de sua publicação no Ocidente, em agosto de 1983. O texto aparentemente teria influenciado sua visão da real situação do país. É possível identificar muitos dos pontos de análise ou propostas sugeridas naquele relatório no programa de reformas econômicas apresentado nos anos seguintes.

necessidade de mudanças, ainda que não soubessem quais ainda. A geração de Gorbachev, nascida em um país urbano e industrializado, era bem melhor instruída que as anteriores; chegou praticamente toda ela ao ensino superior, estava a par dos acontecimentos e transformações no Ocidente, sentia-se vislumbrada pela "sociedade de consumo" ocidental com a qual comparava a URSS e devia sentir-se insatisfeita com a desaceleração da economia, com o sistema produtivo tecnologicamente atrasado e um regime político inerte que atrasava o país em relação ao Ocidente, e, evidentemente, limitava suas próprias perspectivas de ascensão profissional e material. Dessa forma, as reformas de Gorbachev, além de ser uma reação à pressão democrática da sociedade, correspondiam também aos interesses materiais de setores da elite soviética dentro do quadro específico de crise econômica e social que vivia a URSS no início dos anos 80 (MANDEL, 1989, p. 81). À preocupação desse setor da burocracia com fatores de natureza objetiva, como o quadro de desaceleração econômica, a redução da elevação do nível de vida e a decomposição social, somava-se uma preocupação de viés subjetivo, que era o temor à reação da população àquele quadro. Entre a elite dirigente havia logicamente o medo real quanto à crescente perda de controle e autoridade do Estado e do partido sobre a sociedade e que isso abrisse espaço para uma atividade autônoma das massas. O descontentamento dos soviéticos com a corrupção generalizada nos diversos escalões da burocracia, manifestado nas piadas cheias de escárnio que corriam em grande número na sociedade, não passava despercebido, com certeza, para estes setores, como acusou muitas vezes Gorbachev em seus discursos.

Como não havia grandes movimentos de oposição na URSS no momento em que a *Perestroika* foi anunciada, seria equivocado, entretanto, afirmar que as reformas foram impostas de baixo por mobilizações ou conflitos sociais; elas não teriam vindo das massas populares, ainda mais se lembrarmos do estado de apatia e desinteresse da grande parte da população já apontado anteriormente. A *Perestroika* indiscutivelmente surge a partir "do centro", por cima. Mas sem dúvida também foi uma reação preventiva ao calor que vinha de baixo e se acumulava. Deve-se levar em conta que, com o aumento da velocidade na difusão de informações e a integração das sociedades pelas comunicações, os governos hoje em dia – e assim também foi na URSS, por mais que o regime tenha tentado impedir – não se movem apenas pelas mobilizações de oposição públicas e abertas, mas também preventivamente em função da avaliação que a sociedade tem deles, ou seja, pela

opinião pública. As mutações sociais e o aprofundamento das contradições objetivas que se acumulavam na URSS, analisadas previamente, indicavam que pela primeira vez se podia falar, como ressaltou Lewin (1988, p. 95), do surgimento de uma verdadeira opinião pública naquele país e essa pressionava por mudanças. O temor de que tais mudanças pudessem ser impostas "de baixo" ameaçando sua posição social e que assim a atropelasse começou a aterrorizar a burocracia e impor-lhe a realização de reformas preventivas controladas "por cima", um fenômeno não raro na história dos regimes despóticos. Essa era a psicologia social que embalava a *Perestroika*. Dificilmente se poderia explicar de maneira distinta a enorme aceitação e a resposta imediata dentro da própria burocracia ao apelo de Gorbachev a um programa radical de reformas econômicas e políticas.

Outro fator que deve ser incorporado na análise como sendo uma das razões que impulsionaram as reformas de Gorbachev foi a pressão que as fenomenais transformações que ocorriam no mundo, não só econômicas e tecnológicas, mas também políticas, sociais e comportamentais, exerciam sobre a população da URSS. Como já mostrado no primeiro capítulo, observando o processo da URSS em uma visão de conjunto para todo período de sua existência, um dos fatores essenciais que levaram a sua exaustão foi exatamente o isolamento do resto do mundo, imposto fundamentalmente pelas potências capitalistas, mas também fortalecido pela *teoria do socialismo em um só país,* elaborada nos tempos de Stalin. Tanto no terreno econômico como tecnológico, o isolamento implicou em imensos prejuízos ao desenvolvimento da URSS. Um desenvolvimento em regime de autarquia, dentro de um mercado mundial e de uma sociedade global cada vez mais integrada, não poderia perdurar para sempre e terminou por se demonstrar impossível.

A crescente integração comercial, inevitável a partir dos anos 70, e a necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos ocidentais passaram a se constituir em imensa fonte de pressão sobre o sistema soviético. As pressões, entretanto, ultrapassavam as esferas econômica e tecnológica. Provinham também das profundas transformações demográficas, culturais e comportamentais que o intenso processo de urbanização, escolarização maciça e a revolução da informação implicavam no mundo, e que de alguma forma se refratavam para dentro da URSS e demais países do Leste Europeu. Os processos de industrialização, escolarização e urbanização acelerada vividos nesses países, na verdade

fizeram parte de um fenômeno mundial no Século XX. O Ocidente também viveu a partir da década de 60 uma profunda revolução nas estruturas sociais dos países centrais, com alterações radicais no perfil demográfico das populações, que em um período de menos de 30 anos passaram a ser esmagadoramente urbanas, reduzindo o campesinato a uma fração muito pequena de seus habitantes. Tal fenômeno de urbanização acelerada, "a morte do campesinato", segundo Hobsbawn (1988, p. 284), pode ser verificado em quase toda a Europa, nos Estados Unidos, e mesmo em países da Ásia e da América Latina, como o Brasil, por exemplo. Essas profundas mudanças demográficas, educacionais e sócio-profissionais implicaram no que aquele autor chamou de uma verdadeira Revolução Cultural (1988, p. 314), ocorrida no mundo a partir da década de 60.

Esse período viu o surgimento de novas tendências de consumo, novas formas de se vestir, novos ritmos de música, diferentes direções culturais, uma revolução sexual liberalizante acelerada pelos métodos anticonceptivos, movimentos feministas, formas de contestação de todo tipo. Uma juventude cada vez mais irreverente e avessa às regras, aos velhos costumes, preconceitos e tradições, em busca de liberdade e autonomia, da afirmação individual e do prazer, o que poderia ser atingido seja pela escolha mais livre e consciente da profissão, das novas roupas e adereços, pela música ou mesmo pelas drogas. De certa forma, as manifestações de maio de 1968 expressavam a luta por reivindicações específicas, por reformas educacionais, pela revogação de estatutos repressivos, mas, ao mesmo tempo, essas novas tendências comportamentais da juventude. A contestação de tudo, a transgressão dos limites impostos, The Wall, o mundo pelo avesso. Nesse período, o *rock*, o *reage*, músicos como os Beatles, Elvis Presley, Jimmi Hendrix, Rolling Stones, Bob Marley de repente tomaram os ouvidos, os lares, as escolas e os salões de cada canto do planeta e se transformaram em ritmos ou fenômenos mundiais, seguidos em cada país pela formação de grupos, bandas e novas tendências ou correntes musicais. Essa revolução atingiu diversas áreas de atividade e do conhecimento humano, desde o cinema e as artes, passando pela moda – *jeans, tshirts* –, pela imprensa, pela alimentação, até as novas teorias e métodos educacionais. Grandes mudanças em quase todas as esferas da atividade humana.

No Ocidente, tudo isso foi lastreado inicialmente pelo grande *boom* econômico vivido nos países capitalistas centrais no pós-guerra, pelas concessões da *sociedade do bem-estar* e sua refração em menor escala nos países atrasados, que permitiu a difusão aos milhões, em ritmo exponencial e com preços cada vez mais acessíveis às amplas massas, de rádios, televisores, aparelhos de reprodução fonográfica, discos, fitas cassete e revistas. É bem verdade que a indústria capitalista assimilou em boa parte aqueles movimentos de contestação. Tais tendências não levaram necessariamente a construção de visões alternativas superiores à moral decadente e consumista do capital, ou mesmo a uma transgressão construtiva; ao contrário, algumas delas derivaram para o individualismo exacerbado ou mesmo para a transgressão destrutiva e sem objetivos, para a degradação moral, a negação pela negação. Mas de toda forma, tais transformações não deixaram de significar transgressão, "revolução". Vista em conjunto, numa perspectiva histórica, pode-se considerar que essa revolução cultural pela qual vem passando a humanidade nas últimas décadas tem cumprido, apesar de todas as contradições que carrega, um rol evolutivo fundamental para a superação das velhas idéias e formas de pensar, do medo do novo, das tradições e dos preconceitos sobre os quais historicamente sempre se apoiaram as forças conservadoras. Nunca antes o mundo vivera uma onda tão longa no tempo de alargamento das liberdades coletivas e individuais, de liberalização de costumes, de transformação de mentalidades e inovação em todos os terrenos de atividade social como a iniciada nos anos 60 e 70. O enterro do velho mundo. Tal fenômeno, que parece se constituir em um fenômeno decorrente da evolução humana, não é inerente às democracias capitalistas, mas se deram por dentro delas, apesar de seus limites.

Não fosse seu regime político ditatorial e estagnante, tudo isso poderia ter acontecido com antecedência também na URSS, que vivia uma transformação social, educacional e urbanizadora de igual intensidade, já conseguira disseminar o rádio e TV e publicava revistas e livros em tiragens de milhões, superiores, inclusive, às do Ocidente. Mas se havia margens de liberdades civis conquistadas, coletivas e individuais, dentro dos países capitalistas para que tal revolução cultural se propagasse, na URSS e no Leste Europeu a censura, o controle policial limitaram – não por muito tempo, como se verá – a extensão e a profundidade dessas transformações. A repressão do sistema político a tudo que fosse inovador e que não viesse de cima, que sugerisse autonomia e auto-atividade da

população e especialmente da juventude, engessavam a sociedade, pela ameaça que isso implicava para a estabilidade da camada burocrática governante. O capitalismo pode tolerar e assimilar tal revolução cultural, porém o regime soviético stalinista colocou-se na sua contramão. Afinal, como um dia disse Marx, o verdadeiro espírito da burocracia é tão-somente a rotina. Um regime burocrático é incompatível com uma atmosfera de contestação e transformação permanentes.

O socialismo original sempre acusou o capitalismo de ser uma sociedade de classe que impedia a emancipação humana, ideal que só seria alcançado pela nova sociedade que propunha. Pois justamente uma ditadura política em um país que se dizia a pátria do socialismo contradisse aquela idéia de forma mais cabal, ou seja, demonstrou-se muito menos flexível que o capitalismo no terreno das liberdades políticas coletivas e individuais. Tal contraste está cheio de significação para a identificação que a ideologia burguesa fez durante o Século XX, e faz ainda hoje, de socialismo com ditadura e da democracia capitalista com democracia efetiva, idéia até hoje utilizada como repelente contra as idéias e organizações socialistas.

No entanto, assim como se deu com a revolução tecnológica, que obrigou a URSS a abrir-se e acompanhar a tecnologia ocidental, nenhum muro impediu que a pressão exercida pela revolução cultural e comportamental, combinada com a revolução da informação que varriam o Ocidente, penetrasse a URSS e todo o Leste Europeu. Por mais bloqueios que as autoridades do antigo bloco soviético buscassem construir, os novos equipamentos de comunicação, as antenas de rádio e TV, instalados no bloco soviético captavam as ondas eletromagnéticas emitidas do Ocidente, seja daquelas estações financiadas propositadamente pelas agências imperialistas, seja as que alcançavam naturalmente seu território. Além da propaganda e dos programas de caráter ideológico anti-soviético chegavam também pelas ondas eletromagnéticas as músicas, as imagens e tendências de caráter revolucionário que impressionavam com certeza a população local, especialmente suas classes médias e a juventude. Era impossível, por exemplo, impedir que os habitantes de Berlim Oriental vissem parte da programação de TV das emissoras instaladas no outro lado da cidade, tanto assim que as autoridades do lado *comunista* foram obrigadas a autorizar sua recepção. O Muro de Berlim, afinal, não impedia a propagação das ondas eletromagnéticas. Além das transmissões de rádio e

TV, milhares e milhares de fitas cassetes, discos e publicações entravam clandestinamente a cada ano nos países do bloco soviético às vezes pelas mãos de membros da própria burocracia e seus familiares que viajavam ou estavam mais próximos da fronteira com a Europa Ocidental. Na República da Estônia, a reprodução de fitas cassete assumiu as dimensões de uma verdadeira "indústria domiciliar", a partir de emissões de rádio e televisão finlandesas, fitas que deveriam se espalhar por toda a URSS (MANDEL, 1989, p. 45). Com certeza, milhares de civis soviéticos deviam viajar à Berlim Oriental ocupada todo ano, além das tropas ali estacionadas, que deviam regressar regularmente à URSS trazendo "novidades", "presentes", a seus amigos e familiares. Por todas essas vias porosas, os cidadãos soviéticos começaram a ouvir e ver o que se passava fora da URSS e lentamente formar visões alternativas de mundo. Como no resto do mundo, a juventude começou a encantar-se com o *rock* e outros ritmos. [40] Seria impossível, na época da revolução da informação, que começou a integrar o planeta como uma grande rede, manter o povo soviético como um refém, com olhos e ouvidos vendados. Defendemos a tese de que a pressão das ondas que chegavam de fora, não só de natureza econômica e tecnológica, mas também da revolução cultural e comportamental e da revolução da informação – que vêm varrendo o mundo com a disseminação da televisão, do rádio, dos aparelhos fonográficos, das transmissões por satélite e outras mídias, ondas que objetivamente pressionavam pela democratização no mundo e também no bloco soviético –, foi um dos fatores que afetaram seriamente as fundações da URSS e obrigaram a burocracia soviética a promover a *Glasnost* antes que fosse tarde.

Outro fator explicativo do programa de reformas de Gorbachev foi a série de poderosas mobilizações democráticas de massas que vinham ocorrendo nos demais países europeus do *bloco socialista.* A Europa Oriental foi sempre uma questão delicada e de difícil equilíbrio para a URSS. Com a anexação depois da Segunda Guerra e especialmente após a invasão por tanques soviéticos para reprimir "A Primavera de Praga", em 1968, era inevitável

[40] Uma manifestação dessa tendência, que revelava que poderosos processos subterrâneos de fermentação cultural ocorriam, foi o aparecimento "imprevisto" de 230 mil (!) bandas de *rock* já no início do programa de reformas, 1986, apesar da obrigação burocrática de se registrarem (MANDEL, 1989, p. 148, segundo várias fontes soviéticas). Pode-se supor que este número pudesse ser ainda maior, já que no início da *Perestroika* ainda havia o temor de um retrocesso político e muitos grupos podem ter deixado de se registrar. Aquele número se refere apenas a conjuntos produtores de *rock*. Se for considerado que cada uma dessas bandas sempre tem a sua volta, como no Ocidente, um círculo de jovens mais amplo, pode-se imaginar que este e outros ritmos musicais devem ter encontrado grande penetração junto à juventude soviética, apesar de todo controle policial e de todas as proibições.

que houvesse em quase todos estes países a oeste um sentimento nacionalista anti-russo. Regimes ditatoriais de partido único em todos estes países, mesmo desacreditados, impediam a existência e a expressão pública de qualquer oposição política organizada, para o que apoiavam na sempre presente ameaça de intervenção soviética ou nas tropas estacionadas em seu território. A elevação do nível de vida da população nas décadas de 60, 70 e 80 e a repressão política ainda possibilitaram a manutenção desses regimes até a virada dos anos 70 para os 80. A partir daí, no entanto, com a crise e a desaceleração econômica, o cenário começa a mudar em vários países. A Polônia, o país relativamente mais endividado com o Ocidente, terminou por ser o ponto nevrálgico de todo o sistema soviético. Um poderoso movimento sindical, que deu origem ao sindicato nacional *Solidariedade*, assessorado por intelectuais bem preparados e dissidentes do regime, suportado por uma Igreja cada vez mais fortalecida em um país de milenar tradição católica romana, impulsionou gigantescas greves gerais, desafiando e enfraquecendo o regime polonês. O *Solidariedade* terminou por transformar-se em um movimento organizado de oposição pública nacional, com projeção e prestígio internacional, que levaria posteriormente seu principal dirigente, Lech Walesa, ao governo da Polônia. O regime teve não só que tolerar sua existência, como buscar com ele e com a Igreja Católica uma saída negociada para a crise polonesa, dessa vez sem a intervenção dos tanques soviéticos, fato inédito dentro do bloco soviético. Isso revelou ao mundo, já na virada dos anos 70 para os 80, a fragilidade e os limites da burocracia instalada em Moscou, tanto para intervir como para manter unidos à sua volta os países que a compunham. Um teste de grande implicação, cujo desfecho e significado foi perfeitamente entendido tanto no Ocidente quanto no restante dos países do bloco. A partir daí, a autoridade do centro do sistema na URSS estaria seriamente questionada, o que funcionou como um sinal verde para o alastramento de movimentos de oposição nos demais países da região e para o aumento da efervescência política, que terminou com a desintegração de todo o bloco soviético de alianças durante os anos 80, antes mesmo do colapso final da URSS. A queda do Muro de Berlim, em 1989, foi outra expressão conhecida e mais simbólica desse processo.

Na segunda metade dos anos 80, na verdade, já não se podia falar realmente em um "campo socialista". As manifestações no Leste Europeu eram transmitidas para o mundo exterior pela imprensa estrangeira ali instalada, mas durante aquela década, cada vez mais passaram a ser vistas também pelos cidadãos do conjunto dos

países do bloco e da URSS. Muitos analistas consideram que a sorte final da URSS estava traçada já pelo processo em curso no resto do Leste Europeu, o que é discutível, porque pelo menos até meados da década de 80 ainda não estava claro que desfecho teria todo aquele processo. Sem dúvida, entretanto, a pressão das mobilizações democráticas na periferia do sistema, que se propagavam em direção ao centro em Moscou, estiveram na decisão da burocracia soviética de acelerar seu programa de reformas.

6.2 O PROGRAMA DE REFORMAS ECONÔMICAS: A PERESTROIKA

Reverter a contínua diminuição do ritmo de crescimento econômico, a estagnação, modernizar o aparelho produtivo, o sistema de gestão e superar o fosso tecnológico que se abria em relação ao Ocidente: estes eram alguns dos objetivos declarados da ala da burocracia que impulsionava a *Perestroika* e que tinha Gorbachev à frente. Reduzir o imenso fardo dos gastos de defesa, que sufocavam a economia da URSS e impediam a modernização do conjunto do mecanismo produtivo e o atendimento das demandas sociais, era outro objetivo essencial, ainda que não declarado, um pedido de rendição encoberto por apelos à paz mundial.

Os novos reformistas eram bastante precisos nas críticas às mazelas da engrenagem econômica burocrática: criticavam o quantitativismo e os desperdícios do modelo extensivo, a negligência quanto à qualidade dos produtos e aos interesses dos consumidores, a prioridade exagerada à indústria pesada em detrimento do setor de bens de consumo, a verticalização, o centralismo exagerado, o excesso de controles, a rotina e a lentidão do sistema de gestão. Mas apesar da retórica reformista espetacular e midiática, em seu início, o programa de reformas econômicas parecia bastante vago e inconsistente quanto a esclarecer através de que medidas concretas se processariam tais mudanças, como se Gorbachev, agindo com cautela ou insegurança, tateasse o terreno para suas propostas. No começo, a reforma avançou aos solavancos, com idas e vindas. É difícil dizer se por falta de clareza quanto ao futuro ou se o avanço passo a passo apenas dissimulava projetos mais delineados no longo prazo, ainda que ocultos, não confessados. Os reformadores falavam de passar do modelo extensivo para uma economia intensiva, da urgência de aplicar a "revolução científico-técnica" para a modernização do aparato produtivo, da elevação da eficiência e da produtividade e outras fórmulas gerais. Não precisavam, entretanto, como isso se daria. A necessidade de objetivos gerais desse tipo já havia sido levantada por Liberman, Nemchinov e Trapesnikov vinte anos antes. Na verdade, o programa econômico inicial da *Perestroika* se baseava e pouco diferia das sugestões do Relatório de Novosibirsk, elaborado por Zaslavskaia, que em 1983 trabalhava com Aganbeguian. Este último, que também participara da discussão Liberman, fora um dos

principais conselheiros das tentativas de reformas de Kossiguin, nos anos 70, e seria posteriormente um dos principais assessores de Gorbachev. Zaslavskaia ficou bastante conhecida no exterior como um dos expoentes da ala que pedia reformas radicais na economia soviética.

A *Perestroika* no seu início se assemelhava àquele informe: absoluta clareza e realismo no diagnóstico, contrastando com a cautela e a pouca nitidez das propostas concretas. Talvez pelo medo da reação dos conservadores, que já tinham impedido as reformas Liberman dos anos 60 e as de Kossiguin nos anos 70. As dificuldades não residiam, portanto, no diagnóstico da gravíssima situação da economia, mas sim em definir como sair dela. Também não parecia haver clareza entre todos os reformadores sobre o destino final a que chegaria o processo na década de 90 – o colapso da URSS e a restauração do capitalismo nos diversos países a que deu origem após a sua desintegração –, pois quase todos falavam de reformas "para fortalecer o socialismo", até porque devia parecer muito pouco provável a possibilidade de regresso ao capitalismo de uma potência que cruzou o século enfrentada com esse sistema. É mais aceitável que os partidários das reformas não soubessem bem as conseqüências do processo que disparavam. Logo se revelariam, no entanto, posições e interesses contraditórios entre os reformadores. No início do processo, a existência de forças interessadas em reintroduzir uma economia capitalista na URSS ainda não estava evidente. Gorbachev, já no primeiro capítulo de seu livro, negando que o programa de reformas tivesse como fim a restauração do capitalismo, afirmava:

> Não economizaremos esforços para desenvolver e fortalecer o socialismo [...] É por isso que achamos estranhas as propostas, algumas até sinceras, de que alteremos nosso sistema social e nos voltemos para métodos e fórmulas típicas de um contexto social diverso. Os que fazem tais sugestões não percebem que isso é impossível, mesmo que houvesse alguém que desejasse converter a URSS ao capitalismo (1989, p. 45).

Da análise dos textos e informes do início da *Perestroika* não surgem explicitamente proposições no sentido de retorno ao capitalismo. Entretanto, analisando as medidas que foram sendo adotadas na seqüência e constatando *a posteriori* o que se passou na década de 90, com a rápida reconversão dos países da antiga URSS em economias

capitalistas, pode-se concluir que, se por um lado não havia um programa que explicitasse o final do processo, por outro lado, a *via* através da qual a dinamização econômica seria tentada estava escolhida pelos reformadores: *o recuo na planificação centralizada, o afrouxamento nos controles sobre as empresas e a reintrodução gradual de mecanismos de mercado na economia soviética.*

Em uma primeira fase, entre 1985 e meados de 1986, Gorbachev tentou uma reforma limitada do sistema de gestão e dominação, desde cima e essencialmente burocrática, na tentativa de reverter as degenerescências mais visíveis do sistema e elevar a produtividade por esse caminho, seja através de campanhas e apelos morais contra a corrupção, o alcoolismo e a indisciplina no trabalho ou diretamente pela repressão contra tais manifestações de decomposição do quadro social. No entanto, como durante o curto período Andropov, a inércia da máquina e os limites dessa tentativa logo se revelaram. Ficaria claro que o mecanismo paralisante das estruturas da *nomemklatura* não seria quebrado sem uma mudança no conjunto do regime político e da sociedade. Constatadas as resistências dos conservadores, o governo de Gorbachev entraria, assim, numa segunda fase, a partir da segunda metade de 1986, na qual as reformas econômicas seriam doravante acompanhadas de apelos à democratização da vida pública, ao envolvimento da população. Assim nasceu a *Glasnost*, um conjunto de reformas políticas apresentado como precondição para a *Perestroika*.

6.3 O PROGRAMA DE REFORMAS POLÍTICAS: A GLASNOST

Como já se analisou, havia uma grande pressão, tanto de origem interna quanto externa, pela abertura e por mudanças no regime político, que penetrava mesmo as esferas superiores da sociedade e do Estado. Canalizar sob o controle da burocracia as reformas que seriam inevitáveis – mesmo que fosse preciso se adiantar e acelerá-las – para não ser ultrapassada ou mesmo derrubada por explosões que poderiam vir de baixo, como se via em outros países do Leste Europeu: esse era outro dos objetivos das reformas políticas de Gorbachev. Mas de parte da ala reformista mais radical, havia um objetivo a mais, agora de natureza funcional. Os reformadores mais

decididos sabiam da grande resistência do aparato estatal às tentativas de reformas anteriores que já haviam sido paralisadas e que continuavam existindo até ali. Haviam compreendido as lições das reformas frustradas tentadas por dentro do Estado e do partido, por cima. Seria impossível modificar parte do mecanismo sem alterá-lo como um todo; não poderia haver sucesso na reestruturação do mecanismo econômico sem democratização do conjunto do sistema. Estas eram algumas das conclusões a que chegaram os reformistas radicais ao constatarem as resistências cada vez maiores da ala conservadora do aparelho à nova *Perestroika*.

Depois de acusar que havia setores apegados ao velho que resistiam às mudanças, Gorbachev afirma que "a própria *Perestroika* só pode ser consumada através da democracia" (1989, p. 33). E continua: "Precisamos da *glasnost* como precisamos de ar" (1989, p.86). Aganbeguian confirma desta forma aquele objetivo:

> A maior lição do passado resulta da seguinte constatação: *é necessário proceder a mais forte democratização possível da sociedade*. É a condição indispensável para bem realizar a reconversão (1988, p. 76, grifo do autor).

A liberalização política seria assim usada pelos reformadores radicais como arma para derrotar a estrutura conservadora da burocracia estatal e partidária, que, como se sabe, assentava seu poder e estabilidade na repressão e no controle policial, mas também no segredo, na rotina, na omissão dos defeitos e insucessos, "para não fazer o jogo do inimigo", um outro velho axioma da burocracia usado desde os tempos de Stalin. A imprensa, amordaçada e sempre "positiva", oficiosa até o início das reformas, passará a cumprir, com a liberalização política do período Gorbachev, um papel crítico fundamental para a decomposição do sistema burocrático. A democratização da sociedade proposta inicialmente por Gorbachev tinha, entretanto, limites bem definidos: por um lado, derrotar os elementos mais conservadores e imobilistas dentro do aparelho do Estado e do partido; por outro, buscar uma reversão da apatia e do desinteresse dos produtores através de um relaxamento preventivo, mas mantendo o controle do processo pelo PCUS como partido único. Tal abertura, limitada

e sob controle, deveria possibilitar o envolvimento político parcial de setores mais amplos da base da sociedade, buscando aumentar assim seu grau de motivação, de envolvimento, liberando minimamente sua energia criadora, sem o que seria impossível aumentar a produtividade dos fatores de produção, produzir inovações e elevar a eficiência sistêmica da economia. Para os setores reformistas da burocracia, inclusive para os mais radicais, tratava-se, então, de consertar o mecanismo econômico deficiente, sem, entretanto, colocar em risco seu poder e sua condição privilegiada, evitando perder o controle do processo, como se dera na Tchecoslováquia em 1967-68.

No início do programa de reformas, o retorno ao capitalismo não parecia estar ainda no horizonte da maioria, pelo menos explicitamente. Mas para mudar precisavam derrotar as forças conservadoras, para o que era preciso apelar à democratização parcial da sociedade. A dificuldade, como logo se veria, estaria em convencer a população a aceitar tais limites da reforma. A sociedade poderia aproveitar as brechas e oportunidades oferecidas para transgredir tais limites e assim o fez. Logo se veria que quanto mais avançasse a *Glasnost*, mais difícil ficaria manter o controle. A liberalização política, em vez de reforçar a *Perestroika*, terminou por atropelá-la.

O caráter limitado das reformas políticas estava evidenciado pela própria manutenção do PCUS como partido único, o que logo entraria em contradição com a democratização mais ampla do país. Já depois de anunciado o programa de reformas, Janos Kornai (1986a), oriundo do Leste Europeu e profundo conhecedor dos problemas das economias da região, considerava que nenhuma reforma global do mecanismo econômico de planificação burocrática poderia ter sucesso no longo prazo enquanto fosse mantido o poder político da burocracia. Como já se apontou, o programa de mudanças surgiu como uma reação à pressão que vinha de baixo, mas sem dúvida foi disparado a partir do centro, por dentro do sistema, desde cima. Posto em movimento o conjunto de reformas, a questão que se colocava então é até que ponto o sistema burocrático poderia se auto-reformar e, mais, pelo o que ele seria substituído. O jogo não estava decidido.

6.4 O AVANÇO DAS REFORMAS, OS IMPREVISTOS E O MERGULHO NO CAOS

Talvez pela insegurança dos reformistas mais radicais – seja pela absoluta falta de clareza desses sobre como se daria o processo que disparavam ou pela resistência dos conservadores –, a "reestruturação" avançou muito pouco entre 1985 e 1986. No XXVII Congresso do Partido Comunista, reunido em fevereiro de 1986, não foram aprovados grandes avanços nas reformas. Na verdade, esse impasse já expressava a disputa que se daria entre reformadores radicais e conservadores nos próximos anos. O caminho havia sido apontado, mas as reformas não progrediam.

Em fins de abril de 1986 acontece então a explosão do reator da usina nuclear de Tchernobyl. O desastre revelou para o mundo e para os povos da URSS a situação precária do equipamento soviético que os reformadores já haviam denunciado: o atraso tecnológico de uma usina nuclear de tecnologia defasada, a negligência e a irresponsabilidade daqueles que deviam zelar pelas normas de segurança de um artefato tão perigoso. Milhares de atingidos, o abandono às pressas da área, a ameaça de que a onda radioativa atingisse a Europa. Uma comoção mundial e um grande abalo para o prestígio internacional da URSS. De outro lado, evidenciou-se a rapidez, a eficiência demonstrada pela direção soviética no controle da catástrofe – elogiada mesmo pela Agência Internacional de Energia Atômica –, o heroísmo e a abnegação das equipes de socorro que sacrificaram a própria vida e se revezavam construindo um envoltório de concreto em tempo recorde para conter o vazamento.

Foi depois de Tchernobyl que a palavra *Glasnost* ganharia o mundo e teria sua tradução melhor esclarecida: *transparência, visibilidade, publicidade, direito à informação* sobre os fatos e sobre os atos políticos e administrativos do governo. Informar a verdade sobre o que estava acontecendo foi um grande teste para as intenções reais da abertura. O aspecto da *Glasnost* que mais teve impacto no Ocidente foi sem dúvida a liberalização da imprensa e da criação cultural. Nesse acidente, houve ampla publicidade sobre o ocorrido, ao contrário da lógica stalinista e da prática anterior do regime de omitir os desastres e insucessos, que eram tornados segredos de Estado para "não demonstrar

fragilidade perante o inimigo". As imagens da catástrofe, transmitidas agora sem censura para o mundo e também para dentro da URSS, ajudaram a abrir as comportas na imprensa soviética, brecha que de agora em diante a sociedade iria perceber e aproveitar para passar em revista outras mazelas do regime político, em uma espécie de grande ajuste de contas. Na seqüência, outras alterações também foram feitas na legislação no sentido de conceder mais liberdade à imprensa. Reis Filho (1997, p. 235) considera que a divulgação aberta de todo o ocorrido não se deu apenas por amor à verdade, mas também porque serviu como uma alavanca poderosa numa luta política bem precisa a favor da aceleração das reformas na URSS. A explosão de Tchernobyl abalava não só a imagem da URSS no mundo, mas também a autoridade do setor mais conservador da burocracia e de seu discurso sobre as conquistas e a força do socialismo, no qual se apoiava.

As reformas econômicas seriam a partir daí aceleradas. Confirmando uma proposta de resolução sugerida no XXII Congresso, de ampliação da esfera "privada" da economia no domínio dos serviços e da agricultura, foi aprovada em 19 de novembro de 1986, para entrar em vigor em 1 de maio de 1987, uma "lei sobre o trabalho individual privado", limitada aos domínios comercial, artesanal e de alguns serviços. Autorizava a atividade profissional individual, desde que não se contratassem assalariados. Foi uma primeira fenda aberta na estatização generalizada da atividade econômica até ali. Na verdade, tratava-se de trazer para dentro da lei a atividade paralela de milhões de trabalhadores que já trabalhavam como autônomos: técnicos reparadores de equipamentos, sapateiros, proprietários de veículos particulares que funcionavam como táxis, donos de pequenos restaurantes e cafés, médicos privados em algumas especialidades, enfermeiras, tradutores, músicos, pedreiros e outros. Essa lei evidentemente não falava nem alcançava as máfias organizadas do "mercado negro e cinza" que infestavam a economia soviética nas brechas do mecanismo econômico deficiente e estagnante, mas trazia à luz do dia uma infinidade de pequenas atividades privadas comuns na sociedade soviética, mas que ainda eram clandestinas.

Como já se apontou, na URSS havia uma imensa desproporção entre a grande indústria, de um lado, e a agricultura, a produção de bens de consumo e a oferta de serviços, de outro; característica do desenvolvimento do país desde os anos 30. Tal

assimetria, como já se viu, implicava sacrifícios e carências para a população. Essa lacuna terminava de algum modo sendo preenchida pelas redes comerciais subterrâneas das máfias do "mercado negro" no setor de bens de consumo, através de "relações privilegiadas", da intermediação, *tolkach*, do pistolão, *blat,* e também, na esfera da agricultura e, especialmente dos serviços, pelo "trabalho cinza" de muitos trabalhadores por fora de seu emprego oficial no setor estatal. Este último não se dava sem a negligência em relação ao trabalho nas empresas do Estado, sem a pilhagem e pequenos furtos dos recursos das empresas, já que não havia outra forma de conseguir suprimentos e peças de reposição, com as conseqüências imagináveis em termos de redução da produtividade da economia oficial nacionalizada. Jaques Sapir, em uma reveladora obra sobre o assunto, *Trabalho e Trabalhadores na URSS* (1984), estima que cerca de 17 a 20 milhões de trabalhadores se dedicavam a este tipo de atividade privada suplementar, como "reparadores". Era uma forma de segundo emprego, que permitia aos trabalhadores que consideravam insuficiente seu salário obterem renda extra para sobreviver. [41]

O resultado da legalização desses pequenos serviços, independentemente do seu significado em termos de quebrar o monopólio estatal das atividades econômicas, parece ter sido sem dúvida bastante dinamizador para a economia. No setor de reparação de equipamentos, por exemplo, dada a rigidez e a lentidão do setor estatal, o tempo de espera para os consertos, que antes chegava a semanas nas oficinas oficiais, passou a ser de um a dois dias em pequenas oficinas privadas (MANDEL, 1989, p. 112-113). A qualidade dos serviços também teria melhorado e o suborno nas lojas estatais foi reduzido. Aganbeguian aborda o tema em seu livro:

> Os órgãos locais adquiriram grande autonomia na regulação do trabalho privado. Nos casos em que os órgãos locais decidiram estimular ativamente o trabalho individual, registraram-se progressos visíveis. Apareceram táxis privados nas ruas de muitas cidades, o trabalho privado de médicos e enfermeiras foi estimulado; registrou-se um

[41] Sapir (1984) estima que o alto nível de absenteísmo nas empresas soviéticas, que já desde Andropov se tentava combater com medidas disciplinares, seria conseqüência mais da dedicação dos trabalhadores a este "trabalho cinza" do que do alcoolismo, como afirmavam os homens de Gorbachev. Andropov tentou combater o absenteísmo com medidas coercitivas, "caçando" trabalhadores faltosos em cinemas, bares, cafés, etc. A campanha, no entanto, fracassou, da mesma forma como fracassariam o combate ao alcoolismo através de medidas policiais e dos apelos morais impulsionados por Gorbachev na primeira fase da *Perestroika*.

> desenvolvimento dos ofícios artesanais e de uma vasta gama de serviços" (1988, p. 144).

Essa evidência suscita uma interessante discussão acerca da relação de uma economia socializada com estas pequenas atividades privadas, ou seja, acerca dos limites do plano em uma economia nacionalizada, sobre o que escreveram muitos autores e economistas socialistas como Alec Nove (1989), o que não será objeto de aprofundamento neste texto. A questão concreta que dividia, entretanto, as opiniões na URSS da segunda metade dos anos 80 era: onde aquilo tudo iria parar? Qual seria o limite para a privatização – que até ali, na cultura soviética, estava associada a *desvio da ideologia, delitos* – das pequenas atividades econômicas? Ainda imperava a desconfiança sobre todas as atividades privadas, mesmo as de pequeno porte.

Na agricultura, também houve um relaxamento na coletivização e maiores concessões aos camponeses, com a aprovação de um novo estatuto das cooperativas, em maio de 1987. No período anterior, os *kolkhozes*, embora juridicamente fossem definidos como cooperativas, funcionavam na prática como unidades estatais, a exemplo dos *sovkhozes* (fazendas estatais), já que seus dirigentes, suas metas de produção e normas de organização também eram determinados de forma centralizada. As medidas que foram sendo tomadas, entretanto, como mudanças nos estatutos das cooperativas, indicavam que Gorbachev e sua equipe buscavam estimular a produção privada dos *kolkhozianos* (camponeses das cooperativas) e dos operários dos *sovkhozes*, tanto em seus lotes individuais quanto nas terras cooperativadas ou estatais, para o que foi aprovada uma lei de arrendamento. O sistema de brigadas contratadas – já tentado na década de 60, e que, como as demais reformas de então, não progrediu – voltou a ser introduzido agora. Este permitia às brigadas (grupos de trabalhadores independentes ou mesmo de uma só família) exercer a exploração de uma parcela das terras dos *kolkhozes* e/ou dos animais e, assim, reter para si uma fração do lucro obtido, ficando o restante para o *kolkhoz*. [42] Zhores Medvedev (1987, p. 353-359), em um excelente estudo sobre a agricultura soviética, estima que, em 1985, 30% do trabalho agrícola já era realizado por brigadas contratadas. Segundo dados por ele apresentados, naquele ano as brigadas teriam produzido 47,6% das colheitas, 18,5% do

[42] Business Week, 7 de dezembro de 1987.

gado e 40% do restante da produção animal, o que aumentou sem dúvida a oferta de alimentos. Avalia, entretanto, que, desde o ponto de vista do rendimento, a experiência não teria sido exitosa, além do que teria contribuído para aumentar a desigualdade social no campo. Mas a partida para a corrida da privatização também fora dada no campo e ia, sem dúvida, no sentido da reapropriação de fato das terras nacionalizadas pela atividade privada, ainda que sem mudar, *por enquanto*, seu estatuto jurídico de propriedade. Um meio termo que expressava o temor, o receio de parte dos mais conservadores, acerca de como todo aquele processo novo iria acabar.

Em junho de 1987, o Comitê Central e, na seqüência, o *Soviet* Supremo da URSS, aprovaram uma nova *lei sobre a empresa estatal,* que tratava da *autonomia da empresa*. Deveria entrar em vigor em 1º de janeiro de 1988. Por ela, as empresas soviéticas seriam submetidas a uma revisão radical de sua gestão econômico-financeira. Deixariam de se guiar apenas pelo cumprimento das metas ou valor global da produção e passariam a ser avaliadas pelos lucros que conseguissem e pela qualidade dos produtos. A prioridade agora seria aumentar consideravelmente a produção de bens de consumo. O Plano Qüinqüenal teria doravante um caráter apenas indicativo, estabelecendo para cada região ou setor econômico apenas índices de produtividade e perspectivas para orientar os dirigentes. A nova legislação as autorizava também a estabelecer os preços de seus produtos e a remuneração de seus trabalhadores. Seriam livres para escolher fornecedores e relacionar-se diretamente com os clientes, com os quais seriam estabelecidos contratos diretos. Tratava-se, nas palavras de Gorbachev, pronunciadas na reunião do Comitê Central, de "substituir métodos essencialmente administrativos por métodos essencialmente econômicos" (apud REIS FILHO, 1989, p. 237). Nada muito distinto, como já se demonstrou anteriormente, do que propunham os reformistas dos anos 60, como Liberman, Nemchinov e Trapesnikov e da tentativa de reforma de Kossiguin, a não ser pela diferença de que agora o estado de estagnação da economia não possibilitava mais postergar as reformas. Daí em diante as empresas estariam submetidas às leis de mercado, e, na ausência de qualquer plano, entregues à própria sorte. Pelo que se deduzia da lei, as que não obtivessem lucro teriam que fechar. Sugeria-se que seu pessoal devia ser reciclado e redirecionado para os setores de serviços e outras áreas

como cultura e lazer. Muitas questões decorrentes daquela lei ficaram em aberto, como a questão das falências, dos subsídios e da demissão dos funcionários, que na verdade nunca chegaram a ser esclarecidas. Além disso, apesar de as empresas poderem receber rendimentos pelos depósitos bancários realizados, a URSS não tinha ainda um sistema bancário, financeiro e de crédito consolidado e eficiente que atendesse às novas necessidades criadas pela reforma e permitissem o aumento da velocidade nas transações entre os agentes econômicos, pois era claramente o que um novo ambiente mercantil exigiria. Entretanto, apesar das muitas lacunas da nova lei, ela foi de grande significação para alterar a relação entre plano central e empresas. Não estabelecia ainda regras claras, tampouco gerava condições suficientes para o funcionamento de algo que se parecesse minimamente com um mercado capitalista, mas sem dúvida assestava um duro e decisivo golpe contra a planificação centralizada da economia. Se, por um lado, não organizavam algo novo, por outro, as reformas incluídas na nova lei solapavam, desestruturavam o velho sistema de gestão econômica centralizada e burocrática vigente desde os anos 30, com todas as conseqüências que isso geraria na seqüência.

6.5 DIFICULDADES, RESISTÊNCIAS E CAOS ECONÔMICO

Se de um lado a *Glasnost* foi rapidamente aceita e tornou-se irreversível, pois abriu uma torrente liberalizante sem controle na sociedade soviética, por outro, logo ficou claro que a *Perestroika*, ou seja, a reestruturação econômica, não produzia os resultados esperados em termos de dinamização econômica e redução das carências da vida cotidiana da população. Reconverter todo o imenso complexo industrial-militar, o que implicava mexer com poderosos interesses da burocracia, priorizar e aumentar a produção no setor de bens de consumo corrente, gerar tecnologia para acompanhar o Ocidente e modernizar o equipamento produtivo: tudo podia ser fácil no discurso, mas demonstrou-se de difícil execução. Como se pode ver pela Tabela 09 ainda teria havido um leve crescimento médio anual da renda nacional entre 1986 e 1988, entre 2% e 3%, a depender da fonte tomada, mas aparentemente insuficiente para que fosse percebido pela população como uma melhora significativa do seu nível de vida. Complicando ainda mais o quadro, em 1986, haviam caído sensivelmente os preços do petróleo no mercado internacional e,

com isso, a partir dali, reduziram-se as receitas soviéticas em moeda forte, que tinham permitido por mais de uma década atender parte das necessidades básicas da população através de importações de alimentos, e que, por isso, tiveram então que ser limitadas. Complicando o quadro, em 1988 a colheita de cereais foi um fracasso: praticamente 20% menos que em 1978, 10 anos antes. A carne já estava racionada em 8 das 15 repúblicas e em 26 regiões na Federação Russa. (REIS FILHO, 1989, p. 255). Tais fatores só vieram a aumentar a escassez e a enfraquecer o argumento material em defesa das reformas. A nova proposta econômica da *Perestroika* mal tinha sido posta em movimento entre 1986 e 1988, com a legalização de pequenos negócios e a decisão de deixar as empresas entregues a própria sorte, e já enfrentava oposição e desgaste. Havia a resistência ideológica dos conservadores, a inércia própria de todo sistema contra as alterações que perturbem sua estabilidade e as dificuldades de construção de um sistema alternativo. Após três anos do início da *Perestroika*, a distância entre as promessas da reforma econômica e os resultados de uma economia cada vez mais emperrada e agora desarticulada aumentava dia a dia, gerando dúvidas quanto à eficácia das mudanças no sentido de gerar melhorias e reduzindo-lhe o apoio.

Em 1989, ficaram patentes os sinais de desagregação do aparelho produtivo. A velha economia estatal, *mobilizada* desde cima por décadas e assentada no complexo industrial-militar estava sendo desorganizada, mas não havia ainda uma alternativa de economia mercantil, privada ou mista, para colocar em seu lugar. O velho sistema de gestão administrativa ultracentralizado afrouxava, mas o novo sistema regulado por mecanismos de mercado estava longe de se estruturar e operar. De uma hora para outra já não havia centro nem plano, mas tampouco o que alguns reformadores chamavam de "economia de mercado socialista", com empresas autônomas e economicamente viáveis, orientadas pelo cálculo econômico em um mercado regulado pela lei do valor. Tal alternativa por enquanto não passava de uma miragem. Ninguém na URSS, nem mesmo os reformistas radicais, tinha a menor idéia de como se processaria na realidade a transição de uma economia de comando centralizada para um novo sistema com mecanismos de mercado ampliados e, por fim, no que aquilo tudo iria dar. As tentativas de processos semelhantes em outros países do Leste Europeu, como na Hungria e na Iugoslávia, haviam se revelado complexas e dolorosas e não geraram os resultados pretendidos.

Os conservadores denunciavam as reformas e creditavam a caótica situação a elas. Mesmo que houvesse aparente apoio da maioria dos setores da burocracia no início da *Perestroika* quanto à necessidade de mudanças e a introdução gradativa de mecanismos de mercado em setores da economia, não havia, como logo se viu, concordância entre todos quanto à perda de controle da economia pelos ministérios e órgãos de planejamento, à liberação de preços em todos os níveis, à demissão em massa, à introdução da propriedade privada, em suma, quanto ao retorno acelerado ao capitalismo. Pelo contrário, logo se revelou uma oposição dentro do partido e em grandes parcelas da sociedade, que viam com desconfiança as reformas. Entre 1987 e 1991, na medida que o caos na economia se implantava, setores da cúpula da burocracia estatal e do partido, do complexo militar-industrial e do petróleo ofereceram resistência cada vez mais severa às orientações da *Perestroika*. Podiam tê-las aprovado formalmente, mas entrincheirados nas estruturas do partido e do Estado transformavam pela inércia os decretos de Gorbachev em letra morta, como já haviam feito nas tentativas anteriores de reforma. Isso levava ao impasse, à política de pare-e-siga e a ziguezagues nas reformas de Gorbachev, que paralisavam e desarticulavam ainda mais a economia do país. Dessa forma, a *Perestroika* não produzia reconstrução, mas desconstrução, desorganização, redução da produção, o que por sua vez implicava em escassez, inflação e mais carências. Com o fim do plano e das orientações vindas do centro, já não se podia falar de uma economia *nacional* integrada.

A desarticulação da economia nacionalizada, a queda na produção e a escassez, criaram um clima de "salve-se quem puder", abrindo uma corrida desesperada, empreendida pela população, pelas empresas, regiões e repúblicas, para a obtenção de mantimentos, materiais e suprimentos, gerando a estocagem ilegal de produtos, o aumento das trocas bilaterais, mais especulação e inflação. Essa situação ampliou ainda mais o espaço para que as máfias, a economia subterrânea, de seu papel secundário e parasitário dentro do sistema de economia de planejamento central deficiente, emergissem e passassem a controlar grandes fatias do comércio de bens e serviços, permitindo que tais gangues, associadas aos dirigentes mais corruptos do aparato, viessem a exercer um papel fundamental no controle da economia privatizada depois de 1991.

Para a população soviética, como para qualquer povo, os resultados das reformas só podiam ser julgados, mais do que pelos discursos ou pela forma jurídica como estavam organizadas a economia e a propriedade, pelo que acontecia com seus rendimentos reais, pelo grau de esforço necessário para ganhá-los, pela maior facilidade ou dificuldade de obtenção de bens e serviços, ou seja, pela elevação ou declínio de seu nível de vida. Como as reformas não produziam resultados concretos e desarticulavam os esquemas de produção e distribuição anteriormente existentes, o apoio a elas despencou. Em toda a sociedade multiplicavam-se a escassez, as filas e as reclamações e críticas contra as dificuldades de se conseguir mantimentos. Por volta de 1989, o fracasso da *Perestroika* quanto à promessa de melhorar a vida dos soviéticos já era evidente, aumentando assim a rejeição interna a Gorbachev.

Nas brechas da abertura política, percebendo a crise e o enfraquecimento do regime, os trabalhadores também manifestaram sua insatisfação. Em julho de 1989, os mineiros de carvão desencadearam um amplo movimento grevista na Ucrânia. O movimento durou quase duas semanas e deu o sinal para que uma onda de mobilizações se espalhasse por toda a URSS. Em meados de 1990, ocorreram novas grandes greves. Os trabalhadores protestavam contra os baixos salários e a escassez. Nas minas faltava sabão, nas prateleiras das lojas, tudo. Tais paralisações reduziam ainda mais a produção e a produtividade, contribuindo para aumentar o caos econômico. A escassez, a luta entre as regiões, empresas e indivíduos por recursos e a emergência das máfias na economia contribuíram para fragmentar ainda mais o velho sistema de economia planejada, paralisaram as reformas e ajudaram a lançar a economia soviética no caos e na hiperinflação em 1990. Em um espaço de poucos meses, entre outubro de 1989 e maio de 1990, o colapso econômico podia ser considerado irreversível. A desarticulação da economia preparou a crise política final do sistema soviético.

6.6 A DEMOCRATIZAÇÃO E O CAOS POLÍTICO

Como já analisado previamente, temendo que a inércia do aparato paralisasse o processo reformista, o chamado de Gorbachev à democratização e ao envolvimento da

sociedade também foi utilizado como meio para derrotar a resistência dos conservadores. As lições que os reformistas tiraram do fracasso das tentativas anteriores de alterar o mecanismo de gestão desde cima e das resistências crescentes dos setores conservadores do aparelho ao novo programa de reformas os conduziram a uma conclusão: não poderia haver sucesso na reestruturação econômica sem uma democratização radical do sistema político. Para reduzir a resistência do aparato, medidas liberalizantes no terreno político foram sendo adotadas, especialmente quanto à liberalização da mídia de massa, considerada decisiva para obter o apoio popular às reformas. Os rigores da censura foram abrandados e com isso vários jornais, revistas e canais de rádio e TV buscaram introduzir a noção de uma imprensa mais independente e investigativa como a que viam no Ocidente. Milhares de dissidentes foram libertados dos campos. A *Perestroika* econômica patinava, mas a brecha democrática aberta pela *Glasnost* libertou um turbilhão sem volta na sociedade soviética. Ao contrário dos planos iniciais dos reformadores, que pretendiam uma abertura gradativa e controlada, lastreada no apoio político que adviria de melhorias no nível de vida da população, a liberalização política acelerou a desintegração do sistema. O novo ambiente político abriu horizontes e, pela fenda da *Glasnost,* a sociedade começou a denunciar também outras mazelas do regime político. A nova atmosfera, a mobilização social, a discussão generalizada de uma série de temas antes represados, ajudaram a trazer à tona, pela primeira vez, uma opinião pública que vinha se formando lenta e subterraneamente nas décadas anteriores. Em um primeiro momento, a partir de 1987, as denúncias na imprensa se concentraram nas questões ecológicas, na escassez, na má qualidade dos bens e serviços, na continuidade das práticas autoritárias e machistas, na existência de milhares e milhares de crianças abandonadas, vivendo em condições subumanas e sob maus tratos (REIS FILHO, 1989, p. 239-240). O país, outrora oprimido e calado pelo imenso aparato estatal e policial, de repente se via maravilhado com a nova atmosfera de debate, a enxurrada de críticas, o choque de visões alternativas, a descoberta do novo e do contraditório, ou como bem caracterizou Boris Kagarlitsky (1987), a *desintegração do monólito*. Já não havia autoridade nem obediência, o país perdia o medo, se redescobria.

Da crítica às questões do cotidiano, da economia e das greves reivindicatórias passou-se à esfera política, a denúncia das desigualdades, da injustiça, dos privilégios da burocracia, da continuidade do stalinismo. A repulsa à corrupção gigantesca e generalizada na *nomemklatura,* que desmoralizava as esferas governantes, fora um dos

propulsores iniciais das reformas de Gorbachev. Nas falências e nas brechas da economia de comando central durante os últimos anos prosperara todo tipo de negociatas e trocas subterrâneas e ilegais que envolviam máfias e boa parte da hierarquia burocrática, fenômeno captado e denunciado com escárnio nas piadas populares. Na imprensa, as denúncias começavam a tocar a superfície do problema, tentando trazer à luz um pouco daquele mundo subterrâneo. A liberalização política e da mídia aumentou em muito a circulação de jornais e revistas, agora cheios de críticas e vorazmente consumidos, introduzindo ineditamente na URSS a idéia de uma imprensa mais ou menos livre e crítica. Os primeiros embriões de sindicatos independentes surgiam. Os *minimeios* de que falou Moshe Lewin (1988) se multiplicaram sem cessar. Milhares de novas organizações locais, setoriais, associações, bandas de música, clubes, grupos culturais e todo tipo de manifestação coletiva, agora vieram à tona sem o temor da repressão, se multiplicavam e exigiam voz, participação. Mas como era de se esperar, as discussões não parariam por aí. O debate sobre o papel do stalinismo retornou com força nas páginas dos jornais, revistas, na sociedade e no próprio partido: os crimes do PCUS e do sistema, a coletivização forçada e o massacre dos camponeses, as deportações, os milhões de mortos pelo stalinismo desde os anos 30, a decapitação do Exército Vermelho nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, etc. Mas as críticas avançavam na linha do tempo. Assim, logo se chegou à década de 80 com denuncias sobre a continuidade da repressão sobre os dissidentes, da continuidade dos campos de concentração até pouco tempo, do arbítrio dos órgãos policiais.

A *Perestroika* e a *Glasnost* pretendiam liberalizar o regime, mas, a depender de parte dos reformadores e de Gorbachev, o PCUS – que depois de burocratizado sob a direção de Stalin, tantos sofrimentos e prejuízos havia trazido ao povo soviético – continuaria à frente do país. Uma grande parcela da sociedade soviética, entretanto, não parecia estar de acordo com isto e não pretendia apenas reformas parciais no Estado e na gestão econômica. Em parte porque começava a ficar claro que os crimes do regime stalinista e do partido não se apagaram tão facilmente da memória do povo soviético, por outro lado, porque as lideranças reformistas radicais, aparentemente já mirando o Ocidente, pareciam ter outros objetivos, como logo se veria. Reis Filho descreve assim o novo clima que se instalou na sociedade:

> Havia a força de um movimento de ajuste de contas. Visível, sobretudo entre os dissidentes e os retornados dos campos. Ódio a um sistema deformado que fizera sofrer, quando não marginalizara ou destruíra trajetórias e vidas. Era preciso aproveitar as brechas e infligir o maior mal possível ao regime abominado. Se bem golpeado, ao contrário das vezes anteriores, quem sabe não se levantasse mais? (1997, p. 242).

Daí em diante os setores anti-stalinistas radicais passaram a questionar não somente os *erros,* os *desvios* do partido, mas a própria Revolução de Outubro, o socialismo, a URSS, seus dirigentes, seus símbolos, sua história, sua necessidade e validade, suas realizações. Contra a virulência dos ataques dos reformistas radicais, que agora já apareciam como opositores declarados da permanência do regime do PCUS, mesmo reformado, formou-se, como seria de se esperar, um cinturão de resistências contra o avanço das reformas. Os setores conservadores do Estado e do partido apelavam para os velhos axiomas e argumentos da tradição: a justificação do arbítrio e dos crimes do stalinismo em função da agressão externa; os avanços trazidos pelo *socialismo;* as perdas em vidas e os sofrimentos impostos ao povo soviético pelas potências capitalistas; o patriotismo e o heroísmo do povo russo; o papel de condução do partido e de seus líderes como Lênin e Stalin em tudo isso. Evidentemente, a reação dos setores do aparato à atmosfera permanente de denúncias e de mudanças ameaçadoras desde muito deixara de expressar qualquer apego ao socialismo original e à Revolução. Pouquíssimos setores de um partido onde imperava tanta corrupção e hipocrisia poderiam ainda expressar qualquer honestidade ideológica. O que aterrorizava os setores mais conservadores da burocracia era o receio de perder seus privilégios, as posições sociais conquistadas.

Por outro lado, havia também a resistência dos próprios trabalhadores, que apesar das desigualdades visíveis na sociedade soviética, mantinham uma mentalidade igualitarista niveladora. Esses associavam corretamente a *Perestroika* com ameaça de desemprego e maiores sacrifícios. [43] Os conservadores do partido e do Estado estimulavam e utilizavam tais temores tentando paralisar as reformas. A sociedade estava dividida e polarizada. Os reformistas radicais responsabilizavam o velho sistema e a inércia dos

---

[43] Em pesquisa realizada nos Urais, 70% dos trabalhadores fabris dessa região associavam a *Perestroika* com ter que trabalhar mais. (REIS FILHO, 1997, p. 243).

conservadores pelos problemas atravessados pelo país, de estarem impedindo as reformas necessárias para reverter a situação. Os conservadores acusavam as reformas e os radicais de estarem levando a economia e o país ao caos, de destruírem as conquistas do *socialismo*. Gorbachev, agora como presidente, estimulava as alas contraditórias, buscando equilibrar-se no centro e sobre os dois setores, para poder assim arbitrar o conflito. Os defensores da aceleração das reformas diziam que ele fazia o jogo dos conservadores e conduzia o processo em banho-maria. Os conservadores, por sua vez, imputavam a ele a responsabilidade pela desestruturação geral que as mudanças estavam causando ao país, de levar à destruição da URSS e de todo o bloco soviético. A polarização cada vez maior levaria a que Gorbachev perdesse apoio em ambos os lados e uma hora tivesse que optar por um deles, como ficou claro nos meses que precederam o golpe conservador de 1991.

Um episódio bastante revelador da polarização existente na época e dos argumentos dos conservadores e reformistas foi a repercussão de uma carta da professora de Leningrado, Nina Andreeva [44], publicada pelo jornal *Rússia Soviética* (*Sovietskaia Rossia*) em março de 1988, com violentas críticas à *Perestroika* e à *Glasnost*. Na carta, intitulada "Não posso transigir com os princípios", Andreeva e os que a apoiaram, em linguagem agressiva e hostil, condensavam todos os estereótipos e axiomas fundamentais do stalinismo, chamados de "princípios", direcionando-os contra as reformas em curso. O artigo refletia as posições do pensamento dogmático em geral, comum depois de tantas décadas de monolitismo político, e serviu como uma espécie de plataforma coletiva para todo o setor conservador da burocracia partidária, do Estado, da polícia política e dos órgãos de gestão econômica que se sentiam ameaçados. Na carta, "inesperada e espontânea", mas que aparentemente fora articulada pela ala conservadora, não se questionavam apenas as reformas, mas se formulava um apelo por um endurecimento, um regresso ao stalinismo. A professora leningradense atacava violentamente os reformadores, sugerindo que estes eram os herdeiros das classes burguesas derrubadas pela revolução de 1917, que tentavam agora se levantar para destruir as conquistas da revolução, como a industrialização e a coletivização

[44] Para uma melhor compreensão do ambiente e da polarização ideológica da época é ilustrativo ler os textos incluídos no livro de Lenina Pomeranz, *Perestroika. Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo: EDUSP, 1990, com diversos textos de autores soviéticos da virada dos anos 80 para os 90. Um texto em especial, *Porque o stalinismo não sai de cena?*, de Len Karpinski, é particularmente revelador de como o stalinismo se apoiava na mentira, na tradição, nos dogmas, no medo e na incultura política.

da agricultura, que, segundo ela, haviam transformado a URSS em uma potência mundial e, por fim, apelou ao país a lutar contra as reformas e os reformadores. A carta repercutiu como uma bomba. A imprensa pró-reformas silenciou-se por algumas semanas, provavelmente temerosa de que fosse sintoma de um golpe conservador iminente, o fim da *Perestroika* e da *Glasnost.*

O contra-ataque dos reformistas demorou, mas veio três semanas depois, através de um editorial não assinado do *Pravda,* porta-voz da opinião oficial do PCUS – o que indicava que a correlação de forças nas altas esferas do partido era pela continuidade das reformas –, no qual eram arrasadas as críticas da professora Andreeva e dos conservadores, acusados de representar o pensamento dogmático do passado, de não querer mudar nada porque estavam habituados a viver das desigualdades inerentes ao sistema burocrático. O *Pravda* também criticou a inércia da imprensa e dos defensores das reformas, que não reagiram de imediato à carta dos conservadores. Nunca se esclareceram os detalhes sobre quem pessoalmente esteve por trás da carta de Andreeva, mas isso era desnecessário, já que estava claro que ela representava o pensamento de todo um setor da burocracia soviética. O episódio revelava o impasse a que tinham chegado as reformas. Passados mais de dois anos desde o início do processo reformista, seus resultados positivos eram imperceptíveis e pouco se avançara na resolução das questões que mais afligiam a população.

Para o estabelecimento do caos político em que a URSS mergulhou, contou decisivamente o declínio da autoridade e perda de controle do processo por parte do partido comunista, antes que qualquer novo dispositivo institucional pudesse se estabilizar. Na XIX Conferência Pan-Soviética do Partido Comunista, realizada entre 28 de junho e 2 de julho de 1988, indicou-se a direção que as reformas políticas deveriam seguir para construir um novo ambiente político e um novo arcabouço institucional em substituição ao regime de monopólio de partido único. As teses apresentadas para debate criticavam o excessivo centralismo, faziam um chamado à iniciativa, pregavam a liberdade de discussão e de crítica e propunham a construção de um "estado de direito", no qual fossem respeitados os direitos e garantias individuais. Traziam uma novidade real na cultura política soviética no que tange à limitação do arbítrio do Estado e dos governantes: sugeriam a constituição de instituições autônomas e estáveis, livres agora dos controles do

partido. Os governantes e os portadores de mandatos passariam a ser responsáveis apenas diante dos eleitores ou das assembléias que os elegessem. Na prática ali se estava propondo o deslocamento do *locus* de governo do partido para o Estado e um parlamento eleito por voto direto nos moldes ocidentais, mudança dissimulada por uma linguagem de regeneração dos *soviets*, que na verdade já não existiam há décadas e para os quais não se previa nenhum papel.

Em seu informe na Conferência, Gorbachev propôs a eleição de um Congresso dos Deputados do Povo, constituído por 2.250 deputados, a quem caberia eleger um *Soviet* Supremo com cerca de 450 deputados. Essa espécie de parlamento, por sua vez, elegeria por voto secreto um presidente para o país com plenos poderes. Criava-se uma reserva de vagas para aquela ala partidária sem muita expressão popular, mas, em geral, os membros do partido foram convidados a se candidatarem e disputarem com outras múltiplas candidaturas de fora do PCUS que surgiriam em cada nível. Os deputados e o presidente eleitos por esse mecanismo formariam um novo centro de poder e já não precisariam prestar contas ao partido. Tratava-se, na prática, da criação de uma nova e distinta estrutura de poder, que o partido já não controlaria; um esvaziamento do papel que ocupou até ali, legitimado pelos próprios delegados partidários presentes na conferência. Na prática, o fim do monopólio do partido único. No plano ideológico, o que antes o stalinismo chamava de *desvios*, *delitos*, ou seja, a crítica pública, o pluralismo político, os pequenos negócios privados e o mercado, já não pareciam heresias e passaram a ser aceitos como fatores dinamizadores que ajudariam a tirar o país da paralisia que até pouco tempo atrás dominava a economia e a sociedade soviéticas. Nas resoluções da Conferência também foram aprovadas uma reforma jurídica e a criação de um Conselho Constitucional, que teria como tarefa compatibilizar as leis com as garantias e direitos individuais.

O esqueleto do novo sistema constitucional criado durante a *Glasnost* até chegou a ser instalado. A partir das eleições do inverno de 1988-89, atravessada por apaixonadas discussões, Gorbachev conseguiu mudar sua base de poder do partido para o Estado e o parlamento, e, agora, como presidente constitucional, acumulava poderes para governar por decreto. Nas eleições da República Russa, Boris Ieltsin fez o mesmo. Ao contrário do esperado, entretanto, já no início de 1990 ficou evidente que as eleições e a constituição do Congresso dos Deputados do Povo e do *Soviet* Supremo não trouxeram a

estabilidade política esperada. Como já se analisou, a falência das reformas gerou insatisfação generalizada de todos os lados e caos. Tentava-se avançar para o pluralismo político à maneira ocidental, para um sistema constitucional estável, mas justamente em um momento no qual contraditoriamente o país mergulhava na mais completa anarquia econômica. Em pouco tempo mostrou-se que a alternativa para a queda da autoridade do partido comunista não foi a estabilidade política criada pelo novo sistema constitucional eleito e com autoridade, mas sim autoridade nenhuma. A velha URSS se precipitava no abismo.

6.7 A OFENSIVA RESTAURACIONISTA

Denominam-se aqui de restauracionistas as forças interessadas em levar de volta a URSS ao capitalismo. Na primeira metade de 1990, estava instalado na URSS um completo caos econômico e político. A desestruturação econômica e a esta altura a inexistência de qualquer autoridade política ou controle por parte do aparato central abrirá espaço para uma ofensiva política mais decidida dos reformistas radicais quanto à definição de um ponto final de chegada para as reformas: a reintrodução de uma economia de mercado nos moldes capitalistas. No início do processo, mesmo os conservadores apoiavam a introdução de mecanismos de mercado, mas como forma de dinamização da economia ainda nacionalizada. Mas não parecia haver consenso sobre retornar a uma economia de tipo capitalista como a que se chegou na década de 90, ou pelo menos sobre os ritmos em que isso se daria. A posição da primeira equipe econômica de Gorbachev, oriunda do Instituto de Novosibirsk e dirigida por A. Aganbeguian e assessorada por T. Zaslavskaia, ao menos pelo que expressavam em seus textos, não parecia ser de uma privatização tão acelerada da economia soviética. Tal orientação pareceu ainda persistir com a segunda equipe econômica de Gorbachev, que tinha à frente L. Abalkin, diretor do Instituto de Economia da Academia de Ciências. A desagregação econômica, o fracasso e impasse das reformas, a polarização política e a ausência de qualquer autoridade estimulavam, entretanto, as forças centrífugas e faziam evoluir as posições. Os líderes conservadores não tinham se oposto às reformas no começo, pelo menos declaradamente, impunham sim marcha lenta a seu prosseguimento. Mas agora, ao se sentirem de vez ameaçados em sua sobrevivência, buscavam de toda forma paralisá-las e engatar marcha à ré, ameaçando com a volta a um regime de força, como nas tentativas de reformas anteriores. Por sua vez, os reformistas radicais, também em desespero e sentindo a ameaça de um retrocesso imposto pelos conservadores, radicalizavam suas posições. As equipes econômicas e as orientações foram mudando.

Já há algum tempo as principais lideranças reformistas haviam deixado de falar em defesa ou renovação do socialismo. Seja pela lógica própria da luta política, seja por objetivos não confessados anteriormente, o objetivo inicial declarado da Perestroika

("reformar o socialismo") passou a ser negado e os reformistas evoluíram para posições apocalípticas, como a de que nada se poderia fazer enquanto o velho sistema e tudo a ele ligado não fossem completamente destruídos, do sistema político dirigido pelo partido comunista ao mecanismo de gestão econômica centralizado, ou seja, passaram para um anti-sovietismo visceral. Sequer a idéia de uma economia mista já lhes era aceitável. Essa já era a orientação da equipe econômica de G. Iavlinsky, que, com sua assessoria norte-americana elaborou, em meados de 1990, o "Plano de 500 dias". Segundo essa proposta, o planejamento central deveria ser completamente destroçado e imediatamente substituído pela introdução de um mercado 100% livre de qualquer controle, com a privatização total das empresas, sem que tivessem importância os custos sociais como o aumento do desemprego e da desigualdade social, bem à moda de alguns manuais de Economia ortodoxos ocidentais. Sem rodeios: o regresso ao capitalismo. Planos desse tipo eram recomendados por assessores pós-graduados em Finanças e Economia norte-americanos e ingleses visitantes, hospedados em hotéis de luxo em Moscou, Praga, Varsóvia, Budapeste e que pouco ou nada sabiam sobre como funcionavam de fato as economias do Leste Europeu. Mas suas sugestões eram aceitas pelos novos tecnocratas e acadêmicos reformistas do antigo bloco soviético, que abraçavam de forma acrítica as teorias neoliberais do "livre mercado", que voltaram a tomar conta do pensamento econômico capitalista na década de 90. Apoiavam-se apenas na evidência de que o sistema de economia de comando centralizado e burocrático vinha se demonstrando, no período mais recente, como inferior às economias capitalistas centrais, em termos de dinamismo tecnológico, eficiência microeconômica e na oferta de bens e serviços. Parte dos novos economistas e acadêmicos soviéticos, convertidos agora ao liberalismo radical de Friedrich Hayek e Milton Friedman, parecia de repente acreditar que uma economia baseada exclusivamente nas virtudes do mercado, nas leis da oferta e da procura, poderia suprir as carências dos cidadãos soviéticos e de repente encher as prateleiras das lojas, a exemplo do que viam nos países da Europa Ocidental. Em 1990, não só os economistas reformistas radicais, mas muitos dirigentes das repúblicas já falavam abertamente em reintroduzir um mercado livre e esperavam milagres de um processo agressivo de privatização e das reformas financeiras de orientação monetarista sugeridas pelo FMI, com quem os governos deveriam se associar, escutando seus assessores e acatando suas orientações. Na verdade, a

mudança de orientação ideológica dos dirigentes econômicos do bloco soviético não parece ter se dado tão de repente assim, era sim um processo que vinha de antes. O fato de que as posições de retorno ao capitalismo não tenham sido externalizadas antes, mas somente no início de 1990, se explica porque os reformistas passaram a não se sentirem mais censurados e ameaçados no novo ambiente de nenhuma autoridade do centro.

É preciso levar em conta também que a URSS e os demais países do Leste Europeu a essa altura já não estavam alheios e imunes à crise e à depressão da economia capitalista mundial aberta a partir de meados da década de 70. As economias do Leste eram obrigadas a se abrirem cada vez mais para vender seus produtos no mercado mundial e a se endividarem para importar bens de tecnologia, cereais e forragens essenciais à sua economia, ficando assim cada vez mais dependentes e submetidas às pressões crescentes que vinham de fora. A Polônia e a RDA, pela sua maior proximidade com a Europa capitalista, eram os países mais integrados e dependentes das trocas com Ocidente. A depressão capitalista dificultou ainda mais a entrada dos produtos dos países do COMECON, bloco econômico organizado em torno da União Soviética, nos mercados ocidentais. Para se assegurarem, tais países deviam fazer concessões, ou seja, submeter-se às exigências das agências, governos e bancos capitalistas. Como condição para financiar as vendas e rolar as dívidas nacionais, as agências e bancos capitalistas exigiam dos condutores da política econômica dos países do Leste Europeu rigor fiscal e disciplina monetária (COHEN, 1985), o mesmo que o FMI, em plena crise da dívida dos países dependentes no início da década de 80, exigia dos demais países endividados. Analisando essas relações mútuas e canais comunicantes entre o capitalismo ocidental, que atravessava uma crise, e as economias do Leste Europeu, que também desaceleravam, pode-se compreender que a conversão dos economistas do Leste foi um processo que vinha de antes.

Teria havido uma evolução na orientação dos reformistas ou desde o início das reformas existira de parte deles uma vontade não confessada de caminhar para a restauração do capitalismo na URSS e nos demais países do Leste Europeu? Independentemente de não haver uma resposta conclusiva sobre esta questão, é aceitável concluir que as posições dos reformistas que tomaram a frente do processo a

partir de 1990, de retorno acelerado ao capitalismo, teriam dificuldade em prosseguir se não tivessem encontrado eco em uma base social ampla e objetiva nas classes médias da sociedade soviética e mesmo dentro do Estado e do partido, sem o que não teriam a força suficiente para derrotar os conservadores e proceder a reversão de toda a economia nacionalizada soviética para uma economia de mercado em um tempo recorde de poucos anos na década de 90.

Desde a revolução, como se pode encontrar nas análises de Lênin, Trotsky e Preobrajensky, sempre existiram tendências socialistas e capitalistas dentro da formação soviética em luta para impor-se. Já durante a NEP na década de 20, os mecanismos de mercado e as tendências capitalistas foram parcialmente liberados como elementos de dinamização de uma economia exaurida. Lênin e a liderança bolchevique, entretanto, estavam conscientes dos riscos de retrocesso ao capitalismo que tais concessões implicavam caso as forças capitalistas adquirissem dinâmica própria e saíssem de controle. Como já analisado no Capítulo II, esse choque de tendências socialistas e capitalistas, de certa forma, já esteve na base da luta que opôs Trotsky e a oposição de esquerda de um lado e o setor que ficou conhecido na época como oposição de direita, de outro, ainda que Bukharin fosse um socialista autêntico e nunca tenha sequer sugerido um retorno ao capitalismo. O desfecho da experiência histórica da URSS na década de 90 deve ser observado à luz desse choque entre elementos contraditórios, entre os princípios socialistas e capitalistas em luta para impor-se, tanto na arena nacional como internacional, conduzindo, ao final, para a vitória daqueles últimos. A história terminou por demonstrar, contudo, que não foram o campesinato e os *kulaks* enriquecidos, como temia a Oposição de Esquerda na década de 20, que levariam a URSS de volta ao capitalismo. As forças que conduziram tal processo surgiram de dentro dos setores mais escolarizados e urbanos, provenientes de uma sociedade industrial já bastante desenvolvida.

Nos anos 50, 60 e 70, as reformas de Kruchev, Liberman e Kossiguin também apontavam no sentido de extensão dos mecanismos de mercado na economia soviética. Foram paralisadas, entretanto, pela resistência do aparato burocrático, e, por isso não se pode saber a que destino final teriam chegado se implementadas. Naquela época, a economia nacionalizada, apesar das deficiências, ainda crescia rapidamente e

reduzia, entretanto, a base de apoio para os argumentos e as tendências capitalistas. Enquanto o crescimento ainda podia garantir uma elevação lenta, mas contínua do nível de vida da população até a década de 70 e, além disso, a URSS, como os demais países do Leste Europeu, permaneceu quase isolada do mercado mundial e fechada à informação acerca do que se passava no Ocidente, os elementos capitalistas latentes na economia soviética não encontraram maior expressão. Quando, no entanto, as economias de todo o Leste Europeu rumaram para a estagnação e depois para uma grave crise, esses países foram obrigados a se abrir para ao mercado capitalista e se sujeitar às suas pressões, alterando assim o quadro da própria URSS. As classes médias, cada vez mais escolarizadas e urbanizadas, com demandas crescentes não atendidas, começaram a ver através dos novos meios de comunicação o que se passava nos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental, onde podiam constatar um nível de riqueza mais elevado e um maior grau de liberdades políticas que em seus próprios países. Era de se esperar que a idéia de imitar o Ocidente ganhasse corpo.

Martin Walker (1987, p. 12-14) aponta que Gorbachev e os reformadores da década de 80 faziam parte de uma "nova classe média" na URSS, resultante da industrialização *socialista*. Os novos reformadores já eram tipos sociais de origens e mentalidade bem diferentes de homens como Kruchev, Brejnev, Andropov e Chernenko, que tinham saído de classes pré-capitalistas ou capitalistas. Apesar das pressões da Guerra Fria, não conheceram nenhuma luta operária, revolução ou guerra civil, nem passaram pela guerra mundial. Havia uma nova e ampla geração de *comunistas* soviéticos da era pós-Stalin que chegara ao poder na URSS, mas que não tivera que suportar a carga dos grandes conflitos e traumas do passado. Essa classe estava no partido e no Estado, mas também solidamente instalada na direção e administração das empresas, dos *kolkhozes, sovkhozes* e nas universidades. A "nova *inteligentsia*" soviética, como a chamou Moshe Lewin (1988), era por isso naturalmente inclinada a uma visão tecnocrática modernista da realidade, e tinha um perfil psicológico muito próximo ao dos políticos ocidentais. Como já indicado anteriormente, estava atraída pela "sociedade de consumo" e pelo maior grau de liberdade que via em países como a Alemanha Ocidental, Suécia e mesmo Estados Unidos, e não se pode dizer que não invejava os privilégios das altas esferas da burocracia, apesar de condenar a corrupção. Uma geração tão qualificada quanto suas congêneres do Ocidente,

mas que tinha seu nível de vida limitado pelo modelo econômico estagnante, portanto levada a condenar o imobilismo da máquina burocrática. O atraso da economia soviética e a crise reduziam suas oportunidades, seu progresso e seu bem-estar. Como uma camada de nível cultural mais elevado, repugnava até certo ponto a brutalidade, o arbítrio, as perseguições e expurgos da era stalinista e alimentava desejos secretos de mudanças políticas e econômicas, de liberalização e de novas experiências (MANDEL, 1989, p. 85). Percebia, também, o alto custo dos êxitos alcançados, especialmente da competição militar com o Ocidente, que impedia o atendimento das crescentes necessidades sociais do país. Inicialmente, como parte da burocracia e para manter sua posição social, inclinara-se por reformas graduais e controladas que inserissem mecanismos de mercado como elementos dinamizadores dentro da economia estatal. As convicções ideológicas desse setor, entretanto, pareciam ser muito tênues e mudaram rapidamente. A degradação moral, a corrosão de valores e referências ideológicas, a apatia e o individualismo gerados por longas décadas de stalinismo, pela disparidade entre a retórica *marxista-leninista* e a prática hipócrita e corrupta da *nomemklatura* vinham levando desde muito tempo a que um setor da burocracia rejeitasse o regime autoritário e junto com ele o próprio caráter estatal dos meios de produção. Como a própria idéia de *socialismo ou comunismo* estava associada ao Estado burocrático odiado, ela tornava-se enfraquecida. Hobsbawn nos dá pistas sobre o perfil ideológico dos setores reformistas radicais que nos países do bloco soviético se inclinavam pelas reformas:

> [...] na Europa como na URSS, os comunistas, outrora sustentados pelas antigas convicções, eram agora uma geração do passado.[...] O princípio que legitimava Estados era, para a maioria das pessoas, a retórica oficial ou o anedotário dos velhos cidadãos. Era provável que mesmo membros do partido, entre os não idosos, não fossem comunistas no sentido antigo, mas homens e mulheres (infelizmente demasiado poucas mulheres) que faziam carreira em países que por acaso se achavam sob governo comunista. Quando os tempos mudassem, e se pudessem mudar, eles estavam dispostos a virar a casaca de uma hora para outra (1998, p. 473-474).

Depois de instalada a crise por volta de 1990, a divisão entre reformistas e conservadores atravessava todos os sete principais ramos da burocracia: a do partido; a do

Estado (que incluía os órgãos de planejamento central); a do Exército; a da KGB e demais órgãos de segurança; a burocracia das empresas; a das organizações de massa (sindicatos, Komsomols, União das Mulheres); e a dos organismos culturais, geralmente paraestatais (ensino, saúde, lazer etc.) (MANDEL, 1989, p. 87). Pela forma como se estruturava o sistema soviético, o setor predominante era o aparelho partidário, que estabilizava e controlava os demais. Sempre houve, entretanto, graus diferenciados de autonomia e choques de cada um desses setores com a burocracia partidária, que variavam nas sucessivas etapas da ditadura burocrática. Ainda hoje, sabe-se muito pouco sobre como tais setores se estruturavam, fruto de décadas de controle policial, sigilo, censura e desinformação, logo seguido pelo colapso que desorganizou toda a estrutura estatal e social soviética. Havia reformadores em todos aqueles setores. No entanto, aparentemente, o setor mais organizado, mais interessado e mais radical quanto à introdução de reformas e à reconversão ao capitalismo era a burocracia das empresas. Os diretores tinham adquirido certo grau de autonomia desde a década de 20, com a introdução da direção unipessoal nas empresas, autonomia que consolidou durante a ditadura stalinista, e perdeu parcialmente apenas durante os grandes expurgos. Na investigação que se apresentou aqui sobre a tentativa de reforma de Liberman-Trapesnikov-Nemchinov dos anos 60, pode-se constatar claramente já ali a intenção dos dirigentes das empresas de ampliar sua autonomia e seu poder, no que insistiram com Kossiguin na segunda metade daquela década e voltaram à carga depois na *Perestroika* de Andropov-Gorbachev nos anos 80. Estudando e comparando os textos dos reformistas dos anos 60 com as propostas dos reformadores dos anos 80, percebe-se nitidamente o fio de continuidade, a semelhança das orientações no sentido de reintroduzir critérios mercantis na economia e ampliar a autonomia dos diretores para agir sem controles em um mercado restabelecido. Tais intenções, tímidas ao início da Perestroika, foram transformadas em realidade já a partir de 1989-90 pelos reformistas mais decididos, quando os diretores das empresas passaram a poder estabelecer diretamente contratos com fornecedores e clientes, definir salários e demitir sem restrições. Aparentemente, esse subsetor dos dirigentes de empresas manteve algum grau de organização e vinha – em associação com uma ala de acadêmicos e economistas como Aganbeguian – gestando o programa de reformas pró-capitalistas que toma forma acabada e agressiva no início dos anos 90. Não foi à toa que Gorbachev obteve um apoio inicial

bastante amplo para suas reformas entre os quadros econômicos e administradores das empresas, inclusive do complexo industrial-militar. Mais que qualquer outro setor da burocracia soviética, os diretores de empresas conheciam e viviam diretamente os dramas da estagnação da economia e das unidades produtivas e precisavam introduzir melhorias em termos técnico-científicos e de gestão. Mas também deviam alimentar seus interesses particulares e não se podia esperar deles, como setor da burocracia, apego à ideologia socialista. Como os burgueses do período livre concorrencial do capitalismo, que contra seu Estado pediam *laissez-faire*, era inevitável que os diretores de empresas soviéticas começassem a ver nas estruturas de gestão do Estado burocrático um empecilho ao progresso das "suas" empresas e dos seus próprios interesses. Hobsbawn considera que esses dirigentes de empresas:

> [...] não precisavam do partido para prosseguir com suas atividades. Se a burocracia do partido desaparecesse, eles ainda estariam ali. Eram indispensáveis, ela não. Na verdade, eles ainda estavam lá depois do colapso da URSS, agora organizados na nova (1990) "União Científico-Industrial" (NPS) e seus sucessores; após o fim do comunismo, tornaram-se os donos (potencialmente) legais das empresas que haviam comandado antes sem direitos legais de propriedade (1998, p. 469).

Como era de se esperar, o anúncio das reformas radicais de caráter claramente capitalista encontrou resistência de uma parte dos conservadores do aparato estatal e da liderança do PCUS. Embora existisse o acordo inicial quanto a operar uma transição sob controle com a introdução de mecanismos de mercado em alguns setores econômicos (principalmente os setores da indústria leve de bens de consumo, serviços e habitação), agora estava claro que não havia consenso dentro de toda a liderança soviética quanto à reconversão radical e abrupta da propriedade privada da maior parte das empresas e da terra, à liberação dos preços em todos os níveis da economia, à volta do desemprego massivo e de um mercado de trabalho de tipo capitalista, ou seja, do desmantelamento completo das bases fundamentais de uma economia nacionalizada, na qual se assentaram a estabilidade da *nomemklatura* soviética e seus privilégios durante décadas. Essa diferença quanto aos ritmos e à estratégia final das reformas, das quais Gorbachev perdeu o controle em 1989-90, aparentemente explica seu giro em direção aos conservadores no final de 1990

e que tenha nomeado uma equipe da qual boa parte dos membros irá estar na cabeça da tentativa de golpe conservador em 1991.

Enquanto Gorbachev perdia apoio, subia o prestígio de Boris Ieltsin. Eleito com maciça votação como presidente da República Russa, com um discurso cada vez mais radical contra o velho sistema e o partido comunista – aos quais Gorbachev se aferrava agora –, Ieltsin galvanizava o sentimento democrático geral e passou a ser a única figura com real apelo de massas no país. A ascensão da estrela de Ieltsin e o desgaste de Gorbachev fortaleceram, por sua vez, a ala reformista para acelerar o ritmo das reformas em direção a uma economia de mercado.

Com a frustração quanto aos resultados das reformas em produzir elevação do nível de vida, a partir de 1988-89 os setores mais amplos das massas novamente mergulharam em um processo de apatia e afastamento da luta política, voltando-se para luta diária pela sobrevivência. Não se podia esperar muito de um povo ao qual tanto se oprimiu, a quem tanto se mentiu. A classe operária, apesar de realizar algumas greves importantes, vinha de um longo período de severa repressão, inatividade e despolitização e, por isso, não conseguiu gerar em tempo fortes sindicatos nacionais ou partidos próprios com alguma expressão, não se constituindo assim em uma alternativa real de saída pela esquerda para o processo de crise, de perda de autoridade e de desagregação da burocracia partidária e estatal. E mesmo que tivesse criado sindicatos fortes, isto não era garantia que pudesse ter impedido o curso de retorno ao capitalismo que terminou por se impor na URSS, como se viu com o *Solidariedade* na Polônia. Uma democratização no sentido de real regeneração do socialismo, como via Trotsky, baseada na autogestão dos produtores organizados, na acepção marxista, exigiria um programa político claro e uma organização com estrutura de quadros suficientemente forte e ramificada por toda a sociedade. E isso – em função da perseguição e eliminação de qualquer setor crítico autenticamente socialista por décadas –, definitivamente não existiu.

Assim, dentro do caos que tomou conta da URSS entre 1989 e 1991, na ausência de outra alternativa política que derrotasse o setor mais conservador da burocracia organizada no PCUS e propusesse uma democratização efetiva da sociedade, mas mantida a base socialista da economia, aqueles setores das classes médias e da *inteligentsia*

soviéticas, mais organizadas e politizadas pela maior liberdade que dispunham, sem outras referências que não a rejeição à máquina burocrática do partido, por um lado, e, por outro, o exemplo da sociedade de consumo e da democracia liberal do Ocidente, parecem ter se imposto no processo e fornecido a base social, o programa e os quadros para a condução da operação de regresso ao capitalismo em todo Leste Europeu e na URSS. Isso talvez explique a falta de preocupação sociorevolucionária e a "frieza" das mobilizações democráticas ocorridas no Leste Europeu. Seja pela cortina de censura e desinformação do regime stalinista anteriormente seja pelo pouco tempo transcorrido desde o colapso do sistema soviético ou ainda pela ofensiva ideológica neoliberal radical que se seguiu a ele e que a tudo mistifica e distorce, nosso conhecimento sobre os setores da elite soviética nas décadas de 70 e 80 ainda é limitado. Mas não se pode explicar de outra maneira a rapidez e a radicalidade do processo de privatização generalizada das empresas e a reconversão ao capitalismo em tempo recorde levados a cabo em todo Leste Europeu e na URSS na primeira metade dos anos 90, a não ser a partir da existência de forças pró-capitalistas que sempre existiram em germe na formação soviética e demais países da região, que vinham desenvolvendo um programa claro há algum tempo, que se viram de repente liberadas e passaram à ofensiva com a completa perda de autoridade do Estado soviético a partir da segunda metade dos anos 80.

Como sugeriu Hobsbawn, desde já há muito tempo não eram comunistas quem dirigiam as empresas e organismos soviéticos, mas burocratas que viviam e agiam como capitalistas, orientados por outros valores que não a igualdade e a justiça, mas sim pela busca de privilégios e vantagens materiais, cúmplices do regime e verdadeiros pequenos déspotas em relação aos produtores dentro das empresas que dirigiam. Um setor social privilegiado, que em pouco se diferenciava dos capitalistas no Ocidente, a não ser por não terem ainda legalmente a propriedade das empresas nacionalizadas. Na hora certa, quando já não houvesse perigo, passariam à ofensiva e não perderiam, como não perderam, a oportunidade de tornarem-se agora os donos legais das "suas" antigas empresas. Não havia um limite preciso entre esses setores da burocracia soviética e as máfias da economia subterrânea que há muito enriqueciam nas brechas da economia estatal. Havia sim um conluio entre todos esses setores para obter toda sorte de vantagens e privilégios subtraídos da economia e da população soviéticas.

Nada havia em termos lógicos que implicasse que as mobilizações democráticas que desintegraram o poder burocrático soviético tivessem necessariamente que implicar na mudança do regime jurídico de propriedade, no fim da propriedade nacionalizada e na volta ao capitalismo *se não existissem forças organizadas e conscientes que conduziram o processo em tal direção.* Na história dos regimes políticos são comuns *as revoluções políticas* que alteram o poder político sem alterar o sistema social (TROTSKY, 1977a). Nenhum impedimento lógico havia para que se procedesse a uma reforma econômica e política do sistema soviético, que se derrubasse seu regime ditatorial mantendo-se, no entanto, a economia nacionalizada. Era perfeitamente lógico e possível caminhar em direção à democratização da sociedade com a manutenção da propriedade estatal, se existissem outras tendências políticas à frente do processo.

É comum a avaliação de que a *Perestroika* teria fracassado, o que é discutível. Se considerarmos o programa de reformas de Gorbachev apenas como um projeto de "reforma do socialismo", de renovação do sistema soviético, mantidas as bases da economia nacionalizada e com o PCUS como único partido à frente do país, promovendo uma abertura democrática controlada, tal conclusão é aceitável. É indiscutível, entretanto, que não só os reformistas radicais, mas mesmo os conservadores que aceitaram as reformas no início e também o próprio Gorbachev nunca apontaram como saída para a estagnação do sistema soviético uma variante de real democratização da sociedade através do controle efetivo da população e dos trabalhadores sobre o país, a economia e as empresas. Sua opção foi sempre a de introdução de mecanismos capitalistas na economia, com o enfraquecimento do planejamento central, mas mantido o controle burocrático desde cima. O caos que se acelerou a partir da democratização iniciada com a *Perestroika*, terminou por levar não só à flexibilização, mas à completa aniquilação da gestão estatal da economia e da propriedade nacionalizada. Por essa óptica, pode-se dizer que parcialmente a *Perestroika* foi vitoriosa quanto ao objetivo de destruir os pilares da economia nacionalizada e dessa forma acelerar a volta da URSS e demais países do Leste Europeu ao capitalismo, ainda que isso não estivesse entre seus objetivos iniciais formalmente declarados. As estruturas do Estado burocrático, apesar de permitirem o desenvolvimento em potencial dos elementos capitalistas na economia soviética, funcionavam contraditoriamente como fator limitante à sua livre expressão. Quando esse freio deixou de

existir, aquelas tendências, apoiando-se no progressivo sentimento democrático geral, no ódio contra o regime ditatorial, passaram à ofensiva e determinaram o curso do processo.

6.8 A QUESTÃO NACIONAL COMO ESTOPIM DA DESINTEGRAÇÃO

Como se tentou até agora demonstrar nesta investigação, diversos fatores parecem ter contribuído para o desfecho de 1991. No entanto, como fator isolado, surgido em seu período final, o elemento de potencial mais explosivo para a URSS foi a questão interna do movimento nacionalista, que, ao impulsionar a separação das repúblicas em relação ao centro, terminou por destroçar o que restava da já abalada superestrutura política e jurídica da União. Muito se discutirá, ainda, sobre o papel jogado pela questão nacional durante a desintegração da URSS, como ela se combinou com os demais elementos. Esta é uma história cheia de lances pouco esclarecidos, como quase tudo na antiga URSS. Aqui se abordam apenas os episódios mais importantes e conhecidos, suficientes para que se possa entender o rol jogado pela luta nacionalista no processo. Excetuando-se talvez Helene Carrere D'Encausse (1978), poucos analistas ocidentais deram a devida atenção à questão das nacionalidades na antiga União Soviética ou previram o papel explosivo que terminaria por cumprir. A desagregação da União era considerada como improvável no mundo ocidental ou até impossível, mesmo por renomados especialistas no tema URSS. Logo no início do processo de democratização da URSS, a maioria dos nacionalistas não-russos queria mais autonomia, mas não lutava ainda pela independência, algo que parecia inalcançável (LAQUEUR, 1994, p. 232). Talvez por isso – além do sigilo e desinformação que envolvia tudo na URSS, é claro –, a maioria dos especialistas ocidentais não chegou a detectar com antecedência uma tendência que ainda não se manifestava até meados da década de 80. Não se podia investigar o que não era visível. Seja por qual razão for, o fato é que tanto os sovietólogos quanto os dirigentes soviéticos subestimaram o potencial explosivo daquilo que se chamava despreocupadamente na URSS de "questão das nacionalidades". Os dirigentes soviéticos tampouco pareciam ter consciência da gravidade do problema e aparentemente não estavam preparados para a magnitude que tomou a onda nacionalista, sendo atropelados por ela, no que se inclui o próprio Gorbachev. Entretanto, as mobilizações nacionalistas se constituíram no desafio mais direto ao aparato federal, de efeito mais desagregador para o sistema soviético, terminando por funcionar como o estopim que selou a explosão da URSS.

Até o início da *Perestroika* não existiam grandes mobilizações nacionalistas na URSS. Apesar da brutalidade de Stalin em relação às nacionalidades e às minorias étnicas, o país havia sido fundado sobre a proposta de respeito e convivência igualitária entre povos e nações. De uma maneira geral, dentro da URSS não se estimulavam preconceitos raciais mais arraigados. Por muito tempo, a URSS foi caracterizada por muitos ideólogos interessados como um império. Entretanto, pelo menos em termos econômicos, funcionava nela uma espécie de nacionalismo ao reverso, com a União e a principal república, a Rússia, subsidiando e mantendo um severo déficit nas trocas com as repúblicas menores, com os países do COMECOM e inclusive com países distantes como Cuba, que recebiam, por exemplo, petróleo a preços bastante inferiores aos do mercado mundial. Muitos povos isolados e milenarmente atrasados da Ásia Central puderam se industrializar, alcançar uma escolarização maciça e modernizarem-se por terem se integrado à URSS a partir de 1922. A Rússia funcionou por muito tempo – e a Revolução acelerou esse processo – como uma ponte entre a civilização e a cultura ocidental mais avançada e os povos semibárbaros, dispersos pela imensidão da Ásia. Era como um irmão mais velho e mais culto que terminava por educar e arrastar os irmãos mais novos para a idade moderna. Muitos desses povos, por exemplo, só tiveram as suas linguagens próprias codificadas ao se juntarem à Rússia quando da formação da URSS. Para comprovar tal salto civilizatório, bastaria compará-los hoje com muitos países da Ásia e Oriente Médio que permanecem envoltos no atraso material e cultural e no misticismo. Essa discriminação positiva que funcionava na URSS, até certo ponto, ajudou a fortalecer a identidade étnica e a consciência nacional nas repúblicas e regiões. Com o tempo, também contribuirá para a formação de amplas *inteligentsias* locais com nível universitário, que irão liderar as frentes nacionalistas posteriormente.

Se não havia grandes tensões nacionalistas, como explicar então a magnitude que tomou a onda por autonomia e separação que terminou de fragmentar por completo a URSS? Uma explicação inicial, sobre a qual existe acordo entre diversos analistas, como, por exemplo, CASTELS (1999, p. 77), é que a luta nacional não foi expressão de uma rivalidade étnica muito arraigada, mas sim um meio utilizado pelo movimento democrático geral como forma de derrotar o regime. Na história européia e mundial, nem sempre os movimentos nacionalistas assumiram uma face democrática.

Bastaria lembrar o nazismo e os conflitos entre a Sérvia de Milosevich e as demais regiões surgidas da desintegração da antiga Iugoslávia na década dos 90, nos quais o nacionalismo assumiu um caráter reacionário, racista, xenófobo. Na história moderna, o nacionalismo europeu esteve associado muito mais com ditaduras do que com democracias. Na URSS, entretanto, na ausência de outras organizações políticas por fora dos partidos comunistas, as Frentes e manifestações nacionalistas que surgiram nas repúblicas funcionaram como canais, como uma identidade coletiva para a aglutinação da maré democrática geral contra a opressão do aparato burocrático federal em Moscou.

Evidentemente, existiram outras razões que ajudam a explicar a dinâmica surpreendente que tomou a onda separatista. Apesar de não haver uma exploração no sentido econômico entre as repúblicas da URSS e um nacionalismo xenófobo, como se viu em outros países, as nacionalidades sentiam-se politicamente sufocadas pelo centro do sistema, que associavam aos russos, dominantes no aparato da União. A opressão atingia indiscriminadamente, no entanto, todas as repúblicas, inclusive a própria Rússia. O Estado federal, depois de burocratizado, demonstrava-se insensível às crenças, tradições e costumes nacionais, como, por exemplo, as línguas locais do mosaico multiétnico que era a URSS. Além disso, Stalin reprimiu com violência e, especialmente durante e Segunda Guerra Mundial, deportou povos inteiros, acusados de "fazer o jogo do inimigo". Em função de tudo disso, no Ocidente chegava-se a falar da URSS como "Cárcere dos Povos". O controle das distintas nacionalidades não-russas pelo aparato central era assegurado com a presença dos russos em cada região, o que não deixava de gerar descontentamento. Pela tradição, em cada república o primeiro dirigente em importância provinha da etnia local, mas em geral o segundo na hierarquia era quase sempre russo (LAQUEUR, 1994, 230), e, às vezes, concentrava mais poderes do que o primeiro, pela relação privilegiada com o aparato central em Moscou. Na parte ocidental da URSS, como em outros países do bloco soviético, por razões óbvias, havia bem mais hostilidade contra os russos e a liderança em Moscou era consciente disso. Os países bálticos, assim como os ucranianos ocidentais foram incorporados em 1939 e 1940 contra sua vontade; os primeiros como parte dos acordos de Stalin com Hitler. Intervenções como a da Hungria em 1956 e, especialmente, o esmagamento da "Primavera de Praga" pelos tanques soviéticos em 1968 potencializavam aquele sentimento anti-russo nas repúblicas mais européias da URSS.

Como já se apontou, entretanto, esses últimos fatores não parecem ter sido os que mais pesaram para detonar o movimento nacionalista. Nada disso parece explicar a debandada geral das repúblicas que levou à desintegração total da URSS. No começo das reformas de Gorbachev, não havia ainda lutas nacionalistas abertas. A hipótese de que o nacionalismo tenha sido usado mais como uma via, uma identidade coletiva em cada região para a luta democrática geral contra a opressão de um aparato supranacional parece corresponder mais aos acontecimentos, o que se comprova pelo fato de que depois do colapso da URSS não subsistiram grandes ódios nacionais entre os países surgidos da desintegração da URSS – com exceção talvez de regiões dentro de cada república, como a Tchetchênia, na Rússia –, como é comum acontecer na seqüência de lutas nacionais muito acirradas. As diferenças étnicas, culturais e de língua entre russos e ucranianos, ambos povos eslavos, não eram maiores que as existentes entre os suíços de fala italiana ou francesa, ou os canadenses de língua inglesa ou francesa. Nem por isso a Suíça e o Canadá se dividiram por tais diferenças. Como se poderia explicar o fato de que aproximadamente 80% dos ucranianos tenham votado pela manutenção da União no dia 17 de março de 1991, e, poucos meses depois, uma maioria ainda mais esmagadora de 90% tenha votado pela separação, no dia 1º de dezembro de 1991? O resultado da primeira consulta contradizia a existência de um sentimento nacionalista arraigado entre as nacionalidades da URSS, pelo menos na Ucrânia.

Deve-se agregar outros três fatores à explicação do porquê a luta nacionalista teve efeito tão desagregador para a URSS. Primeiramente, a luta nacional precisa ser encarada como parte da luta mais geral que vinha se desenvolvendo em todo Leste Europeu por autonomia e separação em relação à URSS. Até 1989, a maioria dos países não-soviéticos do Pacto de Varsóvia já havia abandonado formalmente o estatuto de países comunistas e proclamado sua independência em relação à URSS. A queda do Muro de Berlin e a incorporação da RDA pela Alemanha Ocidental foi um sério golpe para o centro do sistema em Moscou e demonstrou que este já não tinha condições de reagir à crescente perda de autoridade e controle sobre toda a região, sinal bem entendido tanto pelos estrategistas imperialistas quanto pelas elites nacionalistas dentro da URSS. As manifestações nacionalistas internas à URSS eram, de certo modo, uma continuidade do movimento democrático mais geral em todo Leste Europeu, que vinha da periferia para o

centro. O segundo elemento que explica a força que tomou o movimento nacionalista foi a ação das elites locais que o usaram para a promoção de seus interesses particulares, como se analisará adiante. O terceiro foi a utilização consciente da luta nacional como parte da ofensiva restauracionista pelos reformistas a partir de Moscou. A ação desses dois setores foi facilitada pelo enfraquecimento do centro, como já demonstramos. Na mesma proporção em que o poder central foi sendo enfraquecido, o separatismo foi se fortalecendo.

Durante muito tempo, a sobrevivência do regime em importantes regiões da União dependia de que se desse carta branca aos trapaceiros "comunistas" locais. Quando o centro tentava conter a corrupção endêmica e a ineficiência econômica nas regiões, as burocracias locais ameaçavam com o coice nacionalista. As regiões e as repúblicas da URSS funcionavam nas últimas décadas como verdadeiros feudos. Com o crescimento da onda democrático-nacionalista a partir de 1988, grande parte dos *establishments* comunistas locais, para não perder influência, mudou de lado, assumindo posições até mais extremadas que as dos nacionalistas originais. Alteraram os nomes de seus partidos e proclamaram a independência. Assim, conseguiram manter-se no poder, e, depois de 1991, em aliança com os reformistas radicais de Moscou, colocar-se à frente dos processos de privatização das empresas estatais nas regiões. Não se podia esperar dessas verdadeiras gangues locais qualquer apego à ideologia. As ambições e interesses pessoais, sem dúvida, tiveram relevância na luta *nacionalista*. Não se pode explicar de outra maneira o fato de que, na virada dos anos 80 para os 90, altos funcionários do regime nas regiões tenham rapidamente mudado de lado e manifestassem elevado interesse no novo estatuto de soberania plena. Quando a condição de pertencer à União já não apresentava as mesmas vantagens de antes, em virtude da estagnação econômica, a separação pareceu para as elites locais ser mais vantajosa. O nacionalismo soviético também foi comparado ao deus grego Jano, que sempre olhava em duas direções. Parte dessas burocracias nacionais recém convertidas ao nacionalismo, que irão se somar à ofensiva contra a propriedade nacionalizada, mirava com um olho o que se passava internamente ao bloco soviético, enquanto mantinha o outro voltado para o Ocidente, na expectativa de que isso pudesse trazer-lhes outras vantagens. Por volta de 1990 e 1991, a idéia da soberania plena já parecia encantar tanto os novos como os velhos nacionalistas, que alimentavam antigos sonhos: a

integração comercial e o reconhecimento pela comunidade mundial, especialmente a da Europa Ocidental; liberdade de deslocamento, etc. (LAQUEUR, 1994, p. 235).

A questão nacional também foi utilizada como ferramenta pelos reformistas radicais para derrotar os conservadores e esvaziar o aparato federal soviético. Na medida em que a polarização entre partidários e opositores das reformas aumentava e os conservadores se entrincheiravam na hierarquia do partido e do Estado, os reformistas mais decididos, como Ieltsin, buscavam apoio entre os velhos e novos nacionalistas nas regiões e se fortaleciam dessa forma. Ao insuflarem o separatismo, como forma de solapar a autoridade do centro, contribuíram conscientemente para solapar o aparato da URSS, até ali o único elo que soldava as relações entre repúblicas e regiões. Assim pode-se concluir que as lutas nacionais, apesar de seus aspectos imensamente progressivos – como ter levado à derrota do aparato burocrático stalinista na URSS, democratizando a vida dos distintos países que surgiram após sua desintegração – contraditoriamente e, ao mesmo tempo, foram conscientemente utilizadas como instrumento para a desintegração da URSS. A questão da soberania das nacionalidades não constava dos planos iniciais dos reformistas alinhados com Gorbachev. As separações, o estabelecimento de leis e impostos próprios que foram sendo aprovados pelas repúblicas, além das relações econômicas diretas que estas começaram a estabelecer com o Ocidente, impediram qualquer prosseguimento do programa de reformas nos moldes inicialmente propostos, aprofundando ainda mais o caos político e econômico instalado na URSS no início dos anos 90.

Em uma primeira fase, a luta nacional não teve um caráter de independência das repúblicas em relação à URSS, mas provinha de parte de minorias dentro de algumas repúblicas, de quem buscavam afastar-se, às vezes para unir-se a outras, onde sua etnia ou religião era majoritária. Tais conflitos ocorreram inicialmente nas regiões não-eslavas da URSS. O separatismo esteve na base da guerra em Nagorno-Karabach (fevereiro de 1989), que opôs armênios e azerbaidjanos. Os armênios, que constituíam 75% da população do território, reivindicavam sua incorporação à Armênia, o que irritou os azerbaidjanos. No início da disputa, o mundo viu novamente imagens sangrentas, com *progroms* ao vivo, verdadeiros massacres. O Cáucaso, em particular, era um caldeirão fervente de diversas etnias integradas forçadamente. Em 1989, centenas de

habitantes foram mortos no Vale Ferghana, Usbequistão, como conseqüência dos enfrentamentos entre usbeques e mesquetianos. Houve também choques no Tadjiquistão, na Abcásia e na Ossétia, esta última reivindicando independência com relação à Geórgia. Tensões nacionalistas internas às repúblicas, reprimidas e contidas durante décadas por um centro forte, passavam agora ao primeiro plano, quando declinou a autoridade do centro e a ameaça de repressão a partir de Moscou. Nesses conflitos, era difícil atender as demandas de um lado sem descontentar o outro. As tropas federais foram chamadas em um primeiro momento para conter essas disputas entre etnias dentro das repúblicas. Até 1989, pelo menos, ainda não se falava abertamente de separação em relação à União. Mas logo a luta nacional tomaria outro rumo.

O ano em que se iniciaram as grandes mobilizações nacionalistas de massa foi 1988. As mobilizações mais significativas, desafiadoras e irredutíveis surgiram nas repúblicas bálticas. Em agosto de 1988, a revelação pública do tratado secreto assinado entre Stalin e Hitler em 1939, que acordara a anexação de Lituânia, Estônia e Letônia pela URSS, gerou grandes manifestações nas três repúblicas, conduzindo à formação de Frentes Populares nacionalistas em cada uma delas. Um ano depois, em agosto de 1989, em protesto contra o pacto Ribbentrop-Molotov, que completava 40 anos, uma corrente humana de dois milhões de manifestantes e seiscentos quilômetros cruzou o território das três repúblicas, unindo Talin a Vilna. As mobilizações expressavam também preocupações ecológicas, de preservação da identidade nacional e da herança cultural, especialmente da língua nativa. Logo os parlamentos locais começaram a proclamar a soberania das nações, ou seja, a supremacia de suas leis sobre as da União. O parlamento da Letônia alterou o fuso horário do país, do horário de Moscou para o da Finlândia. A Lituânia começou a emitir passaportes próprios. Também em meados de 1989, os *Soviets* Supremos das três repúblicas declararam sua soberania e chamaram para si o direito de vetar as leis de Moscou, em um desafio aberto à autoridade soviética, que respondeu com um embargo de produtos contra a Lituânia. A Moldova e o Uzbequistão fariam depois o mesmo, em junho de 1990. Em julho desse último ano, os parlamentos da Ucrânia e da Bielo-Rússia, repúblicas de grande peso político e econômico dentro da União, também proclamaram sua independência, evidenciando que a torrente agora atingia o núcleo eslavo da URSS, tradicionalmente a mais sólida base de apoio da federação.

Em uma atmosfera em que tantas repúblicas deixavam a União, permanecer inerte e se atrasar aparentaria covardia e falta de patriotismo por parte das lideranças nacionais perante as outras repúblicas e a população local. Era mais fácil ficar a favor da correnteza, adequar-se e seguir a onda nacionalista. Nessa escalada, um degrau decisivo para esvaziar definitivamente o poder soviético veio com a declaração de soberania da Rússia, que representava aproximadamente 70% da URSS nos aspectos populacional, territorial e econômico. O novo parlamento russo, após eleger Ieltsin seu presidente em maio de 1990, proclamou a sua soberania em uma votação esmagadora de 907 votos contra 13. O rival de Gorbachev assumia assim uma posição estratégica de enorme influência, que será decisiva nos lances finais que selaram o destino da URSS. Apesar do sentimento anti-russo em algumas repúblicas, o que se constata aqui é que mesmo a população da Rússia tinha seus motivos para estar descontente com tantas décadas de arbítrio, opressão e insensibilidade em relação às aspirações de democracia, que se traduzia naquele momento como obtenção de autonomia em relação ao aparato federal.

O próximo passo dos parlamentos locais seria buscar a legitimação para a independência entre as populações. Em fevereiro de 1991, num plebiscito feito na Lituânia, 90% da população votaram a favor da independência; na seqüência, em março do mesmo ano, 77% e 73% se posicionaram pela independência na Estônia e Letônia, respectivamente. Aproximadamente 70% da população da Moldova acompanharam o exemplo em consulta realizada no início de 1991. Em 31 de março, o governo da Geórgia também desafiou Moscou e promoveu um plebiscito por sua própria conta, onde mais de 90% votou pela independência. Plebiscitos seguiram-se em outras repúblicas com resultados apontando no mesmo sentido. Até 1991, todas as repúblicas, mesmo naquelas em que não ocorreram grandes mobilizações, haviam declarado a sua soberania através de seus parlamentos, e, sem pedir autorização, assumiram as prerrogativas que antes cabiam ao governo central. O governo central em Moscou declarava como inválidas tanto as proclamações de soberania das instituições locais quanto o resultado das consultas populares, sem que isso, entretanto, arrefecesse a torrente separatista.

Observadores por todo o mundo não conseguiam acreditar no que viam; ninguém tinha previsto uma desintegração tão vertiginosa. Como uma superpotência que havia dividido o mundo em dois durante quase todo século se espatifava tão rapidamente, como um castelo de cartas? Um cenário tão imprevisto no Ocidente como para os dirigentes soviéticos. A URSS assentava-se em suas partes, como uma estrutura federativa. Mas não haveria qualquer papel para Gorbachev e para o aparato central se todas as partes integrantes do sistema colocavam suas leis e suas instituições acima das da União. A luta democrática, com o fortalecimento das estruturas nacionais, não teve como efeito simplesmente democratizar o sistema federativo soviético; antes, o destruiu, o esvaziou. No início de 1991, o Estado federalista soviético era literalmente uma superestrutura vazia de autoridade, suspensa no ar, sem qualquer apoio nas estruturas que historicamente o sustentaram, que já não respondiam às suas leis, ordens ou apelos. Hobsbawn (1998, p. 469) compara a URSS naquele momento com um gigantesco navio-tanque aproximando-se dos recifes, sem comando nem leme, vagando assim para sua destruição.

6.9 O GOLPE DOS CONSERVADORES PRECIPITA O FIM DA URSS

Os conservadores, cada vez mais aterrorizados, reagiam com previsões apocalípticas, com a chantagem da possibilidade de guerra civil e apelos à salvação nacional. Para evitar a desintegração completa da URSS e a perda de suas posições, precisavam reagir, nem que fosse retrocedendo a uma ditadura. No segundo semestre de 1990, Gorbachev girou para o lado da ala conservadora. Aparentemente, os motivos dessa guinada teriam sido, por um lado, a rejeição ao extremismo dos reformistas radicais, evidenciado no "Plano de 500 dias", que entre outras medidas previa a privatização total em tempo recorde das empresas nacionalizadas e, por outro, a defesa da continuidade da União contra a onda separatista, sem o que ele já não governaria nada. Gorbachev via o chão fugir sob seus pés com a perda tanto do apoio popular como dos reformistas radicais que se afastavam dele para frente sob a liderança de Ieltsin, articulados com a onda separatista, forçando-o assim a buscar respaldo entre os conservadores. Reagindo ao desafio separatista, o governo de Moscou, com Gorbachev à frente, traçou uma linha de oposição à política de Ieltsin, em defesa da integridade da URSS como Estado federativo.

Na tentativa de evitar a implosão da União Soviética, chegou-se a formular um projeto de novo pacto federativo, que foi colocado em debate em novembro de 1990. Nele se incorporavam muitas das demandas por autonomia apresentadas pelas lideranças nacionalistas. Nesse projeto, que já revelava a orientação que tomavam as lideranças reformistas e nacionalistas, não se falava mais de socialismo. O nome URSS passaria a significar União das Repúblicas Soberanas Soviéticas. O novo tratado reconhecia a soberania das repúblicas federadas e lhes dava prerrogativas de direção política e econômica. Continuariam sob responsabilidade da União as relações internacionais, as forças armadas, a indústria bélica e a política monetária. Como logo se veria, tais propostas já não seriam suficientes para os reformistas e nacionalistas radicais, pois suas intenções já eram bem outras.

Em seu giro à direita, na virada de 1990 para 1991, Gorbachev nomeou um gabinete conservador, com homens duros, como Boris Pugo, colocado no Ministério do Interior. Estavam dispostos a impedir a desintegração da URSS, mesmo que fosse pela força. Chefiando o governo como primeiro-ministro foi colocado V. Pavlov. O novo gabinete recém nomeado definiu como uma das metas o restabelecimento da economia de planejamento central e estabeleceu medidas de emergência, como a proibição de greves por um ano, medida que teve o apoio inclusive de Ieltsin. Em janeiro de 1991, forças policiais foram mobilizadas para restabelecer a ordem nas cidades, prender especuladores e reprimir o nacionalismo, a começar pelas repúblicas bálticas. Destacamentos militares federais foram enviados a Vilna – provavelmente com consentimento de Gorbachev – para intimidar o movimento nacionalista. Tropas especiais do Ministério do Interior invadiram a estação local de TV, em ação que resultou em duas dezenas de mortes. Isso rapidamente levou Gorbachev a pedir calma e interromper a repressão. Ele negou responsabilidade na ação e mandou abrir inquéritos para apuração dos “excessos” das tropas.

Ao mesmo tempo em que ameaçavam e intimidavam, Gorbachev e o novo governo, pressionados pela onda democrática geral e como contraposição aos separatistas, além de apresentar o novo esboço de tratado da união, apelaram a um referendo sobre a continuidade ou não da União. O referendo anunciado ocorreu em 17 de março de 1991. Como 76,4% dos votantes disseram sim à manutenção da União, os

conservadores e Gorbachev alegaram vitória. Mas aquela foi, como logo se veria, uma *vitória de Pirro*. As repúblicas do Báltico e outras três, Armênia, Geórgia e Moldova, boicotaram o plebiscito. Além disso, várias repúblicas incluíram no plebiscito outras perguntas sugerindo o fortalecimento da soberania nacional e regional, o que de certa forma questionava a força do *sim* dado à continuidade da URSS. Cada setor interpretava como mais lhe interessava o resultado da consulta. A Geórgia, por exemplo, realizou poucos dias depois um plebiscito próprio, em 31 de março, e declarou sua independência em 9 de abril, demonstrando que o referendo de 17 de março teve pouco efeito.

Mas a luta não estava acabada. Embora questionado, o voto pela continuidade da União não podia ser desconsiderado e acabou conduzindo a novas negociações entre o centro e os dirigentes das repúblicas. Em abril de 1991 iniciaram-se as conversas em Novo-Ogarievo, perto de Moscou. As conversas que ocorreram nos meses seguintes foram duras e não geraram quaisquer resultados concretos. Mesmo depois de debates duros e exaustivos, eram produzidos apenas acordos precários, textos pouco definidos, que não garantiam coisa alguma. Enquanto isso, a onda nacionalista ganhava força. Ao fim do primeiro semestre de 1991, enquanto descia a popularidade de Gorbachev, subia ainda mais a estrela de Ieltsin. Através de eleições baseadas no sufrágio universal, realizadas em 12 de junho de 1991, Ieltsin foi escolhido presidente da República Russa, a maior da União, o que lhe conferia uma representatividade enorme e uma posição estratégica no processo. Além disso, nas mesmas eleições, em grandes cidades como Moscou e Leningrado, foram eleitos prefeitos afinados com sua orientação. Ieltsin imediatamente usou a legitimidade e poder que lhe foi conferido para conscientemente derrubar o que restasse de pé do aparato da federação. Passou a declarar que os impostos arrecadados na república bem como seus recursos naturais pertenciam à Rússia e não à União. Como um esperto político populista ocidental continuou, entretanto, debatendo a respeito do novo tratado da União, provavelmente ainda por insegurança sobre o desfecho final do processo, avaliando a correlação de forças (REIS FILHO, 1997, 263).

Depois de muitas negociações, idas e vindas, chegou-se afinal a um espectro de um tratado da nova União, publicado em 14 de agosto de 1991, que deveria ser assinado após uma semana. Um conjunto de intenções imprecisas, que nada definia. Uma

tentativa de manter na União aqueles que já não queriam união nenhuma. Quem ficaria com os impostos arrecadados e as empresas estatais transnacionais em cada república, como se dividiria o arsenal nuclear, como se gerenciaria o programa espacial, como seriam realizadas as relações internacionais? Quase tudo estava indefinido no texto. Mas uma coisa estava bem clara: o novo tratado deixava sem função centenas de órgãos do aparelho central, cuja existência até ali era garantia do poder, da estabilidade e dos privilégios de milhares de burocratas da *nomenklatura*. Ao mesmo tempo, mesmo participando das conversas, os novos reformistas radicais liderados por Ieltsin, já convertidos ao neoliberalismo burguês, associados ao movimento separatista, já não escondiam suas intenções: falavam abertamente de deixar a União, de restabelecer um mercado capitalista completamente livre, da privatização total das empresas, de integração ao mercado mundial e associação com os organismos financeiros capitalistas internacionais.

A burocracia do aparelho central do PCUS e do Estado, como era de se esperar, reagiu à supressão de suas funções, ou seja, de sua existência. Chegara o limite para os conservadores. Condenaram com dureza o novo formato de tratado da União que, de fato, esvaziava completamente o poder central da URSS em favor das repúblicas. Desde o início de 1991, à medida que a onda secessionista avançava, haviam passado à contra-ofensiva pública. Os homens do novo governo atacavam abertamente as repúblicas, o movimento separatista, os reformistas radicais e logo se voltariam contra o próprio Gorbachev, que os havia nomeado e a quem eles acusavam de não se opor com a firmeza necessária à implosão da URSS. Consideravam que Gorbachev havia feito muitas concessões. Criticavam o fim do socialismo na Europa Central, a incorporação da RDA pela Alemanha Ocidental, a dissolução do COMECON e do Pacto de Varsóvia, ocorridas em junho e julho de 1991 respectivamente, e a submissão perante os EUA e demais potências capitalistas. Responsabilizavam as reformas pela desarticulação da economia de comando central, a queda na produção, o desabastecimento e o caos político e social instalado. Mesmo sendo governo, atacavam Gorbachev com um discurso de oposição ao que se passava no país. Queriam girar a roda para trás, como se ainda fosse possível. Pediam a volta da ordem, a restauração da autoridade do centro, da velha gestão econômica estatal burocrática, para o que exigiam poderes extraordinários. Na verdade, representavam as últimas trincheiras de resistência de um sistema e de uma camada social apodrecidos e

em desintegração. Mas a ameaça de golpe de estado pairava no ar. Gorbachev, que tinha girado em direção aos conservadores desde o final de 1990, em agosto de 1991 já não tinha agora sequer o apoio desses. Talvez calculando que depois do conflito pudesse ressurgir como árbitro, afastou-se, tirou férias e foi para a Criméia. Seu cálculo se demonstrou, no entanto, equivocado, pois já não existiria lugar para ele no cenário que se materializou depois do fim da URSS.

No início de agosto de 1991, a imprensa havia publicado a última versão da proposta de Tratado da União. A Federação Russa, o Usbequistão e o Casaquistão foram convocados e deveriam assinar o acordo através de seus presidentes no dia 20 de agosto. Exatamente um dia antes, entretanto, a ameaça de golpe concretizou-se. Em 19 de agosto, justamente na véspera do dia previsto para a assinatura do novo tratado, os golpistas partiram para o golpe. Nos meios de comunicação anunciaram a constituição de um Comitê Estatal de Emergência, que assumia o poder em virtude de uma suposta doença de Gorbachev, que o estaria impossibilitando, segundo os golpistas, de continuar governando a URSS. Os sete membros do Comitê golpista pertenciam todos ao comitê central do PCUS. Entre eles, o vice-presidente Ianaiev, que assumia o posto de presidente; o primeiro-ministro, Pavlov; o chefe da KGB, Kriutchkov; o ministro da Defesa, marechal Yazov e o ministro do Interior, Pugo. Decretaram a censura sobre os meios de comunicação, pondo fora de circulação a maioria dos jornais do país, e colocaram no centro de Moscou duas divisões de tanques de guerra.

Mas como logo se veria, estavam na contramão da história e não seria preciso muito para derrotá-los. A única frente de resistência ativa ao golpe deu-se em Moscou. As lideranças nas repúblicas – com exceção do Azerbaidjão – não apoiaram o golpe, mas tampouco convocaram qualquer mobilização aberta contra ele. Já na noite do dia 19, Ieltsin assumiu a resistência em Moscou, fixando-se na sede do Parlamento da Rússia, onde se concentraram algumas centenas de seus apoiadores que convocavam como podiam a resistência ao golpe. As tropas enviadas pelos golpistas cercaram o edifício. Uma parte dos comandantes, entretanto, solidarizou-se com Ieltsin, enquanto o restante dos militares nada fazia para impedir a entrada de armas, munições e mantimentos no prédio por entre os tanques. Na noite do dia 20, a Alpha, unidade de elite da KGB, com o apoio

dos demais comandantes do órgão, também descumpriu a ordem para assaltar o edifício em conjunto com o destacamento especial do Ministério do Interior. Os oficiais à frente desses destacamentos recusavam-se a atacar a resistência. Parcela das tropas manifestou solidariedade a Gorbachev e a Ieltsin. O comando da Força Aérea enviou um comunicado ao Ministério da Defesa, ameaçando bombardear o Kremlin. O anúncio da rendição dos golpistas deu-se horas depois desse ultimato (CASTELLS, 1999, p. 81). Tornou-se evidente que os chefes golpistas, apesar de ocuparam nominalmente postos de alto comando, já não possuíam autoridade sobre as tropas.

O golpe fora esvaziado e derrotado menos pela força da pequena resistência e mais pela debilidade da própria ala golpista. Mesmo que tivesse vingado, que um governo conservador tivesse conseguido se manter por alguns meses, dificilmente poderia evitar que na URSS ocorressem as transformações que se davam em todo Leste Europeu. Seus líderes estavam na contramão da história, isolados e fora do seu tempo. Faziam parte de um aparato estatal burocrático ultrapassado, alienado da sociedade, suspenso no ar. Organizaram um golpe como se estivessem na URSS da década de 50. Faltou-lhes percepção para entender a nova realidade do país e de todo Leste Europeu, a inevitável onda geral de democratização, decorrente das grandes transformações tecnológicas, sociais, políticas, culturais e comportamentais ocorridas nas duas décadas precedentes no mundo e também no país, o sentimento disseminado de rejeição ao despotismo, ao arbítrio e à corrupção que encarnavam. A própria divisão das Forças Armadas e da KGB em relação ao golpe era expressão das profundas transformações ocorridas no país durante os últimos anos.

A democratização em todo o leste Europeu se demonstrou naquele momento um processo objetivo, profundo e irreversível. Os regimes burocráticos stalinistas estavam na contramão desse processo e suas quedas provavelmente não poderiam ser evitadas. A natureza burocrática e ditatorial do sistema soviético mostrou-se em contradição com as novas forças produtivas em desenvolvimento no país. Geralmente, quando uma das várias partes integrantes de um sistema se atrasa ou entra em contradição com as demais e começa a travar seu funcionamento, surgem choques que acabam por destruir aquela parte ou todo o sistema. Na contramão das transformações que se davam no

país e no mundo, o sistema burocrático soviético foi atropelado pelas grandes transformações sociais ocorridas no país, pela revolução tecnológica, pela revolução da informação e pela onda de democratização que vêm varrendo o planeta.

Mesmo sem desprezar a importância da resistência ao golpe, encabeçada por Ieltsin, faz-se importante notar a pouca participação das massas populares nela, pois esse fato joga luz sobre algumas das análises feitas anteriormente quanto à composição social dos setores que se puseram na frente da luta democrática. Visto em conjunto o processo, sem dúvida, as mobilizações democráticas de massa nas principais cidades do antigo bloco soviético cumpriram um papel decisivo para a democratização na região. Na URSS, entretanto, nos dias que se seguiram ao golpe, dentro de uma população de 9 milhões de habitantes de Moscou, onde se concentrou a resistência ao golpe, as estimativas mais altas de diversos órgãos de imprensa davam conta de que algo em torno de 150 mil ativistas teriam participado da resistência. A rotina da cidade, com exceção do centro, alterada apenas pela presença de tanques e barricadas, pouco mudou. Entre as grandes massas populares, até 1989 existira uma fase de grande interesse e participação nas discussões da reforma. Depois desse ano, no entanto, com a falta de resultados concretos e a desorganização da economia que dificultou a vida da população, a indiferença parece ter voltado a ganhar terreno. Havia mais liberdade formal, a censura caíra e já se podia expressar abertamente o pensamento crítico dentro de uma atmosfera de relativa liberdade. O arbítrio do Estado e do partido fora abrandado, a dissidência já não era perseguida como antes. Entretanto, havia a opressão das carências materiais, que obrigava a maioria da população a se voltar à luta diária pela sobrevivência. As camadas mais amplas das massas olharam de longe e com indiferença aquele tumulto nas alturas (REIS FILHO, 1997, p. 266). Ieltsin fez um apelo à greve geral, mas apesar disso, em nenhuma empresa de Moscou ou do restante do país se teve notícia de que o trabalho tenha sido interrompido. A baixa participação popular, a apatia da população não significava apoio ao golpe – com as exceções dos setores mais ligados ao partido comunista –, mas provavelmente possa ser explicada pela frustração com os resultados da Perestroika, pelo cansaço com as dificuldades da vida cotidiana. Afinal, não se podia pedir muito a um povo tantas vezes enganado, a quem tanto se mentiu. Por outro lado, as perspectivas econômica e ideológica

que apresentavam os novos reformistas liberais - desemprego em massa e corte de conquistas sociais -, como se viu na seqüência, não eram muito empolgantes.

Já na tarde do dia 21, foi suspensa a censura aos meios de comunicação e os membros do Comitê de Emergência foram presos. Gorbachev foi libertado e voltou da Criméia. Ele ainda tentou permanecer na cena política, mas sua posição estava bastante questionada e enfraquecida. Foi humilhado na frente das câmeras de TV ao ser lembrado que fora ele quem nomeara para o governo todos os membros do comitê golpista. Para todo o país pairou no ar a suspeita sobre se ele mesmo não teria participado ou facilitado, com sua ausência, a organização do golpe. Naquele momento, Gorbachev acabou.

Uma conseqüência imediata da derrota do golpe, e que teria uma significação histórica, foram as medidas tomadas por Ieltsin já no dia 22 de dissolver o PCUS e seu comitê central, fechar suas sedes, cassar sua existência legal, além de confiscar seus bens. Desaparecia assim o sucessor burocratizado do partido fundado por Lênin que tomou o poder em 1917, espinha dorsal de todo o sistema soviético desde os anos 30 e que havia sido a referência para tantos movimentos políticos e sociais no mundo inteiro durante o Século XX.

Com a derrota do golpe, o enfraquecimento do antigo centro personificado por Gorbachev chegou a um ponto crítico, se é que ainda se podia falar de um centro. O caminho agora estava completamente livre para os nacionalistas e os reformistas neoliberais. A facilidade com que Ieltsin e seus aliados conduziram o processo final de desmantelamento da URSS, ocorrido em apenas quatro meses, evidenciava o grau de debilitamento e decomposição a que tinha chegado a aparato central, completamente alienado em relação à estrutura da sociedade. Com a derrota do golpe ganharam ainda mais força as tendências separatistas e restauracionistas. Na seqüência do golpe, como numa avalanche, seguiram-se novas declarações de independência das repúblicas. Os líderes do mundo capitalista e de seus organismos mais uma vez não perderam a oportunidade de atacar qualquer coisa que sobrevivesse do Estado soviético. Condenaram o golpe em nome da democracia, colocaram-se ao lado dos separatistas e reformistas radicais na política de liquidação do que ainda restava da economia nacionalizada da URSS. Já em setembro de 1991, na esteira do golpe, as três repúblicas bálticas, que se declararam independentes e

separadas da URSS, ganharam reconhecimento internacional e direito a assento na Assembléia Geral da ONU.

O desaparecimento da URSS enquanto formação social distinta do capitalismo e assentada na propriedade nacionalizada e na gestão estatal e planificada da produção não parecia ser, entretanto, inevitável. Apesar do caos em que estava metida, a URSS, enquanto economia nacionalizada, não precisava ter acabado em 1991; seu fim não era uma necessidade histórica. Como já afirmado anteriormente, nenhum imperativo lógico implica que a revolução política que derrotou o regime burocrático e ditatorial tivesse que implicar ao mesmo tempo em uma contra-revolução social, que reconverteu a propriedade nacionalizada em propriedade capitalista e levou o país de volta ao capitalismo. Frente à fragmentação do poder burocrático e na ausência de uma alternativa real de regeneração do socialismo soviético, a dianteira da luta democrática caiu nas mãos dos setores favoráveis à restauração do capitalismo na URSS. O processo que levou à sua desintegração total evidenciou, tanto antes como depois do golpe, ações políticas deliberadas dos reformistas radicais insuflando o nacionalismo para desintegrar completamente o que restava do aparato do Estado federal da URSS e destruir e apoderar-se da propriedade nacionalizada. A derrota do golpe conservador acendeu o sinal verde e retirou qualquer trava para a nova burguesia que começava a se formar no país. Ieltsin, que ganhou enorme autoridade e fortaleceu sua posição no processo, aparecia agora como uma espécie de herói nacional para as classes médias e especialmente para os novos reformistas convertidos ao liberalismo econômico mais radical. Com seu apoio, os planos de privatização geral das empresas e de retorno a uma economia capitalista de mercado foram fortemente acelerados. Como já havia ocorrido em outros países do Leste Europeu, uma missão do Fundo Monetário Internacional, o FMI, instalou-se em Moscou ainda na segunda metade de 1991, com a tarefa de ajudar os novos dirigentes e os economistas russos a proceder à transição do que fora uma economia de planejamento central de volta ao capitalismo com a venda de toda a propriedade estatal por valores irrisórios aos novos ricos locais. Tanto no período anterior ao golpe como nos meses que se seguiram, Ieltsin e seus estrategistas, agora liderados por Burbulis, de forma consciente levaram ao limite a estratégia de liquidar qualquer vínculo ainda existente entre as instituições das repúblicas e a extremamente debilitada superestrutura do Estado federalista soviético, mesmo quando este já estava de joelhos.

Enquanto Gorbachev jogava-se em uma tentativa desesperada de sobreviver à frente de instituições soviéticas reformadas, mantendo a URSS ainda que como espectro de algum tipo de União, Ieltsin e seus homens trabalhavam deliberadamente em sentido contrário. Gorbachev ainda presidiu um simulacro de tratado econômico entre oito repúblicas no segundo semestre de 1991. Enquanto isso, Ieltsin estimulava as separações e, para isso, convenceu os líderes comunistas ucranianos e bielo-russos, reconvertidos ao nacionalismo e ao separatismo como em um passe de mágica, a separarem-se definitivamente da URSS. No dia 1º de dezembro, em um novo plebiscito, a população da Ucrânia, que representava algo em torno de um quarto da economia total da antiga URSS, foi chamada a votar e deu 90% dos votos a favor da separação. No dia 9 de dezembro, em reunião realizada em Minsk, os presidentes da Rússia, Boris Ieltsin, da Bielo-Rússia, Stanislav Shushkevitch e da Ucrânia, Leonid Kravtchuk selaram um acordo no qual declaravam que URSS e seu Estado estavam extintos e anunciavam a constituição de uma nova Comunidade de Estados Independentes, CEI, aberta às repúblicas que constituíram a URSS. Gorbachev nem sequer foi consultado em tal arranjo. Com exceção da Geórgia, todas as demais repúblicas se associaram à nova comunidade. Pelo acordo, a CEI não teria caráter estatal nem supranacional. Previa apenas a realização de reuniões eventuais entre representantes dos novos países associados. Na verdade, não se tratava da criação de um novo país ou federação e sim de um mecanismo acordado para dividir o espólio, as riquezas e as empresas da extinta União Soviética entre os novos países independentes e seus novos dirigentes, que agora poderiam pilhar as "suas" próprias repúblicas, livres de qualquer controle de um aparato supranacional. Ieltsin, sem qualquer comedimento, em nome da República Russa, apossou-se do Kremlin, do Ministério das Relações Exteriores e das representações diplomáticas da extinta URSS no exterior.

Gorbachev ainda se movimentou e reivindicou um assento na CEI como presidente da URSS. Mas já não haveria lugar para ele no mosaico de novos países surgidos da fragmentação da União Soviética. Em 21 de dezembro, os dirigentes de 11 repúblicas reunidas em Alma-Ata, no Casaquistão, formalizaram a fundação da nova Comunidade e, como em um passa-moleque, enviaram-lhe um comunicado informando-lhe que tanto a URSS como suas funções simplesmente haviam deixado de existir. Na noite de 25 de dezembro de 1991, em pronunciamento transmitido pela televisão, Mikhail Gorbachev, em

uma situação algo patética, tornou pública a sua renúncia à presidência da URSS, país que na verdade não existia mais. Terminava assim o epílogo de uma das mais ousadas e grandiosas experiências de transformação social da história humana, que marcou decisivamente a evolução do Século XX e a vida de quase todos os países e gerações. O que parecia inacreditável e até impossível até 6 anos antes tanto para a maioria dos analistas ocidentais quanto soviéticos acontecera: ao final de 1991, a URSS acabou.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da ascensão, declínio e desaparecimento da URSS lega muitas lições a todos aqueles que se interessam pelo progresso humano. Este é um tema vasto, que suscita apaixonantes discussões. A proposta da investigação aqui realizada não foi, no entanto, discutir tais lições, mas sim identificar as principais causas que conduziram ao colapso e desaparecimento da URSS em 1991, ainda que o autor faça aqui inferências a partir da identificação daquelas causas. Nesta parte, a guisa de considerações finais, busca-se arrolar de forma sintética aqueles fatores, apontados ao longo dos capítulos, discutindo como se relacionaram entre si e como contribuíram para aquele desfecho. Como já se assinalou na Introdução, este estudo não tem qualquer intenção de chegar a conclusões acabadas, até porque isto contraria o espírito científico e estamos conscientes de que muito ainda haverá que se pesquisar e discutir para ampliar o entendimento sobre aquele fenômeno. O que se tentou demonstrar no desenvolvimento foi o que se apresenta a seguir, em forma de síntese. Até aqui nossa investigação conseguiu chegar. Mais do que conclusões, as considerações finais aqui esboçadas se constituem em uma pauta de investigação deste pesquisador para os próximos anos. Conforme foi lembrado no início desta tese, explicar o desaparecimento de uma formação que tanta importância teve para a história do Século XX é uma tarefa coletiva, que muito diz respeito à evolução e ao futuro da civilização humana: não é obra para um homem só. Ressalte-se que este tema levará ainda a muitas controvérsias e novos estudos por muito tempo. O que se fez aqui foi um esforço de reinterpretação, que pretende lançar um pouco mais de luz sobre um tema tão controverso, sendo, portanto, antes de tudo, um convite à discussão a todos aqueles que buscam entender e explicar o mundo de forma científica, objetiva.

Além de evitar explicações acabadas, buscou-se também nesta investigação fugir à tentação de apontar uma única causa ou fator responsável pelo fim da União Soviética, como tendem a fazer diversos analistas. Apesar de que alguns fatores parecem ter tido um peso maior que outros, no estudo aqui realizado foi possível observar que um conjunto de elementos contribuiu para a desagregação daquela formação. Feitos

tais esclarecimentos, são apontadas, a seguir, as causas que, de acordo com o desenvolvimento da investigação, mais teriam contribuído para o colapso da URSS:

1) O atraso material, técnico e cultural da velha Rússia e demais nacionalidades da URSS.

A velha Rússia do início do Século XX, como os demais povos que a ela se somaram quando da constituição da URSS em 1922, não estava pronta e não poderia passar sozinha à instauração do socialismo. Seu nível de desenvolvimento técnico e cultural estava muito atrasado em relação aos países centrais, de desenvolvimento capitalista mais avançado, a partir dos quais Marx e Engels derivaram sua visão de socialismo e esperavam que se iniciasse seu advento e construção. A Revolução Russa erradicou o incipiente capitalismo na Rússia e subverteu até mesmo antigas relações sociais sobreviventes de modos de produção pré-capitalistas, criando novas formas jurídicas-políticas de propriedade e tentando estabelecer relações sociais e de produção de novo tipo, diretamente socialistas. Entretanto, o programa político socialista, as novas formas de propriedade e as novas relações sociais que se tentou introduzir no Estado nascente logo se mostraram em gritante descompasso com a precária base material e cultural sobre as quais tiveram que ser assentadas. Essa contradição colocou imensas dificuldades e tarefas completamente distintas e inesperadas para os socialistas russos, levando, como se verá, a todo tipo de deformações do projeto socialista original e a um regime político burocrático e despótico. Ao contrário de um ambiente de considerável riqueza e abundância que Marx e Engels identificavam nos países centrais, que permitiria relações sociais mais igualitárias no terreno da repartição do produto social, o atraso material da Rússia implicava em escassez, pobreza e na continuidade da competição pelos artigos necessários à sobrevivência, impondo, assim, a necessidade e o fortalecimento de uma nova burocracia organizada no Estado, à qual deveria caber acelerar a industrialização e a modernização do país e administrar a repartição do produto social. A criação da base material do socialismo em tempo recorde impôs, dessa forma, o fortalecimento do Estado e a criação de uma nova burocracia. O projeto de extinção gradativa do Estado durante a construção do socialismo, tão caro ao marxismo, parece ter se revelado assim, nas condições da velha Rússia, utópico,

e teve que ser assim adiado, pois a sobrevivência do novo Estado não-capitalista, isolado e agredido pelas potencias centrais, impunha a aceleração do desenvolvimento econômico e industrial através de métodos autoritários, como condição para não ser esmagado. Por outro lado, a herança de elementos das formações pré-capitalistas, feudais e mesmo do modo de produção asiático na velha Rússia, implicava a continuidade de estruturas e relações psicossociais de subserviência e patriarcalismo, ou seja, da antiga divisão social do trabalho nas relações humanas e políticas, favorecendo não só o surgimento da nova burocracia como contribuindo para definir o caráter totalitário do regime político que se formou na URSS. A trajetória econômica da URSS, de febril industrialização e rápida modernização, demonstra, sem dúvida, a relevância do papel do Estado na aceleração do desenvolvimento dos países retardatários e periféricos. Mas também parece ter confirmado a previsão marxista sobre a impossibilidade de instaurar o socialismo em países onde a base material, técnica e cultural esteja muito atrasada. A velha Rússia não era o melhor terreno para o estabelecimento de uma democracia socialista. Como não estavam dadas, portanto, as condições para a implantação do socialismo com o material humano e técnico herdado do império dos czares, sua construção dependeria, em última instância, da expansão da revolução para os países capitalistas centrais, ou seja, do socorro do proletariado ocidental.

2) O isolamento e o reformismo político no Ocidente.

Já desde antes da Revolução Russa, os bolcheviques estavam conscientes que não existiam as condições objetivas para a construção do socialismo na Rússia. Acreditavam, entretanto, que estas estavam dadas em nível global, a partir do estágio de desenvolvimento alcançado pela Europa Ocidental, e que, assim, uma revolução na Rússia funcionaria apenas como um estopim para a revolução socialista no Ocidente, de onde o proletariado viria em socorro dos trabalhadores russos. Essa ajuda teria uma importância não só política, mas também era fundamental para superar o atraso técnico e material do país dos *soviets*. O socorro, no entanto, não chegou. A vaga revolucionária ocorrida após a Primeira Guerra Mundial foi derrotada na Europa, deixando isolados a Revolução e o proletariado russos, que tiveram que se voltar, então, para os povos orientais, ainda mais atrasados que a velha Rússia. Esse isolamento dificultou sobremaneira a construção do

socialismo na URSS. Cada derrota no Ocidente desanimava os trabalhadores russos, fazia retroceder seu nível de atividade política, esvaziava seus organismos de representação e, dessa forma, conferia mais estabilidade à nova casta burocrática. O isolamento, reforçado pela política da nova burocracia soviética de construção do *socialismo em um só país*, levou à constituição de uma formação econômica anômala e híbrida entre o capitalismo e o socialismo, em regime de autarquia. Tal condição de isolamento, que a URSS viveu por quase toda a sua existência, não lhe permitiu apoiar-se e obter as mesmas vantagens decorrentes do comércio internacional que podiam usufruir os países capitalistas.

As derrotas e o isolamento da Revolução Russa não parecem derivar simplesmente do insuficiente desenvolvimento das organizações revolucionárias nos países capitalistas, das *traições* das direções social-democratas ou da burocracia soviética, como chegam a apontar algumas correntes marxistas. Parecem ter razões objetivas bem mais profundas. O progresso do fenômeno do oportunismo político entre os trabalhadores ocidentais, que contribuiu decisivamente para fechar o caminho para as revoluções socialistas na Europa, não foi apenas conseqüência da ação das lideranças social-democratas. O reformismo das lideranças é ao mesmo tempo *causa* e *conseqüência* do processo objetivo de assimilação da elite dos trabalhadores ocidentais pelo capital, de sua corrupção, do anestesiamento de seu ímpeto revolucionário, através de concessões materiais. O capital, já não podendo desconsiderar o peso social e político da poderosa classe trabalhadora conformada já no final do Século XIX, buscou cooptar seus setores mais qualificados e ao mesmo tempo incorporar na democracia liberal sua representação política, conseguindo, assim, envolvê-la e corrompê-la. Apesar de todas as suas crises, das guerras e destruição que causou no século passado e das expectativas de que não duraria muito, o capitalismo ocidental parece ter se demonstrado muito mais assentado e flexível do que esperava o movimento socialista, ao ponto de assimilar o proletariado dos países centrais, de forma que nenhuma revolução socialista chegou a ocorrer até os dias atuais em países de desenvolvimento capitalista avançado nos quais funcionaram democracias parlamentares. Assim, o reformismo social-democrata, servindo como um freio às ações revolucionárias do proletariado, foi um elemento presente e estruturante de toda realidade do Século XX, que ajuda a explicar a não ocorrência de novas revoluções nos países centrais e o conseqüente isolamento da URSS, que contribuiu para sua exaustão. A história

do Século XX parece ter confirmado de forma categórica o pensamento predominante da maioria dos socialistas russos do início daquele século, sobre a inviabilidade do estabelecimento de uma sociedade socialista em um país isolado, ilusão alimentada pela burocracia soviética. Seria impossível à URSS, como para qualquer país, sobreviver como uma autarquia dentro da economia e da sociedade mundiais, ainda dominadas pelo capitalismo e cada vez mais integradas e interdependentes, seja pelos fluxos de comércio, pelo desenvolvimento febril da técnica ou ainda pelas transformações sociais e culturais que tomam cada vez mais um caráter planetário com o rápido avanço dos meios de comunicação e transporte. O capital, enquanto existisse, não aceitaria conviver com um sistema social que lhe antagonizasse. A evolução da URSS parece ter demonstrado que a consolidação de uma formação social alternativa e superior ao capitalismo só pode dar-se em escala mundial ou não poderá sobreviver em regime de isolamento em um país ou região indefinidamente.

3) As agressões militares e o fardo dos gastos com defesa.

Observando a história dos últimos cinco milênios de civilização humana, pode-se constatar que, de longe, as causas mais comuns da exaustão das formações econômicas e sociais e dos impérios foram o militarismo, as guerras e o peso dos gastos militares. Durante toda a sua existência, a URSS concentrou o ódio do capitalismo mundial e das parcelas mais conservadoras da sociedade em todos os países e se viu, por isso, agredida ou permanentemente ameaçada, sendo o país que mais vidas perdeu em guerras durante o Século XX e um dos mais devastados. A militarização de todas as relações no Estado e na sociedade, a exigência de um comando ultracentralizado e a concentração de esforços para enfrentar as agressões militares não favoreceram o estabelecimento de uma democracia socialista, antes contribuíram para a consolidação de um regime ditatorial.

Por outro lado, os enormes recursos que deviam ser destinados para a indústria pesada voltada à defesa eram subtraídos dos demais setores da economia, impondo uma permanente escassez e impedindo o atendimento de muitas das demandas sociais, ou seja, as despesas militares cumpriam um papel socialmente destrutivo. Pode-

se imaginar que sem as enormes perdas causadas pelas agressões, os avanços econômicos e sociais na URSS poderiam ter se dado em outro patamar. Não se pode, por isso, fazer uma avaliação dos resultados econômicos e sociais apresentados pelo sistema soviético tomando como referência países capitalistas que não estiveram submetidos a tais agressões ou à ameaça permanente. Ao contrário do Ocidente, os indiscutíveis avanços tecnológicos soviéticos derivados da corrida armamentista e espacial pouco puderam, em função do ambiente de permanente estado de sítio existente, ser repassados e ajudar à economia civil e na renovação tecnológica, pelo menos em seu período final. Sob o impulso revolucionário, a Rússia derrotou as tropas capitalistas na guerra civil que se seguiu à Revolução de 1917. Enquanto sua economia cresceu velozmente, a URSS pôde tanto enfrentar e vencer o nazismo na Segunda Guerra Mundial, como também acompanhar, no pós-guerra, a corrida armamentista com EUA durante a Guerra Fria, apesar dos imensos gastos e da enorme pressão que isto exercia sobre seu mecanismo econômico. Entretanto, quando, na virada para os anos 70, sua economia desacelerou, já não foi possível seguir suportando tamanha pressão. Assim, pode-se dizer que o capitalismo mundial, em um processo acumulativo durante todo o século, através de duas agressões diretas ou da constante ameaça – que impuseram destruição, enormes perdas humanas, deformações de todo tipo ao seu regime político e insuportáveis gastos com defesa – terminou por exaurir economicamente a URSS, levando-a a desistir da luta, mesmo sem uma guerra direta em seu período final. Apesar de todos os seus indiscutíveis avanços em diversos campos e de seu enorme potencial bélico e nuclear, não parecia estar dada à União Soviética a possibilidade de, sem a ajuda dos trabalhadores dos países centrais, enfrentar e vencer sozinha, em termos econômicos e tecnológicos, as principais potências capitalistas associadas, pretensão essa estabelecida pela burocracia soviética, mas que não era a perspectiva dos socialistas russos do início do século, que pensavam sim em uma revolução internacional.

4) A natureza ditatorial do regime político no centro da explicação do destino final da URSS.

Os possíveis erros cometidos pela direção bolchevique no processo não podem ser desconsiderados, mas parecem ter sido primeiramente as condições extremamente adversas, como o atraso material e cultural, o isolamento e a militarização das relações políticas decorrentes das agressões e das necessidades de defesa que levaram ao surgimento do fenômeno burocrático do stalinismo, um regime político totalitário de partido único, à frente de um Estado hipertrofiado sobre a sociedade oprimida, bem distinto do projeto socialista original. Esse sistema totalitário, baseado nas novas relações jurídicas-políticas herdadas da Revolução – como a propriedade nacionalizada e o planejamento econômico estatal – e na mobilização compulsória da sociedade e da força de trabalho através da coação e do terror, pôde, sem dúvida, acelerar o desenvolvimento industrial e a modernização do país em um ritmo sem precedentes na história humana. A gênese socialista do Estado soviético foi o que, indiscutivelmente, permitiu grandes avanços econômicos e sociais, com a URSS superando, em poucas décadas, etapas de desenvolvimento que os países capitalistas levaram séculos para vencer.

Mas, apesar da acelerada modernização promovida pelo Estado, a natureza burocrática e totalitária do sistema soviético implicava severas contradições, que iriam com o tempo se revelar e impedir a continuidade do progresso. Enquanto a economia pôde se expandir rapidamente como uma economia eletromecânica simples, seja a partir da assimilação da técnica capitalista já pronta, replicada em grande escala na economia soviética em um primeiro momento, seja desenvolvendo tecnologia própria dentro de um modelo extensivo de crescimento, a natureza ditatorial do sistema político e a gestão burocrática da economia não impediram a expansão. No pós-guerra, entretanto, com a complexificação da economia, a urbanização acelerada e a escolarização maciça, esses traços definidores do sistema soviético entraram em flagrante contradição com a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas do país, passando a funcionar como uma trava para este. Tais características peculiares do sistema soviético apareceram no centro dos problemas que veio a ter a URSS a partir da década de 70. A gestão burocrática e vertical, que implicava na negação da democracia para os produtores parece ter sido um

elemento fundamental para o envelhecimento e esgotamento do mecanismo econômico a partir da década de 70. A história econômica da segunda metade do Século XX no restante do planeta parece ter indicado que, neste novo cenário de vertiginosa aceleração do desenvolvimento tecnológico, margens maiores de democracia – entendida aqui como o envolvimento de todos os participantes do processo de produção social nas decisões a serem tomadas –, passaram a ter uma importância não só política, mas *funcional*, no processo de síntese social. A democracia parece se demonstrar cada vez mais uma necessidade econômica em processos produtivos cada vez mais complexos e rapidamente renovados. O desenvolvimento acelerado da técnica pressupõe a redução da divisão social do trabalho e um permanente estado de negação, de destruição criadora, de superação, a liberdade de pensar diferente, ou seja, um ambiente onde a crítica é um motor da inovação, da criação, e não tratada como um crime de Estado, como acontecia na URSS. Ali, a continuidade de uma acentuada divisão social do trabalho e a alienação dos produtores, mantida através da repressão, levou ao enferrujamento do mecanismo econômico e ao descompromisso dos trabalhadores para com a eficiência e a qualidade dos produtos, como forma de protesto contra o sistema ditatorial. No aspecto político, a negação da liberdade e a perseguição a toda dissidência geravam, por sua, vez medo, apoliticismo, desmotivação e distanciamento da população para com as metas do regime. Dessa forma, ao contrário do período inicial, a natureza ditatorial do sistema soviético parece ter contribuído decisivamente para a desaceleração econômica e o atraso tecnológico que a URSS acumulou em relação ao Ocidente a partir da década de 70. Por outro lado, no longo prazo, também contou em muito para o esgotamento da formação soviética o fato de que a repressão política tenha ceifado ou destruído milhões de vidas, um prejuízo enorme, retirando da URSS grande parte de seus melhores recursos humanos. Além disso, o cerceamento das liberdades no bloco soviético forneceu um argumento poderoso à ideologia capitalista no Ocidente para envolver os trabalhadores na democracia parlamentar liberal – associada pela propaganda à democracia efetiva e assim fortalecida –, enquanto o socialismo foi apresentado como sinônimo de ditadura política, o que reforçou o reformismo e isolamento da URSS.

5) O esgotamento do modelo extensivo de crescimento, a perda da corrida tecnológica e a desaceleração econômica.

Durante a maior parte de sua existência, a economia soviética conseguiu se expandir em um ritmo superior à média dos países capitalistas em base a um modelo extensivo de crescimento, em que contavam mais os grandes volumes de produção, o aspecto quantitativo, e menos a qualidade dos produtos, a renovação tecnológica e a eficiência dos processos. Como havia abundância de recursos naturais e humanos na URSS, tal padrão de crescimento funcionou bem por muito tempo, mesmo com grandes desperdícios, prejuízos ecológicos e baixa produtividade do trabalho. Com o tempo esses recursos se tornaram, contudo, mais escassos. A continuidade do desenvolvimento dependeria de que se pudesse converter todo o mecanismo econômico de um padrão extensivo para um novo modelo intensivo em tecnologia, ou seja, da rápida elevação da eficiência do sistema. Porém, o caráter estagnante do sistema político impediu essa reconversão.

Em função da lentidão e da natureza burocrática do planejamento e da gestão econômica, a URSS, apesar dos grandes avanços tecnológicos que sem dúvida obteve até o final da década de 60, foi ficando completamente para trás na nova revolução tecnológica que varreu o mundo a partir da década de 70, baseada na microeletrônica e na informação como insumo da produção. Já nos anos 70, estava claro que a União Soviética perdera a corrida tecnológica. Enquanto a indústria ocidental começou a ser rapidamente reconvertida de um padrão *fordista* eletromecânico para um novo modelo de produção e gestão, baseado na experiência bem sucedida da indústria japonesa – com a utilização intensiva da microeletrônica, da automação e de métodos gerenciais cada vez mais eficientes; características peculiares do que veio a ficar conhecido como *toyotismo* –, o planejamento e a gestão econômica burocráticos do sistema soviético impediram ou atrasaram consideravelmente a reconversão da indústria, tirando dos seus produtos qualquer condição de competitividade no mercado mundial, levando a URSS a depender cada vez mais da tecnologia estrangeira e da exportação de volumes crescentes de produtos primários para equilibrar seu balanço de pagamentos. A baixa eficiência e o reduzido grau de

renovação tecnológica de sua indústria, cada vez mais obsoleta frente aos padrões mundiais – exatamente quando a fronteira tecnológica no restante do mundo se afastava vertiginosamente para frente –, contribuíram para colocar a URSS em uma rota de desaceleração econômica, que chegou praticamente à estagnação ao final dos anos 70, abrindo uma séria crise que passará a ameaçar a estabilidade do regime político, quitando-lhe autoridade e impondo reformas urgentes.

6) As grandes transformações sociais, culturais e comportamentais ocorridas no mundo e também dentro da URSS, a revolução da informação e as mobilizações democráticas em todo Leste Europeu erodiram por baixo o sistema soviético.

O mundo viveu no pós-guerra uma forte aceleração do processo de industrialização, urbanização e escolarização maciça de suas populações. A URSS da década de 70 e início dos anos 80 já não era o país majoritariamente camponês e inculto das décadas de 20 e 30, mas sim uma nação essencialmente industrial, moderna e urbana, com uma população de elevado nível educacional e cultural, que já não aceitava facilmente um regime ditatorial. As profundas transformações socioprofissionais ocorridas e a inevitável pressão delas decorrentes por maiores limites de liberdades coletivas e individuais no país foram fatores que obrigaram a burocracia soviética a promover um programa de reformas políticas liberalizantes em meados da década de 80. Outras pressões, no sentido da democratização, também vinham de fora. Como conseqüência da revolução informacional que vinha varrendo o mundo com o rápido desenvolvimento dos equipamentos de difusão e reprodução de sons, imagens e dados, os países centrais também viveram, a partir da década de 60, e paralelamente ao seu processo de urbanização acelerada, uma revolução cultural e comportamental contestadora e liberalizante em quase todos os aspectos da atividade humana, que se propagou para a periferia do sistema capitalista. O capitalismo liberal demonstrou-se flexível o suficiente para assimilar tais transformações, enquanto o rígido sistema ditatorial soviético colocou-se na sua contramão. Contudo, por mais que o sistema soviético tenha tentado negar à sua população o acesso à informação e aos equipamentos para sua reprodução, a revolução da informação pôs, com o tempo e por

inúmeros canais, os habitantes da União Soviética e de todo Leste Europeu em contato com o que se passava em toda a região e no resto do mundo, impressionando-os e passando a exercer também uma forte pressão pela liberalização. Essas rápidas mudanças comportamentais e culturais que varrem o planeta eram, sem dúvida, utilizadas pelas agências e emissoras capitalistas para fazer propaganda anticomunista e solapar o bloco soviético. Entretanto, elas não são simplesmente ideologia e propaganda, tendo assumido muitas vezes um caráter de contestação do próprio sistema capitalista. São antes de tudo, apesar dos aspectos degenerativos que também as acompanham, transformações evolutivas decorrentes do avanço da sociedade humana, que penetram hoje em todos os cantos do planeta com a crescente integração dos países em uma grande rede. Seria impossível manter a população da URSS e do Leste Europeu isolados do resto do mundo para sempre.

Devido às mesmas alterações estruturais que ocorriam no mundo e também pela desconfiança em relação ao centro do sistema em Moscou, as populações dos demais países do Leste Europeu protagonizaram uma onda de mobilizações democráticas contra os regimes autoritários locais dirigidos por partidos comunistas únicos, a exemplo do PCUS. Essa onda se propagou da periferia ao centro do sistema, exercendo, sem dúvida, enorme pressão por reformas democráticas na URSS.

7) A *Perestroika*, as mobilizações nacionalistas e a ofensiva restauracionista selaram a desagregação da URSS.

A *Perestroika* de Gorbachev foi uma reação da burocracia soviética ao estado de estagnação da economia e às pressões que vinham de dentro e de fora do país por liberalização política, mas terminou por acelerar ela mesma a desintegração da URSS. Era um programa de mudanças preventivas, que pretendia reformar o sistema de gestão da economia, aparentemente mantendo seu caráter estatal, renovar tecnologicamente o mecanismo produtivo e ao mesmo tempo promover reformas políticas parciais e controladas, sob a direção do PCUS. Como havia a resistência de parte da *nomenklatura,* a *Glasnost* foi utilizada como instrumento de luta democrática pelos reformistas para derrotar os conservadores. As reformas liberalizantes abriram, no entanto, uma torrente

incontrolável de pressões por maior velocidade na abertura, pois a sociedade logo demonstraria que não aceitava limites previstos para a democratização, levando a que o PCUS perdesse o controle do processo. No terreno econômico, a *Perestroika*, ao tentar reformar o enferrujado sistema de planejamento e gestão estatal, introduzindo mecanismos de mercado, terminou por desarticulá-lo completamente, gerando queda na produção, inflação, caos e mais escassez, reduzindo, conseqüentemente, o apoio inicial às reformas. O caos econômico alimentou a confusão política e enfraqueceu a autoridade do partido e do Estado, o que por sua vez reduziu a ameaça e o medo para ações reformistas mais audazes.

As mobilizações nacionalistas foram, provavelmente, de forma isolada, o elemento com efeito mais desagregador para o sistema federativo soviético. Eram de certa forma uma continuação do movimento democrático que se disseminava por todo Leste Europeu. Não expressavam nacionalismos muito arraigados; elas parecem ter sido, antes de tudo, um canal de identidade coletiva utilizado pelo movimento democrático geral contra um aparato federal opressor. No entanto, ao evoluir para o separatismo, esvaziaram completamente a superestrutura do Estado federativo soviético, deixando-o em suspenso, contribuindo para seu colapso.

Nada havia, em termos lógicos, que implicasse que a derrota do regime político ditatorial tivesse que significar, automaticamente, a desagregação da URSS como uma formação não-capitalista, assentada na propriedade nacionalizada. Não se pode entender, portanto, o fim da União Soviética sem apontar também a ação deliberada dos setores reformistas radicais, convertidos ao liberalismo econômico ocidental, que tomaram a frente da luta democrática nos últimos anos de sua existência. Na ausência de outra alternativa socialista de esquerda, apoiando-se no caos econômico, na confusão política, no sentimento democrático geral e na atração que as democracias capitalistas ocidentais exerciam sobre as massas soviéticas em termos de consumo e maior grau de liberdades civis, os reformistas radicais conseguiram dirigir a progressiva luta democrática não só contra o velho sistema político ditatorial, mas contra as próprias bases da economia nacionalizada emperrada e identificada com ele. Insuflando também a luta nacionalista, eles tudo fizeram para destruir o que restasse do Estado multinacional soviético, do legado da

Revolução Russa e para reconduzir o país ao capitalismo, reconvertendo a propriedade nacionalizada em propriedade privada.

Dentro desse quadro, a defesa da propriedade nacionalizada e do que restava das conquistas da Revolução ficou na mão das alas da burocracia mais refratárias à democratização, dos setores mais odiados dos aparatos do Estado e do partido, identificados com todos os crimes do stalinismo – o que implicava em uma péssima defesa –, facilitando assim a ação dos setores restauracionistas, que galvanizavam o sentimento democrático geral e o ódio contra o regime.

Pode-se considerar que o que houve na URSS nos últimos anos de sua existência não foi uma revolução política nos moldes que previu Trotsky, que derrubaria a burocracia e democratizaria o país, mas mantidas as bases da propriedade nacionalizada assentadas pela Revolução, ou seja, regenerando o socialismo. O processo que levou ao colapso da URSS parece mais uma combinação de progressivas revoluções ou mobilizações democráticas – que em muito se assemelham às revoluções burguesas, já que suas bandeiras não diferem muito daquelas levantadas nas revoluções de 1789 e 1848 – com a implosão ou desintegração de um sistema político ultrapassado, no qual já não cabiam as forças produtivas e sociais que dentro dele se desenvolviam. Essa combinação, ao destruir o Estado sobrevivente da Revolução associado à economia nacionalizada, permitiu, no sentido marxista do termo, uma contra-revolução econômica no terreno das relações jurídicas de propriedade e o retorno da maioria dos países do antigo bloco soviético ao capitalismo, sob regimes de democracias capitalistas, ainda que precárias e instáveis.

No terreno ideológico, aparentemente, isso pôde ser aceitável para as populações do Leste Europeu por dois motivos: primeiro, porque a partir de certo ponto, entre o final da década de 60 e a década dos 70, a natureza ditatorial, burocrática e inerte do sistema soviético anulou a dinâmica anterior de crescimento econômico acelerado e passou a funcionar como uma trava ao desenvolvimento econômico e social dos distintos países do bloco soviético, fazendo com que suas economias ficassem para trás em relação às potências capitalistas mais dinâmicas em termos de produtividade e inovação tecnológica. Isso deu o argumento para o ataque e destruição da economia estatal nacionalizada, que foi

associada pelos reformistas à ineficiência e à corrupção; o mesmo argumento liberal usado nos países capitalistas nos processos de privatização de empresas estatais. O segundo motivo foi que o stalinismo, com sua carga de crimes, perseguição e aniquilação física de qualquer dissidência, demonstrou-se muito pior do que as democracias capitalistas quanto aos limites de liberdades coletivas e individuais estabelecidos na sociedade. Assim, o caminho dos diversos países que sucederam o bloco soviético em direção a precárias democracias capitalistas pôde parecer aos olhos de grande parte de suas populações como um progresso liberalizante para um novo cenário em que podiam, agora, minimamente respirar, criticar, deslocar-se sem muros que as impedissem, enfim, pensar e agir diferente do que impunha o Estado, sem implicar na sua ida para um campo de concentração ou na perda da própria vida. Isso ocorreu dessa forma, não pelos méritos da democracia capitalista com seus evidentes limites, mas pela péssima qualidade de seu oponente durante o século passado, no que se refere à liberdade e aos direitos civis, do que se devem tirar profundas lições.

Poderia o processo iniciado em 1985 com a *Perestroika,* que terminou com o colapso, fragmentação e desaparecimento da URSS, ter levado a um outro final? Por exemplo, à uma revolução política democrática, mas com a manutenção das bases da economia nacionalizada, ou seja, à regeneração do socialismo, como esperava parte do movimento socialista? Para discutir tal questão, ressalte-se primeiramente que o historiador deve fazer história sobre o que aconteceu, não sobre o que poderia ter acontecido. Entretanto, nesse caso, não é um exercício completamente desprovido de sentido discutir os possíveis cenários alternativos ao desfecho ocorrido na União Soviética em 1991. Evidentemente, a possibilidade de uma revolução democrática regeneradora do socialismo no Leste Europeu dependeria em grande medida da existência de um quadro internacional favorável, no qual houvesse um avanço das idéias socialistas e dos movimentos sociais no restante do mundo. Mas, apesar da eclosão de convulsões sociais e revoluções importantes, esse quadro não existia naquele momento. Contrariamente, o que se viu a partir da década de 80 no Ocidente foram uma ofensiva e o retorno do pensamento econômico liberal ao comando das principais economias, o que levou a um quadro de debilitamento dos sindicatos e de grande parte das organizações sociais. Como se demonstrou, o liberalismo econômico envolveu mesmo as lideranças da luta democrática no Leste Europeu. Por outro

lado, o próprio movimento socialista, que já vinha de décadas de crise e dispersão pelo advento do stalinismo, viu-se ainda mais confundido e fragmentado perante as contradições reveladas nas economias e sociedades do bloco soviético a partir de 1985. Ou seja: durante a segunda metade da década de 80, não havia no cenário internacional movimentos ou tendências socialistas marxistas suficientemente expressivos e com clareza programática que ajudassem a alavancar a construção de uma forte alternativa de esquerda na URSS e demais países da região.

Se esta alternativa poderia ter surgido por dentro da formação soviética, independentemente do quadro internacional, é uma questão que só poderá ser discutida com os avanços dos estudos que vêm sendo realizados com a abertura progressiva dos arquivos na URSS, antes inacessíveis. Em função do bloqueio exercido pelo regime ditatorial, a história do movimento dos trabalhadores e das oposições no bloco soviético foi muito pouco estudada. Existem importantes iniciativas neste terreno, como de Fernando Claudin, em *A oposição no "socialismo real": União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-Eslováquia – 1953-1980* (1983). Mas são poucas. Esse é um tema que provavelmente será investigado no futuro próximo por diversos historiadores. Não só esse aspecto, mas muitos outros, relacionados ao que realmente se passou dentro da URSS e demais países do bloco soviético enquanto eles estiveram praticamente fechados ao mundo, deverão ser objetos de investigação nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alda Judith. A "revisão bibliográfica" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio 1992.

AGANBEGUIAN, Abel G. *A revolução na economia soviética: a Perestroika.* 2. ed., Lisboa: Europa-América, 1988.

AMMAN, R.; COOPER, J. *Technical progress and soviet economic development*. Oxford: Blacwell, 1986.

ANDREW, Christopher e GORDIEVSKY, Oleg. *KGB*: *The inside story of its foreign operation from Lenin to Gorbachev*. Londres: Hodder e Stoughton, 1990.

ANWEILER, Oskar. *Los soviets en Russia*, 1902-1921. Madrid: Cero, 1975.

BAHRO, Rudolf. *A alternativa para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BECKER, Abraham S. *The burden of soviet defense: a political-economic essay*. Santa Monica: Rand Corparation, 1981.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética. vol 1 : 1917-1923, vol 2: 1923-1930*, 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BLACKBURN, Robin (org). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BUKHARIN, *Teoria económica del período de transición.* Córdoba: Passado y Presente, 1974.

_____. A Nova Política Econômica e nossas tarefas. In: N. BOUKHARINE, L. KAMENEV, E. PREOBRAJENSKY e L. TROTSKY. *La Question Paysanne em URSS (1924-1929).* Paris: Maspero, 1973, p. 151.

CARR, Eric H. *El socialismo en un solo país.* Madrid: Alianza Editorial, 1974-1976, 3vols.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura.* 3 vols.; vol. 1, *A Sociedade em Rede*; vol. 2, *O Poder da Identidade*; vol. 3, *Fim do Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____ ; KISELYOVA, Emma. *The collapse of soviet communism*: *a view from the Information Society.* Berkeley: University of California at Berkeley, International and Area Studies, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. *Political and social writings*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1988.

CLAUDIN, Fernando. *A oposição no "socialismo real"*: *União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-Eslováquia 1953-1980.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CLIFF, Tony. *State capitalism in Rússia*. Londres: Pluto Press, 1974.

COHEN, Stephen. *Rethinking the soviet experience*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

_____; VAN DEN HEUVEL, K. *Voices of Glasnost.* Nova Iorque: W.W. Norton, 1989.

_____. *Bukharin e a revolução bolchevique.* São Paulo: Paz e Terra, 1990.

COOPER, J. *The soviet defense industry: conversion and reform*. Londres: Pinter, 1991.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*. Londres: Harmondsworth, 1966.

D'ENCAUSSE, Helene C. *L'empire éclaté, la revolte des nations em URSS.* Paris: Flammarion, 1978.

DESAI, Padma. *The soviet economy: problems and prospects*. Oxford: Blackwell: 1987.

ENGELS, *Anti-During*. Santiago del Chile: Ediciones Ercilla, 1940.

FARBER, Samuel, *Before stalinism*, Nova Iorque e Cambridge: Verso Books, 1990.

FORTESCUE, Stephen. *The Communist Party and soviet science*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

FURET, F. A História quantitativa e a construção do fato histórico. In: Maria Beatriz Nizza da Silva*, Teoria da História.* São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

GOLDMAN, Marshall I. *Gorbachev's Challenge : economic reform in the age of high technology*. Nova Iorque: W.W. Norton and Co., 1987.

GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo.* 22. ed., São Paulo: Best Seller, 1989.

GORENDER, Jacob. *O Fim da URSS. Origens e fracasso da Perestroika.* 2. ed., São Paulo: Atual, 1992.

GREGORY, Paul R.; STUART, Robert C. *Russian and soviet economic performance and structure*, 3. ed., Nova Iorque: Harper, 1986

HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético: relato de uma polêmica*. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

HARISSON, Mark, *Soviet economic growth since 1928: the alternative statistics of G.I. Khanin*, *Europe-Asia Studies*, 45 (1): 141-167, 1993.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991.* 2. ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KAGARLITSKY, Boris. *A desintegração do monolito.* São Paulo: Ed. UNESP: 1993.

KHANIN, G. I. *Dinamika ekonomicheskogo razvitiya SSSR*, Novosibirsk: Nauka, 1991a.

_____. *"Ekonomicheskii rost v SSSr v 80-e gody"*, Revista EKO, 5, 1991b.

KASSEL, Simon; CAMPBELL, Cathleen. *The Soviet Academy of Sciences and technological development*. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 1980.

KORNAI, Janos. *Economics of shortage*. Amsterdam: North-Holland, 1980.

_____. *Contradictions and Dilemmas : studies on the socialist economy and society*. Cambridge: MIT Press, 1986.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAQUEUR, Walter. *O Fim de um sonho*. São Paulo: Best Seller, 1995.

LAVIGNE, Marie L. *A reforma dos métodos de gestão na União Soviética - a Discussão Liberman.* São Paulo: (s.ed.), 1965.

LEE, William Thomas. *The estimation of soviet defense expenditures: an unconventional approach.* Nova Iorque: Praeger, 1977.

LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, vol. 1, 3. ed., 1986; vol. 2, 3. ed., 1986; vol. 3, 1980.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987a.

_____. *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo.* São Paulo: Global, 1987b.

LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *The making of soviet system: essays in the social history of interwar Russia.* New York: The New Press, 1994.

LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economía soviética.* Barcelona: Ariel, 1969.

MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika.* São Paulo: Busca Vida, 1989, vol.1.

_____. *El poder y el dinero: Contribución a la teoria de la posible extición del Estado*. México. D.F.: Siglo Veinteuno Editores, 1994.

_____. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã Editora, 1995.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. Preobrajensky e a Nova Econômica. In: PREOBRAJENSKY, E. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 9.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. 5. ed., Lisboa: Ed. Estampa, 1977.

_____. *Miséria da filosofia,* São Paulo: Global, 1980.

_____. *O Capital*, 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 5 vol., 1988.

_____. *Grundisse*. México D.F., Siglo Veinteuno Editores, vol. 1, 17. ed., 1997; vol. 2, 13. ed., 1997; vol. 3, 11. ed., 1998.

_____; ENGELS, Friedrich. *Escritos económicos vários de Marx y Engels*. Barcelona: Ediciones Grijalho, 1975.

_____. *Obras escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Omega, 3 vol., 1980.

_____. *A ideologia alemã*, São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDVEDEV, Roy. *Le stalinisme. Origines, histoire, conséquences.* Paris, Seuil, 1971.

_____. *Era inevitável a Revolução Russa?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. O socialismo num só país. In: HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, vol. 7, p. 45.

MEDVEDEV, Zhores. *Gorbachev.* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

NEMCHINOV V. Gestion económica socialista y planificación de la produccíon. In: LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economía soviética.* Barcelona: Ariel, 1969, p. 78.

NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível.* São Paulo: Ática: 1989.

_____. *An economic history of the USSR.* Londres: Peguin Books, 1990.

POMERANZ, Lenina (org.). *Perestroika: desafios da transformação social na URSS.* São Paulo: EDUSP, 1990.

PRÉOBRAJENSKY, Eugênio. *A nova econômica.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAKOVSKY, C. The five year plan in crisis. In: *Bulletin of the Opposition*, nº 25-26, 1931.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida - A história do socialismo soviético.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIZZI, Bruno. *The bureaucratization of the world.* Nova Iorque: Tavistock Publication, 1985.

RUSSEL, Bertrand. *The practice and theory of bolchevism.* Londres: Allen y Unwin, 1948.

SAPIR, Jacques. *Travail et travailleurs en URSS*, 2. ed. Paris: La Découverte, 1986.

_____. *Les fluctuations économiques em URSS, 1941-1985.* Paris: Ed. De l'Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1989.

_____. *L'économie mobilisée.* Paris: La Découverte, 1990.

SCHUMPETER, A. Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres: Routledge, 1996.

SERGE, Victor. *El año uno de la Revolución Russa.* México, D.F.: Siglo Veinteuno Editores, 1969.

SKATOV, V. Útil para el país, vantajoso para el individuo. In: LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economía soviética*.Barcelona: Ariel, 1965.

STEINBERG, Dimitri. *Soviet defense burden: estimating hidden defense costs.*Washington D.C.: Intelligence Decision Systems. Relatório de pesquisa.

SUTTON, A. C., *Western technology and soviet development*, Stanford: Stanford University Press, 1971.

TRAPESNIKOV, V. Para una gestión articulada de las empresas. In: LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economía soviética.* Barcelona: ARIEL, 1969, p. 131.

TROTSKY, Leon. *A revolução traída.* Lisboa: Antídoto, 1977a.

_____. *Escritos.* Bogotá: Editorial Pluma, 1977b.

VAAG, L.; ZAKHAROV, S. Remuneración de los fondos productivos y benefício de la empresa. In: LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economía soviética*.Barcelona: Ariel, 1965.

WALKER, Martin. *The waking giant: Gorbachev's Russia.* Nova Iorque: Pantheon Books, 1986.

WERTH, Alexander. *A Rússia na guerra: 1941-1945.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WERTH, Nicolas. Um Estado contra o povo. In: COURTOIS, Stéphane et al. *O livro negro do comunismo: Crimes, terror e repressão.* 3. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

WITTFOGEL, K. *Oriental despotism.* New Haven: Yale University Press, 1957.

ZASLAVSKAIA, Tatiana. *A estratégia social da Perestroika.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Alda Judith. A "revisão bibliográfica" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio 1992.

ABALKIN, Leonid. *A sociedade soviética: renovação revolucionária*. Moscou: Profizdat, 1989.

AGANBEGUIAN, Abel G. *A revolução na economia soviética: a Perestroika.* 2. ed., Lisboa: Europa-América, 1988.

_____. *Movendo a montanha*. São Paulo: Best Seller, 1990.

AMMAN, R.; COOPER, J. *Technical progress and soviet economic development*. Oxford: Blacwell, 1986.

ANDREW, Christopher; GORDIEVSKY, Oleg. *KGB*: *The inside story of its foreign operation from Lenin to Gorbachev*. Londres: Hodder e Stoughton, 1990.

ANWEILER, Oskar. *Los soviets en Russia*, 1902-1921. Madrid: Cero, 1975.

ARENDT, Hanna. *The origins of totalitarianism.* New York: Viking, 1968.

ARNASON, Johann P. Perspectivas e problemas do marxismo crítico no Leste Europeu. IN: HOBSBAWN, Eric J. (org). *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v.11, p. 163.

ASH, Timothy G. *Nós, o povo. A revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BAHRO, Rudolf. *A alternativa para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BECKER, Abraham S. *The burden of soviet defense: a political-economic essay*. Santa Monica: Rand Corparation, 1981.

BERGSON, Abram. *Productividad y sistema social: Rusia y Occidente.* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1978.

BETTANIN, Fábio. *A coletivização da terra na URSS: Stalin e a "revolução pelo alto" (1929-1933).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

BETTELHEIM, Charles. *Planificación y crecimiento acelerado.* México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1965.

_____. *A transição para a economia socialista.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. *A luta de classes na União Soviética. Vol. 1 : 1917-1923, vol. 2: 1923-1930*, 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BLACKBURN, Robin (org). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1985.

BROUÉ, Pierre. *Le parti bolchevique.* 2. ed., Paris: Minuit, 1971.

_____. *A primavera dos povos começa em Praga*. São Paulo: Kairós, 1979.

BRUNSCHWIG, Jeanne (org). *Crítica ao SOREX (socialismo realmente existente).* São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRUS, W.; LASKI, K. *From Marx to the market.* New York: Oxford University Press, 1989.

BUKHARIN, Nicolai. *Sobre la acumulación socialista.* Buenos Aires: Materiales Sociales, 1973.

_____. *Teoria económica del periodo de transición.* Córdoba: Passado e Presente, 1974.

_____. A Nova Política Econômica e nossas tarefas. In: N. BOUKHARINE; L. KAMENEV; E. PREOBRAJENSKY; L. TROTSKY. *La Question Paysanne em URSS (1924-1929).* Paris: Maspero, 1973, p. 151.

BURNHAM, James. *The managerial revolution.* New York: Pelican, 1945.

CARR, Eric H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Historia de la Rusia Soviética.* Madrid: Alianza Editorial, 1974. 12 vols.

_____. *La Revolución Bolchevique, (1917-1923)*, Madrid: Alianza Editorial, 1974.

_____. *El interregno.* Madrid: Alianza Editorial, 1977.

_____. *El socialismo en un solo país.* Madrid: Alianza Editorial, 1974-1976, 3 vols.

_____; DAVIES, R. W. *Bases de una economía planificada.* Madrid: Alianza Editorial, 1980-1984, 3 vols.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura.* 3 vols.; vol. 1, *A Sociedade em Rede*; vol. 2, *O Poder da Identidade*; vol. 3, *Fim do Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____; KISELYOVA, Emma. *The collapse of soviet communism*: *a view from the Information Society.* Berkeley: University of California at Berkeley, Internacional and Area Studies, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. *A sociedade burocrática: as relações de produção na Rússia.* Porto: Afrontamento, (s.d.).

_____. *Political and social writings*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1988.

CAVE, Martin. *Computers and economic planning: the soviet experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CLAUDIN, Fernando. *A oposição no "socialismo real"*: *União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-Eslováquia, 1953-1980.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CLIFF, Tony. *State capitalism in Rússia*. Londres: Pluto Press, 1974.

COGGIOLA, Osvaldo. *Polônia...* São Paulo: Ched, 1981.

_____. *Leon Trotsky : passado e presente do socialismo*. São Paulo: Brasiliense (s.d.)

_____. *Trotsky ontem e hoje.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *A revolução chinesa.* 4. ed., São Paulo: Moderna, 1990.

COHEN, Stephen. *Rethinking the soviet experience*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

_____. *Bukharin e a revolução bolchevique.* São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. *Failed crusade: America and the tragedy of post-communist Russia.* Nova Iorque: W.W. Norton and Co., 2000

_____; VAN DEN HEUVEL, K. *Voices of Glasnost.* Nova Iorque: W.W. Norton and Co., 1989.

CONQUEST, Robert et al. *Ditadura sem proletariado.* Barcelona: Afrodite, 1978.

_____. *O grande terror. Os expurgos de Stalin.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

COOPER, J. *The soviet defense industry: conversion and reform*. Londres: Pinter, 1991.

DAVIES, R.W. *Soviet history in the Gorbachev revolution.* Londres: McMillan Press, 1989.

_____. *The Soviet Union.* Londres: Unwin and Hyman, 1989.

DESAI, Padma. *The soviet economy: problems and prospects*. Oxford: Blackwell: 1987.

DEUTSCHER, Isaac et al. *Problemas e perspectivas do socialismo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*. Londres: Harmondsworth, 1966.

_____. *O profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 -1968.

_____. *O profeta desarmado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *O profeta banido.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *A revolução inacabada.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Ironias da história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

D'ENCAUSSE, Helene C. *L'empire éclaté, la revolte des nations em URSS.* Paris: Flammarion, 1978.

DOBB, Maurice. *Soviet economic development since 1917.* Londres: Routledge, 1966.

DOUCETTE, Diane. *The restructuring of the telecommunications industry in the former Soviet Union*. Berkeley: University of California, 1995. Tese de Doutorado não publicada.

ELLMAN, Michael. *Planejamento socialista.* Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ENGELS, *Anti-During*. Santiago do Chile: Ediciones Ercilla, 1940.

FARBER, Samuel. *Before stalinism*, Nova Iorque e Cambridge: Verso Books, 1990.

FERNANDES, Luís. *URSS: ascensão e queda.* São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

_____.*O enigma do socialismo real. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2000.

FERRO, Marc. *O Ocidente diante da Revolução Soviética.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Dos soviets à burocracia.* São Leopoldo, CECA, 1988.

_____. *Dictionnaire de la Glasnost.* Paris:Payot,1989.

_____. *Les origines de la Perestroika.* Paris: Ramsay, 1990.

_____. *L'Etate de toutes les russies: Lês états et les nations de l'ex-URSS.* Paris: La Découverte, 1993.

FORTESCUE, Stephen. *The communist party and soviet science*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

FREELAND, Chrystia. *Sale of the century: Russia's wild ride from communism to capitalism.* Crown Publishers, 2000.

FURET, F. A História quantitativa e a construção do fato histórico. In: Maria Beatriz Nizza da Silva, *Teoria da História.* São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

_____. *Le passé de une illusion*. Paris: R.Laffont/C.Lévy,1985.

GETTY, J. A. *Origins of the great purges: the soviet CP reconsidered.* New York: Cambridge Univ. Press, 1987.

GOLDMAN, Marshall I. *Gorbachev's Challenge : economic reform in the age of high technology*. Nova Iorque: W.W. Norton and Co., 1987.

GORBACHEV, Mikhail. *Tarefas do partido no âmbito da reestruturação do sistema de gestão da economia.* Moscou: Novosti, 1987a.

_____. *Glasnost: a política da transparência.* São Paulo: Brasiliense, 1987b.

_____. *Tempo para a paz.* Rio de Janeiro: Globo, 1987c.

_____. *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo.* 22. ed., São Paulo: Best Seller, 1989.

GORENDER, Jacob. *O Fim da URSS. Origens e fracasso da Perestroika.* 2. ed., São Paulo: Atual, 1992.

GREGORY, Paul R; STUART, Robert C. *Russian and soviet economic performance and structure*, 7. ed., Nova Iorque: Addison Wesley, 2000.

HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético: relato de uma polêmica*. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

HALLIDAY, Fred. *Génesis de la segunda Guerra Fría.* México: UNAM, 1989.

HARISSON, Mark, *Soviet economic growth since 1928: the alternative statistics of G.I. Khanin*, *Europe-Asia Studies*, 45 (1): 141-167, 1993.

HEWEETT, E.A. *Reforming the soviet economy.* Washington: The Brookings Institution, 1988.

HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo.* 2. ed., 11 vols. São Paulo: Paz e Terra, 1986-1991.

_____. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991.* 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

JASNY, N. *Soviet industrialization, 1918-1952.* Chicago: Chicago U.P., 1961.

JUST, Stéphane. *A revolução proletária e os estados operários burocráticos.* São Paulo: Palavra, 1980.

KAGARLITSKY, Boris. *The thinking red.* Londres: Verso Books, 1990a.

_____. *Farewell to Perestroika*. Londres: Verso Books, 1990b.

_____. *A desintegração do monolito.* São Paulo: Ed. UNESP: 1993.

KASSEL, Simon; CAMPBELL, Cathleen. *The Soviet Academy of Sciences and technological development*. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 1980.

KEEP, Jonh L.H. *Last of the empires, a history of the Soviet Union, 1945-1991.* New York: Oxford U.P., 1995.

KORNAI, Janos. *Economics of shortage*. Amsterdam: North-Holland, 1980.

_____. *Contradictions and Dilemmas : studies on the socialist economy and society*. Cambridge: MIT Press, 1986a.

_____. The hungarian reform process. In: *Journal of Economic Literature*, vol. 24, dez., 1986b.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LANE, David. *Soviet society under Perestroika.* Londres: Unwin and Hyman, 1990.

_____. *The rise and the fall of State Socialism: industrial society and the Socialist State.*

Londres: Polity Press: 1996.

LAQUEUR, Walter. *The long road to freedom Russia and Glasnost.* New York: Scribner Book Company, 1989.

_____. *O Fim de um sonho*. São Paulo: Best Seller, 1995.

LAVIGNE, Marie L. *A reforma dos métodos de gestão na União Soviética - a Discussão Liberman.* São Paulo: (s.ed.), 1965.

_____. *Reformes économiques dans les pays socialistes. Une analyse comparative critique (URSS, Chine, Hongrie).* Paris: Univ. Paris e Sorbonne, 1987.

_____. *International political economy and socialism.* New York: Cambridge U.P., 1991.

LEE, William Thomas. *The estimation of soviet defense expenditures: an unconventional approach.* Nova Iorque: Praeger, 1977.

LENIN, Vladimir I. *Teoria económica y economía política de la construcción del socialismo.* México: Roca, 1974.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, vol. 1, 3. ed., 1986; vol. 2, 3. ed., 1986; vol. 3, 1980.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987a.

_____. *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo.* São Paulo: Global, 1987b.

LEONHARD, Wolfgang. *O futuro do comunismo soviético: em véspera de uma nova revolução?* Rio de Janeiro: Nórdica, 1977.

LEWIN, Moshe. *Russians peasants and soviet power.* New York: W.W. Norton & Company, 1975.

_____. *Le dernier combat de Lenine.* Paris: Minuit, 1976.

_____. Para uma conceituação do stalinismo. In: HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. vol. 2, p. 203.

_____. *O fenômeno Gorbachev.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *The making of soviet system: essays in the social history of interwar Russia.* New York: The New Press, 1994.

_____. *Russia/USSR/Russia.* New York: The New Press, 1995.

LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economía soviética.* Barcelona: Ariel, 1969.

LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor.* São Paulo: Marco Zero, 1983.

LUJAN, Nestor. *El acuerdo Hitler-Stalin.* Barcelona: Orbis,1982.

MALIA, Martin. *Comprendre de la Révolution Russe.* Paris: SEUIL, 1980.

MANDEL, Ernest. *A luta pela democracia socialista na URSS.* Lisboa: Antídoto, 1977

_____. *10 tesis sobre la sociedad de transición.* Barcelona: Rojas, 1978.

_____. *Além da Perestroika.* São Paulo: Busca Vida, 1989. v.1.

_____. *El poder y el dinero: Contribución a la teoria de la posible extición del Estado*. México. D.F.: Siglo Veinteuno Editores, 1994.

_____. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã Editora, 1995.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. Preobrajensky e a nova econômica. In: PREOBRAJENSKY, E. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 9.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. 5. ed., Lisboa: Ed. Estampa, 1977.

_____. *Miséria da filosofia,* São Paulo: Global, 1980.

_____. *O Capital*, 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 5 vol., 1988.

_____. *Grundisse*. México D.F., Siglo Veinteuno Editores, vol. 1, 17. ed., 1997; vol. 2, 13. ed., 1997; vol. 3, 11. ed., 1998.

_____; ENGELS, Friedrich. *Escritos económicos vários de Marx y Engels*. Barcelona: Ediciones Grijalho, 1975.

_____.*Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 3 vol., 1980

_____. *A ideologia alemã*, São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDVEDEV, Roy. *Le stalinisme. Origines, histoire, conséquences.* Paris, Seuil, 1971.

_____. *Era inevitável a Revolução Russa?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. O socialismo num só país. In: HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. vol. 7, p. 45.

_____; MEDVEDEV, Zhores. *Khrushchev: the years in power.* New York: W.W. Norton & Company, 1978.

MEDVEDEV, Zhores. *Gorbachev.* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

MLYNAR, Zdenek (org.). *O projeto Gorbachev.* São Paulo: Mandacaru, 1987.

NEMCHINOV, V. Gestion económica socialista y planificación de la producción. In: LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economia sovietica.* Barcelona: Ariel, 1969, p. 78.

NOVE, Alec. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In: HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. vol. 7, p. 105.

_____. *Socialism, economics and development*, Londres: Unwin and Hyman, 1986.

_____. *A economia do socialismo possível.* São Paulo: Ática: 1989.

_____. *An economic history of the USSR.* Londres: Peguin Books, 1990.

PALMEIRA, Vladimir. *URSS: existe socialismo nisto?* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

POMERANZ, Lenina (org.). *Perestroika: desafios da transformação social na URSS.* São Paulo: EDUSP, 1990.

PRÉOBRAJENSKY, Eugênio. *A nova econômica.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAKOVSKY, C. The five year plan in crisis. In: *Bulletin of the Opposition*, nº 25-26, 1931.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida - A história do socialismo soviético.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RICHTA, Radovan. *Economia socialista e revolução tecnológica.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

RIZZI, Bruno. *The bureaucratization of the world.* Nova Iorque: Tavistock Publication, 1985.

RUSSEL, Bertrand. *The practice and theory of bolchevism.* Londres: Allen y Unwin, 1948.

SAPIR, Jacques. *Travail et travailleurs en URSS*, 2. ed., Paris: La Découverte, 1986.

_____. *Les fluctuations économiques em URSS, 1941-1985.* Paris: Ed. De l'Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1989.

_____. *L'économie mobilisée.* Paris: La Découverte, 1990.

_____. *Le chaos russe.* Paris: La Découverte, 1996.

SCHAPIRO, Leonard. *The government and politics of the Soviet Union.* Londres: Hutchinson University Library, 1988.

SCHUMPETER, A. Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres: Routledge,1996.

SERGE, Victor. *El año uno de la Revolución Russa.* México, D.F.: Siglo Veinteuno Editores, 1969.

SKATOV, V. Útil para el país, vantajoso para el individuo. In: LIBERMAN *Plan e beneficio en la economía soviética*. Barcelona: Ariel, 1965.

SOLJENITSIN, Alexander. *Arquipélago Gulag.* São Paulo: Difel, 1975a.

_____. *Um dia na vida de Ivan Denissovitch.* São Paulo: Difel, 1975b.

STALIN, Josef. *Problemas econômicos do socialismo na URSS.* São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

STEINBERG, Dimitri. *Soviet defense burden: estimating hidden defense costs*. Washington D.C.: Intelligence Decision Systems. Relatório de pesquisa.

SUTTON, A. C., *Western technology and soviet development*, Stanford: Stanford University Press, 1971.

SWEEZY, Paul. *A sociedade pós-revolucionária.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TELO, Mario. Bukharin: economia e política na construção do socialismo. In: HOBSBAWN, Eric. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, vol. 7, p. 159.

TRATENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo.* São Paulo: Moderna, 1986.

TRAPESNIKOV, V. Para una gestión articulada de las empresas. In: LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economía soviética.* Barcelona: Ariel, 1969, p. 131.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Stalin. El gran organizador de derrotas.* Buenos Aires: Yunque, 1974.

_____. *A revolução traída.* Lisboa: Antídoto, 1977a.

_____. *Escritos.* Bogotá: Editorial Pluma, 1977b.

_____. *A revolução desfigurada.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

_____. *A revolução permanente.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

_____. *Em defesa do marxismo.* São Paulo: Proposta Editorial, (s.d.).

VAAG, L.; ZAKHAROV, S. Remuneración de los fondos productivos y beneficio de la empresa. In: LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economía soviética*. Barcelona: Ariel, 1965.

WALKER, Martin. *The waking giant: Gorbachev's Russia.* Nova Iorque: Pantheon Books, 1986.

WERTH, Alexander. *A Rússia na guerra: 1941-1945.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WERTH, Nicolas. *Être communiste em URSS sous Staline.* Paris: Gallimard-Juillard, 1981.

_____. *L'histoire de L'Union Soviétique.* Paris: PUF, 1991.

_____. Um Estado contra o povo. In: COURTOIS, Stéphane et al. *O livro negro do comunismo: Crimes, terror e repressão.* 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

WITTFOGEL, K. *Oriental despotism.* New Haven: Yale University Press, 1957.

YELTSIN, Boris. *Os rumos da Perestroika.* São Paulo: Best Seller, 1990.

ZASLAVSKAIA, Tatiana. *A estratégia social da Perestroika.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

ANEXO DE TABELAS

Tabela 12 – Crescimento da classe trabalhadora, 1928-1940 (em milhares)

	1928	1932	1937	1940
Total de empregos (trabalhadores e funcionários)	10.800	20.600	26.700	31.200
Trabalhadores (total)	6.800	14.500	17.200	20.000
Trabalhadores na indústria	3.124	6.007	7.924	8.290
Trabalhadores na construção	630	2.479	1.875	1.929
Trabalhadores nos *sovkhozes* e em outras fazendas estatais	301	1.970	1.539	1.558

Fonte: Lewin (1985, p. 225).

Tabela 13 – Comparação entre a produção de blindados dos quatro beligerantes na Segunda Guerra

País	Carros	Veículos blindados
URSS (2º sem. 1941 – fim 1945)	88000	106000
Estados Unidos (01/01/1942 – fim 1945)	88276	131757
Grã-Bretanha (1939-1945)	25115	85340
Alemanha (1939-1945)	23500	41000

Fonte: Sapir (1989, p. 51).

Tabela 14 – Indicadores da economia soviética ao longo dos anos 1971-1985 (variações em porcentagem por qüinqüênio)

Indicadores		Qüinqüênios		
		IX 1971-75	X 1976-80	XI 1981-85 (resultado esperado)
Renda nacional utilizada para o consumo e a acumulação		28	21	16,5
Recursos		21	13	9
Eficácia da produção *		6	7	7
Parte dos fatores de crescimento econômico no acréscimo do rendimento nacional	extensivos	$^{3}/_{4}$	$^{2}/_{3}$	$^{3}/_{5}$
	intensivos	$^{1}/_{4}$	$^{1}/_{3}$	$^{1}/_{5}$

* segundo estimativas soviéticas
Fonte: Aganbeguian (1988, p. 84).

Tabela 15 – Taxas de crescimento da economia soviética, de acordo com diversas fontes

PML* da URSS em % anual média (oficial – *Narkhoz)*	1928-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1928-1985
	14,30%	6,30%	10,30%	6,50%	7,80%	5,70%	4,30%	3,20%	8,40%
PNB da URSS em % anual média (Ofer-CIA-Bergson)**	1928-1940	1940-1950	1950-1960	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1928-1985
	5,8% (9,7%)	2,2% (1,8%)	5,70%	5,00%	5,20%	3,70%	2,70%	2,00%	4,20%
PML da URSS em % anual média (Khanin)	1929-1941	1942-1950	1951-1960	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1929-1987
	3,20%	1,60%	7,20%	4,40%	4,10%	3,20%	1,00%	0,60%	3,30%

*A partir de 1988, os soviéticos começaram a apresentar cálculos também de PNB da URSS no anuário estatístico *Narodnoe Khozyaistvo.*

** Período de 1928-1950 de Ofer (baseado em Bergson) e calculado a custo de fatores do rublo de 1937. Os números entre parênteses são estimativas alternativas de Bergson (1991, pp. 216-217 e 271) que "mesclam" os custos dos fatores de 1928, 1937 e 1950 em um índice compósito, tendo 1937 como ano-base e realizando a comparação de cada ano dado com o ano dado em termos de valores (peso específicos dos bens e serviços) do ano dado. Período 1950-85 de OFER, baseado em CIA (1950-1980 a custo dos fatores de 1970 e 1980-1985 a custo dos fatores de 1982). Totalização 1928-85 especificamente de Ofer.

Fonte: Segrillo (2000, p. 249). Linhas PML e PNB da URSS (*oficia*l): *Narkhoz* 1988, p.8 e Tabela 3.2 do Apêndice 3 (a preços constantes conforme explicações em *Narkhoz* 1988, p.698: anos 1929-50, preços de 1926-27; 1951-55, preços de 1951; 1956-58 preços de 1956; 1959-65, preços de 1958; 1966-75, preços de 1965; 1976-85, preços de 1973; para anos de 1986 em diante *Narkhoz* passou a empregar preços constantes de 1983). Os esclarecimentos * e ** e das linhas PML e PNB são de Segrillo.

Tabela 16 – Taxas de crescimento do PNB, força de trabalho e capital soviéticos, com índices de investimento/PNB e produção/capital

Ano	PNB	Força de trabalho (homem/hora) (%)	Capital (%)	Investimento bruto/PNB (%)	Produção/ capital (médio)
1951	3,1	-0,1	7,7		0,8
1952	5,9	0,5	7,5		0,8
1953	5,2	2,1	8,6		0,8
1954	4,8	5,1	10,5		0,7
1955	8,6	1,6	10,6		0,7
1956	8,4	1,9	10,3		0,7
1957	3,8	0,6	9,9		0,7
1958	7,6	2,0	10,0		0,7
1959	5,8	-1,0	9,7		0,6
1960	4,0	-0,3	9,2	17,8	0,6
1961	5,6	-0,7	8,9	18,1	0,6
1962	3,8	1,4	8,8	17,9	0,6
1963	-1,1	0,7	8,8	19,3	0,5
1964	11,0	2,9	8,6	19,1	0,5
1965	6,2	3,5	8,2	18,9	0,5
1966	5,1	2,5	7,7	19,2	0,5
1967	4,6	2,0	7,2	19,9	0,5
1968	6,0	1,9	7,1	20,2	0,5
1969	2,9	1,7	7,2	20,3	0,5
1970	7,7	2,0	7,8	21,0	0,5
1971	3,9	2,1	8,1	21,7	0,5
1972	1,9	1,8	8,2	22,9	0,4
1973	7,3	1,5	8,0	22,3	0,4
1974	3,9	2,0	7,8	23,0	0,4
1975	1,7	1,2	7,6	24,6	0,4
1976	4,8	0,8	7,2	24,5	0,4
1977	3,2	1,5	7,0	24,6	0,4
1978	3,4	1,5	6,9	25,2	0,4
1979	0,8	1,1	6,7	25,2	0,3
1980	1,4	1,1	6,5	25,4	0,3

Fonte: Castells (1980, p.37).
Obs.: O PNB e o investimento (informações disponíveis a partir de 1960) são expressos em rublos de 1970: dados sobre capital são expressos em rublos de 1973. Os índices de produção/capital são calculados pela média, dividindo-se os valores absolutos de produção e capital durante um determinado ano. Este último corresponde à média do capital no início de dois anos consecutivos.

Tabela 17 – Gastos militares em percentagem de PNB 1950-1985, várias estimativas

Ano	URSS Oficial % PML	URSS SIPRI 1980-91	URSS SIPRI 1982-83	URSS SIPRI preços correntes	URSS Lee rublos de 1970	URSS Lee rublos de 1970	URSS CIA 1 preços correntes	URSS CIA 2 rublos de 1970 (média de CIA 4)	URSS CIA 3 rublos de 1970 (extremos)	URSS CIA 4 %PIB	EUA SIPRI
1950	15,0										5,1
1951									19,0	13,9– 4,0	
1952									18,2	13,7– 2,6	13,6
1953	14,6								16,0	12,4 – 19,6	13,4
1954									15,9	12,4 – 19,3	11,6
1955	11,5				11,5				17,2	13,7 – 20,6	10,0
1956	9,4				9,5				15,1	12,2 – 18,0	9,8
1957	8,3				8,5				13,0	10,7 – 15,3	9,9
1958	7,3	11,0			8,5				12,3	10,4 – 14,2	10,0
1959	6,9	11,2			8,5				11,4	9,8 – 13,0	9,4
1960	6,4	10,4			9,0				11,6	9,9 – 13,3	8,9
1961	7,6	12,3			9,5				12,3	10,6 – 13,9	9,1
1962	7,6	12,5			10,5				13,2	11,4 – 14,9	9,3
1963	8,2	13,4			10,5				13,9	12,3 – 15,5	8,8
1964	7,3	11,9			10,0				13,6	12,2 – 15,0	8,0
1965	6,6	10,7			10,0	11,0	11–13		13,2	11,8 – 14,5	7,5
1966	6,5	10,5			10,0	11,5	11–13		12,8	11,5 – 14,1	8,4
1967	6,4	10,5			10,5	12,3	11–13		13,2	12,0 – 14,4	9,4
1968	6,8	11,2			12,0	12,8	11–13		13,6	12,1 – 15,0	9,2
1969	6,8	10,9			12,0	12,9	11–13		13,4	12,1 – 14,6	8,6
1970	6,2	10,4	12,0		11,5	13,6	11–13	12–14	12,6	11,4 – 13,8	7,8
1971	5,9	9,7	9,7			13,7	11–13		12,5	11,3 – 13,6	6,9
1972	5,7	9,6	9,6	11,4		14,5	11–13		12,6	11,3 – 13,8	6,6
1973	5,3	9,0	9,6	10,8		14,8	11–13		12,2	11,0 – 13,3	6,0
1974	5,0	8,7	8,7	10,4		15,5	11–13		12,5	11,3 – 13,7	6,1
1975	4,8	8,6	10,3	10,3	14,5		11–13		12,8	11,5 – 14,1	6,0
1976	4,5	8,3	9,9	9,9			11–13		13,0	11,6 – 14,3	5,4
1977	4,2	8,0	9,6	9,5			11–13		12,7	11,3 – 14,1	5,3
1978	4,0		9,4	9,2			12–14		12,6	11,1 – 14,0	5,1
1979	3,9			9,0			12–14		13,0	11,4 – 14,5	5,1

1980	3,7 (2,8)	8,8	18,0	12–14	15–17	13,4	11,8 – 15,0	5,6
1981	3,5	8,7		12–14	15–17			5,8
1982	3,3			12–14	15–17			6,5
1983	3,1			12–14	15–17			6,7
1984	3,0				15–17			6,5
1985	3,3 (2,5)				15–17			6,6
1986	3,2 (2,5)				15–17			6,7
1987	3,4 (2,4)				15–17			6,4
1988	3,2 (2,3)				15–17			6,0
1989	11,2(8,0)				15–17			
1990	9,9 (6,9)							

Fontes: Tabela adaptada por Segrillo (2000, p. 256) V, com modificações e adições, de Becker (1985**,** p. 13). Linhas *URSS oficial % PML* (valor do item "defesa" no orçamento oficial soviético em percentagem do Produto Material Líquido soviético; valores entre parênteses após 1980, representam % de PNB): anos 1958-90 de *Narkhoz* de cada ano. Anos 1950, 1953, 1955, 1956 calculados de *Narkhoz* 1958, p. 900 e *Yearbook of National Accounts Statistics 1960,* p. 263. Ano 1957 calculado de Minfin, 1962, p. 19 e *Yearbook of National Accounts Statistics 1960,* p. 263. 0 conceito soviético de renda nacional produzida (= Produto Material Líquido) inclui somente a produção material, excluindo o setor terciário de serviços A partir de 1988, o anúncio estatístico *Narodnoe Khozyaistvo* começou a publicar também estimativas de PNB (Produto Nacional Bruto, que inclui serviços) do país, de onde foram retiradas as percentagens de PNB entre parênteses Até 1988, quando os gastos reais de defesa da URSS eram um segredo de estado, o item "defesa" do orçamento cobria apenas gastos com manutenção (salário etc.) das forças armadas (excluindo produção de armamentos, pesquisa etc.). Com as revelações por Gorbachev (1990, p.2) dos *reais* gastos militares da URSS ("os gastos com defesa (na década de 1980) chegaram a atingir 18% do PML"), o notável aumento das percentagens *oficiais* de 1989 e 1990 é devido ao fato de que, naqueles anos, os gastos militares passaram a ser discriminados *em sua totalidade* na rubrica "defesa" do orçamento oficial da URSS (e não dispersos por outras dotações orçamentárias da ciência e indústria, como antes). Linhas *URSS-SIPRI* (diferentes avaliações do SIPRI dos gastos militares soviéticos, a preços de mercado): *SIPRI 1979, de SIPRI Yearbook* 1979, pp. 38-39; *SIPRI 1980-81, de SIPRI Yearbook* 1980, p.29 e 1981, p. 166; *SIPRI 1982-1983, de SIPRI Yearbook* 1982, p. 150 e 1983, p. 171. Linhas Sipri *preços correntes:* Lee, 1977, p. 98. Linhas *Lee rublos de 1970:* U.S. House of Representatives, 1980, p.22 (ano de 1980, de United States Senate, 1980, p. 9). Linhas *CIA* (ava1iações da CIA em diferentes épocas todas a custo dos fatores): *Linhas CIA 1:* de JEC, 1984, p. 214 e de depoimento do então diretor da CIA, Stansfield Turner, em JEC, 1981, p. 137 de que "[...] os gastos com defesa [da URSS] representaram de 11 a 13% do PNB entre 1965 e 1978; uma proporção, *grosso modo,* constante. Mas, já que a economia não tem crescido tão rapidamente, esta proporção subiu para 12 a 14% [desde 1978]". *Linhas CIA 2* (após revisão das cifras da CIA, devido reforma de preços de 1982 na URSS): JEC, 1988, p. 124 e JEC, 1990, p. 60. *Linhas CIA 3:* média entre os extremos da linhas CIA 4. *Linhas CIA* 4: calculada de JEC, 1982, pp. 123 e 52-54. As cifras representam estimativas mínimas e máximas dos gastos de defesa da URSS para cada ano, calculadas pela CIA. Variações representam definições mais estreitas ou mais abrangentes do conceito de "gastos de defesa" (incluir ou não, parte da pesquisa aeroespacial, gastos com segurança interna etc.). *Linhas EUA SIPRI* (percentagem do PIB americano empregado em gastos militares): ano 1950 de *SIPRI Yearbook* 1980, p. 29; anos 1952-72 de *SIPRI Yearbook* 1974, pp. 208-209; anos 1973-75 *de SIPRI Yearbook* 1981, p. 166; anos 1976-85 *de SIPRI Yearbook* 1986, p. 243; anos 1986-88 de *SIPRI Yearbook* 1989, p. 188. Todos os esclarecimentos acima são de Segrillo.

Tabela 18 – Gastos militares a preços constantes e correntes (em bilhões de dólares), segundo cálculos de SIPRI (S.) e (USACDA) (U.).

Ano	1950 X	1955 X	1960 X	1965 X	1970 X	1975 X	1979 X	1979 XX	1980 XX	1985 XX	1985 XXX	% 1985
EUA (S.)	39,5	98,2	100,0	107,2	130,9	110,2	110,1	138,8	144,0	204,9	266,6	30,9
OTAN (S.)	67,4	142,6	150,4	168,0	193,9	184,9	191,8	248,2	256,3	327,7		49,4
URSS (S.)	37,7	51,2	48,0	65,9	92,5	99,8	105,7	129,9	131,8	146,2		22,0
P.V. (S.)	40,7	54,2	51,4	71,3	100,8	110,3	118,0	142,3	144,3	160,1		24,1
Mundo (S.)								561,8	567,0	663,1		100,0
EUA (U.)					128,8	108,5	112,3		144,0		265,8	27,6
OTAN (U.)					192,4	183,3	195,2		188,9		409,2	42,5
URSS (U.)					127,8	151,4	166,7		198,2		277,2	28,8
P.V. (U.)					150,0	178,1	193,6		233,3		329,7	34,2
Mundo (U.)					425,4	474,7	521,4		719,0		963,4	100,0

Fonte: Segrillo (2000, p. 255)

NOTAS de Segrillo: 1. SIPRI = Stockholm International Peace Research Institute. USACDA = United States Arms Control and Disarmament Agency. WMEAT = World Military Expenditures and Arms Transfers (publicação anual da USACDA). Para avaliação dos gastos militares dos países comunistas, a USACDA utiliza dados da CIA, enquanto o SIPRI utiliza publicações oficiais complementadas por avaliação independente através de outras fontes primárias e secundárias. Para outros países, ambas as agências utilizam publicações oficiais da Otan e dos países envolvidos. Conceito de gastos militares segue modelo descritivo da Otan.

2. Anos X em dólares constantes e taxas de câmbio de 1978. Anos XX em dólares constantes (e taxas de câmbio) de 1980. Ano XXX em dólares correntes de 1985 e taxas de câmbio do mesmo ano. Para países comunistas, ambas as agências utilizam cálculos de paridade de poder de compra em vez das taxas de câmbio oficiais. Devido à utilização de anos-base diferentes para os dólares constantes (1978 e 1980, além de dólares correntes de 1985), a comparação horizontal pelas linhas só é aconselhável dentro do período calculado a dólares do mesmo ano-base. A comparação vertical (pelas colunas) é sempre possível. A discrepância estatística causada pelo uso dos anos-base diferentes pode ser avaliada comparando-se as colunas 1979X e 1979XX, além de 1985XX e 1985XXX. A *coluna % 1985* mostra a participação de cada pais ou região em relação ao total das despesas mundiais (em percentagem).

3. P.V. representa países do Pacto de Varsóvia, incluindo URSS. Total OTAN inclui EUA. Devido às conhecidas dificuldades de cálculo das "reais" despesas militares da União Soviética, os dados para aquele país e o P.V. devem ser vistos como aproximações indicativas, com grande margem para erro.